UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

O Jardim Ibirapuera
da imposição à crise do trabalho

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Daniel Manzione Giavarotti

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Geografia

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

O Jardim Ibirapuera
da imposição à crise do trabalho

Daniel Manzione Giavarotti

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Dr. Heinz Dieter Heidemann, para obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

São Paulo
2012

Ficha de aprovação

Autor: Daniel Manzione Giavarotti
Contato: manzione79@gmail.com
Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann
Título: O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Dr. Heinz Dieter Heidemann, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof. Dr. _____

Instituição:_____Assinatura:_____

Aprovado em:_____.

Giavarotti, Daniel Manzione. *O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho.* 2012. 238 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

Resumo

Esta dissertação trata do processo de formação e reprodução de um loteamento periférico da metrópole de São Paulo com pouco mais de cinquenta anos existência (1964), o Jardim Ibirapuera. Abordamos sua formação e reprodução a partir de uma reflexão acerca da mobilidade do trabalho experimentada por algumas das famílias que para lá foram morar, além de moradores das favelas adjacentes ao loteamento, quais sejam, Erundina, Felicidade e Pinhal Velho. A crise das regiões, assim como o monopólio da violência centralizado pelo Estado Nacional em formação a partir de 1930 e a gradual formação de um mercado de trabalho em nível nacional marcaram o violento processo de modernização retardatária brasileira. São Paulo se encontrará no centro da mobilidade do trabalho nacional que se instaura a partir de então, ao abrigar as condições necessárias, objetivamente fantasmagóricas, à reprodução de relações sociais de produção fundadas sobre a liberdade contraditória do trabalhador. Daí que a formação do loteamento do Jardim Ibirapuera expressa a forma particular de reprodução do trabalho no contexto de metropolização da cidade de São Paulo, assim como sua reprodução anuncia a própria crise das relações sociais de produção nas quais repousaram a primeira.

Palavras-chave: São Paulo, Zona Sul, metropolização, periferia, mobilidade do trabalho, produção do espaço, reprodução, crise.

Abstract

This thesis aim at analyzing the formation and reproduction process of a São Paulo metropolitan suburban allotment aging more than 50 years (1964): the Jardim Ibirapuera. We start out from the reflection of the labor mobility experienced by some of the families settled there, as well as that by the nearby established slums' inhabitants, such as the communities called by Erundina, Felicidade and Pinhal Velho. The crisis of regions, along with the violence monopoly centralized by the National State, in formation since 1930, and the gradual formation of a national labor market signalized the violent process of the Brazilian late (retarded) modernization. São Paulo state was in the center of the national labor mobility established since then. There were the necessary, yet objectively phantasmagorical conditions to social relations reproduction based on the contradictory freedom of the worker. Thus, Jardim Ibirapuera allotment express the particular form of labor reproduction in the metropolisation context of São Paulo city. Also, its reproduction announces the crisis of social relation of production itself, upon which the former labor reproduction is based.

Agradecimentos

Agradecer às/aos que colaboraram no desenrolar de uma pesquisa acadêmica naturalizou-se como a forma habitual de trazer a público, aqueles e aquelas que fizeram parte do processo privado de produção de uma mercadoria, que por sua própria forma e relações sociais da qual resulta, não deixa rastro. E se é verdade que participaram da produção de uma mercadoria é porque se envolveram (de um jeito ou de outro) num processo de trabalho, que por sua própria natureza social resulta de uma imposição. Em outras palavras, se aqueles que construíram a Tebas de Sete Portas não tiveram seus nomes inscritos nos livros, é mister evidenciar que antes não lhes foi permitido escolher não construí-la. E assim foi também com este pesquisador, que expropriado e submetido à mobilidade do trabalho pôde escolher para quem trabalhar e a partir desta condição a que me submeti voluntariamente, acabei por mobilizar pessoas importantes de minha convivência presente e passada, as quais por amizade, carinho, solidariedade, foram incapazes de me dizer não nos momentos em que deles necessitei.

Primeiramente devo agradecer aos moradores do Jardim Ibirapuera que em meio a "seus pulos" e "fazendo seus corre" me dispensaram tempos preciosos de um cotidiano tão apressado que é este do trabalho em sua completa crise. Luíz Cláudio (o Lagosta) e Carla, idealizadores da Associação Bloco do Beco, com os quais cultivei uma amizade importante desde o tempo que trabalhei como educador popular na Zona Sul e que me abriram as portas do Jardim Ibirapuera para garimpar as trajetórias que aqui conto e analiso. Ao Bá, nascido e criado no Jardim Ibirapuera, que nunca me negou uma conversa à beira do balcão de sua rotisserie, organizando conversas com os primeiros moradores e indicando pessoas com quem conversar, além de seu irmão Tino, sua irmã Fátima e sua mãe Dona Lúcia. Devo agradecer ainda ao sr. Daniel e Dona Benedita que sempre me receberam em sua casa para longas conversas regadas a um bom café mineiro, preocupados em lembrar histórias do bairro que pudessem me interessar. Também deixo meu agradecimento a Daniel, primogênito dos dois, que me recebeu tão prontamente em sua casa para uma longa conversa. Agradeço também a sr. José Vieiras, e especialmente a Rói (seu filho mais velho) com quem pude trocar muitas ideias, especialmente sobre os conflitos de virar patrão no Jardim Ibirapuera. Além de Michel que atendendo os clientes do BãoTamém sempre me recebeu com atenção. Agradeço a Adilson, com quem fiz minha primeira entrevista quando ainda não conseguia discernir o que era Jardim Ibirapuera, favela da Erundina e favela da

Felicidade e que me contou muitas histórias interessantes da feira de Prazeres em Jaboatão dos Guararapes, Recife – PE. Ao Zé Roberto que, estudante incansável e colega de universidade, me ajudou a entender um pouco mais sobre o significado de ser um universitário na e da *"quebrada"*. Além deles não posso me esquecer de agradecer à Dona Teresa, Cida, Omero, Janete, Ademir (Banana), Feijão, Dona Mariinha, Zequinha e a todos aqueles e aquelas que, moradores do Jardim Ibirapuera, contribuíram de alguma maneira ao andamento da pesquisa. Agradecemos ainda ao supervisor da seção de certidões, Celso Aparecido Leite Barroso do Décimo Primeiro Registro de Imóveis da Capital que nos permitiu acessar os documentos de cartório relativos à implantação do loteamento do Jardim Ibirapuera, bem como o histórico dominial da propriedade que parcelada, lhe deu origem.

Aos companheiros e companheiras de vida da velha (não tão velha assim) Afonso e agregados, bem como às companheiras da minha vida de hoje da Nicolau, que vêm suportando há quase um ano minhas caras feias e maus humores do dia-a-dia por conta das dificuldades de ter que organizar e formalizar pensamentos desconexos. Com os quais compartilho o esforço contínuo da "prática teórica" e a "crítica prática" contra o trabalho e o capital, seja na esfera privada, seja na esfera pública (o "grupo de sexta"), onde o imperativo da prática, infelizmente, nunca cessa. Devo agradecer especialmente ao Carlão que muita paciência teve com minhas eternas questões e dificuldades sempre respondendo aos meus pedidos de socorro: "— O quê que manda?". Ao Fabião, que leu e discutiu comigo o meu texto num momento crucial e insistiu para "carregar nas tintas" do fetiche da mercadoria e dos contextos históricos, exigência que não sei se consegui cumprir. Além deles, ao Erick que também leu, corrigiu e discutiu meu texto e à Martinha que, apesar de ter lido algumas partes, ainda não conseguimos criar as condições para conversar sobre elas. Ao Ewa que fez os mapas aqui apresentados. Ao Dieter, pelas conversas sempre estimulantes. Aos meus pais, Lino e Ângela, que continuam se esforçando para entender minhas estratégias de sobrevivência. E a todos que colaboraram de algum jeito para essa pesquisa e que provavelmente esqueci de citar aqui.

E por fim à minha companheira Carolina com quem compartilho cotidianamente as dores e as delícias de viver juntos, movidos pelo ódio em destruir esse "tal de capitar".

Essa pesquisa foi financiada pela FAPESP.

SUMÁRIO

Introdução 8

SEÇÃO I – REPRODUÇÃO 18

1. Migrantes 19
1.1 A FAMÍLIA COMO FACE OCULTA DO CAPITAL 33
1.2 A "PROPRIEDADE" DA TERRA... 48
1.2.1 A CASA 59
1.3 O LOTEAMENTO 75

2. De "subúrbio" a periferia – conclusão parcial 95
2.1 DAS "REGIÕES" À METRÓPOLE NACIONAL 95
2.2 A "REGIÃO" ANTES DA METROPOLIZAÇÃO DE SÃO PAULO 103

SEÇÃO II – CRISE 118

3. Naturais de São Paulo 119
3.1 RODRIGO (RÓI) 119
3.2 DANIEL (FILHO) 124
3.3 LUIZ CLÁUDIO 132
4. "Um promissor vagabundo" (ou os dilemas familiares da reprodução crítica do trabalho) 135
5. A transgressão da propriedade (ou a dimensão extrajurídica da reprodução catastrófica do trabalho) 153
5.1 ZÉ ROBERTO (OU O "SONHO DE DOUTOR") 162
5.2 ADILSON (DA *"INVASÃO"* À FAVELA) 172
6. O tempo de trabalho supérfluo (na casa e no *"bairro"*) 183

7. O Jardim Ibirapuera do Estado em modernização retardatária ao "Estado administrador de crises" – considerações finais 199

BIBILIOGRAFIA 220

Anexos 230

Anexo 1 – Localização do loteamento do Jardim Ibirapuera 231
Anexo 2 – Contrato de compra e venda 232
Anexo 3 – Planta do loteamento do Jardim Ibirapuera 235
Anexo 4 – Mancha urbana no período de implantação do loteamento Jardim Ibirapuera .. 236
Anexo 5 – Loteamento do Jardim Ibirapuera, localidades e dados de interesse da pesquisa 237

Introdução

Esta dissertação trata da formação e da reprodução de um loteamento periférico da metrópole de São Paulo, o Jardim Ibirapuera; que conforma atualmente junto a outros loteamentos e favelas a área definida pela Prefeitura Municipal de São Paulo como distrito do Jardim São Luiz, tendo este último uma extensão de 24,70 km^2 e que conjuntamente com o distrito do Jardim Ângela de 37,40 km^2, compõem a área total administrada pela Subprefeitura do M'Boi Mirim (cf. anexo 1) na zona sul do município de São Paulo[1]. Com pouco mais de cinquenta anos de existência, tal loteamento foi constituído por 460 lotes de 250 m^2 cada, aberto em princípios de 1960 como um empreendimento privado e familiar, onde se instalaram centenas de famílias de migrantes provenientes de diferentes estados do país e que aí foram estabelecendo as condições materiais de sua reprodução por meio da autoconstrução de suas próprias moradias, bem como dos trabalhos aos quais se submeteram.

A vontade de estudar o Jardim Ibirapuera nasce especialmente do diálogo/confronto que pude estabelecer entre minha experiência de trabalho e meus estudos. De abril de 2005 a dezembro de 2007 trabalhei como educador popular em algumas organizações não-governamentais (ONGs) localizadas no Jardim São Luiz, Grajaú, Brooklin e Jardim Ibirapuera. O embate por mim experimentado enquanto um *"branquinho do centro"* junto a meus alunos/interlocutores moradores destas periferias colocava-me perguntas constantes sobre os limites de uma atuação positiva que uma organização não-governamental deveria encampar. Instigado por tais questionamentos busquei algumas bibliografias que me permitissem organizar teoricamente o emaranhado de experiências e impressões que emergiam daquela condição a que me encontrava submetido. Li textos de Lúcio Kowarick (1979/1993), Álvaro Moisés (1981), Éder Sader (1988/1995), Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant (1980) além de outros autores da sociologia e sociologia urbana que se debruçaram sobre o "fenômeno" da periferia no momento de sua formação, bem como de sua expressão

[1] Informações colhidas no site da Prefeitura Municipal de São Paulo, acessado no dia 3 de agosto de 2012. fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758

política sintetizada pelos movimentos de bairro, o chamado Novo Sindicalismo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Movimento contra a Carestia, etc.

Diante de tais leituras algo me intrigava, pois por um lado, certas práticas verificadas e analisadas por esses autores pareciam atualizar-se. Por outro, novos elementos acrescentavam-se àquela periferia de outrora. Dentre eles podemos destacar a generalização dos trabalhos temporários (*"bicos"*) como condição permanente dos trabalhadores; favelas entremeadas a áreas já urbanizadas e ruas asfaltadas, rede de esgoto e energia elétrica consolidadas (não sem luta por parte dos moradores, é claro); a presença ostensiva do *"mundo do crime"* e do braço armado do Estado na vida de seus moradores, assim como no seio familiar; o próprio surgimento das organizações não-governamentais; o consumismo febril da juventude moradora destas periferias e seu correlato lógico, a completa despolitização; o atrofiamento da atuação das Sociedades Amigos de Bairro (SABs), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e daqueles próprios movimentos populares depositários da esperança democrática no contexto de abertura política nacional. O que haveria ocorrido então?

Mobilizado por tais questões, desempregado, vivendo do pecúlio de meus pais e relativo conhecedor do "Manifesto contra o trabalho" redigido pelo grupo Krisis, em março de 2008 iniciei meus estudos de "crítica do valor-dissociação" (Kurz, 2007) e da modernização junto ao "grupo de sexta" no Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) da Universidade de São Paulo, coordenado por aquele que viria a ser meu orientador, Heinz Dieter Heidemann. Deste encontro foi aberta e construída a possibilidade de refletir *post festum* sobre minha prática e, principalmente, sobre a periferia que vi e presenciei. Diante da atualidade das questões que Robert Kurz buscava enfrentar e a perspectiva crítica que assumia para enfrentá-las é que me foi possível começar a tatear por outros caminhos, os novos elementos que não pareciam mais caber nos marcos daquelas leituras pretéritas. Muitas foram as conseqüências teóricas e práticas que as leituras coletivas dos textos de Kurz produziram e que inclusive transcendem as perguntas enfrentadas por esta dissertação. Mas creio que a apreensão teórica produzida pelo autor em seu livro mais conhecido[2] acerca

[2] "O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da econonia mundial" (1991/1993).

do processo de modernização em escala mundial, sugerindo a inversão de que a "vitória" do Ocidente expressa no fim da União Soviética, anunciava antes a própria crise do sistema mundial produtor de mercadorias do que exatamente seu triunfo, foi determinante para os desdobramentos da pesquisa ora apresentada. Em suma, tal inversão sugeria a necessidade de inverter também os termos de como a periferia havia sido pensada até então, enquanto expressão da desigual distribuição dos rendimentos entre capital e trabalho que, na perspectiva de alguns autores marxistas brasileiros, deveria ser superada pela própria modernização, impulsionada esta preferencialmente pelos próprios trabalhadores organizados. Seja em suas versões socialistas, seja em suas versões social-democratas.

A inversão na maneira de compreender o processo de modernização mundial produzida por Kurz ancorava-se numa leitura particular d´O Capital de Karl Marx onde ganhava centralidade a crítica deste último ao fetichismo da mercadoria e do trabalho abstrato, em detrimento à crítica do capital a partir do ponto de vista do trabalho (também presente em sua obra), esta encampada pelos movimentos operários de todas as matizes e nacionalidades. Kurz criticava a luta de classes por esta, no processo histórico da modernização, não ter almejado a superação do "invólucro burguês" da forma-mercadoria, forma-dinheiro, forma-Estado, ao lutar por uma maior distribuição do valor produzido pelo trabalho, não logrando alcançar a determinidade histórica de ambas, naturalizando e positivando o "trabalho produtor de valor" como categoria trans-histórica. As categorias de trabalho e mais-valia ganhavam outra dimensão a partir da crítica de Kurz, não mais expressando o fazer genuíno do Homem usurpado pelo vampiro capital, demonstração da exploração do trabalho pelo capital, mas enquanto momentos constituintes do sentido tautológico próprio da modernização: "valorização do valor", reacoplamento do valor a si mesmo e decorrente aumento de produtividade do trabalho que, portanto, negava-se a si próprio. Assim, incorporando as reflexões nas quais as periferias de São Paulo foram compreendidas como resultantes de uma distribuição desigual do valor produzido pelo trabalho era necessário, entretanto, avançar numa crítica daquela própria substância que punha a igualdade entre todas as atividades que constitui a totalidade concreta, a saber, o trabalho abstrato e o valor. E não apenas por uma disposição subjetiva ou escolha de um método mais afeito à nossa posição política, mas por compreender a impossibilidade lógica e histórica de uma "metamodernização" (Kurz, 1993), já que a própria "substância do

capital" (o tempo de trabalho abstrato) (Kurz, 2004) mostraria seus limites de acumulação, tornando-se os processos de valorização majoritariamente fictícios.

Foi, portanto, da confluência de uma prática "administradora de urgências" (Telles, 2008), experimentada por meio do meu trabalho como educador popular num contexto de colapso da modernização, com a "prática teórica" (Kurz, 2007) crítica e coletiva no mesmo contexto, que se redesenharam as questões que me mobilizaram a pensar sobre as alterações ocorridas no Jardim Ibirapuera e no cotidiano de seus moradores. Assim como os caminhos para "respondê-las", e que resultaram na dissertação que ora apresentamos.

* * *

O recorte espacial de nosso objeto empírico, conformado enquanto um ambiente destinado à reprodução dos trabalhadores (vide o tamanho dos lotes oferecidos aos compradores) nos exigiu um esforço teórico de concatenação e busca por nexos que a experiência (i)mediata de seus primeiros moradores, bem como seus filhos e netos, estabeleceram e estabelecem com outras escalas espaciais e momentos da reprodução social determinada pelo sentido da acumulação de capital e sua crise imanente. A separação resultante da imposição do trabalho entre o momento produtivo e seu complemento contraditório, o reprodutivo, exigiu que nos perguntássemos sobre como os desdobramentos da acumulação de capital ocorridos internamente às unidades produtivas determinava aquele "conjunto de práticas compartilhadas" (Zaluar, 1985) pelos moradores do Jardim Ibirapuera, assim como os seus próprios espaços e momentos de reprodução (o bairro, a casa...). Pois, se por um lado, no processo tautológico de valorização do valor e produção de mercadorias só interessa o "tempo de trabalho socialmente necessário" (cf. Marx, 1985) nelas coagulado por meio do trabalho, é necessário considerar que a reprodução social total transcende os muros das fábricas. Portanto, tornava-se necessário explorar a dialética entre as duas formas de tempo que se forjam socialmente na sociedade produtora de mercadorias: o tempo abstrato e o tempo histórico concreto[3]. A valorização

[3] "...o tempo sem história, abstracto, da socialização do valor é a lógica temporal do processo de valorização; o tempo histórico concreto da socialização do valor, pelo contrário, é a lógica temporal da materialidade mobilizada por este processo de valorização, tanto no sentido da matéria natural transformada, como também no sentido do desenvolvimento social ligado a isso. [...] É precisamente nesta tensão entre a

incessante dos tempos de trabalho abstratos não pode ocorrer senão por meio do momento concreto das mercadorias (consumo dos valores de uso e reprodução crítica das práticas concretas a eles referidos) que sugerem, portanto, uma experiência particular que o subjaz. Aquilo que nesta dissertação se buscou trazer à tona em conexão com a forma-social posta pela mediação da mercadoria: a história do Jardim Ibirapuera.

> Uma objeção central da crítica do valor às posições do marxismo tradicional diz que estas recorriam ahistoricamente a hipóteses sociologicamente truncadas, mais precisamente a hipóteses da sociologia das classes; ao que se contrapunha, desde logo, a fundação social com base na relação de valor. Os planos estruturais mais concretos e a empiria eram muitas vezes explicados dedutivamente a partir desta relação e considerados como momentos secundários da análise. Por isso, inversamente, as posições da crítica da dissociação (e do valor) não raras vezes foram acusadas de se moverem em campos altamente abstractos, quase ignorando os fatos empíricos concretos. Penso que, entretanto, já é mais que tempo de se tomar em consideração novamente, ou pela primeira vez, a forma social fundamental [a forma-mercadoria]; considerando-a contudo, no seu desenvolvimento enquanto totalidade concreta e na dinâmica histórica que lhe está associada, ou seja, na mediação com análises concretas. (Scholz, 2008: 1 – grifo da autora)

A "mobilidade do trabalho" (Gaudemar, 1977) ganhava importância em nosso esforço para enfrentar tal articulação, primeiramente porque acreditávamos que as mudanças operadas na mobilidade destes trabalhadores/moradores do Jardim Ibirapuera nos permitiam entrever os movimentos ocorridos internamente às unidades empresariais resultantes da própria modernização de seus processos produtivos. Em segundo lugar porque a mobilidade do trabalho seria a forma de realização plena do trabalho abstrato enquanto mediação social total, por meio do qual se torna indiferente ao trabalhador onde e com o quê trabalhar, contanto que o salário recebido lhe seja satisfatório (cf. Gaudemar, 1977). E por fim porque a autonomização produzida entre tempo de produção e tempo de reprodução e seus correlatos espaciais é uma experiência espaço-temporal estabelecida a partir da formação do trabalhador contraditoriamente livre. Para isso, tornava-se necessário incorporá-lo a partir desta condição particular como mediação necessária entre um momento e outro.

---

indiferença quanto aos conteúdos e a abstração do "trabalho" e do valor, por um lado, e o "desenvolvimento" de conteúdos materiais promovido pelo próprio processo de valorização, por outro, que se funda a dialéctica das duas formas de tempo" (Kurz, 2004).

Algumas leituras consagradas acerca da formação das periferias em São Paulo nos ofereciam aproximações importantes sobre as determinações mais gerais que incidiam e produziam essa forma particular de reprodução do trabalho. A escassa quantidade de capital-dinheiro circulando nas mãos dos trabalhadores resultante da venda de seus tempos de trabalho ao capital (ou adquirido por outros meios) e as políticas econômicas "responsáveis" pela depauperação de seus rendimentos foram pistas perseguidas por alguns autores (cf. Oliveira, 1972/2003; Kowarick, 1993) para pensar nas determinações do aparecimento de periferias na conformação espacial da metrópole paulistana. A completa monetarização das relações sociais e o preço que as mercadorias adquirem na superfície do mercado é a condição fantasmagórica que possibilita identificar o acesso desigual experimentado por estes trabalhadores aos valores de uso que compõem a reprodução social total num contexto urbano. Incorporamos tais reflexões em nossa dissertação, mas considerando o problema de que o dinheiro, enquanto "equivalente geral" (Marx, cap. I, 1985) que circula na mão desses mobilizados, além de poder transformar-se em tudo que se queira: terra, carne, farinha, bebidas, entorpecentes, eletrodomésticos, celulares, tênis, roupas, bonés, materiais de construção, etc, o que determina práticas particulares distintas, muda qualitativamente no processo de modernização. A condição à qual se acha o expropriado, como aquele que - liberto das relações sociais de produção regionais (cf. Toledo, 2008; Boechat, 2009 e Leite, 2010) e proprietário de sua força de trabalho - encontra-se livre para escolher onde e para quem trabalhar (não podendo, por isso mesmo, escolher não trabalhar) era o "fio da navalha" por onde nos parecia estimulante caminhar. Dizemos "fio da navalha" porque a pergunta que se impunha era como delinear e apresentar a sujeição daquele que se narra e se enxerga como sujeito de sua própria trajetória, afastando-se, por um lado, de uma dedução lógica da reprodução crítica do valor e por outro, de uma formulação que só reconhece a desigualdade e naturaliza a igualdade da abstração do valor?

Fomos então ao encontro da mobilidade particular (entendidas de forma fetichista como "trajetórias de vida") a que os membros de algumas das primeiras famílias do Jardim Ibirapuera, além de outros moradores das favelas que se formaram em seu entorno, se submeteram voluntariamente, tendo em vista articular aquela história vicinal cotidiana partilhada e inscrita na memória de seus moradores que não se desvincula das

transformações materiais e espaciais ocorridas internamente ao próprio loteamento, à totalidade posta pela mediação da forma-mercadoria e do trabalho a qual se encontram sujeitados. A docilidade dos corpos perpetuada pela mobilidade geral do trabalho, à qual estamos submetidos, deveria então se particularizar e a noção de **estratégia de sobrevivência** sobreveio. **Lidamos então com aquele que, à sua revelia, arquiteta "suas" estratégias de reprodução frente à reprodução crítica das próprias relações a que se submeteu e que o domina sem, no entanto, duvidar da aparência de primeira natureza que, fetichistamente, estas adquirem,** especialmente a categoria de trabalho no contexto de sua imposição, assim como de sua crise. Em outras palavras, se a categoria de reprodução como o momento em que o trabalhador encontra-se fora dos muros da fábrica, longe de seu despotismo, é parte constituinte e contraditória do constrangimento social próprio da sociedade do trabalho, foi necessário sair desta formulação lógica para nos perguntar o **"como"** essa dominação se realiza em suas particularidades. Inspirado pela pergunta que Sader (1988/1995), a partir de Lefebvre, remete às perspectivas marxistas que interpretaram a reprodução do trabalhador apenas como reposição das energias para o próximo dia de trabalho, fomos também à cata desses **"comos"**, mas buscando reconhecer as determinações mais amplas que os colocavam enquanto possíveis. Em outras palavras, por que comprar um lote de terra de 250m^2 nos arredores da cidade apareceu aos primeiros moradores do Jardim Ibirapuera como uma estratégia de sobrevivência possível e, depois de 30 anos, tal estratégia começa a tornar-se inviável a trabalhadores como eles?

Assim, inversamente à perspectiva de Sader, interessava-nos a sujeição e não aquilo que aparece como virtualidade ou realização do sujeito. Era necessário problematizar o sujeito burguês ao qual Sader (1995) se agarra, e sua universalidade, vinculando-a ora à forma do dinheiro, ora à forma do Direito. Por um lado reconhecendo a determinidade de sua liberdade na própria essência abstrata do dinheiro que carrega em seus bolsos (quando carrega) e sua igualdade à forma burguesa da democracia, que também acena com seus limites ao buscar regular uma relação social em colapso

As possibilidades de trabalho dos primeiros moradores do Jardim Ibirapuera, migrantes chegados de outros Estados do país, suas necessidades, suas perspectivas de vida e de trabalho, as dificuldades por eles vividas no bairro, a organização familiar, foram aspectos cotejados com a vida de seus filhos, suas aspirações, suas trajetórias de trabalho, a

família, etc. O corte geracional aqui foi fundamental para enfrentarmos a mudança nas formas de subjetivação de um processo objetivamente fantasmagórico, à qual, pais, filhos, netos moradores do Jardim Ibirapuera (e o pesquisador que aqui enuncia), encontram-se submetidos.

Alcançar tal articulação não foi um esforço fácil de realizar e devemos advertir de antemão que a escolha pela mobilidade do trabalho como critério predominante de tal nexo talvez pareça aos olhos do leitor uma apreensão das mudanças operadas no bairro, bem como nas experiências cotidianas vividas por seus moradores, por vezes algo mecânicas ou economicistas, demasiado funcionais ao sentido profundo da sociedade produtora de mercadorias, a tautológica valorização do valor. Ainda que se deva dizer que o utilitarismo inscrito numa sociabilidade mediada pela forma-mercadoria é constantemente criticado pelo próprio movimento da acumulação. O que poderia ser funcional em um momento da modernização pode tornar-se disfuncional em outro, e este movimento nós tentamos apreender e expor. Este foi o recorte de nossa dissertação e não a procura por um suposto "não-idêntico" (Postone, 1975), ou mesmo uma virtualidade com potencial crítico na experiência concreta desses trabalhadores/moradores (tal procura nós salvaguardamos para nossas práticas anti-políticas externas à prática acadêmica). Especialmente porque o tom geral de nossa experiência social presente nos parece escancaradamente catastrófica.

* * *

A dissertação que ora apresentamos está dividida em duas seções.

Na Seção I – Reprodução (ou a formação do Jardim Ibirapuera) – discutimos a reprodução do trabalho na relação que esta estabelece com a produção do próprio espaço do Jardim Ibirapuera e sua incorporação à sociedade completamente urbanizada. Ou seja, abordamos a maneira particular que o trabalho (personificado pelo trabalhador) se reproduziu mobilizado pelos capitais urbano-industriais num contexto de modernização retardatária, produzindo simultaneamente seu espaço de reprodução. Tratamos tal relação a partir da mobilidade de algumas famílias migrantes, moradoras primevas do Jardim Ibirapuera buscando articulá-las ao processo de formação do loteamento.

Já na Seção II – Crise (ou a reprodução do Jardim Ibirapuera – abordamos a reprodução crítica do trabalho num contexto de reprodução do loteamento, dado que o tardio processo de sua incorporação material e jurídica ao tecido urbano já se encontra plenamente consolidado, servido por linhas de ônibus, asfaltamento, água encanada, luz elétrica, equipamentos públicos, etc. Discutimos nessa parte a maneira como a reprodução do loteamento expressa o tempo de trabalho supérfluo (Postone, 1975) posto pela própria dinâmica crítica de acumulação do capital, personificado pela trajetória dos filhos dos primeiros moradores, assim como de dois moradores das favelas do entorno do loteamento.

* * *

Por fim, consideramos importante ressaltar que nossa dissertação está permeada de citações musicais, especialmente de sambas e rap´s.

Ambos gêneros musicais, com exceção da música "O meu guri", de Chico Buarque (1982), são aqui utilizadas em nossa dissertação como fontes que, ora de modo mais direto, ora menos, emergem como "falas" que emanam de "nosso" próprio objeto empírico. Vale dizer que o samba e o rap são gêneros musicais por meio dos quais os trabalhadores expressavam (expressam) e contavam (contam) histórias de seu cotidiano e tais fontes nos ajudaram a compor o quadro das formas de subjetivação que foram se modificando historicamente no processo de modernização. Nesse particular, nos dedicamos especialmente às letras e músicas do grupo de rap Racionais MC´s, formado em 1988 por quatro jovens, Mano Brown (Pedro Paulo Soares Pereira), Ice Blue (Paulo Eduardo Salvador), Edy Rock (Edivaldo Pereira Alves) e KL Jay (Kleber Geraldo Lelis Simões), moradores do Capão Redondo, "quebrada" da Zona Sul de São Paulo relativamente próxima ao Jardim Ibirapuera. Em meados de 1990, alçaram uma posição de destaque na música brasileira através do lançamento independente do disco "Sobrevivendo no inferno" (1997), chegando a vender mais de um milhão de cópias[4], e expressaram de forma espetacular (no sentido que lhe dá Debord) um cotidiano catastrófico partilhado por milhões de pessoas moradoras das periferias e favelas de diversos estados do país. Uma fonte que nos pareceu demasiado

[4] Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Racionais_MC's. Acesso em 15 de outubro de 2012.

promissora no com o fito de apreender aspectos de um cotidiano que, em nossa condição de pesquisadores, partilhamos de forma muito fragmentária e objetivadora.

SEÇÃO I – REPRODUÇÃO

(ou a formação do Jardim Ibirapuera)

1. Migrantes

Sr. Daniel, mineiro de São João del Rey, é morador do Jardim Ibirapuera há 52 anos. Já sr. José Vieiras, baiano de Coronel João Sá, mora no Jardim Leni, loteamento provavelmente irregular adjacente ao Ibirapuera, desde mais ou menos 1980. Ambos puderam vivenciar e participar de momentos distintos da *"evolução"* do *"bairro"*[5] no qual se fixaram há tantos anos e constituíram suas famílias, enfim reproduziram-se[6]. Para tanto, trabalharam, portanto vejamos primeiramente a mobilidade que experimentaram em São Paulo como migrantes.

Sr. Daniel, assim que chega em São Paulo no ano de 1955, é contratado como ajudante de soldador na fábrica de fogões Junker, (localizada na Avenida Jurucê, nº 546, em Moema) trabalhando, como ele mesmo diz, *"carregando peça de fogão prá lá, peça prá cá"* (sr. Daniel)[7]. Depois de quase três meses trabalhando como ajudante, é indagado pelo seu chefe se não gostaria de trabalhar como soldador. Aceita a proposta e é promovido. Depois de quase um ano de trabalho diz que *"bateu aquela saudade"* da mãe, diante do que resolve retornar a São João del Rey. É ele quem narra essa experiência: *"...trabalhei três meses de ajudante de soldador, carregando peça de fogão prá lá, peça prá cá... então dentre esses três meses o chefe me promoveu. Perguntou se eu queria trabalhar de soldador com as máquinas de soldar ponto [...] Aí ele viu eu trabalhando direitinho e tal... '— Ó, cê tem que empilhar essas peças bem direitinho pra elas não empenarem'. Aí eu empilhava tudo direitinho e tal, aí... '— Cê não quer trabalhar de soldador?' Me promoveu. Aí eu fui trabalhar de soldador, tava aprendendo bem mesmo [mas aí] me bateu aquela saudade da minha mãe... aquilo não me tirou da cabeça. Falei: '— Ah, o emprego tá bom, mas acho que eu vou embora'. Aí simplesmente cheguei lá no meu chefe e falei '— Ó, to pedindo demissão'. Ainda tive aquela consciência de marcar um mês... Ah, nunca tinha trabalhado de empregado, achava que era*

---

[5] Evolução e bairro são termo usados pelos próprios moradores ao se referirem à formação e reprodução do loteamento do Jardim Ibirapuera. A maneira como utilizamos, especialmente o segundo, se refere a essa maneira usual e corriqueira, que portanto não tem precisão conceitual.

[6] Os primeiros moradores do loteamento com os quais tivemos a oportunidade de conversar, já tem filhos adultos, alguns destes já constituíram novas famílias, e grande parte continua a morar no próprio Ibirapuera. A reprodução dos filhos será abordada na segunda seção desta dissertação.

[7] "Eu arranjei o meu dinheiro / trabalhando o ano inteiro / numa cerâmica / *carregando pote*" (da música "Abrigo de Vagabundos" de Adoniran Barbosa, 1958).

uma obrigação né? Falei, '— Ó, daqui um mês eu vou embora'. '— Caramba, mas logo agora que você tá aprendendo a trabalhar de soldador'. '— Mas é que me deu vontade de ir pra casa... não vô segurá né?' Aí passou, fui embora" (sr. Daniel).

Depoir de demitir-se retorna a São João del Rey onde ajuda seu pai na roça por quase um ano[8]. Após esse período trabalhando na roça com seu pai, consegue um trabalho lá mesmo em São João del Rey em uma fábrica de queijo, onde permanece por pouco mais de um ano e pede demisssão. Justifica assim sua saída da fábrica: *"Eu tava sendo muito judiado nessa fábrica de queijo porque fábrica de laticínio [...] hoje tá tudo diferente, mas naquela época, quem trabalhava em laticínio assim não tinha folga, trabalhava todo dia direto, domingo, sábado, feriado... e eu tava achando que tava sendo muito castigado né... não dá não"* (sr. Daniel). Pesa também em sua escolha de sair da fábrica de laticínios a possibilidade de um emprego na construção da barragem de uma usina hidrelétrica em Três Marias[9], município também de Minas Gerais: *"Aí tava surgindo o serviço lá nessa construção de barragem lá em Três Marias, aí fui pra lá. Fui de carona ainda, no caminhão que levava cimento, que tem uma empresa lá em Minas que chama Cimento Barroso, bem pertinho de São João del Rey, eles levavam cimento pra Três Marias. Aí o motorista lá me conhecia, [e me falou] '— Vamo lá Daniel, vamo embora comigo [que] te dou uma carona'* (sr. Daniel).

Chegando em Três Marias emprega-se num cargo que lhe surpreende, dado que *"não tinha preparo, não tinha nada"* (sr. Daniel). Assim narra a história: *"Inclusive cheguei lá, peguei um cargo até bonzinho lá. [...] '— Tô precisando de apontador aqui na obra. Cê pode trabalhar de apontador? Anotar os funcionários que chegam, o horário que eles chegavam na obra e quantos funcionários chegavam, aqueles que faltavam, etc. e tal'. Aí pensei: caramba, serviço de apontador... É bom demais! Aí trabalhei lá até terminar a obra.*

---

[8] Vale destacar o contraste entre o trabalho que fazia com seu pai em São João del Rey na roça e o desconhecimento relativo às obrigações de trabalhador assalariado. O que na fala de sr. Daniel **aparece** como uma ignorância frente à uma certa legislação, antes nos revela mudanças profundas nas relações sociais de produção por ele experimentadas.

[9] "A cidade de Três Marias, conhecida como a primeira "cidade proletária do sertão", surgiu a partir do povoado de Barreiro Grande que, como Andrequicé, fazia parte do município de Corinto, e que detinha as características de pouso de tropeiros onde atravessavam boiadas e mercadorias nos caminhos entre as terras de Goiás e as "minas gerais". […] Transformado em canteiro de obras, esse ponto de parada de tropeiros e boiadas rapidamente torno-se uma aglomeração urbana para a construção da barragem, da hidrelétrica e da Companhia Mineira de Metais. Concentrando uma população provinda de diferentes regiões do país, além dos viventes das grandes fazendas e sítios das proximidades" (Talpo, 2011: 48).

Terminou a obra e eu falei: '— E agora? Como é que eu faço da minha vida?' E já tava já noivo já. Falei: '— Ah, agora o bicho vai pegar feio aqui, pra onde é que eu vou?...'" (sr. Daniel).

Como, depois de terminada a *obra "a turma tinha que cair fora"*, sr. Daniel se vê diante da necessidade de dar um novo rumo para sua vida, procurar novas possibilidades de emprego, o que lhe leva a decidir voltar pra São Paulo. Chega aqui em 1959 e é empregado pela Bombril, onde trabalha por seis ou sete anos na linha de produção, até 1965. Depois desses anos na Bombril, é contratado pela Cia. Light and Power para trabalhar como guarda da barragem do Guarapiranga, no período noturno, onde permanece por mais ou menos oito anos. Diz que *"de 70 prá cá [...] trabalhei 25 anos só em portaria. [...] Em linha de produção, a última foi lá na Bombril, aí vim trabalhando de porteiro, até aposentar"* (sr. Daniel). No rol de empresas por onde passou trabalhando como porteiro podemos citar a Pirelli e a Lacta, além de outras de menor calibre. Diz que durante este período (de início da década de 70 até se aposentar em 1991, trabalhou *"em muitas firmas, saía de uma e trabalhava em outra"* e que *"não tinha medo de sair [das empresas]"* (sr. Daniel) num contexto em que a demanda por trabalho (portanto simultaneamente a oferta de empregos) parecia maior: *"Fui lá na Laboterápica Bristol fazer a ficha,* ***aprovou na hora lá****... porteiro. Fui trabalhar, dentro de uma semana já tava a par do serviço todo, gostando muito do serviço. Daí surgiu uma vaga lá nesse [laboratório] Pravaz Recordati lá perto da Marginal, lá pra baixo [...] O salário era o dobro [do que eu ganhava]. Falei: '— Ah, vou perder?' (risadas). Falei pro meu chefe... [...] Foi vinte dias trabalhando. Ele falou: '— Mas o que é que tá acontecendo? Cê vai ter que fazer uma declaração aqui, que senão o pessoal vai pensar que sou eu que sou o culpado'. '— Não, vou explicar porque. É que eu tive uma oportunidade em outra empresa, não citei o nome da empresa, me ofereceram um salário "X" e eu sou casado né, preciso ganhar dinheiro. Filho pequeno, mesmo que não tivesse (risos)...'. Aí, sabe o que que ele me respondeu? '— Cê tem toda razão! Tem toda razão, pode ir embora'. Depois eu vi ele cochichando com os outros lá...eu ouvi, pensa que a gente é bobo? '— É, eu preciso*

melhorar o salário daqui desse pessoal, preciso melhorar o salário deles aqui, que tá baixo mesmo'" (sr. Daniel)[10].

* * *

Sr. José Vieiras chega em São Paulo aos dezenove anos de idade em 1971, doze anos mais tarde que sr. Daniel, e inicia sua trajetória de trabalho e vida na metrópole paulistana pelas mãos de seu irmão, já morador de São Paulo há alguns anos e empregado da fábrica de ferramentas Stanley. Consegue um emprego na antiga fábrica de parafusos Triunfo[11], depois tornada Continental, onde desde então se estabeleceu e trabalha até hoje, mesmo já oficialmente aposentado: *"[Comecei trabalhando] numa empresa, como ajudante geral. Após dois anos eu comecei a fazer um curso de mecânica, manutenção geral e a partir dali que eu comecei a minha trajetória profissional. Fui pra mecânica, depois fui acrescentando umas outras profissões como fresa, torno, erosão... serviço geral que pertence à uma manutenção geral e a partir dali eu trabalhava em máquinas de fendiar parafusos e a partir do momento que meu chefe viu que eu tinha condições de ir diretamente para a manutenção, eu fui pra manutenção e a partir dali eu fui, passei a ser líder né. Com uns três anos passei à liderança da manutenção"* (sr. José V.). Sua trajetória de trabalho está entremeada por um processo de centralização dos capitais, diante do qual a empresa Triunfo se vê submetida: *"Depois essa empresa [Triunfo] foi vendida pra uma outra empresa e nessa outra empresa eu passei a ser gerente de manutenção. Aí já era uma empresa maior que "aglobou" as duas [...] Aí eu passei a ser o gerente de manutenção"* (sr. José V.).

---

[10] Conversávamos neste momento da entrevista sobre as diferenças entre as oportunidades de emprego que apareciam ao Sr. Daniel neste período em que esteve na ativa e as oportunidades de trabalho atuais, donde Bá (da segunda geração de moradores do Jardim Ibirapuera e participante da entrevista) conclui: *"Naquele tempo também, é... não era igual hoje. Saia de uma empresa, o sr. muitas vezes tinha já uma outra até já pra entrar né? [...] Hoje é mais difícil. As empresas [...] necessitavam mesmo de mão de obra"* (Bá). Volteramos a ele no próximo item desta seção.

"A carteira, como eu te falo, a carteira profissional, cê chegava numa AMW, na porta [...] ***cê tinha valor****, tipo assim, não tinha agência, cê chegava na porta assim da portaria, o guarda pegava assim a carteira sua, folheava, via oito anos, dez anos, levava no departamento pessoal. Ali mesmo você era chamado, você arrumava serviço na porta"* (Cida). Cida é mãe de Luíz Cláudio, coordenador da organização não-governamental "Bloco do Beco" localizada na favela da Erundina, adjacente ao Jardim Ibirapuera onde ambos são moradores. Voltaremos a eles na segunda seção desta dissertação.

[11] Ambas as empresas, Stanley e Triunfo, localizavam-se em Santo Amaro.

A empresa constituída por meio desse processo de centralização, ou seja, de expropriação de capitalista por capitalista (Marx, cap. XXIII, 1984: 196), será denominada de Continental. Diz, entretanto, que outras empresas foram surgindo a partir da Continental, ainda que não tenha deixado de trabalhar como gerente de manutenção *"...que hoje, esse pessoal da Continental [...] um abriu uma, outro abriu outra, outro abriu outra e aí.... da Continental deve ter umas duas ou três empresas que nasceram dela. Sai um cara, se desliga e abre a dele, entendeu?"* (sr. José V.). Nesse processo de aparente terceirização e o consequente desmembramento das linhas de produção que compunham a totalidade da produção da Continental, que o sr. José V. nos narra de maneira simples, diz que a empresa para a qual continuou trabalhando *"foi uma que o [...] Milton que trabalhava na área de vendas abriu"* (sr. José V.), que é pra onde ele foi levado e aonde encontra-se até hoje *"na ativa, mas informalmente, fazendo [seu] servicinho de sempre, mas sem aquela preocupação de estar lá todos os dias, batendo aquele cartão e tal e tal e tal"* (sr. José V.).

Apesar de já aposentado, sr. José Vieiras continua a trabalhar desta forma intermintente porque é um dinheiro que, tanto ajuda no orçamento, como lhe permite *"não ficar paradão"* (sr. José V.) e assim narra sua participação na empresa: "*Quando o negócio está meio fraco: '— Ô sr. Zé, volte pra casa, não tem nada aqui'. [Ou então]: '— Vamos juntar!'. Aí junta lá uma semana, duas semanas de serviço, né. '— Ó sr. Zé, já tem serviço pra esta semana, dá para o sr. vir?' '— Dá!'. Aí eu vou lá e faço. Mas tem dois funcionários que trabalham direto, registrado, tudo direitinho. Aí eu vou lá, faço o que tem para fazer, acabou, acabou. Aí eu venho pra minha casa, vou para a roça, fico lá na minha chacrinha...* (sr. José V.)[12]. Sugere ainda que o cargo que ocupa nesta empresa metalúrgica não é qualquer cargo, facilmente ocupável: "*Quando eu me aposentei, eles, a produção, dependiam de mim como dependem até agora, pois não encontraram outro, dependiam de mim... se eu não tiver lá não produz, entendeu? Como o negócio lá era pra consumo próprio e algumas coisas pra vender, que é pedido de fora, então eu fiquei lá, eu e dois ajudantes, só! [...] Se eles forem pegar outro funcionário pra fazer o que eu faço... [porque] só aquilo que eu vou fazer são várias coisas, entendeu? Não é só o prensista, não é só o mecânico, só o*

[12] Sr. José Vieiras é proprietário de uma pequena chácara em São Lourenço da Serra, próximo de Itapecerica de Serra.

preparador de ferramenta, entendeu? [...] Eu faço tudo, eu sou a pessoa que faço tudo ali, se ele for pegar uma outra pessoa [vai ter que ser] uns três funcionários, pra ele tocar aquilo ali" (sr. José V.)

O caráter de uma relação de trabalho aparentemente mais estreita entre sr. José V. e seu patrão, que já se entrevê nas falas anteriores, é reafirmada logo em seguida: *"...tô nessa família até hoje, não saí da família, ficou pai, ficou filho, ficou cunhado, ficou genro e foi assim, até hoje é da família essa empresa que eu trabalho há trinta e tantos anos..."* (sr. José V.). Formula sua participação na empresa em termos de uma família, da qual seus filhos e parentes próximos também puderam se "beneficiar".

* * *

Até aqui podemos constatar que, tanto sr. Daniel, quanto sr. José V., **personificaram** o trabalho[13] em São Paulo enquanto estiveram "na ativa". O primeiro particularizando-o na figura de porteiro e o segundo enquanto metalúrgico. Sr. Daniel foi mobilizado a ocupar o lugar da violência pressuposta na constituição da propriedade privada e da "sociedade produtora de mercadorias" (Kurz, 1993), sendo aquele que devia dizer quem poderia, ou não, entrar pela porta onde se lê: "no admittance except on business" (Marx, cap. IV, 1985: 144 – nota 5)[14]. E que caso alguém entrasse sem permissão, tinha **socialmente** a legitimidade de mobilizar a força policial do Estado para defender a propriedade daquele para quem vende sua força de trabalho. Já sr. José V. ocupa o lugar daquele que produz valor maior do que aquele que necessita para reproduzir-se enquanto trabalhador, é aquele que transforma, junto com todos de sua classe, "dinheiro em capital" (cf. Marx, cap. IV, 1985). Em outras palavras, produz a mais-valia apropriada pelo capitalista, que será reinvestida nos processos produtivos, de maneira a reproduzir ampliadamente o capital[15]. Um e outro cumprem papéis estratégicos na divisão social do trabalho pressuposta à acumulação de capital, o que nos evidencia que o trabalho de ambos, à época que aqui

---

13 "...o trabalho não é mais do que 'o uso ou o emprego da força de trabalho'" (Gaudemar, 1977: 198).

14 Não se permite a entrada a não ser a negócio.

15 O que não significa que o trabalho de sr. Daniel seja indiferente à acumulação, no sentido de seu trabalho não ser produtor de mais-valia. Não entraremos na polêmica e espinhosa discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo. Para uma ótima discussão sobre o tema remeto o leitor ao texto "A ascensão do dinheiro aos céus" (Kurz, 1995).

chegaram, eram "socialmente necessários" à reprodução ampliada do capital. Para que pudessem trabalhar não lhes foi exigido uma formação escolar de segundo grau, sendo portanto incorporados à reprodução ampliada do capital enquanto trabalhadores simples, ou do ponto de vista fetichista, como trabalhadores sem qualificação[16]. Necessidade social explicitada quando sr. Daniel comenta que não tinha medo de sair das empresas em que trabalhava, expondo uma relativa sensação de tranquilidade e segurança que experimentava cotidianamente.

Ainda assim é a **relação de assalariamento** a que se submeteram que nos mostra de forma mais evidente o trabalho socialmente necessário que tais trabalhadores personificavam. O salário sendo pensado aqui como a necessidade social, por parte do capital, de reposição dos custos de produção que os trabalhadores representavam fetichistamente na contabilidade das empresas que os contratavam, sejam elas a Lacta, a Light and Power, a Pirelli, a Triunfo, a Continental, os laboratórios, com o fim de "valorizar o valor" (Marx, cap. IV, 1985). Em outras palavras, se podemos afirmar com Marx que "o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista" (Marx, cap. XXI, 1984: 161), no sentido de que o primeiro encontra-se sujeitado à relação social que funda o

[16] Certa vez sr. Daniel nos contou, um tanto quanto constrangido, que alfabetizou-se por meio do Mobral quando começou a trabalhar como porteiro: "Na época que eu trabalhava lá na Pirelli, comecei trabalhar de porteiro, então o trabalho exigia uma certa cultura né, e tava me fazendo falta. Vou ser sincero agora, cêis vão achar meio esquisito o que eu vou falar... Como eu fui criado lá na roça, lá não tinha condições da gente estudar [...] o pouquinho que eu sabia lá foi que a minha irmã mais velha [...] ela ensinava pra mim e pra outro mais novo e diversos alunos lá que moravam na roça, então não tive condições de estudar. Aí, nessa situação aí, surgiu esse serviço de porteiro que exigia uma certa cultura, e o que que eu tive que fazer depois de casado? Tive que ir estudar no Mobral. Vocês vão dar risada, mas... aconteceu comigo né? E foi aqui na Igreja do São Luiz. Aí, vinha professores aí pra dar aula no Mobral, aí eu me matriculei aí, estudei, tava trabalhando na Pirelli, entrava no serviço dez horas da noite na Pirelli. Eles deixavam eu entrar um pouquinho mais atrasado porque a aula aqui terminava dez horas. Eu pedia pro professor pra sair adiantado um pouquinho e entrava atrasado lá na empresa. **Eles aceitavam: '— Pra estudar você pode chegar atrasado'. E meu professor dizia: '— Pra você trabalhar você pode sair adiantado'.** E eu, graças a Deus eu estudei, meu único diploma que eu tenho de escolaridade é do Mobral" (sr. Daniel). O Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi "criado pela lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando **'conduzir a pessoa humana (sic) a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida'**" (fonte: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm - acessado em 16 de maio de 2012). Sem entrarmos no mérito do Mobral como um processo de "mobilidade forçada" (cf. Gaudemar, 1977) empreendida pelo Estado, interessa assinalar a identidade produzida neste discurso oficial do Mobral, entre estudo e melhoria das condições de vida, identidade que se repõe na fala de muitos moradores do Jardim Ibirapuera.

trabalho, a **relação-capital**[17]**,** é imprescindível ao esforço de análise que aqui empreendemos discutir as formas particulares de realização desta dominação vivida por estes trabalhadores, afim de explicitar o processo crítico de reprodução do capital e do trabalho. E neste particular, o que aqui consideramos essencial reter é **a possibilidade de que as relações sociais mediadas pelo trabalho assalariado puderam se repor cotidianamente como forma de reprodução destes trabalhadores, enquanto expropriados**. A importância desta relação pode ser verificada se cotejada com a maneira intermitente com que sr. José V. é mobilizado pela empresa na qual trabalha até hoje e que de nosso ponto de vista não é determinada por sua condição de aposentado. Em seu depoimento não é ele quem se recusa aos chamados feitos pela empresa, antes é a própria condição da empresa, atendendo pedidos de fora, o que a coloca numa condição provavelmente de terceirizada, que impõe tal ritmo de trabalho. O trabalho de sr. José V. já não é **cotidianamente socialmente necessário**.

Dizer que estes migrantes **personificaram** trabalho em São Paulo significa dizer que foram incorporados "produtivamente" (enquanto trabalhadores) à reprodução ampliada do capital, à medida que outros personificaram o capital e outros ainda a terra[18]. Em outras palavras, a condição de trabalhadores de sr. Daniel e sr. José V. é sempre relativa às outras categorias que constituem a reprodução social moderna[19], cada qual cumprindo seu papel na modernização, ou seja, no processo tautológico de valorização do valor. Mas da mesma forma como a categoria trabalho não paira no ar, são pessoas de carne e osso, as categorias

---

[17] "Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circustâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro lado, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho [...] A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho (Marx, cap. XXIV, 1984: 262).

[18] Considerando a possibilidade de que no processo crítico de reprodução do capital outros venham a personificar o desemprego, o *"mundo do crime"*, o empreendedorismo, a pobreza... enquanto personificações derivadas da reprodução crítica da terra, do trabalho e do capital.

[19] "A força de trabalho necessita de espaço para viver. A terra é, portanto, uma condição de vida para a força de trabalho, da mesma maneira que é uma condição de produção para o capital. O sistema de propriedade privada que exclui o trabalho da terra como condição de produção também serve para excluir o trabalho da terra como condição de vida" (Harvey, 1983: 8). Sem discordar do autor, consideramos fundamental considerar a terra em sua dupla dimensão, dado que parece estar aqui só formulada em termos de valor de uso, não reconhecendo a importância da dimensão abstrata da mesma, enquanto renda da terra, na própria imposição e mobilidade do trabalho.

de terra e capital também não, podendo ser personificado por Milton (chefe de sr. José V.), pelo chefe de sr. Daniel que se espantou ao perceber que este iria embora, mesmo tendo aprendido a soldar[20], ou mesmo por aqueles que lhes venderam lotes nos arrabaldes da cidade.

* * *

Num plano mais geral, os anos em que sr. Daniel e sr. José V. estiveram "na ativa", ou seja, que suas forças de trabalho constituíram o montante de trabalho disponível na esfera da circulação para o capital, entre as décadas de 60 e 90, pode ser identificado, seguindo a periodização sugerida por Kurz (1993), primeiramente a um momento da "modernização retardatária" nacional (Kurz, 1993)[21] que teve em São Paulo seu lugar de realização mais pungente e depois ao fracasso desta que somente pode se realizar como "sociedades pós-catastróficas" (Kurz, 1993: 167); considerando-se ainda que seus ciclos de vida produtivos se realizaram majoritariamente no contexto de modernização retardatária da economia nacional do que exatamanente no contexto pós-catastrófico. A mobilidade a que sr. José V. e sr. Daniel submeteram-se, localiza-se num determinado momento no qual o capital urbano-

[20] Para nós o fato de que aquele que personifica a coerção imediata no local de trabalho não ser necessariamente o capitalista, dono dos meios de produção, mas os gerentes, ou fiscais de chão de fábrica contratados pelo primeiro, e que portanto personificam os "interesses" da "valorização do valor" (cf. Marx, cap. IV, 1985) já é suficiente para a validade do nosso argumento.

[21] Desde a consolidação do Estado Nacional no Brasil, nos anos 30, a dinâmica de intervenção estatal assume um caráter desenvolvimentista, voltado especialmente para corrigir os "descompassos" na economia nacional, tencionando, em verdade, obter uma nova inserção na ordem da divisão internacional do trabalho. Por isso, é possível assumir como característica fundamental da atuação estatal no Brasil durante o século XX, especialmente no período que vai da década de 1930 à de 1970, o fomento à industrialização. Retirar o país da condição de exportador de matérias-primas e alimentos e importador de manufaturas é a meta que constituiu muitos dos programas de desenvolvimento nacional. Tal forma de intervenção do Estado na dinâmica econômica pressupôs a consolidação de uma estrutura estatista e de uma dinâmica de planejamento burocrático, que permitiu ao Estado subvencionar a industrialização num ritmo mais intenso do que se essa estivesse "abandonada" às leis da concorrência. Deste modo, políticas cambiais, realocação dos impostos na reprodução ampliada do capital, na forma de isenções e incentivos fiscais, e ainda, a própria entrada do Estado no gerenciamento direto de certas indústrias são políticas que podem ser identificadas como parte de um programa estatal para alterar a posição ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho, permitindo-o alcançar níveis de produtividade competitivos com o padrão da industrialização mundial.

industrial reunido em São Paulo impulsiona tal modernização[22]. Num plano fenomênico podemos registrar o incremento demográfico ocorrido na capital de São Paulo:

> Entre 1940 e 1950, 73% do crescimento absoluto da população da região metropolitana [de São Paulo] se deveu à migração, apresentando um saldo migratório de 801.304 pessoas; no período de 1950 a 1960, um saldo migratório de 1.236.037 pessoas, a migração respondeu com 60% do crescimento absoluto da população metropolitana. [...] a metrópole de São Paulo ultrapassou os 4,7 milhões de habitantes em 1960, com um saldo migratório de 2.030.374 pessoas, que correspondeu a 60% do crescimento absoluto da população entre 1960-1970 (Baeninger, 2011: 54 e 55).

As trajetórias particulares destes que tornaram-se em São Paulo moradores do Jardim Ibirapuera e imediações, integram um deslocamento populacional de admiráveis proporções, como pode ser verificado pelos números acima apresentados. Tal incremento populacional de São Paulo não está dissociado do incremento do trabalho industrial e toda uma gama de trabalhos concretos que daí se desdobram[23], forjando um enorme mercado de trabalho e capitais (do qual sr. José V. e sr. Daniel fizeram parte) que **reifica-se** materialmente, ao ocupar e produzir espaços, dando forma concreta (e abstrata) àquilo que veio a ser constituir como a metrópole de São Paulo[24]. Em outras palavras, nos referimos à dimensão espacial subjacente à reprodução social posta e pressuposta pelo processo de metropolização de São Paulo, conformando e conformada por trabalhos concretos, práticas reprodutivas e mobilidades urbanas particulares, subjetivadas de formas também particulares, dado o momento da modernização no qual encontram-se imersos. Em nosso caso particular, consideramos importante assinalar a formação do "Parque Industrial" (Coelho, 2007) localizado na Zona Sul da metrópole de São Paulo, constituída por "fábricas

---

[22] "...São Paulo ficou no centro da mobilidade do capital e do trabalho nacional. As migrações rural-urbano, em todo o território nacional e nos seus diversos estágios, até anos setenta, dirigiam-se sobretudo para São Paulo" (Seabra, 2004: 275). "A região da Grande São Paulo é o centro dinâmico do país. A produção industrial, o sistema financeiro, a renda *per capita*, enfim, qualquer indicador de pujança econômica apresenta-se com larga fartura quando comparado às outras áreas da sociedade brasileira" (Kowarick, 1993: 33 – grifo do autor).

[23] O que não significa que haja simetria entre oferta e demanda de forças de trabalho, sendo a "superpopulação relativa" uma condição da própria acumulação de capital (cf. Marx, cap. XXIII, 1984). O que interessa é reconhecer que o trabalho é "condição de existência" (Vainer, 1984) do capital e vice-versa, o que significa que não se poderia explicar o incremento do trabalho industrial em São Paulo sem o incremento de trabalhadores, bem como o contrário.

[24] Seja na forma de plantas industriais, vias de circulação, conjuntos habitacionais, casas autoconstruídas, loteamentos periféricos, prédios, estabelecimentos comerciais, praças, parques...

metalúrgicas, mecânicas, químicas e plásticas" (Coelho, 2007: 27). Acentuamos a importância de relatar brevemente a formação deste "parque industrial" considerando que a mobilidade a que sr. Daniel e sr. José V. submeteram-se esteve circunscrita essencialmente entre as fábricas instaladas nesse contexto espacial, tornando-se uma centralidade na reprodução destes trabalhadores.

> Essas indústrias se distribuíam por uma extensa área que incluía [...] os diversos bairros que constituíam anteriormente o município de Santo Amaro e que foi ao longo dos anos se desmembrando em vários outros bairros: Campo Grande e Campo Belo, Socorro, Cidade Dutra, Grajaú, Cidade Ademar, Pedreira, Jardim São Luís, Jardim Ângela, Campo Limpo, Vila Andrade, Capão Redondo e o próprio Santo Amaro (Coelho, 2007: 31).

Ainda segundo a autora, as plantas industriais instaladas nestas localidades a partir do Plano de Metas instituído por Kubitschek eram "unidades produtivas mais modernas, nacionais e estrangeiras, engendradas a partir da indústria automobilística" (Coelho, 2007:7)[25].

> Entre 1956 e 1961 implantaram-se [nessa extensa área] 88 empresas, cerca de 9,8% das empresas existentes em 1985. Entre 1962 e 1966 foram instaladas 81, cerca de 9% das empresas existentes. Entre 1967 e 1973 foram instaladas 197 empresas, cerca de 22% (Coelho, 2007: 26).

Afirma a autora que em 1985, ano em que se inicia a "desindustrialização" do parque industrial, havia em torno de 113.605 trabalhadores metalúrgicos espalhados em 899 indústrias, entre pequenas, médias e grandes empresas. Entre as grandes empresas, que segundo a autora se localizavam especialmente na Marginal Pinheiros (Av. das Nações Unidas), podemos citar a Bicicletas Caloi S.A, Bicicletas Monark S.A, Catterpillar Brasil S.A, Companhia Metalúrgica Prada, Indústria Villares S.A, MWM Motores Diesel Ltda., Metal Leve, Philips do Brasil Ltda., Rolamentos FAG Ltda., Sharp Indústria de Componentes Eletrônicos, Magnetti Marelli do Brasil Ind. e Com. Ltda., e Massey Ferguson do Brasil S.A (cf. Coelho, 2007). Portanto, o antigo distrito de Santo Amaro irá concentrar uma razoável

[25] "...o período Kubitschek forçará a aceleração da acumulação capitalística, com seu programa de avançar "cinquenta anos em cinco". Do lado da definitiva conversão do setor industrial e das suas empresas em unidades-chave do sistema, a implantação dos ramos automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da siderurgia, orientam a estratégia..." (Oliveira, 1972/2003: 71).

quantidade de indústrias, resultantes do boom fordista (Kurz, 1995) ocorrido no Brasil que também demandará trabalhadores para pôr em movimento os processos produtivos, portanto os processos de acumulação[26]. Mas uma compreensão reduzida da questão deve ser desde logo dissipada.

Não é só o deslocamento ou mesmo a implantação de novas plantas industriais que produzem o incremento de trabalho em determinadas áreas. Concomitante a isso deve ser considerada a "composição orgânica dos capitais"[27] oculta sob a forma de prédios e instalações. Ou seja, não basta que na paisagem da cidade verifiquemos grandes galpões, chaminés "cuspindo" fumaça, prédios, instalações fabris, e considerar estes os únicos índices da industrialização ou não de certas áreas da metrópole[28]. Antes devemos remeter a pergunta sobre a capacidade de mobilização para o trabalho que tais indústrias produzem. A possibilidade de absorção de forças de trabalho em determinadas áreas nas quais as indústrias estejam instaladas está essencialmente determinada pela relação estabelecida entre capital variável e capital constante dentro das próprias unidades produtivas[29]. A partir

---

[26] Em uma entrevista coletiva realizada com os primeiros moradores do Jardim Ibirapuera eles se referiram às indústrias citadas acima, incluindo outras como a fábrica de veludos Velnac e a fábrica têxtil Calfat, Pial, Primelétrica, Moltec, Vapza, Bayer... Bá inclusive nos disse que grande parte dos moradores do Ibirapuera tinham o sonho de se empregar na Caterpillar: *"A Caterpillar meu, quem trabalhava na Caterpillar tava no céu! Nossa, a Caterpillar, eu via todo mundo: '— Eu quero entrar na Catterpillar, quero entrar na Catterpillar`"* (Bá). O que não significa que os moradores tenham sido empregados nesta indústrias. O que nos interessa é apreender a importância que tais empresas tinham no imaginário destes moradores, a centralidade que adquiriram.

[27] "A composição do capital tem de ser comprendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego. Chamo a primeira de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital" (Marx, cap. XXIII, 1984: 187).

[28] "E ali do outro lado tinha a fábrica Pinheiros **[...]** que era uma fábrica de asfalto. Tinham umas pessoas conhecidas, que moravam lá, que a gente ficava do lado de cá e via a fábrica funcionar lá do lado de lá, de asfalto... E tinha esse movimento aí. E tinha lá embaixo a Piraespuma, uma firma muito antiga, que fazia colchão..." (sr. Daniel).

[29] No "transcurso da acumulação surge sempre um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação" (Marx, XXIII, 1984: 194). Até aqui, estávamos considerando um processo de acumulação do capital sobre "uma base técnica dada, e [que] atrai força de trabalho adicional em proporção a seu crescimento" (Marx, XXIII, 1984: 199), portanto aqui "acumulação do capital é [...] multiplicação do proletariado" (Marx, cap. XXII, 1984: 188). Tal proporção entretanto se inverte à medida que tomamos em conta o desenvolvimento das forças produtivas como desdobramento do processo de acumulação. Tal desenvolvimento emerge como novo elemento na dinâmica

dessa consideração é possível inclusive dizer que a morfologia dos parques industriais (como por exemplo o ABC), com grandes contingentes de trabalhadores em torno das fábricas, são paisagens determinadas por uma mobilidade que corresponde exatamente a um momento particular da produtividade do trabalho e da modernização. Por outro lado, deve-se considerar que a própria mobilidade do trabalho, como a liberdade contraditória vivida pelos trabalhadores que dispõe de suas forças de trabalho como bem desejarem, como uma mercadoria que lhes pertence, lhes possibilita se deslocarem espacialmente pela metrópole à procura de quem queira e necessite comprar sua força de trabalho. O que relativiza a própria idéia de uma determinação espacial dada pela localidade dos postos de trabalho, presentes em algumas interpretações relativas à formação das periferias de São Paulo[30], o que em certa medida não deixa de ser empiricamente verificável em nosso caso particular, dado que a proximidade do local de trabalho sempre aparece como estratégia fetichista de redução de custos para o trabalhador.

Aqui nos interessa considerar que tais trabalhadores estão condenados à dupla liberdade de reproduzirem-se diante da "dependência reificada" (Marx, cap. III, 1985: 96) a que foram atirados atirando-se[31]; em meio e por meio dos constrangimentos impostos por um processo que ocorre às suas costas (cf. Marx, 1985). Em outras palavras, para que este sujeito possa **realizar contratos** na esfera da circulação, alcançar aquilo que seu dinheiro

---

de acumulação, o que introduz a possibilidade de haver uma diminuição relativa do capital variável na composição orgânica do capital. O aumento da produtividade do trabalho decorrente do desenvolvimento das forças produtivas permite que num mesmo período de tempo se produza maior quantidade de mercadorias sem acréscimo de trabalhadores, o que significa a diminuição do "fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos" (Marx, XXIII, 1984: 194). Portanto inclui a possibilidade de que a reprodução ampliada dos capitais seja exatamente o oposto do considerado até aqui, que a acumulação do capital seja acumulação de proletariados.

[30] Segundo Sader (1995) o processo de periferização da cidade resultaria do deslocamento dos trabalhadores induzidos pelo deslocamento das indústrias internamente à área metropolitana, provocando seu aumento extensivo. As razões dos deslocamentos destas indústrias, antes instaladas nas áreas centrais, residiriam, a partir da década de 50, na busca de ganhos de "economia externa", dada a "elevação do preço do solo [nas áreas centrais] e as dificuldades crescentes com os transportes numa zona já congestionada" (1995: 68), a partir de um "novo surto industrial baseado em unidades produtivas mais modernas, tendo por eixo a indústria automobilística" (1995: 68): "As famílias operárias foram seguindo a rota das indústrias, aproveitando as vias de acesso e a montagem dos equipamentos urbanos que se fazia em função delas. Assim também se localizavam próximos às suas fontes de emprego [...] Assim, os núcleos industriais foram se estabelecendo ao longo das vias de acesso e, à medida que se afastavam do centro, foram criando suas próprias periferias e as cidades-dormitórios da Grande São Paulo" (1995: 68).

[31] A divisão social do trabalho a que o expropriado encontra-se imerso e incorporado "torna tão unilateral seu trabalho quanto multilaterais suas necessidades" (Marx, cap. III, 1985: 95).

pode representar, seja um lote de terra, um carro, uma moto, é preciso que antes acesse dinheiro por meio da venda de sua força de trabalho para o capital. Ainda que esta sequência possa ser subvertida, posto que os próprios desdobramentos críticos da acumulação do capital incluem a possibilidade de acessar dinheiro por outros meios. Considerando ainda que ao entrelaçamento das categorias de terra, trabalho e capital, forjando-se enquanto relações concretas e cotidianas, se interpõe a ação estatal, seja na forma da política, ou da polícia.

1.1 A família como face oculta do capital

Até aqui consideramos a trajetória destes trabalhadores apenas do ponto de vista do tempo de trabalho vendido por eles ao capital, como meio de sua própria reprodução e simultaneamente como meio de valorização do capital. Em outras palavras, o tempo de trabalho vendido por estes trabalhadores aos capitalistas divide-se em **tempo de trabalho necessário** e **tempo de trabalho excedente**, sendo que a parte da jornada de trabalho necessário é aquela que teoricamente metamorfoseia-se na forma de salário (relativo aos custos de reprodução de sua força de trabalho) e a outra parte da jornada de trabalho excedente, metamorfoseia-se em mais-valia[32] apropriada pelo capitalista. Assim, a produção pode ser formulada como imediatamente reprodução, na medida em que do ponto de vista do valor, um e outro se originam de um mesmo período total de dispêndio de "cérebro, músculos e nervos" (Marx, cap. I, 1985: 51). Nesse sentido a reprodução do trabalhador é representada tão somente por meio das mercadorias[33] de que necessita para se reproduzir e

---

[32] "Produzindo num contexto que se baseia na divisão social de trabalho, [o trabalhador] não produz seus meios de subsistência diretamente, mas sob a forma de uma mercadoria particular, fio, por exemplo, um valor igual ao valor de seus meios de subsistência, ou ao dinheiro com o qual os compra. A parte de sua jornada de trabalho que ele precisa para isso é maior ou menor conforme o valor de seus meios de subsistência diários médios, conforme, portanto, o tempo de trabalho diário médio exigido para a sua produção. Se o valor de seus meios diários de subsistência representa em média 6 horas de trabalho objetivado, o trabalhador necessita trabalhar em média 6 horas por dia para produzi-lo. [...] Mas, como na parte da jornada de trabalho em que produz o valor diário da força de trabalho, digamos 3 xelins, ele produz apenas um equivalente ao valor dela já pago pelo capitalista e, portanto, repõe apenas o valor adiantado do capital variável pelo novo valor criado, aparece essa produção de valor como mera reprodução. A parte da jornada de trabalho, portanto, em que sucede essa reprodução, eu chamo de tempo de trabalho necessário, e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. [...] Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (surplus labour). Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado (Marx, cap. VII, 1985 : 176 e 177 – supressões feitas por nós).

[33] "O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinada pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também a reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo precisa de *certa soma de meios de subsistência*. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o

o valor contido nas mesmas, estando sua reprodução solucionada simplesmente por meio do salário, que seria a soma-valor correspondente ao valor coagulado nestas mercadorias de que necessita num contexto de completa monetarização da reprodução social. Mas a própria jornada de trabalho já é, em si mesma[34], fruto de uma outra separação, aquela que se refere, nas palavras de Gaudemar (1977) à "transformação do trabalho em mercadoria força de trabalho" (1977: 195)[35], que

> *exige* que o proprietário da força de trabalho só a venda por determinado tempo, pois, se a vende em bloco, de uma vez por todas, então ele vende a si mesmo, transforma-se de homem livre em escravo, de possuidor de mercadoria em mercadoria (Marx, cap. IV, 1985: 139 – grifo nosso).

Portanto, o cotidiano dos trabalhadores até agora expostos dividi-se entre tempo de trabalho e tempo livre[36]. Ou tempo de produção e tempo destinado à sua reprodução enquanto proprietários da mercadoria força de trabalho, dado que não tratamos de escravos aqui, ao menos no sentido preciso do termo[37]. Nesse sentido o dia de cada um destes trabalhadores se dividiria entre aquele tempo de trabalho e o tempo de descanso destinado à reposição de suas energias despendidas no trabalho. Mas não só, como sugere Sader ([1988] 1995) na passagem abaixo:

> Nos intervalos de um tempo hostil que ameaça sugá-lo, com as sobras de energias e recursos que ele salva e nos espaços que constrói nos interstícios do sistema, o trabalhador efetua suas primeiras escolhas, exerce sua inevitável liberdade, elabora uma estratégia de sobrevivência ou um projeto de vida. *Como* passa seu tempo livre? *Como* usa seu salário? *Em vez de constatar que ele se reproduz, procuremos saber como se reproduz*. Como se reproduziram os trabalhadores

---

valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor" (Marx, cap. IV, 1985: 141 – grifo nosso).

[34] Independente da forma de extração do mais-trabalho, esteja ela na forma da mais-valia absoluta ou relativa.

[35] Processo que trataremos em sua particularidade no contexto territorial brasileiro em nossa conclusão parcial desta seção I.

[36] O que não significa que o tempo de trabalho do escravo não pudesse ser dividido entre o tempo destinado à lavoura, ou qualquer outra atividade, e aquele destinado à recuperação de suas forças para o dia de trabalho seguinte. A diferença aqui é que o tempo de reprodução do trabalhador se autonomizou do tempo destinado à produção.

[37] "O trabalho ocupa todo o seu tempo / Hora extra é necessário pro alimento / Uns reais a mais no salário, esmola de patrão / Cuzão milionário!/ Ser escravo do dinheiro é isso, fulano!/ 360 dias por ano sem plano/ *Se a escravidão acabar pra você / Vai viver de quem? vai viver de quê*?" (da música "Periferia é periferia", Racionais Mc' s, 1997).

> nesta metrópole nesse tempo em que se reproduziu tão espetacularmente o capital? (Sader, 1995: 100 – grifos nossos)[38].

Vale dizer que a questão que o autor se propõe a enfrentar é atribuída a Henri Lefebvre (cf. nota 44, pg. 100: 1995). Ou seja, a autonomização entre tempo de trabalho e tempo livre que se reifica também espacial e institucionalmente e compõem uma experiência cotidiana que transcende os muros da produção deve ser remetida, nas palavras de Lefebvre ([1973] 1977) ao problema da "reprodução das relações sociais de produção". Ocupado em revelar uma "reprodução total" (1977: 222) que ultrapasse a mera "reprodução dos *meios* de produção" (1977: 221 – grifo do autor)[39] Lefebvre busca explicitar que não obstante estar presente em Marx uma "teoria da *obsolescência* das sociedades, das relações sociais e dos modos de produção" (1977: 222 - grifo do autor) a este não se pode atribuir o esgotamento teórico da "questão do poder" (1977: 222).

> Não lhe pôde analisar os meios, as capacidades de manipulação pelo constrangimento (pela violência) e pela persuasão (pelas ideologias), assim como a "criatividade" dos homens do Estado em matérias e formas institucionais (Lefebvre, 1977: 222).

Neste sentido, abrir-se-ia um campo de investigação que deveria levar em conta distintos âmbitos da experiência social que incluiria as instituições educacionais, a indústria cultural, as políticas estatais, a família, a indústria do turismo e do lazer... que teriam o claro sentido de reproduzir as relações sociais de produção, não obstante sua obsolescência. Enfim, uma série de dispositivos que cumpririam um papel essencial na "reprodução total".

> A passagem das considerações respeitantes à reprodução dos *meios* de produção para aquelas que dizem respeito às *relações* de produção, isto é, a passagem de um conceito restrito para um conceito lato, exige um esforço singularmente difícil e ainda incompleto. [...] o conceito de reprodução das relações sociais de produção incide sobre a totalidade, sobre o movimento desta sociedade no nível global (Lefebvre, 1977: 225 – grifo do autor).

---

[38] Apesar de não concordarmos com a perspectiva teórica que o autor assume para enfrentar o cotidiano e a reprodução dos trabalhadores migrantes que forjaram as periferias paulistanas, atribuindo demasiada autonomia a estes trabalhadores em seus tempos livres, concordamos com a questão que se propõe a enfrentar, pois movimenta-se teoricamente em direção ao qualitativo da experiência social de reprodução destes trabalhadores, apesar de autonomizá-las da totalidade.

[39] "Já não se trata, portanto, da reprodução dos *meios* de produção, mas da *reprodução das relações sociais*" (Lefebvre, 1977: 222 – grifo do autor).

Seria impossível desconsiderar as sugestões do autor dado que nosso objeto empírico, a formação do Jardim Ibirapuera, é parte desta "reprodução total" (porque localiza-se externamente à produção) e que segundo sua teoria o qualitativo de tal experiência (naquilo que se refere às ideologias e práticas violentas de constrangimento empreendidas pelo Estado) constituiria momento crucial da continuidade das relações sociais capitalistas de produção. No entanto, enfrentaremos a sugestão do autor a partir da exposição da formação e reprodução de nosso objeto empírico, que de nosso ponto de vista já nos fornece elementos para pensarmos na presença preponderante ou não deste "poder", sintetizado pelo Estado, na experiência cotidiana e reprodutória de seus moradores, assim como na própria constituição deste espaço. Uma objeção entretanto se faz necessária neste momento.

Na leitura que Lefebvre, neste artigo no qual nos baseamos, faz da crítica da economia política de Marx o aspecto que ganha proeminência é o antagonismo de classe, donde se evidencia a exploração e a mais-valia enquanto elementos que caracterizariam para o autor a relação social de produção capitalista[40]. Refere-se à acumulação primitiva como "gênese" de tais relações mas não à relação social que funda a possibilidade de que o trabalho e o tempo abstratos tornem-se a mediação e medição universais da sociabilidade: a **relação-capital**. Para nós a condição de expropriado a que o trabalhador se encontra submetido é determinante na reprodução das relações sociais de produção, dado que **no limite** para reproduzir as relações sociais de produção basta encontrar-se expropriado e perpetuar-se enquanto tal. Neste sentido é que para nós a expropriação, que desdobra-se como autonomização dos tempos produtivo e reprodutivo, é determinante como momento da constituição familiar que comporia o complexo de instituições que estabeleceriam, nos

---

[40] "N'*O Capital* e nas obras com ele relacionadas, como os *Grundrisse*, Marx faz a exposição da formação histórica [...] do capitalismo. Se bem que hoje se manifestem as insuficiências da sua teoria da acumulação primitiva – ele concebe-a em função da Inglaterra, mas as experiências dos países ditos "socialistas" e as dos chamados "subdesenvolvidos" fizeram aparecer novos aspectos deste enorme processo – ela constitui um dos pontos fortes da sua concepção. Ele mostra a gênese das *relações de produção*, específicas da sociedade burguesa: a relação "capital trabalho", a mais-valia, o sobretrabalho e o sobreproduto social captados e geridos pela burguesia segundo os seus interesses de classe. Quanto ao *modo de produção* (capitalista), este conceito designa em Marx o resultado global das relações de antagonismo: "salário/capital", "proletariado/burguesia"" (Lefebvre, 1977: 220 – grifo do autor).

termos de Lefebvre, a "reprodução total". A condição de expropriação reposta a cada dia que acorda[41], impõe ao trabalhador a necessidade de vender-se continuamente ao capital como forma de se reproduzir, e neste particular, **o capital é condição de reprodução do trabalhador, mas diferente da maneira como a família é condição de reprodução do trabalhador e do capital**, sendo entretanto ambas as "unidades" aqui, interpretadas como momentos contraditórios de uma mesma totalidade em processo, a reprodução da "sociedade produtora de mercadorias" (Kurz, 1993) e não somente da relação de exploração aí subjacente. À imposição do trabalho e da constituição do homem como "sujeito do valor" (cf. Scholz, 1992) porque sujeitado ao trabalho, corresponderia a imposição da família, produzindo aquilo que Scholz (1992; 2000; 2010) define como "cindido". O conceito de "valor-cisão" ou "valor-dissociação", refere-se aqui ao fato de, para que a sociedade produtora de mercadorias "se apóie sobre seus próprios pés" (Marx, cap XXIV, 1984: 262) e assim se reproduza, exige constituir um campo de relações sociais que não podem ser "cobertas com o conceito abstracto de trabalho" (Scholz, 2000: 4) e simultaneamente "não é nenhum "sub-sistema" desta forma [a forma-mercadoria] (como por exemplo o comércio externo, o sistema jurídico ou até a política" (Scholz, 2000: 4), como sugere a noção de "reprodução total" de Lefebvre (1977).

> O conjunto do relacionamento social no capitalismo [...] não se determina somente pelo auto-movimento fetichista do dinheiro e pelo carácter de fim em si do trabalho abstracto. Pelo contrário, verifica-se uma "dissociação" (Scholz, 2000: 4).

O que está aqui dissociado é a abstração (real e teórica) que se faz da distensão temporal imanente ao próprio processo de reprodução do trabalhador que consistiria, só para elencar alguns exemplos, na feitura das refeições, na lavagem das louças, na arrumação da cama recém-bagunçada pelo sono da noite anterior, no cuidado com os filhos e no seu disciplinamento, na faxina da casa, na varreção diária para que a casa não se torne inabitável, no fazer a feira e as compras necessárias, enfim... Poderíamos prosseguir numa infindável lista de simples atividades destinadas à manutenção do seu lugar de moradia que

[41] "O processo de produção capitalista reproduz, portanto, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador" (Marx, cap. XXI, 1984: 161).

garantem que o trabalhador possa recompor suas energias para acordar como expropriado no outro dia e se vender ao capital[42].

Portanto, às mercadorias necessárias à reprodução do trabalhador correspondem certas práticas particulares que exigem tempo para serem realizadas. Não basta que a carne esteja contemplada na cesta de consumo do trabalhador, e que o salário recebido pelo trabalho do *"chefe de família"* possa comprá-la, se para alimentar-se com ela é necessária sua preparação e, portanto, alguém que se dedique a isso. É óbvio que este tempo destinado à reprodução não é um tempo absoluto, mas sofre mudanças importantes no processo de modernização, dado que o desenvolvimento, mas principalmente o consumo de muitas mercadorias, tais como a máquina de lavar louça, a comida congelada, a máquina de lavar roupa, a internet, passíveis de serem pensadas como **meios de reprodução**, tendencialmente vêm diminuindo o tempo necessário à reprodução de trabalhadores e trabalhadoras em âmbito privado. Mas nosso caminho aqui é que a despeito destas atividades estarem ocultas pela análise que Marx faz da reprodução, a família enquanto momento da totalidade cumpre um papel fundamental neste processo. Dito de outra forma, a mobilidade do trabalho, como expressão do consumo da força de trabalho pelo capital nas unidades empresariais tendo em vista a "valorização do valor" por meio da produção de mercadorias, é sempre expropriação do tempo do trabalhador que lhe aparece na forma de um contrato de trabalho. Tempo expropriado que, não obstante parecer se reconciliar por meio da divisão social do trabalho, porque o trabalhador passa a consumir aquilo que antes produzia e muito mais, não é suprimido, antes oculta-se na esfera privada da família. À imposição do trabalho corresponderá a "cisão" entre duas esferas complementares e contraditórias, aquelas destinadas à produção de valor por meio do trabalho e aquelas destinadas à reprodução daquele que personifica o primeiro.

Importante salientar que as atividades concretas que compõem a produção de valor e aquelas que compõem a reprodução modificaram-se historicamente durante o processo de modernização. Por exemplo, podemos citar os serviços de lavanderia, alimentação em restaurantes ou mesmo oferecida pelas próprias fábricas onde os trabalhadores se

[42] Aqui estamos ainda considerando a possibilidade de que a casa na qual estes trabalhadores moram esteja já concluída, não exigindo o trabalho necessário à sua construção.

empregaram, a possibilidade de contratação de empregadas domésticas, faxineiras, etc. Sem apagar o fato de que a possibilidade de "comandar o trabalho" (Smith, 1985) de domésticas têm clivagem de classe, como confirma esta passagem: *"E pior de tudo, que era essa coisa que a gente não esquece, que eram as mulheres gestantes, que a gente ia trabalhar,* ***a gente operário, não tinha como pagar uma pessoa para ajudar****, e ela [D. Benedita] com aquele jeitão, tirava a água, lavava a roupa, fazia comida, fazia tudo aquele movimento da casa e ia pegar água [no poço com o sarilho]. A gente amarra um balde que você põe em volta de uma corda, numa manivela de madeira, e vai enrolando e descia um balde, pegava água lá e tirava. E ela [D. Benedita] lavava roupa aqui, fazia as coisas tudo. Era toda aquela dificuldade!"* (sr. Daniel)[43].

A autonomização do cuidado com a casa por meio da contratação de empregadas domésticas, para algumas mulheres é a liberação de seu tempo destinado à reprodução da família para o trabalho, para tantas outras seria a exigência da dupla jornada de trabalho. Entretanto, considerando-se que as atividades cindidas não poderiam ser identificadas a trabalho e ao tempo abstrato, sendo antes "mediadas dialecticamente com o valor" (Scholz, 2000: 4), seria arriscado definir o acúmulo de atividades remuneradas no mercado de trabalho e as atividades reprodutivas exercidas por uma mesma mulher como dupla jornada de trabalho. Interessa aqui explicitar o fato de que a igualdade que todas as atividades realizadas na sociedade produtora de mercadorias adquirem por meio da abstração do valor permite que tudo possa vir a ser medido e contabilizado. Mas que ainda assim, diante desta cisão primordial é que se estabelecerá (e se modificará) a compreensão daquilo que é trabalho e daquilo que não é considerado trabalho na sociedade produtora de mercadorias, distinção não isenta de avaliações morais. Daí que se espreita uma maneira particular de organização da família, aquela que corresponderia à sua forma burguesa[44], donde à cada uma das esferas cindidas corresponderia uma personificação particular:

> Na modernidade patriarcal são delegadas na mulher, ou seja, são-lhe atribuídas e projectadas nela, não só determinadas actividades, mas também sentimentos e qualidades (sensualidade, emotividade, fraqueza de entendimento e de carácter etc.). O sujeito masculino do iluminismo, que se apresenta como socialmente

[43] Dona Benedita é a esposa de sr. Daniel.

[44] Burguesa não está aqui em oposição à trabalhadora, mas como organização privada central da sociedade produtora de mercadorias.

> determinante para a força de se impor (na concorrência), para o intelecto (relativamente às formas de reflexão capitalista), para a força de carácter (na adapatação aos desaforos capitalistas), entre outras, [...] está ele próprio essencialmente estruturado sobre esta 'dissociação' (Scholz, 2000: 5).

Personificar o trabalho e estar constantemente mobilizado por este, implica também que a mulher, confinada ao âmbito privado possa vir a personificar tal mobilização cotidiana do marido para o trabalho, tendo em vista garantir que o último obtenha os rendimentos que serão administrados privadamente por ela[45]. Aspecto tematizado neste samba, "Cocorocó" da Velha Guarda da Portela:

> Cocorocó, o galo já cantou
> Levanta nego, tá na hora de tú ir pro batedor
> Ôh nega me deixa dormir mais um bocado
> Não pode ser
> Porque o senhorio está zangado com você
> Ainda não pagaste a casa esse mês
> Levanta nego que só faltam dez pra seis
>
> Nega me deixa dormir
> Eu hoje me sinto cansado
> O relógio da parede
> talvez esteja enganado
> Nega me deixa dormir
> Eu hoje me sinto doente
> Deixa de fita malandro
> Você não quer ir pro batente (Cocorocó, 2007)

O que não garante que tais contas sejam pagas por meio do trabalho honesto, como pode se ver neste trecho da música "Nega Dina" de Zé Ketti.

> Só porque faz uma semana
> Que não deixo uma grana
> Pra nossa despesa
> Ela pensa que minha vida é uma beleza
> **Eu dou duro no baralho**
> Pra poder viver (Ketti, 1982)

No caso da segunda música o homem-narrador foi interpelado por sua mulher "fazendo escândalo, fazendo quizumba" pela falta de dinheiro em casa há uma semana; ao

[45] Zaluar (1985) discutindo o cotidiano das famílias trabalhadoras pobres do conjunto habitacional Cidade de Deus escreverá que "ficou claro que é a mulher, dona de casa, quem gerencia o orçamento doméstico, qual seja, aquele que é destinado ao consumo coletivo do grupo doméstico" (Zaluar, 1985: 100).

que ele responde que dá duro no baralho pra poder viver; mas que por ter escolhido a vida da malandragem acaba indo em "cana toda hora sem apelação". Em outras palavras é retirado da circulação, do mercado de trabalho, impedido de *"fazer seus corre"* e *"dar seus pulo"*, como se diz na periferia hoje, para conseguir algum dinheiro. A cisão entre esfera pública e privada, posta pela separação entre produção e reprodução, é o que consolida tal ponto cego na reprodução familiar. Voltaremos a outros desdobramentos deste aspecto da reprodução familiar na segunda seção de nossa dissertação.

Por meio destas duas citações pode-se entrever um conflito familiar (que se agudiza frente à crise do trabalho) no qual a mulher pode **personificar** a mobilização para o trabalho, o **tempo abstrato** frente ao marido para que as contas sejam pagas; ao mesmo tempo que seu confinamento à esfera privada a coloca numa situação de fraqueza, sujeição e dependência com relação ao marido em âmbito familiar, que sujeito do valor (porque sujeitado ao valor), pode considerar inaceitáveis as imposições e apelos da mulher, culpabilizando a máscara (a mulher) ao invés da imposição impessoal (o trabalho e o tempo abstratos). Mas vejamos como as famílias do Jardim Ibirapuera se reproduziram e se organizaram neste período em que se reproduziu tão "espetacularmente o capital".

* * *

Bá, filho de família mineira, nascido e criado no Jardim Ibirapuera, hoje com 52 anos, caçula de quatro filhos, lembra que seu pai faleceu quando ainda era pequeno, o que impôs a necessidade de que a recém-viúva Lúcia se mobilizasse em busca de trabalho para garantir a reprodução de sua família. Bá, diante dessa situação, também se vê obrigado a ir trabalhar para aumentar os rendimentos da família fazendo carretos (levar as compras) para as madames na feira da chácara Santo Antônio: *"A gente não tinha escolha [...] Meu pai faleceu muito cedo, então minha mãe ficou com quatro crianças muito cedo, então, pôxa, com dez anos eu já queria trabalhar. Porque era só ela que trabalhava em casa, então as necessidades que você tinha eram muitas [...] Nós não passamos fome, mas necessidade, cê pode perguntar pra qualquer pessoa aqui, que teve muitas"* (Bá).

A morte do pai resulta na desestruturação do núcleo familiar e por conseguinte no estreitamento das possibilidades de que satisfizessem as necessidades de sua própria reprodução, que como diz Bá, eram muitas. Estreitamento que é precisamente a diminuição

dos rendimentos conquistados no mercado, lhes impedindo o acesso ao mínimo de mercadorias diante de um conjunto de necessidades que se originavam num contexto de reprodução do trabalhador urbano[46]: *"A gente ganhava roupa, ganhava sapato, igual [...] o único meio que a gente tinha, assim, da minha mãe comprar mesmo a roupa, era no final do ano. Acho que ela trabalhava o ano inteiro pra comprar aquela roupa, era a única, porque o restante era tudo ganhado, tudo ganhado mesmo, não tenho vergonha de dizer não. Era uma patroa, era a Dona Maria que tinha um pouquinho: '— Olha, tem umas roupinha lá da Dona Maria, pro pessoal [que] tem necessidade e tal...'. Então, era nesse sentido. Agora falar, assim tipo, passar fome, graças a Deus nunca passamos"* (Bá).

A morte do pai os impele a adotar uma estratégia de reprodução que implica na mobilização de seus outros membros, além da própria mãe. O primeiro emprego de Dona Lúcia, conquistado logo após o falecimento de seu marido, foi num restaurante localizado no Jardim São Luís, mais exatamente na Avenida Maria Coelho Aguiar. Posteriormente trabalha em casas de família como doméstica; a partir de 1970 é contratada por uma limpadora, trabalhando aí até meados de 1979, sendo agenciada finalmente pela empresa de alimentos Lobeca como limpadora, passando em seguida a ajudante de cozinha. A empresa Lobeca, à época, prestava serviços de limpeza e alimentação para o Centro Empresarial de São Paulo, também localizado na Avenida Maria Coelho Aguiar, próximo ao Jardim Ibirapuera. Aposenta-se em 1995. Por enquanto estamos diante de uma situação extrema na qual a unidade familiar foi destituída do pai, o sujeito masculino do valor, exigindo a adoção de estratégias e astúcias para lidar com essa perda, qualitativa e quantitativamente. A experiência de *"bicos"* (trabalhos temporários) vivenciada por Bá logo cedo, parece ser entretanto uma constante no cotidiano das famílias do Ibirapuera, como atesta Daniel, filho de Sr. Daniel: *"Eu lembro que tinha muitos meninos aqui no bairro [...] que moravam aqui pra baixo que eram mais velhos do que eu, que eles trabalhavam na feira, fazendo carreto, carregando sacola das donas lá da Chácara Santo Antônio. Eu cheguei a ir, acho que umas duas ou três vezes...[...] Era normal menino naquela época, na idade da gente [9, 10 anos], menino naquela época, começava a trabalhar cedo, era normal [...] Mesmo que não fosse*

---

[46] Qualificamos aqui as condições materiais das necessidades reificadas sob a forma de mercadorias, afim de acentuar a determinidade histórica e geográfica daquilo sque chamamos de necessidade, e que se naturaliza enquanto tal.

trabalhar fora, mas sempre tava fazendo alguma coisinha por aí, ajudando um, ajudando outro" (Daniel - filho).

Acrescenta ainda outras experiências de trabalho que teve logo que alcançou essa idade: *"Quando a gente era pequeno, 9, 10 anos, a gente ajudava o pai em casa né, ele construindo aí e a gente ficava lá, ajudando sabe, carregando material, sabe...* ***fazendo as coisas e estudando*** *[...] Depois a gente começou a fazer os trabalhinhos da gente, eu mesmo trabalhei numa farmácia, né... ajudava o rapaz aqui no açougue, vez em quando ia na feira, meu irmão trabalhou de engraxate [...] o Paulinho [o outro irmão] também trabalhou de engraxate. Eu lembro que o Paulinho arrumou na época uma cadeira, dessas cadeiras de escritório, ele enfeitou ela todinha e tal, então ele ia pro ponto final e os caras: '— Pô, mas o cara é o bacana, e tal'! Que a cadeira dele era a mais...'"* (Daniel - filho)[47]. Justifica seus *"trabalhinhos"* nesta época pela necessidade de *"ganhar pra viver"*, por seu caráter formativo*, "aprender a viver"* e por fim para *"ir pro mercado de trabalho"* (Daniel - filho) e começar a galgar aí sua trajetória. No entanto, suas justificativas subjetivas não se descolam das condições objetivas nas quais *"o menino ia pro mercado de trabalho cedo, muito cedo"* (Daniel - filho). Vale perguntar se ir para o mercado de trabalho muito cedo era uma necessidade do capital ou das famílias.

D. Benedita, mineira de São João Del Rey, chega em São Paulo no início da primeira metade da década de 60 para morar com seu marido Daniel, já instalado no cômodo autoconstruído com seu irmão em lote recém-comprado à prazo no Jardim Ibirapuera. Junto ao marido se torna afiliada da Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera (SAB) no mesmo ano de sua fundação, 1967, onde se encarrega da função de segunda tesoureira. Dentre as atividades oferecidas pela SAB se incluía a pré-escola, onde crianças do próprio Ibirapuera e adjacências se prepariam para a primeira série. Este serviço educativo oferecido pela SAB não era gratuito e D. Benedita, como segunda tesoureira era a responsável pelo recolhimento destes pagamentos: *"Eu, como tesoureira****, estava sempre em casa né****, aí eles pediam que no horário da escola eu fosse receber essa taxa das mães. Aí,*

[47] Daniel, hoje com 48 anos, nascido e criado em São Paulo no Jardim Ibirapuera, é o mais velho dos cinco filhos de sr. Daniel e Dona Benedita, casados desde meados de 1960.

duas, três vezes na semana durante o horário de aula eu ia lá receber das mães" (D. Benedita).

O encerramento privado de D. Benedita se explicita nesta passagem na qual relata que estava sempre em casa, condição material que lhe permitia se comprometer com algumas atividades da SAB que outros não poderiam. Devido à sua presença na SAB, acaba se envolvendo nas atividades de pré-escola aí oferecidas por um grupo de três garotas *"de uma turma de colégio lá da cidade [...] pessoas que o colégio vai fazer trabalho assim, nas comunidades, entendeu?"* (D. Benedita)[48]. Diz que ficava lá *"assistindo as aulas"* e nos intervalos que as garotas iam *"tomar um lanche no bar do Sr. Fernando"* (D. Benedita) começa a se envolver no cuidado e recreação das crianças. Passados nove meses as estagiárias abandonam a atividade, que por conseguinte, corria o risco de ser extinta. Diante de tal impasse, D. Mirtes (diretora do colégio e agenciadora das garotas) convida D. Benedita a dar continuidade ao trabalho iniciado pelas estagiárias, dado que de algum tempo já havia observado seu envolvimento com as crianças e lhe propõe um teste, ao que D. Benedita lhe responde: *"Primeiro eu tenho que conversar com o meu marido pra saber e tudo, porque ele tinha que ter aquele horário certo né... [Pergunta ao seu marido sr. Daniel] que lhe responde: '— Ah, cê dá conta? Cê que sabe. Você que sabe.' [Ao que ela responde] '— Ah, então vou tentar né'* (D. Benedita).

Orientada pela própria D. Mirtes que lhe traz a programação das aulas a serem ministradas durante as semanas, se adapta bem ao cargo e aí fica durante sete anos, até o nascimento de seu filho caçula Jair. Diz ainda que recebia por este trabalho o valor correspondente a 60% do total das mensalidades, sendo que os outros 40 % eram destinados à SAB. Depois do nascimento de seu filho deixa o cargo de segunda tesoureira e se volta prioritariamente às atividades reprodutivas durante mais sete anos, até que é convidada a retomar o cargo de segunda tesoureira e professora, onde permanece por mais 7 anos. Depois destes 21 anos começa a trabalhar como agente de saúde das ruas Salgueiro do Campo e Solar dos Quevedos (ambas do loteamento, sendo a primeira a rua na qual mora) e nesse trabalho permanece por oito anos.

[48] No caso, o colégio o qual D. Benedita se refere é o Sagrado Coração de Jesus.

Por meio das trajetórias de Dona Lúcia e Dona Benedita, mulheres de uma mesma geração, é possível remeter certas questões para o "modelo" familiar até agora pressuposto. Nos dois casos a mobilização de outros membros da família nos parece indicar que o valor recebido pela venda da força de trabalho, ora do sr. Daniel, ora de D. Lúcia, talvez fossem incapazes de repor os pressupostos da reprodução familiar; ou seja, os rendimentos deveriam ser complementados pelos *"bicos"* que os filhos faziam. No caso de D. Benedita o trabalho que realiza está muito mais atrelado ao seu envolvimento político do que realmente à necessidade de um rendimento, ainda que nas condições de vida desta família um dinheiro a mais sempre contribui para a reprodução familiar.

A ausência do pai de Bá exigiu que sua mãe abandonasse a "função" que lhe caberia na esfera reprodutiva, aquele relativo aos cuidados com os filhos, às tarefas domésticas, lhe impondo a necessidade de buscar estratégias para lidar com essa ausência; seja entregando-se ao trabalho, seja mobilizando os filhos/a para o trabalho e/ou as atividades reprodutivas (Fátima, Bá e/ou Tino), seja mobilizando amigos e vizinhos para ajudá-los diante dessas necessidades. No caso de D. Benedita, a pergunta que seu marido lhe remete, quando esta lhe pergunta sobre a proposta de trabalho na SAB, evidencia, ainda que de forma sutil, a autoridade masculina bem como a responsabilidade de Dona Benedita sobre a reprodução familiar. *"Dar conta"*, em nossa leitura, não parece se referir ao trabalho em si, mas da necessidade de conjugar as atividades domésticas com aquelas do trabalho, pois esta última não poderia inviabilizar a primeira. D. Benedita seria capaz de dar conta do trabalho na SAB, sabendo que antes de mais nada teria que dar conta da reprodução de sua família? Devemos incluir qui o fato de que as jornadas de trabalho de sr. Daniel foram majoritariamente noturnas, e que a demanda que ele personificava diariamente era evidente. O almoço deveria ser servido em tempo de que pudesse descansar antes de voltar ao trabalho. Um outro aspecto importante para ser considerado é o fato de que, tanto D. Benedita, como D. Lúcia, mas especialmente D. Benedita, trabalharam em lugares muitíssimo próximos de sua casa, o que permitia uma economia de tempo ao deslocar-se de sua casa para o trabalho e vice-versa tendo em vista responder às exigências tanto de uma quanto de outra atividade.

Até aqui, as famílias pesquisadas apresentam formas de reprodução particulares que contrariam o "padrão" familiar no qual se pressupõe um "provedor masculino estável" (Durham, 2004: 241)[49]. Bá justifica a necessidade de ter que ir trabalhar cedo e viver de doações de roupas e sapatos, pela perda do pai. Fato que deve ser relativizado, mas não desconsiderado[50], se confrontado à família de sr. Daniel que necessitou mobilizar outros familiares mesmo conformando-se como uma "família padrão"; provavelmente devido ao preço pago pela sua força de trabalho no mercado diante das necessidades de reprodução de sua família. Portanto é preciso deslocar o sentido estratégico da família enquanto pressuposto e condição da venda da força de trabalho por parte do sujeito masculino, sendo mais coerente reconhecer o sentido estratégico da família a partir da sugestão de Durham, enquanto "unidade de rendimentos" (2004: 243), conquistados, ora pelos pais, ora pelos filhos, no mercado de trabalho formal e/ou informal, que não nega o momento anterior mas o inclui de outra maneira. O que não implica em igualdade de decisões quanto aos usos que podem se dar para a esses rendimentos conquistados, o que nos remete novamente à questão da hierarquia masculina e patriarcal inscrita na própria constituição familiar e social.

Por outro lado, a reprodução social total vista a partir da família, pode inverter os termos sugeridos até então. Ou seja, do lugar social que a família trabalhadora ocupa, sua vista e prática cotidianas alcançam a "circulação simples" (Marx, cap. III, 1985: 87) o que significa que experimentam os diversos trabalhos que compõem o âmbito familiar como meios de garantir sua sobrevivência e reprodução. Vendem suas mercadorias[51], recebem uma quantia de dinheiro correspondente (ou não) e com esse dinheiro compram as mercadorias que necessitam: M – D – M. A família ocupa o lugar do consumo[52], portanto a finalidade do trabalho daqueles que a compõem é a própria reprodução familiar, daí que **a família não deixa de ser funcional ao capital, mas inclui a possibilidade contraditória de**

---

[49] Do artigo de Eunice Ribeiro Durham "A família operária: consciência e ideologia" (1980/2004).

[50] Mesmo sabendo que homem e mulher no mercado de trabalho não recebem igualmente pelas suas forças de trabalho. Ou seja, mesmo que D. Lúcia ocupasse o lugar do pai, seus rendimentos provavelmente tenham sido menores do que os que seu marido poderia receber, ou mesmo Bá, como força de trabalho infantil.

[51] Que podem ir desde a venda de sua própria força de trabalho até a objetivação desta última em mercadorias produzidas em âmbito familiar. Discutiremos essa segunda opção em nossa seção II.

[52] "A circulação simples de mercadorias – a venda para compra – serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades" (Marx, cap. IV, 1985: 129).

que o trabalho e o capital apareçam como funcionais à família, por meio do qual poderão acessar as mercadorias que consideram necessárias à sua própria reprodução enquanto unidade[53], livres para se deixarem sujeitar ao capital (cf. Gaudemar, 1977). Vale dizer ainda que o momento do consumo, ocupado pela família na reprodução social total, autonomizado da esfera da produção, distante da racionalidade empresarial e estatal, portanto passível de ser identificado como o outro do capital, **pode ser altamente estratégico** para a reprodução do capital.

Consumo é satisfação de necessidades para a família e simultaneamente realização da mais-valia contida nas mercadorias produzidas pelos diversos capitais que compõem a divisão social do trabalho. Realização esta que configura a própria possibilidade de que os capitais continuem a se reproduzir ampliadamente. É a metamorfose da mercadoria em dinheiro, por meio do consumo, que permite seu retorno ao capital que o produziu e seu reinvestimento para produzir novas mercadorias. As famílias se reproduzem, reproduzindo simultaneamente sua própria sujeição ao capital, o que significa que a aparência de reprodução simples que a família guarda é em verdade reprodução ampliada. Em outros termos, para ser trabalhador é preciso ser consumidor e vice-versa, sendo ambas personificações necessárias ao capital. Do ponto de vista lógico o incremento populacional promovido por meio da migração e da constituição das famílias de migrantes nesse período, foi portanto simultaneamente formação de um mercado consumidor de uma "certa soma de meios de subsistência" (Marx, cap. IV, 1985: 141). No entanto o momento particular de incorporação destes migrantes como trabalhadores simples de São Paulo no processo de modernização retardatária produziu uma situação na qual por muito tempo estiveram "segregadas" do consumo acentuado que hoje seus filhos e netos experimentam, impedidas pelos baixos rendimentos que sempre obtiveram no mercado de trabalho de se realizarem como um significativo mercado consumidor de bens duráveis.

---

[53] "A vida familiar aparece assim como a elaboração de uma estratégia que, jogando com a mão-de-obra disponível entre atividades remuneradas e trabalho doméstico, procura assegurar um determinado nível e modo de consumo" (Durham, 2004: 248).

1.2 A "propriedade" da terra[54]

Tornar-se o "promitente comprador" (cf. cópia do compromisso de compra e venda – anexo 2) de um lote de terra de 250m² na década de 1960, oferecido por meio da abertura de um novo loteamento (Jardim Ibirapuera) nos arrabaldes da cidade de São Paulo em franco processo de metropolização, como sr. Daniel, D. Lúcia, sr. José V., e tantos outros migrantes, antigos moradores do Ibirapuera e dos milhares de loteamentos periféricos[55] que se formaram a partir da década de 1950, não lhes permite desvendar como e porquê tais lotes estavam sendo vendidos, tampouco porque vendidos ao preço que foram[56]: *"Aí eu fiquei sabendo que estava tendo esse loteamento aqui, e vim aqui, onde tem a imobiliária, ali perto do Barbinha – que ali do lado do Barbinha foi o primeiro escritório com venda de terreno do Jardim Ibirapuera. Que é ali onde mora o Fábio, o Fabinho, ali da Dona Mirinha, que era um dos mais antigos do Jardim São Luis. Aí eu fui lá na imobiliariazinha dele, que era pequenininha, que o prédio dele existe lá ainda até hoje. Aí eu fui lá até ele, comprei esse terreno"* (sr. Daniel)[57].

Antes, aderir à compra em prestações de um lote de terra pôde ser experimentada primordialmente como estratégia fetichista de reprodução enquanto expropriado na metrópole[58]; o valor de uso é o fim. Tal estratégia fetichista de reprodução deve ser confrontada com outras modalidades de moradia tais como a ocupação, pura e simples, o favor prestado por um familiar já estabelecido na cidade, passando pelo aluguel de casa ou pensões, cortiços e até mesmo o financiamento estatal de habitação, que não deixa de ser

---

[54] Utilizamos propriedade entre aspas por razões que se explicitarão mais à frente.

[55] "Em 1974, o número de moradores proprietários é dos mais altos, atingindo 75%, justamente nos bairros onde a renda média é das mais baixas [...] constituindo na maior parte das vezes os chamados novos bairros "operários", onde predomina a autoconstrução em casas precárias da periferia (Rodrigues e Seabra, 1986).

[56] "Não sabem, mas o fazem" (Marx, cap. I, 1985: 72). É evidente que uma pergunta sobre o fetiche deve nos remeter antes à prática social que produz e reproduz a metafísica do valor e não às oscilações de preço que se produzem na superfície do mercado. Nesse sentido é que poderíamos dizer que tampouco tenha passado pela cabeça destes moradores e de todos nós, porque é que as coisas tem valor e porque nossa sociabilidade é mediada por tal categoria negativa e miserável. Nesta distinção residiria as teorias positivas sobre o valor e a crítica negativa do valor, sendo a primeira aquela que quer aceitar o inaceitável e organizar o inorganizável, fazendo contas, previsões, planejamentos... Aqui nos referimos evidentemente aos tecnocratas.

[57] Em entrevista sr. Daniel me relatou ter pago o preço de Cr$ 306.500,00 pelo lote da seguinte maneira: 49 parcelas de Cr$ 1.000,00, 50 parcelas de Cr$ 2.500,00 e mais 50 parcelas de Cr$ 2.650,00.

[58] "E, lá no alto da Moóca / Eu comprei um lindo lote / Dez de frente, dez de fundo / construi minha maloca" (da música "Abrigo de Vagabundos" de Adoniran Barbosa, 1958).

uma compra não obstante o vendedor ser outro, para buscarmos reconhecer sua determinidade histórica[59]. Incluímos a habitação estatal no conjunto de tais estratégias posto que, em sendo um direito, tal só pode ser mediado pelo mercado[60]. Do ponto de vista do trabalho, todo financiamento para compra de um imóvel exige seu retorno ao banco que o realizou, com juros altos, baixos, ou irrisórios, o que de qualquer forma pressupõe sempre que o trabalhador receba um salário, ou qualquer outro tipo de renda, proveniente de seu trabalho. No limite, o financiamento estatal é sempre "mobilidade forçada" (cf. Gaudemar, 1977). Portanto torna-se essencial perguntar se tais modalidades de moradia competiam à época, com o dinheiro destes trabalhadores da mesma maneira, pois se qualitativamente o dinheiro, "equivalente geral" (Marx, cap. I, 1985: 69)[61] pode ser metamorfoseado em qualquer mercadoria, do ponto de vista quantitativo ele não é infinito[62]. Além disso não é indiferente para esses trabalhadores, tampouco para o capital, se seu dinheiro será gasto nas prestações de um lote, no aluguel de uma casa ou uma pensão, se será economizado pelo fato de morar de favor ou ocupar ilegalmente um pedaço de terra. Diferenças estas que não obstante estarem inscritas nas próprias modalidades de reprodução, engendrando aquilo que pôde-se formular enquanto "modos de vida" (Damiani, 1992; Seabra, 2004; Sader, 1995) distintos[63], estão simultaneamente envolvidos pelos "braços de estivador" (Buarque, 1979/1993) da forma mercadoria[64]. Em outras palavras, a "metafísica do valor"

---

[59] No limite, para nós, toda reprodução é estratégia de sobrevivência frente aos imperativos da mobilidade do trabalho.

[60] Voltaremos a essa discussão em nossas considerações finais na Seção II.

[61] "Não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo todas as mercadorias, enquanto valores, trabalho humano objetivado, e portanto sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro" (Marx, cap. III, 1985: 87). Terra, não sendo produto do trabalho não possui valor, antes o tributo que se paga ao proprietário é uma renda que se refere ao monopólio que este exerce sobre a terra.

[62] Questão que voltaremos nas considerações finais em nossa seção II.

[63] Bem entendido, aos olhos daqueles (nós) que personificam o "pensar" sobre a sociedade.

[64] "O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. [...] a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa não tem que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é nada mais que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Isso

não pode se repor, senão por meio das mercadorias concretas e seus usos (Seabra, 2004) estratégicos possíveis, que se diferenciam nos distintos momentos da mobilidade do trabalho e da reprodução ampliada do capital.

Para sr. Daniel, o casamento com D. Benedita parece ter um peso importante na escolha de dar entrada na compra de um lote que demorou de doze a treze anos para quitar completamente, no recém-aberto loteamento do Jardim Ibirapuera: *"Meu irmão mais velho, que já faleceu, falou: '— Ah, cê tá se arrumando pra casar? Não vai pagar aluguel não. Cê tem que ter, nem que seja um quadradinho pra você morar, pra não pensar no aluguel'"* (sr. Daniel). Ficou sabendo do oferecimento de lotes no Jardim Ibirapuera por meio de representantes de loteadoras que iam oferecer tal mercadoria nas portas de fábrica. Aconselhado por seu irmão mais velho e após dar a entrada na compra do lote em 1960, pede ajuda a um outro irmão, que na época era pedreiro, para iniciar a construção do primeiro cômodo de sua casa: *" '— Ó meu irmão, tá sabendo que eu vou casar, então eu quero fazer aqui, nem que seja um cômodo. Não sei se a família dela vai aceitar ela morar num cômodo, e se ela vai aceitar'. Aí meu irmão veio e nós fizemos um cômodo aí"* (sr. Daniel).

O cômodo recém-construído parece funcionar como condição à vinda de sua mulher, Dona Benedita, para São Paulo: *"Aí falei pro meu, naquele tempo era futuro sogro ainda [e] falei com ela: '— Olha, eu fiz um cômodo e eu não tenho condições de aumentar não, só tenho isso daí pra ir morar, cêis aceitam [eu] levar ela embora num cômodo só?' '— Ah, perfeitamente'. Todo mundo concordou [...] Quando foi no dia 10 de fevereiro de 1962, eu fui lá em Minas, casei e vim morar nesse cômodo aqui. Um cômodo só, eu e ela. [...] Um cômodo bem espaçoso né, ele existe até hoje, onde mora minha filha; depois que a gente ampliou a casa né. Mas o cômodo eu não demoli não, depois fui só ampliando"* (sr. Daniel).

Narra da seguinte maneira as condições de moradia anteriores à casa própria: "*Morava de aluguel, mas era um grupo de rapazes solteiros né. Tinha uns galpões lá, que um português alugava lá perto da Bombril, era uma espécie de pensão. Então, aluguei um cômodo, eu e um primo meu, chama José Inácio [...] Então morava eu e o José Inácio nesse*

---

eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias" (Marx, cap. I, 1985: 71).

cômodo lá, que nós alugamos. Antes eu morava numa pensão, depois achei por bem ter mais liberdade né. Pensão não tem liberdade né, daí saí da pensão e fui morar lá com o meu primo. Mas antes ainda da pensão eu morava com um irmão meu, lá pro lado do aeroporto, mas como achei meio distante pra vim de lá pra cá e tal, eu falei pro meu irmão: '— Olha, muito obrigado e tal, mas agora vou dar um jeitinho na vida'. Aí fui lá pra baixo, perto da Bombril, morei de aluguel sim, pagava aluguel. Como o aluguelzinho a gente dividia em dois e tal, não era muito pesado. Mas eu fiquei lá pagando esse aluguel bem pouco tempo, acho que não foi nem dois anos. [Depois] falei, eu vou morar no meu barraquinho, do jeito que der" (sr. Daniel).

Diante das modalidades de moradia pelas quais sr. Daniel passou, o projeto familiar parece adequar-se mais à condição de "proprietário" do espaço de sua família, protegendo-se das inconstâncias em se viver de aluguel ou com outros familiares, que não aqueles de seu próprio núcleo famíliar. Afirma Bonduki (2011) que

> Ao contrário de todas as outras condições de ocupação (aluguel, cessão), apenas a casa própria auto-empreendida permite que a família possa incorporar trabalho e recursos para remodelar e melhorar permanentemente o espaço físico, de modo que este reflita e expresse o cotidiano familiar (2011: 308).

A casa própria autoconstruída está aqui remetida à possibilidade de formação efetiva da unidade familiar, mas também à possibilidade de que o controle e a apropriação aí pressupostas lhes permitisse a adequação do espaço da casa às suas próprias necessidades e "desejos". O primeiro cômodo construído por sr. Daniel, no centro de seu lote, abrigava diversas funções (quarto, sala e cozinha); era "o utensílio abrigo puro e elementar dotado exclusivamente do indispensável [...] restrito ao atendimento franco, imediato" (Ferro, 1969/2006: 63): *"Tinha um fogão lá dentro, a gente fazia comida lá no cantinho lá, ficava lá do outro lado o guarda-roupinha lá..."* (sr. Daniel). O lote foi ganhando novos cômodos à medida que o tempo passava, as condições econômicas lhes permitiam e o crescimento da família exigisse: *"Aí comecei aqui embaixo [na parte mais próxima da rua], cavava aqui e tal, jogando terra pra lá, fiz esses cômodos aqui embaixo, com a ajuda do compadre Pedro aqui me orientando. Fui escavando aqui, jogando a terra pra rua, fiz esse cômodo aqui, depois escavei mais pra frente, fiz o outro cômodo, aí cheguei lá na divisa com outro cômodo, aí fui subindo...fui fazendo o que eu pude né...[...] aí a casa ficou com quatro cômodos e uma área*

onde era o poço, onde a gente puxava água, Aí esse aqui [referindo-se ao seu filho Daniel] casou. Ele casou e eu falei: - 'E agora? Vou dividir a casa'. Aí dividimos. Deixei dois cômodos pra ele lá... (sr. Daniel).

Daniel (filho), recém casado, irá morar na casa de seu pai durante aproximadamente seis anos, até comprar à vista um lote no próprio Jardim Ibirapuera, em meados de 1990. Entretanto, a instituição familiar de Daniel (filho) não parece ter sido "motivo" o suficiente para que ele se autonomizasse dos pais por meio de uma nova casa para morar logo após o casamento (diferente da trajetória de seu próprio pai), ainda que nesta época trabalhasse em uma fábrica de componentes eletrônicos, por onde conseguiu acumular algum dinheiro que lhe permitiu a compra do lote onde hoje mora. Importante dizer que a escolha pela compra do lote foi um conselho dado por seu pai: *"[melhor] deixar esse fusca de lado e comprar o seu terreninho lá, primeiro. Mais pra frente você compra seu fusca"* (sr. Daniel). O conselho de sr. Daniel para seu filho é o conselho de quem experimentou as condições de ser trabalhador migrante em São Paulo e adquiriu um **saber fetichista** relativo à melhor forma de lidar com tais condições. Dizemos aqui fetichista porque temos em vista explicitar a determinidade histórica das estratégias experimentadas por meio de uma sociabilidade fundada sob a forma-mercadoria e o imperativo da valorização do valor.

> Dos anos 40 aos anos 70, o padrão periférico foi o elemento fundamental de expansão da cidade: o migrante que chegava na região metropolitana não tinha alternativas de habitação, senão morar de aluguel, ou com parentes, e depois comprar um lote na periferia. *A lógica da extensão ilimitada da cidade: loteamentos muito baratos para onde vai a população que precisa da terra, como bucha de canhão...* (Bonduki, 2001: 93 e 94 – grifo nosso)[65].

Ou seja, considerar que as estratégias fetichistas de reprodução do pai e da mãe possam ter se tornado obsoletas diante dos desdobramentos da metafísica do valor[66] e da condição do próprio filho, não-migrante. O que não foi o caso considerando-se a particularidade de sua família, porque ainda existia a possibilidade de que seu filho

---

[65] Voltaremos a esta questão nas considerações finais em nossa seção II.

[66] "Nos anos 80, isso [a compra de lotes] passou a não funcionar mais. Milhares de pessoas não conseguiam mais comprar um lote, porque a terra ficou cara, os custos de transporte muitas vezes inviabilizavam a ocupação e houve a crise econômica, ocasionando despejos, um forte arrocho salarial e o aumento do desemprego" (Bonduki, 2001: 94). Voltaremos a essa problemática na seção II desta dissertação.

adquirisse um lote no próprio Jardim Ibirapuera[67]. Mas a própria possibilidade de que o dinheiro acumulado pelo filho fosse disputado por um lote de terra e um fusca, evidencia uma mudança importante no cotidiano e nos processos de subjetivação experimentados por estes moradores diante da reprodução ampliada do capital. Talvez Daniel pudesse continuar morando com seu pai e sua mãe na mesma casa até hoje, com a facilidade de poder ir trabalhar com seu fusca, ou mesmo passear pela cidade e pelo próprio Ibirapuera, exibindo a condição de proprietário de um carro, mesmo sendo um réles fusca, já usado, de seu sogro. Não sem conflitos, é claro.

As diferenças de trajetórias explicitam um novo elemento no nexo produzido entre a mobilidade do trabalho e a produção do espaço (Lefebvre, 2006), dado que na trajetória de seu pai, a autonomização familiar buscada com relação a seu primo, associava-se à possibilidade de obter um novo lugar para morar, sendo tal movimento objetivado na formação de mais uma nova moradia autoconstruída nos arrabaldes da cidade. Do ponto de vista dos loteadores do Jardim Ibirapuera[68], a família de sr. Daniel e centenas como ela, representavam uma **demanda solvável**, dado que a terra oferecida representava uma mercadoria possível (daí uma estratégia possível de reprodução), frente a seus rendimentos. Já o casamento de Daniel (filho), apesar de depois de seis anos ter conquistado sua própria casa, não lhe permitiu a conquista imediata de sua moradia, impondo a sr. Daniel e D. Benedita "abrirem mão" de metade da casa em nome da ajuda prestada a seu filho no início

---

[67] "...o ex-dono [do lote], quando ele comprou o lote era a mesma época que o meu pai comprou o lote aqui também. Foi o primeiro dono lá, 1960. Izaltino era o nome dele. Ele morava lá pros lados de Mauá, ele morava lá e comprou aqui, mas aqui só ficava o terreno só e aí ele colocou à venda aqui. Na ocasião, ele disse pra mim quando ele tava vendendo aqui que ele tava comprando uma casa em Taubaté, e ele precisava de um dinheiro pra completar o pagamento dessa casa lá, foi onde ele vendeu o terreno aqui pra completar o pagamento" (Daniel).

[68] "...Guerino Banzoli e sua mulher Pierina Banzoli, residentes na rua Francisco Dias Velho, nº 120 e Roque Petrella e sua mulher Heloísa Banzoli Petrella, residentes na rua Francisco Dias Velho, nº 237, todos proprietários e domiciliados nesta capital, desejando proverem a venda do imóvel ou de sua propriedade localizada no bairro Ibirapuera, situado no 33º subdistrito da Capela do Socorro, subprefeitura de Santo Amaro, distrito, comarca, têrmo e município da capital do Estado de São Paulo, décima primeira circunscrição imobiliária da capital e que constitui o Jardim Ibirapuera, dividido em lotes, por **oferta pública e em prestações nos termos do regime estabelecido pelo decreto lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937**, regulamentado pelo decreto nº 3.079, de 15 de setembro de 1938, vem antes de anunciar dita venda, depositar neste cartório para o devido exame, o memorial abaixo especificado, assim como a documentação ao mesmo correspondente..." (Requerimento e memorial para inscrição do loteamento do Jardim Ibirapuera de dezenove de outubro de 1963, fl. 2 do processo 421 arquivado no décimo primeiro registro de Imóveis da Capital - documento único).

de sua vida matrimonial[69]. Consideramos importante atentar para a distensão temporal implicada na saída de Daniel da casa de seus pais.

Dona Lúcia, mãe de Bá, Tino e Fátima, chegou com seu marido em São Paulo no ano de 1956, tendo morado de aluguel durante 6 anos, um período no Jardim São Luís, loteamento limítrofe e anterior ao próprio Jardim Ibirapuera e outro período na casa de Dona Irene (localizada na rua 7 do próprio Jardim Ibirapuera). Em conversa, revela que comprou o lote no Ibirapuera em 1962, dadas as dificuldades financeiras com o aluguel, que em suas palavras, *"pesavam [no orçamento]"* (D. Lúcia) e também por causa das condições de locação na época: *"...o pessoal não queria alugar casa porque tinha criança, que diz que criança estragava a casa. Então não alugava. Que perguntava: '— Tem criança?' '— Tem'. '— Então não!'. Não conseguia alugar a casa"* (Dona Lúcia).

Deu entrada para a compra do lote no Ibirapuera de uma senhora, Dona Francisca, que já o havia comprado dos loteadores Guerino Banzoli e Roque Petrella, e assim descreve a negociação: *"Aí essa senhora que tinha comprado o terreno, aí ela falou para mim: '— Você quer comprar o meu terreno?'. Eu disse '— Sim'. '— Então a senhora me dá 25' – acho que era cruzeiro, ou mil réis, alguma coisa assim; '— A senhora me dá 25, que a gente vai lá no escritório, que nós vamos fazer os papéis'. Aí o meu marido falou assim: '— Ah, mas eu vou morrer e eu não vou conseguir pagar esse terreno! Como é que eu vou pagar esse terreno?"* (Dona Lúcia).

Como já vimos, infelizmente seu marido morre logo após darem entrada no lote. Depois de 25 anos (1987) pagando as prestações do lote, faz a escritura do mesmo. Logo que dá entrada no lote contrata um pedreiro (sr. Nelson, aparentemente morador do Ibirapuera também) para iniciar a construção de um quarto ao fundo do mesmo, permitindo sua mudança definitiva para o Ibirapuera. Sem porta e nem janela, cobertas com uma cortina para que as vacas não colocassem a cara pra dentro da casa, Dona Lúcia e seus filhos mudam-se para esse cômodo construído no lote recém-comprado a prestações. Compra não

[69] Só para efeito de ilustração, pois voltaremos neste assunto adiante, hoje no lote de sr. Daniel e D. Benedita moram, além deles na casa da frente do lote, sua filha e neta no primeiro cômodo construído por sr. Daniel; sua neta Juliana, com marido e bisneta, num cômodo no 2º andar ao fundo do lote, além de mais três cômodos virados para a rua que são alugados por sr. Daniel para pequenos comerciantes (assistência de máquinas de lavar roupa, eletrodomésticos e bar). Além destes, no fundo do lote na parte térrea, há mais um cômodo, hoje utilizado para festas da família, mas todo preparado (com conduítes e encanamentos) tendo em vista a possilidade de abrigar mais algum familiar que necessite.

sem dificuldades, como atesta a ajuda que D. Lúcia recebeu de um compadre que pagou algumas prestações do terreno, chamado por *"padrinho de todos"* e já falecido. Diferente de sr. Daniel a perspectiva do compromisso a longo prazo com as prestações do terreno, parece antes preocupar falecido marido de D. Lúcia, do que uma boa idéia. De qualquer forma sua inquietação nos ajuda a pensar sobre o próprio caráter contraditório da compra a prazo, inclusive nas repercussões sociais e espaciais de tal adesão.

Sr. José Vieiras assim que chega em São Paulo vai em busca de seu irmão que à época trabalhava em Santo Amaro *"na Stanley [...] ali na Marginal [Pinheiros], fabricava machado, essas coisas, ferramenta em geral, ferragem em geral..."* (sr. José V.) e por ali também morava, em uma pensão alugada, onde sr. José Vieiras e seu outro irmão que com ele tinha vindo, acabam por se instalar: *"...nós chegamos aqui no Brás, numa segunda-feira de manhã, chegamos aqui no Brás e tal, aí tava com o endereço do meu irmão, nós fomos pro meu irmão, na empresa onde ele trabalhava e lá a gente ficou morando com ele em uma pensão"* (sr. José V.).

Moram por algum tempo aí e logo depois se mudam, os três irmãos, para o Parque Arariba: *"...depois dessa pensão nós [...] alugamos uma casinha de dois cômodos lá no Parque Arariba e fomos morar lá, nós três. Eu, e meus dois irmãos. O Parque Arariba era uma vila, periferia, né, era muito... era rua de terra..."* (sr. José V.). Nesta ocasião já trabalhava na fábrica de parafusos Triunfo e descreve assim as dificuldades em morar de aluguel: *"... pagar aluguel é assim, [...] naquele tempo eu não estava, assim, ainda preparado profissionalmente, estava começando, ganhava pouco.....eu ganhava pouco e pagava aluguel, luz e água e depois tinha as despesas de casa e o que sobrava era muito pouquinho pra gente e.....então o que a gente fazia: improvisava daqui e dali para juntar uns trocadinhos para comprar um terreno"* (sr. José V.). Além do aluguel e do "desejo" de comprar um terreno outros fatores influenciariam na decisão de comprar o lote: *"...aí o meu irmão trouxe a mulher depois com os anos, trouxe a mulher e os filhos, aí nós tivemos que sair fora, né, cada um pro seu canto"* (sr. José V.).

Após mais ou menos quatro anos morando de aluguel, resolve dar entrada num terreno de um loteamento recém-aberto no Jardim Ibirapuera, o Jardim Leni. Assim sr. José narra o ocorrido: *O terreno foi assim [..] na empresa onde eu trabalhava tinha um colega meu que morava no Jardim São Luis, aí ele falou assim: - 'Ô Seu Zé, [...] abriu um loteamento*

lá no Jardim Ibirapuera'. [...] Eu não conhecia muito para aqueles lados, porque eu morava para cá, no Valo Velho, Parque Arariba. Aí eu fui lá ver, fui lá no rapaz da imobiliária, ele me apresentou e tal, ele foi embora e eu fui olhar os terrenos, gostei daquele que era mais próximo do [ponto] final, né, foi quando eu comprei, foi através desse colega meu que me apresentou esse cara da imobiliária..." (sr. José V.). Comprou o terreno em prestações que duraram sete anos para serem liquidadas e durante este período fez dois cômodos permitindo sua ida definitiva para o Ibirapuera. Em suas palavras: *"...fiquei sete anos pagando e nesses sete anos eu fiz dois comodozinhos lá no fundo e entrei para dentro... quando eu entrei para dentro eu falei assim: '— Nossa, isso aqui é meu!'. E aí meu amigo, era dois comodozinhos, um banheiro, entendeu, sem acabar...era...eu estava feliz"* (sr. José V.). Diz ainda que a partir da entrada na compra do lote *"começou a sobrar alguma coisa porque o dinheiro que [...] pagava aluguel eu já investia [...] na minha casinha"* (sr. José V.) o que a converte em possível patrimônio. A importância e o significado atribuído à propriedade parece não destoar daquela presente no depoimento de sr. Daniel. Da mesma forma como sr. Daniel, o projeto familiar dos irmãos migrantes de sr. José Vieiras funciona como uma ruptura efetiva nas modalidades de habitação a que aderem enquanto são solteiros. Na trajetória destes trabalhadores é quase possível reconhecer uma **identidade entre formação da instituição familiar e constituição de uma propriedade** por meio da compra de lotes de terra a prestações em loteamentos periféricos.

Como se vê nas trajetórias aqui descritas, o custo familiar mensal destinado à habitação, enquanto espaço reificado da reprodução familiar, não é sanado por meio da compra de um lote à prestação. Antes tal custo indispensável à reprodução, que no caso de D. Lúcia durou vinte e cinco anos, de sr. Daniel treze e de sr. José Vieiras sete anos, aparece remetido à possibilidade de um dia se verem livres do mesmo, alçando por fim tornarem-se "proprietários" sobre um pedaço de terra, condição que a casa de aluguel nunca poderia oferecer. Aos olhos destes, a perspectiva de futuro que se lhes apresentava como "uma imensa coleção de mercadorias" (Marx, cap. I, 1985: 45) foi subjetivada como uma promessa diante da qual o endividamento a longo prazo, com prestações que adequavam-se aos seus rendimentos mensais, lhes parecia próspero. Conjutura que não podia ser apreendida em sua totalidade pelos sujeitos a ela sujeitados, mas que se confirmava cotidianamente por meio da adesão generalizada à compra de lotes a prestações feitas por amigos, colegas de

trabalho e familiares. Era uma escolha e uma prática hegemônicas entre os trabalhadores desta geração e de grande parte da periferia paulistana[70].

A própria relativa imobilidade espacial a que se submetem quando aderem à compra em prestações torna evidente a expectativa de *"tocar a vida"* em São Paulo[71], não nos parecendo como uma alternativa temporária ou transitória. Aspecto este evidenciado pelo ex-marido de D. Lúcia que reconhece as dificuldades de ter que estar em dia com as prestações acordadas. Há aqui vislumbrada a possibilidade e, contraditoriamente a aposta, haja vista a presença dominante do endividamento na aquisição do lote de terra, de que a trajetória de trabalho destes moradores lhes permitiria vencer as prestações, mesmo que isso exigisse a mobilização da família inteira, ou mesmo recorrer à ajuda de amigos e vizinhos, como fica claro na presença do *"padrinho de todos"*, no caso de D. Lúcia[72]. A "renda de monopólio" (Marx, cap. XXXVIII, 1986) que tais trabalhadores e suas respectivas famílias necessitaram pagar pela compra de certa porção (irrisória) do globo terrestre já explicita a função social que a propriedade cumpre na reposição da mobilidade do trabalho (Gaudemar, 1977). Em outras palavras, na cotidiana mobilização do trabalhador, e isto em certa medida, independente do valor que se pague por tal renda. O preço da imobilização num determinado espaço (mediado pela propriedade da terra) realiza-se socialmente como uma dívida que deve ser paga por meio do trabalho cotidiano na esperança de um dia se ver

---

[70] "É difícil quantificar a expansão desse processo pois ele ocorreu à margem das estatísticas oficias. No entanto, a análise da evolução do número de domícilios próprios revela o enorme incremento da propriedade na cidade de São Paulo no período pós-40. E como a casa própria, para a maioria da população, significava auto-empreendimento em loteamento periférico, esses dados expressam, ainda que de maneira indireta, o grau de crescimento dessa alternativa habitacional" (Bonduki, 1998: 282). Descreveremos aqui os dados da tabela incluída no livro de Bonduki: Em 1920 a relação entre proprietários e locatários era, respectivamente de 19% e 79%; já em 1970 a proporção se inverte sendo 38% a porcentagem de locatários e 54% a de proprietários.

[71] "...aqui tinha um irmão meu, já tava aqui há algum tempo e o sonho da gente lá, de tá naquele mundão lá, naquele sertãozão lá, era: crescer, vou pra São Paulo. Agora a gente não tinha idéia do que era São Paulo... eu, no meu caso, eu tinha, não tinha nem concluído o primário, ainda, nada, né... praticamente, e a gente cresceu e ficou ali. Falou, '— Ó meu pai, eu vou pra São Paulo, vou lá com o meu irmão lá'. E meu pai... '— É, vai né. Você quer ir, vai né?' E eu vim pra cá, eu vim, aí... Veio, eu, meu irmão, meu outro irmão, e a gente começou a, sei lá, a **tocar a vida aqui** né, a partir daquele ano, em 1971" (sr. José V.).

[72] "A propriedade, mesmo que ilusória, do terreno e o imenso esforço para a construção da casa constituem penosos investimentos a longo prazo – a população se fixa assim de modo relativamente permanente no local, presa a um projeto interminável" (Durham, 2004: 383). Assim, a compra da mercadoria terra, como momento da "liberdade positiva" (Gaudemar, 1977) mostra sua dimensão negativa, quando se reconhece o caráter dominador da dívida na mobilização cotidiana para o trabalho. Mostra-se assim o aspecto contraditório da estratégia.

livre da mesma, tornando-se daí em diante aquele que recebe o tributo e não aquele que o paga. O morador comprava “fiado”, tornando o loteador seu “eterno” credor, que deveria pagar por meio da venda de sua força de trabalho, a mercadoria mais perecível de todas (cf. Marx, cap. IV, 1985) as dívidas contraídas[73]. Dívidas que não estão restritas à compra do lote, mas que determinaram também a aquisição dos materiais necessários à construção da casa.

[73] “Eu fiz de tudo para ser bom operário / veio a crise financeira eu perdi o meu trabalho” (da música “Mulher de Malandro” de Geraldo Filme, 1980). É sempre uma aposta num contexto de reprodução social inconsciente.

1.2.1 A casa

O cotidiano reprodutório do tempo abstrato imposto pelo trabalho, cindido entre tempo de trabalho socialmente necessário e tempo livre, é experimentado por estes trabalhadores enfrentando-se ora com tornos, fresas, vassouras, pratos, portões, armas, enquanto meios de produção "monopolizados por determinada parte da sociedade [...] autonomizados em relação" (Marx, cap. XLVIII, 1986: 269) às suas forças de trabalho, ora com seus meios de subsistência, comprados no mercado, consumidos e apropriados por eles em âmbito privado. Ambos enquanto "hieroglifos sociais" (Marx, cap. I, 1985: 72)[74] produzem e reproduzem práticas particulares. A compra do lote, sem qualquer área construída, exigiu de seus "proprietários", como demonstramos acima, a feitura de um primeiro cômodo para servir como abrigo inicial para continuarem se reproduzindo em São Paulo. A compra dos materiais necessários à construção destes primeiros cômodos, bem como dos posteriores, não pôde ser realizado senão por meio de prestações, como nos disse sr. Daniel, que comprou tais materiais a prazo, por vezes atrasando as parcelas, tornando o depósito de materiais de construção, localizado na antiga rua 2, um "verdadeiro BNHzinho popular" (Ferro, 2006 : 62). Segundo relato colhido por Andréia Tenório[75], havia também a prática no Jardim Ibirapuera de financiamento de uma certa quantidade de materiais de construção por parte dos loteadores do terreno, assim que os compradores davam entrada na compra do lote[76].

---

[74] "À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas. Como valor de uso, não há nada misterioso nela [...] mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica" (Marx, cap. I, 1985: 70).

[75] Andréia Tenório trabalhou por algum tempo na organização não-governamental Bloco do Beco por meio do qual realizou algumas entrevistas com moradores mais antigos do "*bairro*" tendo em vista reconstituir a história do Jardim Ibirapuera.

[76] Em nossa pesquisa no 11º Registro de Imóveis encontramos um documento "requerido pela Prefeitura Municipal de São Paulo contra Roque Petrella afim de haver do mesmo a importância de Cr$ 7.524,00 proveniente de *imposto de indústrias e profissões*, rubrica 449 – *Olaria* – Fab. Mercador, lançados a bairro do Morumbi, s/n contr: 70-202-163 que deixou de pagar o exercício de 1948..." (Certidão expedida em 6 de maio de 1960 pelo segundo ofício dos feitos da Fazenda Municipal nos autos da execução fiscal número 25.260, série 5/58 movida pela Prefeitura Municipal de São Paulo em face de Roque Petrella – fl. 56 do processo 421 arquivado no décimo primeiro registro de Imóveis da Capital.).
Consideramos que a existência de tal documento nos indica que Roque Petrella não era somente proprietário de terra e loteador, mas também fabricante de tijolos. No caso, centralizava todos os capitais necessários à formação do "*bairro*", o que poderia configurar-se como o exercício de um monopólio.

Com relação à construção de suas casas, os moradores entrevistados narram um cotidiano semelhante: *"Na [época em que trabalhei na] Lacta era só à noite, direto, 12 horas... entrava às seis da tarde, saia às seis da manhã. Chegava aqui [em sua casa] às seis horas da manhã, pegava a colher de pedreiro e ia fazer a construção aqui, até meio dia. Meio dia eu almoçava, ia dormir, quando era tarde ia pro trabalho novamente. [...] E assim foi, fui desaterrando, fui construindo, e já faz 40 anos que eu venho construindo aqui* (sr. Daniel). A construção da casa não prescindiu da ajuda de outros familiares e amigos, como seu irmão, cumpadre Pedro (vizinho seu no Jardim Ibirapuera) e seus próprios filhos. Experiência também relatada por Fátima, filha de D. Lúcia: *"... [Foi] o sr. Nélson que começou a construir ali. Aí depois a mãe começou a trabalhar depois que o pai faleceu, e depois foi lá e construiu. Depois nós fomos lá, trabalhando também, e depois fomos ajudando a construir o resto"* (Fátima).

Sr. José Vieiras narra situações parecidas dado que adquiriu sua casa por meio do mesmo processo de construção: *"Aquilo ali [sua antiga casa] foi construído nos finais de semana, praticamente. Só a de cima que eu empreitei com o pedreiro. Mas as outras foram tudo feitas nos finais de semana, de noite... Chegava do serviço, tava lá o caminhão de pedra, o caminhão de areia, de bloco, cê tinha que puxar pra dentro e... se tinha coluna pra encher, já fazia ali um concreto, já enchia a coluna, pra chegar no fim de semana e o negócio já estar começado. Aí o pedreiro vinha e a gente... Fim de semana enquanto o pessoal tava assistindo o jogo, prá lá e prá cá, nêgo tava construindo"* (sr. José V.). Quanto à maneira de planejar a construção dos espaços da casa diz que primeiro *"tinha feito lá nos fundos [do lote], que foi a primeira casinha que [fez] e depois [foi] pra frente do lote"* (sr. José V.), processo semelhante à maneira como sr. Daniel e D. Lúcia conceberam e construíram os espaços de sua casa. Mas diferente de sr. Daniel, diz que *"tinha o pedreiro... a gente já contratava para os finais de semana, já tava tudo certo, entendeu? Então vinha ele, a gente fazia massa, concreto, arranjava o material e mandava brasa"* (sr. José V.).

Diz que demorou em torno de quatro anos para deixar a casa como está, *"mas que ainda tem coisa pra fazer... está parecendo igreja... nunca acaba"* (sr. José V.). Hoje em dia esta primeira casa de sr. José Vieiras ficou para dois de seus filhos morarem e ele mora com a esposa, além de Rói, em uma casa do outro lado da represa do Guarapiranga, numa

travessa da Avenida Robert Kennedy, além de ser proprietário de uma pequena chácara em São Lourenço, Itapecerica da Serra.

Como se pode entrever nestes breves depoimentos, a autoconstrução[77] emerge como prática construtiva necessária à transformação do lote de terra em uma moradia[78] para muitos moradores do Ibirapuera e imediações, contratando pessoas ou não. Talvez o único valor de uso que poderia atender às suas necessidades enquanto expropriados. Caso a terra não se transformasse em casa, não teria utilidade social para estes trabalhadores. Só enquanto possibilidade de extração de renda, situação difícil de aceitar dada a situação em que estavam: migrantes recém-chegados em São Paulo sem lugar para morar. Bá, ouvindo a descrição que sr. Daniel fazia sobre o processo de autoconstrução de sua casa no Ibirapuera sugere que *"todo mundo [aqui no Ibirapuera] começou assim, porque eu lembro que minha mãe também foi um quarto só, aí tal, que daí desse quarto vai aumentando a casa. Na verdade não teve nem como: - 'Ah não, eu vim, planejei, fiz a casa assim...' Não, todo mundo começou assim, e aí a casa vai aumentando em volta daquele cômodo aí"* (Bá).

Como se vê, aquele tempo livre destinado à reprodução destes trabalhadores e de suas famílias, está sendo usado também para a construção de suas moradias. Os trabalhadores vendem seu tempo de trabalho para o capital, recebem um salário referente à essa venda, e com esse dinheiro pagam as prestações do lote e dos materiais necessários à construção de suas casas (M' (força de trabalho) - D (salário) – M'' (lote de terra/tijolos/cimento/colher de pedreiro) - autoconstrução - M (casa)). Tais trabalhadores, na relação de assalariamento à qual estão submetidos, lidam com meios de produção que encontram-se completamente autonomizados de suas força de trabalho, utilizados com o sentido imediato de valorização do valor. Já na autoconstrução os meios de produção produzidos e não-produzidos (terra, cimento, tijolos, água...) são consumidos e apropriados por eles numa relação **aparentemente** não-mediada, não-fetichizada, diante da qual somente as necessidades imediatas (e sua realização por meio das possibilidades de investimento nos meios de

[77] Segundo Bonduki, "a característica básica [das casas autoconstruídas] é [de] serem edificadas sob gerência direta de seu proprietário e morador: este adquire ou ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão-de-obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e em seguida ergue a casa" (Bonduki 2011: 281).

[78]

produção necessários) parecem comandar a produção[79]. No entanto, seus meios de produção (pá, enxada, colher de pedreiro, tijolos, cimento, lote de terra, etc.) foram todos produzidos por capitais privados e colocados à venda no mercado para serem trocados por dinheiro, e tais objetivam valor e mais-valia que serão realizados ao serem comprados e consumidos por esses milhares de autoconstrutores das periferias paulistanas em formação. A completa autonomização que Ferro (2004) faz da descrição do processo de trabalho não permite identificar os nexos que a autoconstrução estabelece com totalidade social mediada pela forma-mercadoria, parecendo existir aí um processo autônomo de produção da moradia. No tempo destinado ao lazer, ao jogo de futebol do fim de semana na televisão, ou mesmo no horário entre o fim da jornada de trabalho e o início da próxima, estes trabalhadores se entregavam à necessidade de transformar aquela mercadoria recém-adquirida em uma nova mercadoria, com efetiva utilidade para eles, por meio do que se poderia chamar de um novo "processo de trabalho" (Marx, cap. V, 1985: 149)[80]. Neste novo processo de trabalho o nível de produtividade empregado seria aquele da manufatura, pois o trabalhador/construtor/morador

> dispõe do tempo parcelado, não emprega processo algum que exija trabalho continuado, ininterrupto, mas aceita o velho modo que é apropriado à renovação completa em cada etapa da construção, o empilhar de tijolos (Ferro, 2006: 63).

Ou seja, tanto a intermitência do tempo destinado à feitura da casa, bem como a baixa produtividade (mínima composição orgânica do seu capital), faz com que a construção de suas casas se assemelhem à construção de uma igreja, como bem disse sr. José Vieiras[81]. Portanto, as casas autoconstruídas não tinham projeto definido *a priori*, sendo sempre

---

[79] "Da casa, o operário requer inicialmente, pouco mais que proteção contra chuva e frio, espaço e equipamentos suficientes para o preparo de alimentos e descanso. Enfim, tem com ela a relação direta e *não mediatizada*, como só surge entre homem e seu instrumento de trabalho pessoal. Não é *envolvido por qualquer fetiche*, usa simplesmente, sem mistério ou respeito exagerado. A casa é feita para servi-lo e serve-se naturalmente dela" (Ferro, 1969, 2006: 63 – grifo nosso).

[80] "Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o "mutirão". Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, *sobretrabalho"* (Oliveira, 2003: 59 – grifo nosso). Voltaremos a essa questão.

[81] "Nas periferias convive-se cotidianamente com casas permanentemente em construção, materiais amontoados nas calçadas, fins de semana ocupados na edificação, manutenção, melhoramento, reforma e ampliação da casa (Bonduki, 2011: 312).

contingenciais, e a mobilização dos espaços que compõem o lote geralmente acorde aos rendimentos acumulados e às necessidades familiares. As casas eram construídas por pedaços, por cômodos, ocorria à medida do possível e do que parecia aos moradores o necessário.

Diante de tais particularidades incidiram leituras, por exemplo, como dos arquitetos Carlos A.C Lemos e Maria Ruth Sampaio (1993) que enxergaram em tais práticas um espaço de moradia onde estariam "refletidos, com toda a sua pureza, os desejos, gostos e ideais arquitetônicos de seus moradores" (Lemos e Sampaio, 1964/1993: 13). Perspectiva legitimada ademais pelo fato de nessas moradias não estarem presentes "os projetos "eruditos" saídos das pranchetas civilizadas dos arquitetos [que] não atendiam aos aspectos culturais do povo" (Lemos e Sampaio, 1993: 5), o que permitiu que as práticas implicadas na construção destas moradias se reificassem, num primeiro momento enquanto "modo de vida"[82], e num segundo momento (daquele de crise do planejamento urbano e do projeto moderno de arquitetura) como modelo prescritivo de política pública habitacional[83].

Assim, no processo de aquisição da casa própria o sujeito que personifica o trabalho no mercado deve se voltar (não sem a ajuda de seus familiares e vizinhos) à produção de um valor de uso necessário à reprodução de toda a família. Considerando que, para a grande

---

82 "Como o auto-empreendimento está alicerçado na contra-prestação de serviços, além do trabalho na própria casa, o morador participa da construção de várias outras, num processo que o envolve por anos, transformando-se numa *prática cultural e de sociabilidade* na periferia" (Bonduki, 2011: 312 – grifo nosso). Aspecto que perfila também em Sader (1995) e Seabra (2004).

83 Serviu de base para o projeto Promorar, criado e implementado pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) em São Paulo entre os anos de 1979 e 1983, como uma crítica aos projetos habitacionais implementados pela COHAB – SP, que não atendiam aos interesses "genuínos" dos moradores: "Este programa tinha alcance nacional e foi criado pelo Banco Nacional de Habitação visando atender à população favelada. Consistia numa habitação evolutiva, isto é, um embrião inicial de área exígua, 24m² construído em lote de 75m² destinada ao abrigo inicial da família. Era um espaço único acrescido de um banheiro, que seria a célula inicial de uma habitação, que poderia alcançar até 54m² através do acréscimo de mais dois cômodos.

Os acréscimos deveriam ser construídos pelo próprio morador, prevendo-se assessoria técnica da Prefeitura para a ampliação, o que, entretanto, não ocorreu. Hoje as quase 4000 habitações construídas, através do projeto Promorar, são praticamente irreconhecíveis, uma vez que seus proprietários ampliarm seus embriões ignorando as plantas de ampliação fornecidas pela Prefeitura. Na quase totalidade das ampliações realizadas deixaram o embrião intocado, uma vez que ele não permitia a verticalização, e construíram novos cômodos com fundações reforçadas, já prevendo a colocação de laje e construção de um segundo andar. Em nada diferem de um loteamento de periferia ou de uma favela já consolidada, onde o processo de transformação dos barracos em casas de alvenaria já teve início" (Sampaio e Lemos, 1993: 7). Mas não era exatamente isso que o Promorar almejava? A expressão espacial genuína dos trabalhadores? Nos termos dos autores, eles continuam expressando seus interesses, mas num contexto cada vez mais catastrófico de sua própria reprodução.

maioria das famílias pesquisadas, esteve sempre colocada a necessidade de que os outros membros da família se mobilizassem para "conquistar" outros rendimentos no mercado tendo em vista compor a unidade de rendimentos familiares[84]. O que importa reter por enquanto é que o sujeito do valor, diante das necessidades de sua reprodução e de sua família, se empenha na produção de um valor de uso indispensável à reprodução familiar, incapaz de consumi-la por meio do mercado de habitações, ou mesmo por meio do Estado. Portanto a estratégia de reprodução adotada por estes trabalhadores e suas famílias foram responsáveis pela produção de uma materialidade nada desprezível[85] no conjunto da composição material da metrópole paulistana. Materialidade esta que provavelmente extrapolou, em muito, a média social de produtividade do trabalho do setor da construção civil. Em outras palavras, se no processo de produção capitalista, a produção do espaço, inclusive habitacional, conforma-se enquanto um setor particular de acumulação do capital[86], portanto de valorização do valor, **como pensar a produção de uma "cidade"**[87] **construída à margem do "tempo de trabalho socialmente necessário"** (Marx, cap. I, 1985: 48) da construção civil?[88]. Como pensar a importância dessa extensa materialidade (sem valor?) diante do processo crítico de reprodução do capital e do trabalho?

Por um lado os meios de produção necessários à feitura das casas foram consumidos improdutivamente, objetivando reproduzir "apenas o indivíduo necessitado" (Marx, cap. XXI, 1984: 158); pois todas as atividades que compõem a construção da casa estão diretamente vinculadas ao próprio consumo e reprodução familiar, não sendo uma produção que tem em

---

84 Há sugerida aqui não uma inversão mas um embaralhamento das personificações, onde os lugares sociais, ao menos internamente à família, parecem não estar completamente cristalizados.

85 "...os trabalhadores empreenderam a construção de pelo menos *um milhão* de casas na Região Metropolitana de São Paulo nos últimos cinquenta anos" (Bonduki, 1988/2011: 313 – grifo nosso).

86 "A urbanização está entre os novos setores produtivos. Neste sentido, considerando a urbanização francamente imersa no processo econômico, verticalmente, podemos esclarecer a questão da produção do espaço social [...] Além de viabilizar outras produções econômicas, a urbanização define uma nova produção" (Damiani, 1999: 119 e 120).

87 Não coincidentemente "A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial" (1982) é o título de um livro organizado por Ermínia Maricato. A idéia de que por meio da autoconstrução de suas habitações esses trabalhadores construíram também a cidade fica evidente aqui.

88 "Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho" (Marx, cap. I, 1985: 48).
"O tempo de trabalho socialmente necessário [...] se impõe com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade, quando a alguém a casa cai sobre a cabeça" (Marx, livro I, tomo I, 1985: 73).

vista sua troca. Portanto, seria indiferente o tempo nela despendido? Não exatamente. As relações de produção ("não-tipicamente capitalistas" (Oliveira, 2003), porque não assalariadas) implicadas na moradia destes trabalhadores, apareceu na consciência daqueles que personificaram à época (e hoje ainda personificam) a autoconsciência da sociedade, na figura de um velho fantasma que assombrava (e ainda assombra, mas por meio de outras chagas) as promessas "positivas" da modernização nacional.

> a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no *arcaico* e reproduzindo *relações arcaicas* no novo (Oliveira, 2003: 60 – grifo nosso)[89].

Ou seja, o capital industrial como a forma mais avançada de reprodução do capital produziria o seu avesso, o atraso[90] (interpretação corroborada por Maricato, 1972/1982 e 2000; Ferro, 2006: Bonduki, 2011). Seria o terror da mais-valia absoluta (a violência extra-econômica) em meio à imagem paradisíaca da mais-valia relativa (a violência econômica)[91], dado que para o autor o tempo de trabalho socialmente necessário exigido destes trabalhadores se extenderia para além dos muros dos seus locais de trabalho, configurando uma superexploração dos mesmos por parte do capital[92]. Portanto para Oliveira (2003) o tempo despendido na produção da casa é tempo de trabalho, contabilizado enquanto tal, o que lhe permite considerá-lo "sobretrabalho". Mas porque o tempo despendido em sua

---

[89] Relações de produção que não se limitam à esfera de produção das moradias feitas por estes trabalhadores, mas se ramificam para outros setores da divisão social do trabalho, produzindo um *desenvolvimento desigual e combinado* da acumulação, porque composta, nas palavras de Oliveira, por "modos de acumulação distintos entre os setores da economia" (Oliveira, 2003: 65). Interpretação corroborada por Kowarick quando diz que "o desenvolvimento das forças produtivas não se dá de maneira uniforme e linear; ao contrário, ocorre de maneira desigual, no qual coexistem de forma articulada empresas com alta densidade de capital constante e unidades cujas modalidades produtivas dificilmente poderiam ser caracterizadas como plenamente capitalistas" (1993: 59).

[90] "Na larga formação semicamponesa do Brasil [...] a habitação era autoconstruída, portanto seu custo jamais esteve presente no produto do semicampesinato brasileiro. Essa forma como a economia rural resolvia o problema da habitação transportou-se para a cidade" (Oliveira, 2006).

[91] "A producão de mais-valia pode efectuar-se de dois modos distintos, segundo o uso que o capitalista faz da força de trabalho. Ambos correspondem a um excedente de valor que o capitalista se apropria, mas este excedente provém, num caso, de um prolongamento da jornada de trabalho, no outro, de modificações, quer das técnicas utilizadas, quer da divisão do trabalho. O primeiro modo corresponde à produção da mais-valia absoluta, o segundo à de produção da mais-valia relativa" (Gaudemar, 1977: 213).

[92] "O capital se reproduz com o rebaixamento do custo da força de trabalho ou, em outras palavras, com o rebaixamento do salário. Desse ponto de vista, a autoconstrução era estranhamente um mecanismo de acumulação primitiva, pois a casa autoconstruída daquela forma não se transformava em capital" (Oliveira, 2005).

produção não seria igual ao tempo objetivado na comida feita e na roupa lavada pela mulher e/ou os filhos, o que tornaria ambos os tempos contabilizáveis enquanto trabalho? "Cozinhar, lavar, passar, emendar, cuidar das crianças" (Durham, 2004: 243) também podem ser considerados tempos socialmente necessários à reprodução do trabalhador, não? Como disse sr. Daniel, operário como ele não tinha dinheiro pra contratar empregada doméstica o que exigia que D. Benedita tivesse que dar-se com o trabalho na associação e com a *"lida"* da casa, tal como D. Lúcia. A crítica de Oliveira (2003) não atinge a **forma social** (Kurz, 1994; Scholz, 2007) preocupando-lhe antes os males de uma modernização incompleta[93], ou como ficou consagrada a interpretação sobre a modernização retardatária nacional, de uma *modernização conservadora*. O fim da superexploração que aqui se entrevê a partir de sua crítica seria a família padrão, com a mulher responsável somente pelas tarefas reprodutivas, o trabalhador obtendo rendimentos capazes de garantir a reprodução de sua família em casas alugadas ou compradas a prestações, porque o Estado se responsabilizaria doravante pelos custos indispensáveis à habitação, seja intervindo na relação capital/trabalho, seja por meio de políticas públicas de habitação? Ou uma melhor imagem seria a da mulher emancipada negativamente, inserida no mercado de trabalho, contratando uma empregada para lhe servir e à sua família? Ao que parece não há reconciliação possível enquanto estivermos sob o jugo do trabalho e do capital.

Caso a hipótese aventada proceda, o espaço que estes trabalhadores produziram não se objetivou enquanto valor, a despeito da compra dos lotes de terra terem se objetivado fantasmagoricamente como renda para os antigos proprietários que parcelaram a gleba e para os que hoje são seus "proprietários"[94]. Não obstante os rendimentos e a mobilidade do trabalho experimentada por estes trabalhadores terem lhes permitido tornarem-se "proprietários" de um lote de terra na periferia, comprado a prestação, o preço pago pelo tempo de trabalho destes moradores no mercado lhes impossibilitou "comandar" (Smith, 1985) os **trabalhadores complexos***,* socialmente necessários à produção de uma casa: o arquiteto, o engenheiro, o mestre de obras, mas também os juros... Já os **trabalhadores**

---

93 "A modernidade de São Paulo, porém, assim como a do resto do país *foi sempre incompleta*, foi sempre mesclada à reprodução de culturas mais tradicionais" (Damiani, 2004: 23 – grifo nosso).

94 Talvez pudesse se falar numa **produção rentista da urbanização**, de forma extensiva pelo território paulistano em formação, num contexto de modernização retardatária.

simples, o pedreiro e o servente de pedreiro, em alguns casos foi possível comandar-lhes, ainda que a contratação informal dos mesmos não liberavam, como pudemos ver, o futuro "proprietário" da moradia da necessidade de se envolver diretamente na construção[95]. O preço pago por seus trabalhos no mercado só lhes permitiam comandar os tempos de trabalho objetivados na forma dos materiais de construção necessários à feitura da casa.

> A própria industrialização crescente da produção de material de construção que foi barateando relativamente no tempo em decorrência das economias de escala permitidas pelo crescimento do mercado, em decorrência do aparecimento dos novos produtos (tipo tijolo de cimento, etc.) contribui também para viabilizar a auto-construção como solução "natural" do acesso à habitação de grande parte dos classes trabalhadoras (Rodrigues e Seabra, 1986: 28).

Em outras palavras, estes trabalhadores não representaram um mercado consumidor de habitação diante dos capitais envolvidos em tal setor, pois o preço pago por suas forças de trabalho no mercado não lhes permitiram constituirem-se enquanto **demanda solvável desta mercadoria particular**, diferente da terra e dos materiais de construção. Mas não de qualquer pedaço de terra em São Paulo, como veremos mais à frente.

Para Bonduki (2011) o "padrão periférico de habitação" (casa própria/loteamento irregular (ou não)/ autoconstrução) que se generaliza em São Paulo pós-segunda guerra mundial é a expressão mais evidente do que ele denominará como "crise de habitação", ocorrida a partir dos anos 40. Tal crise se definiria essencialmente por uma escassa oferta de habitações de aluguel diante do crescimento demográfico paulistano decorrente da intensificação do processo migratório em direção à capital paulista verificado à época. Em 1942, Getúlio Vargas instituirá a "lei do inquilinato", "que praticamente manteve o congelamento dos valores nominais dos aluguéis entre 1942 e 1964" (Bonduki, 1988: 106). Ou seja, durante 22 anos, o Estado intervirá na relação entre proprietários e inquilinos, regulando o mercado de aluguel de habitações em São Paulo. Para se ter idéia da extensão e efeitos de tal lei se deve considerar que por volta de 1940 "apenas 25% dos domicílios de São Paulo eram ocupados por proprietários" (Bonduki, 2011: 104). Tal congelamento será responsável pelo escasseamento dos investimentos no setor imobiliário acarretando uma

[95] É importante considerar a situação de informalidade na contratação destes pedreiros e serventes pois explicita que talvez os preços cobrados por eles estivessem abaixo daqueles praticados no mercado formal.

diminuição absoluta da produção de moradias para aluguel na cidade, que diante da nova demanda personificada pelos migrantes que em São Paulo aportavam configuraria-se "um desequilíbrio entre oferta e demanda" (1995: 248). A tal demanda se adicionaria ainda o contingente de pessoas desapropriadas nas áreas centrais da cidade devido, por um lado à especulação imobiliária ocorrida aí e por outro à "ampliação das áreas centrais, abertura de avenidas e consequente renovação urbana e dos edifícios" (2011: 249). A este desequilíbrio produzido entre oferta e demanda equivaleria a adesão por estes trabalhadores migrantes e desapropriados a novas formas de provisão habitacional, sendo a casa própria de periferia a solução mais factível dado os preços baixos pagos pelos lotes desprovidos de infra-estrutura urbana. Não obstante tal lei ter vigorado entre 1945 e 1964 (e os moradores do Ibirapuera terem chegado em fins de 1950, comprando seus lotes de 1960 pra frente, o que já relativiza a importância de tal apreciação para nossa discussão) tal hipótese de análise deve ser confrontada com a seguinte questão: será que o salário destes trabalhadores se compatibilizaria com os possíveis aluguéis (ou prestações) cobrados por uma produção de habitações feitas pelos setores imobiliários? O que nos leva a considerar a adesão à autoconstrução como um problema referido e originado do mercado de trabalho, ou melhor, da relação capital/trabalho[96].

Bem, o mercado de trabalho é uma "divisão específica do mercado de mercadorias" (Marx, cap. IV, 1985: 140), portanto recai sobre ele as mesmas leis de oferta e procura que em qualquer outro setor.

> Nesse particular, parece correto afirmar que a existência de um vasto exército de reserva, longe de ser uma massa marginal, entendida como um contingente com pouco ou nulo significado para o processo econômico, tem se constituído numa das principais alavancas da acumulação dos países de capitalismo tardio, entre os quais o Brasil é um caso exemplar, pois permite dilapidar, através da *superexploração do trabalho e da espoliação urbana*, boa parte da mão-de-obra engajada nas engrenagens produtivas, na medida em que os segmentos

[96] "O padrão habitacional enquanto elemento básico da reprodução da força de trabalho decorre do conjunto da composição social e da forma como se reparte o trabalho excedente do necessário" (Kowarick, 1993: 61). Por outro lado, a transformação da moradia à condição de um direito humano, recoloca-a socialmente enquanto **problema habitacional**, identificando-a enquanto uma questão estritamente política. Voltaremos a esta questão nas considerações finais em nossa Seção II.

> desgastados podem ser substituídos pelos vastos reservatórios disponíveis (Kowarick, 1993: 62 – grifo nosso)[97].

O incremento populacional ocorrido em São Paulo entre 50 e 70 por meio da migração, é essencialmente incremento do mercado de trabalho e "a qualidade de necessitado do trabalhador decorre do fato de ele depender sempre da necessidade que o capitalista – que o emprega – tem de seu trabalho" (Damiani, 1992/2011: 16 e 17). Em outras palavras, tal incremento de trabalhadores em São Paulo se confrontará e fará parte de um processo de industrialização que

> em sendo tardia, se dá num momento em que a acumulação é potencializada pelo fato de se dispor, no nível do sistema mundial como um todo, de uma imensa reserva de "trabalho morto" que, sob a forma de tecnologia, é transferida aos países [no caso o Brasil] que iniciaram o processo de industrialização recentemente (Oliveira, 2003: 67)[98].

A superpopulação relativa produzida neste período, denominada por Kowarick (1993) apenas como exército industrial de reserva[99] caracterizaria-se enquanto uma super abundância de trabalhadores diante dos quais os capitais particulares podiam oferecer salários abaixo dos seus custos de reprodução, eximindo-se inclusive de pagar os custos destinados à habitação. Desenha-se portanto o contexto de um constrangimento social particular e conjuntural (abstraindo o constrangimento estrutural à sociedade do trabalho) determinante nesta "espécie de reprodução ampliada da periferização" (Seabra e Rodrigues, 1986: 24). Estaríamos aqui diante de uma situação na qual "a reprodução da força de

---

97 A autoconstrução constitui um aspecto fundamental do que Kowarick denomina como espoliação urbana; a saber: "o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de tabalho" (1993: 62). Reconhece-se aqui o tributo que Kowarick (1993) paga a Oliveira (2003).

98 As passagens de Oliveira (2003) e Kowarick (1993) aqui utilizadas referem-se a momentos da modernização distintos, sendo que o primeiro está analisando a importação de tecnologia no período Kubitschek e o segundo a formação de um exército industrial de reserva em São Paulo em princípios de 1970, em plena ditadura. De nossa perspectiva, ambos referem-se a dois momentos da "modernização retardatária" (1993), discussão a qual voltaremos mais a frente. De qualquer forma, vale registrar que desenvolvimento econômico é essencialmente valorização do valor, "máquina que traz em si sua própria finalidade" (Kurz, 1993: 27) e que diante de tal imperativo está pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas, que longe de aumentar os postos de trabalho, só tende a diminuí-los, por meio da expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos.

99 O exército industrial de reserva é apenas uma forma de "aparecença" da superpopulação relativa (Cf. Marx, cap. XXIII, 1986).

trabalho [se dá] de maneira atrofiada" (Marx, cap. X, 1985: 250), na medida em que o aumento da mais-valia

> seria obtido mediante compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho. [...] O mais-trabalho, neste caso apenas seria prolongado por ultrapassar seus limites normais, seu domínio só se expandiria usurpando parte do domínio do trabalho necessário (Marx, 1985: 250).

Ou seja, a diminuição do tempo de trabalho necessário não seria determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas nos setores que produzem a mercadoria habitação, permitindo a diminuição de seus valores individuais, consequentemente a diminuição dos custos de reprodução das forças de trabalho[100]. Antes, como assinala Marx, a diminuição do tempo de trabalho necessário seria uma "usurpação", uma prática excepcional em meio à generalização da mais-valia relativa como forma de exploração das forças de trabalho, não obstante o próprio Marx acentuar o "papel importante que esse método desempenha no movimento real dos salários" (Marx, cap. X, 1985: 250).

Essas famílias migrantes submeteram-se a um momento da modernização diante do qual, mesmo com o rebaixamento de seus salários e a superexploração, havia a "possibilidade de se sonhar a longo prazo com uma casa onde as expectativas poderiam ser satisfeitas através de aumentos e reformas progressivas" (Lemos e Sampaio, 1993: 6).

> **Sr. Daniel:** "E foi assim rapaz, sempre vim trabalhando, do ano de setenta para cá eu vim trabalhando na função de porteiro [...] mas trabalhei em muitas firmas, saía de uma e trabalhava em outra".
> **D. Benedita:** "E esse dinheirinho que recebia ajudava na construção..."

O envolvimento de vizinhos, parentes e amigos na autoconstrução das moradias, será lido por Sader (1995)[101] essencialmente como um "reforço dos laços familiares", dado que sua realização "dependeu do esforço conjunto" (1995: 112). Para o autor a autoconstrução das moradias resultou de um "trabalho coletivo" no âmbito das relações de vizinhança que

---

[100] "Para que diminua o valor da força de trabalho, o aumento da força produtiva tem de atingir ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho, que portanto, ou pertençam à esfera dos meios de subsistência costumeiros, ou possam substituí-los. [...] Por outro lado, em ramos de produção que não fornecem nem meios de subsistência necessários, nem meios de produção para fabricá-los, o aumento da força produtiva deixa o valor da força de trabalho igual ao que era" (Marx, cap. X, 1985: 251).

[101] Aqui nos referimos a seu livro, "Quando novos personagens entraram em cena – experiências de lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970 – 1980", de 1988 de Éder Sader.

se estruturam a partir do próprio processo de formação dos loteamentos. A própria escolha do lugar da moradia, segundo dados colhidos pelo autor, indicaria a expectativa por parte destes migrantes que chegam em São Paulo de contar com a "ajuda dos parentes", não sendo o preço dos terrenos, tampouco o preço do aluguel ou da compra de casas já construídas, os critérios determinantes[102]. O autor reconhece ainda a constituição familiar (como já abordamos acima) como algo determinante na escolha da casa própria autoconstruída:

> a partir do nascimento do primeiro filho, o espaço doméstico vai se firmando como centro de gravitação, e o grande objetivo passa a ser o da sua fixação através da casa própria (Sader, 1995: 113).

Casa própria autoconstruída e instituição familiar amalgamam-se numa experiência social positiva para o autor. A família porque

> contraposta ao anonimato das relações de troca e da burocratização dominantes na vida urbana, a família é sede de relações que valorizam cada pessoa. Embora submetida aos movimentos dominantes da reprodução capitalista, a família é sede de outros valores e princípios de funcionamento que não lhe são redutíveis (Sader, 1995: 101).

E a casa própria porque

> bem equipada, com o maior conforto possível, com os sinais visíveis dos resultados dos esforços coletivos, com os enfeites que manifestam o gosto de seus moradores, constitui o lugar primeiro onde os trabalhadores se reconhecem entre os seus, no seu mundo, livre das impertinências dos chefes, da indiferença dos guichês, da violência das ruas (Sader, 1995: 110).

Em um dos trabalhos de campo realizados na casa de sr. Daniel e D. Benedita, passamos boa parte de nossa tarde olhando fotografias de sua família fixadas em murais espalhados pelo corredor da casa. Daniel, o filho mais velho dos dois, no dia em que fui conversar com ele por ocasião de um outro trabalho de campo, me mostrou com muito

---

[102] O autor identifica, em pesquisa realizada em 1974 pela prefeitura de São Paulo em Itaquera e Vila Matilde os seguintes números: "27% responderam que o motivo [para irem morar nestes bairros] fora a existência de parentes residindo próximo; 24% por terreno barato para construir casa própria; 21% por casa barata para comprar ou alugar" (Sader, 1995: 112). Caso seus parentes morassem nos Jardins ou em Moema, será que escolheriam estes bairros para morar?

orgulho um quarto que ele construiu só para ele com revistas antigas, livros de história e livros religiosos. Me disse que ali era o seu cantinho, onde ficava distante das impertinências do mundo. Falou disso com relação ao pomarzinho que tinha ao fundo de seu lote também, que usava para ler seus livros, sossegado. Sem falar que as paredes de sua casa são todas enfeitadas com "cacarecos" de todos os tipos, organizados com apreço e cuidado irrepreensíveis. Quem poderia negar que a experiência privada pode ser subjetivada da maneira como formula Sader? E é por esse caminho que estrutura uma importante crítica, mas não criticável também, às análises expostas acima:

> Se os sociólogos de inspiração marxista que só viram a família na sua "funcionalidade para o capital" pouco ligaram para os significados e movimentos produzidos no interior dela, nosso jovem metalúrgico, devotado à família e querendo ser útil à sociedade, *pouco ligou* para os significados e movimentos dessa sociedade, seus valores de uso e de troca (Sader, 1995: 104 – grifo nosso).

O que era um vício próprio da modernização conservadora brasileira em Oliveira (2006)[103] virou virtude da esperança democrática em Sader. Entretanto, para nós, não é a produção de um discurso positivo sobre a experiência social (seja ela a autoconstrução, a família, o fim de semana[104]) que será capaz de inverter sua negatividade, especialmente para aqueles que a vivem na pele, tampouco sua funcionalidade para o capital. Se o jovem metalúrgico "pouco ligou" para os movimentos mais gerais da acumulação do capital (como sr. José Vieiras, em nosso caso) é precisamente porque tanto ele quanto nós, sujeitos sujeitados de uma reprodução social inconsciente, não sabemos mas o fazemos. Buscamos aqui o mesmo movimento em direção ao qualitativo da experiência reprodutória, ultrapassando a categoria genérica de **reprodução** para pensar em seus "comos", não obstante estarmos empenhados em criticá-los enquanto momentos necessários de uma sociabilidade mediada pelo trabalho e pela forma-mercadoria, pois o concreto é momento

---

103 Do artigo "O vício da virtude: autoconstrução e acumulação no Brasil" de Francisco de Oliveira, 2005.

104 "...o fim de semana, ou o domingo, que é o verdadeiro "tempo livre", é quase sempre passado com a família. A mulher esmera nos pratos de domingo, o marido fica "sem fazer nada" – e essa gratuidade é o contrário do tempo obrigado de trabalho – ou faz pequenos consertos domésticos, tudo isso entremeado de "bate-papos" com vizinhos – nos bares das redondezas entre os homens. No interior das casas entre as mulheres. Quando saem – o casal e os filhos – o mais frequente são as visitas a parentes ou amigos. E a "ligação com o mundo", permanente, é dada pela televisão ligada, que fornece o tema das conversações" (Sader, 1995: 103).

necessário do abstrato. A reprodução do capital é a totalidade contraditória de práticas particulares produtivas e reprodutivas, despóticas e livres, explicitamente heterônomas e aparentemente autônomas. No entanto a autonomização absoluta produzida pelo autor no que se refere à esfera reprodutiva é a busca por práticas por meio das quais o sujeito[105] expressaria sua capacidade de reelaborar "as determinações externas [...] em função daquilo que define como *sua vontade*" (Sader, 1995: 56 – grifo nosso). O autor quer encontrar as práticas imanentes a um "modo de vida" forjado pelos próprios sujeitos (diante dos constrangimentos das relações capitalistas) responsáveis por uma certa consciência em torno dos problemas sociais experimentados por estes mesmos trabalhadores[106] e que os alçaram enquanto sujeitos políticos da abertura democrática até 1988, quando da Nova Constituinte. Tentamos demonstrar anteriormente a maneira como estamos pensando a unidade familiar e a formação da propriedade a ela subjacente, buscando mediar ora a possibilidade de que apareça funcionalmente ao capital, ora a possibilidade de que o capital (e o trabalho) apareçam funcionais para com ela. Não descartamos, portanto, nem a interpretação produzida por Oliveira (2003), nem aquela produzida por Sader (1995); antes julgamos necessário considerá-las como apreensões distintas de uma mesma totalidade contraditória, resultantes da autonomização teórica de um dos pólos. Apreensões estas que, de nosso ponto de vista, tem determinidade histórica, cabendo perguntar porque é que em determinado momento da modernização retardatária nacional foi importante observar o movimento mais geral da reprodução do capital[107] e em outro buscar o sujeito a partir das

---

105 Conferir na apresentação de seu livro, "Capítulo I – Idéias e Questões" os itens "De estruturas a experiências", "Do caráter de classe às configurações sociais", "A identificação dos sujeitos" e "Os discursos que constituem sujeitos" (1995: 37 a 60).

106 "Ainda que, enquanto predominem as relações capitalistas, as atividades desenvolvidas fora da produção funcionem fundamentalmente como reprodução das condições para a produção capitalista, não é indiferente para o sentido da história, para o rumo das lutas de classe, para a conformação da sociedade, o modo como esse tempo livre, passado fora das unidades de produção, é vivido" (Sader, 1995: 99 e 100).

107 "Na primeira metade dos anos 70 as classes trabalhadoras foram vistas completamente subjugadas pela lógica do capital e pela dominação de um Estado onipotente. Divididas pela concorrência no mercado de trabalho e pelas estratégias empresariais, atomizadas na qualidade de migrantes rurais que perdem suas referências culturais na metrópole, despolitizadas pela ação de um Estado que esvazia ou reprime os mecanismos de representação, alienadas e massificadas pelos meios de comunicação. Até mesmo suas estratégias de sobrevivência apareciam funcionais à reprodução capitalista: a autoconstrução, mecanismo pelo qual a população mais pobre resolveu seu problema habitacional, barateava os custos de reprodução da força de trabalho, permitindo um rebaixamento dos salários reais" (Sader, 1995: 35).

práticas cotidianas dos trabalhadores, ocultado por detrás de tais discursos[108]. **Sujeitos sujeitados** à reprodução ampliada do capital, nos interessa considerar que como desdobramento da modernização retardatária, "na esfera privada da vida familiar [pareceu] ocorrer então a história de um progresso" (1995: 113) aumentando o "tamanho e o peso da cadeia de ouro que o trabalhador forjou para si mesmo [lhe permitindo] reduzir seu aperto" (Marx, cap. XXIII, 1984: 191).

[108] Pergunta que não enfrentaremos em nossa dissertação. Remetemos o autor à discussão que o próprio Sader (1995) realiza na introdução de seu livro.

1.3 O loteamento

O lote comprado, bem como as casas autoconstruídas, compreendem um processo de produção do espaço mediado pela propriedade privada da terra, mediação esta que está inscrita também na criação do próprio loteamento (cf. anexo 3), em maior escala[109]. De propriedade dos senhores Guerino Banzoli e Roque Petrella, e suas respectivas mulheres, Pierina Banzoli e Heloísa Banzoli Petrella, desde 1948, a área total da propriedade loteada media 195.100 metros quadrados[110]. Portanto, a implantação do loteamento do Jardim Ibirapuera é essencialmente empreendimento particular e familiar[111] e remonta a propriedades registradas em cartório desde 1921, quando Joaquim José de Oliveira (lavrador), comprou uma área de maior dimensão que a da propriedade loteada, de "Pedro Glasser e sua mulher Dona Paulina Reimberger"[112]. A propriedade foi negociada quatro vezes (até onde pudemos saber, sem ter sofrido grandes modificações) antes de ter sido loteada por seus últimos proprietários, para os quais lhes pareceu um negócio possível a parcelização da propriedade em 460 lotes de 250 m^2 cada[113]. Assim sendo, os mecanismos

---

[109] Considerando-se que, diferente dos proprietários responsáveis pelo loteamento do Jardim Ibirapuera, muitos dos moradores não tem escritura dos lotes comprados, somente o contrato de compra e venda. Voltaremos a essa questão em nossas considerações finais na seção II.

[110] A descrição presente no memorial para inscrição do loteamento à época de sua compra (1948) apresentava as seguintes características: "um imóvel constante de duas casas de moradia, engenho de fabricar farinha e respectivo terreno, sem denominação especial, no bairro Ibirapuera, no 33º subdistrito, Capela do Socorro, com suas benfeitorias e com as divisas seguintes: começa em um valo nas divisas de sucessores de Horácio de Andrade, com as divisas de Francisco Teixeira, desse ponto segue à esquerda pelo valo dividindo em princípio com Francisco Teixeira e depois com Manoel Roque, até dar num trilho, pelo qual segue um pouco à esquerda, até uma cerca de arame, segue por esta ainda dividindo com este último até dar em um marco de cimento, nas divisas da Light and Power pelas quais segue na mesma direção até outro marco, deste segue pela curva de linha da enchente máxima até um córrego cujas águas sobe sempre dividindo com a Light and Power, até encontrar as divisas de sucessores de Horário de Andrade, segue pelo mesmo córrego dividindo com este até a cabeceira do córrego, deste segue por uma cerca de arame, sempre dividindo com o sucessor de Horácio de Andrade, até dar no valo, donde à esquerda segue por este valo, atravessando uma estradinha, sempre dividindo com este último, até dar nas divisas de Francisco Teixeira, ponto de partida, fechando a área de 196.100 m^2 (cento e noventa e seis mil e cem metros quadrados), ou seja, dezenove hectares e sessenta e um ares..." (Documento único requerimento e memorial para inscrição do loteamento do Jardim Ibirapuera de dezenove de outubro de 1963 – fls. 5 e 6 do processo 421).

[111] "Até meados da década de 60, a figura do proprietário da gleba e do empreendedor geralmente se confundia numa só" (Bonduki e Rolnik, 1979: 41).

[112] Certidão da escritura lavrada em 23 de maio de 1921 pelo oficial do registro civil e tabelião de notas do subdistrito de Santo Amaro, livro 53 fls. 45 – verso – fls. 19 a 20 vs do processo 421 arquivado no Décimo Primeiro Registro de Imóveis da Capital.

[113] "Dentre as ações públicas que beneficiaram o modelo periférico, merece destaque a legislação federal, que regulamentou o loteamento de terrenos (Decreto-Lei 58, de 1937) [...] o Decreto-Lei 58 privilegiava os

do mercado fundiário sem peias parecem ter sido preponderantes na formação do loteamento, pois não identificamos em nossas pesquisas quaisquer intervenções estatais de maior fôlego, nos parecendo antes indireta, por meio de regulamentações e legislações[114]. Em suma, "juridificando" (Kurz, 1998) as trocas aí implicadas.

O loteamento distava "3 quilômetros, mais ou menos, da sede da subprefeitura de Santo Amaro e a 500 metros, mais ou menos, da estrada de Ibirapuera, ou do Guarapiranga"[115]; localizava-se além-rio Pinheiros no início de 1960[116]. Assim, a localização geográfica da propriedade que deu origem ao loteamento era periférica com relação às áreas já urbanizadas da cidade à época de sua implantação, encontrava-se em seus arredores (cf. anexo 4). Não obstante tal definição estar correta, é possível darmos um passo adiante na concepção de periferia em termos estritamente geográficos[117]. Confirmando a sugestão de Langenbuch (2001), Bonduki (2001) escreverá que "loteamento periférico [era] loteamento precário, sem infra-estrutura" (2001: 93): *"[No Jardim Ibirapuera] não tinha luz, não tinha água, não tinha asfalto, não tinha nada"* (D. Lúcia). Tal "definição" não prescinde do dado geográfico, antes lhe acrescenta novos elementos que também podem estar conectados à sua condição geograficamente periférica.

---

aspectos jurídicos dos loteamentos, como o registro em cartório e as garantias aos que compravam os lotes em prestações, deixando de tratar do controle urbanístico" (Bonduki, 2011: 288).

[114] Estamos abstraindo aqui as intervenções estatais posteriores à implantação do loteamento, relativos à infra-estrutura e outras.

[115] Requerimento e memorial para inscrição do loteamento do Jardim Ibirapuera de dezenove de outubro de 1963 – fls. 5 do processo 421 arquivado no Décimo primeiro Registro de Imóveis da Capital - Documento único.

[116] Segundo os documentos pesquisados no Décimo Primeiro Registro de Imóveis da Capital, a inscrição do loteamento foi realizada no dia 13 de abril de 1964. No entanto, os primeiros moradores entrevistados afirmam terem comprado seus lotes e iniciado a construção de suas casas, pelo menos a partir de 1960. Inclusive sr. Daniel, que afirma ter comprado seu lote em 1960 lembra, como já mostrado, que quando comprou seu lote já existiam casas construídas pelos próprios loteadores para *"dar influência nas pessoas".* O que indica que o processo de parcelamento do terreno e venda dos lotes ocorreram, pelo menos durante quatro anos à margem da legislação. Os motivos que levaram os loteadores Guerino Banzoli e Roque Petrella a legalizarem o parcelamento nos é desconhecida.

[117] "O termo periferia tem sido empregado num sentido quase literal, auto-definitório do vocábulo, indicando parte da cidade localizada em suas bordas, dependendo do modo como isso for encarado. [...] No Brasil, o termo vem sendo utilizado com forte conotação social, reportando-se quase sempre a porções de qualquer aglomeração urbana, não necessariamente grande, localizadas via de regra em porção próxima aos limites externos da área edificada, onde predomina a ocupação residencial pelas camadas mais pobres da população, estabelecida ali de modo bastante precário. Em tais espaços urbanos é comum haver uma elevada densidade demográfica acarretada pela extrema ocupação dos lotes por várias casas humildes, muitas vezes com paredes sem reboco, apenas lajes na cobertura, quando não por construções que podem ser qualificadas como casebres ou barracos, sendo às vezes difícil visualilzar a transição para *favela*, fenômeno também frequente ali" (Langenbuch, 2001: 89 – grifo do autor).

Portanto, temos até aqui um loteamento produzido enquanto emprendimento privado e familiar, não totalmente integrado a áreas já urbanizadas da cidade[118], completamente despido de quaisquer tipos de serviços urbanos, sejam eles a água encanada, a eletricidade, o serviço de iluminação pública ou o asfaltamento. Segundo o depoimento dos primeiros moradores, a formação do loteamento do Jardim Ibirapuera se dá num momento no qual as propriedades limítrofes ainda guardavam certas características de *"chácaras"*, mas que com o tempo foram sendo loteadas também: *"O primeiro que foi loteado foi o Jardim Ibirapuera, [...] só que os outros [terrenos] eram chácaras. Toda essa parte aqui debaixo, tinha a chácara que ela [D. Teresa] tá falando da D. Firmina, tinha a chácara ali da D. Rosa, que eu lembro que a gente era pequeno, tinha então, alface, [...] laranja, uva. Eu lembro que, acho que era uma vez por ano, que ela abria lá a chácara dela e a gente tudo entrava, ia lá, comia o que quisesse. Jabuticaba [...]. Aí depois começou o loteamento, aí a D. Rosa começou a lotear..."* (Bá). Não só o entorno, mas o próprio Jardim Ibirapuera era *"só mato"*, no dizer de seus primeiros moradores. Inclusive *"tinha lote que tinha árvore ainda"* que tiveram que ser derrubadas pelos próprios moradores *"porque precisava construir"* (sr. Daniel): *"Era no machado, foice, facão... E foi assim!* (D. Lúcia). Elementos suficientes que o consumam, segundo os especialistas no assunto, enquanto um loteamento periférico. A essa condição particular de formação do loteamento correspondeu, às vezes anteriormente, às vezes posteriormente[119] à construção dos primeiros cômodos das casas, a necessidade da feitura de poços e fossas dentro dos próprios lotes, para permitir a reprodução familiar em contexto urbano. Era-lhes socialmente necessário água para beber, banhar, cozinhar, lavar, construir...: *"a primeira coisa nossa que foi feita na construção, que a gente fazia, era furar o poço. Nós furávamos o poço* (sr. Daniel).

---

118 O loteamento do Jadim Ibirapuera à época de sua inscrição, em 1964, segundo dados colhidos no Décimo Primeiro Registro de Imóveis da Capital, fazia divisa tão somente com o loteamento do Jardim São Luiz (cf. anexo 5), implantado doze anos antes (1951). Voltaremos a isto em nossa conclusão parcial desta Seção.

119 "Que a minha casa mesma foi feita com a água de roupa, que torcia a roupa e guardava a água num tambor para poder construir. Porque senão não dava, porque não tinha água... Ninguém tinha água aqui!" (D. Mariinha).

A feitura destes poços não escapa da relação monetarizada, dado que seus moradores necessitavam contratar pessoas especializadas, os poceiros, para poder construí-los[120]. Sr. Daniel justifica a necessidade de contratação destes trabalhadores por não ter a prática nem o conhecimento necessários à sua feitura: *"Então contratamos esse poceiro, que ele foi lá e furou o poço. Que ele se chamava Alcebíades"* (sr. Daniel). Ou seja, as condições materiais particulares do loteamento impôs às primeiras famílias moradoras a necessidade de comandarem o trabalho de poceiros, privadamente, tendo em vista a construção de uma mercadoria que viesse a suprir a ausência de infra-estrutura do loteamento[121]. O acesso à água, consolidado socialmente como serviço necessariamente mediado e "garantido" pelo Estado, portanto pela política, se realizava de forma privada, imediatamente mediado pelo mercado[122], o que num primeiro momento significaria um embaralhamento daquelas atividades concernentes ao Estado e aquelas ao mercado que sustentam o processo de modernização[123]. Dito de outro modo, pareceria a invasão do interesse particular naquela esfera da "coisa pública", do interesse público. O processo de produção dos poços está autonomizado de algumas famílias proprietárias de lotes do Jardim Ibirapuera (o que coibe uma leitura de não-completa expropriação) pois o que media o acesso à água é a mercadoria-poço e o trabalho (intelectual e manual) aí implicado; mas autonomizado na mão de particulares e não do Estado. Nesse sentido a aquisição do poço era paga, não obstante o consumo de água diário necessário à reprodução familiar ser gratuito. Pagava-se pela construção do poço (e das matérias-primas aí implicadas) às vezes pela eletricidade necessária ao funcionamento de bombas elétricas, mas não pela água consumida. Diz sr. Daniel e sua família que a água do poço era muito boa, cristalina e Bá lembra que sua mãe de vez em quando jogava um pouco de cal na água para matar os germes, ainda que a água do poço não fosse bebida diretamente, pois os moradores se serviam dos filtros de barro,

---

120 Os moradores citam pelo menos seis poceiros (até onde sabemos, moradores do "*bairro*") que geralmente contratavam para fazer este tipo de serviço: sr. Nuno, Zé poceiro, Sebastião (Marinho), Zé Ambrósio, Alcebíades e sr. João.

121 Chamadas por Lojkine, a partir de Karl Marx, como *condições gerais da produção* (Lojkine, 1979: 17).

122 Dizemos imediatamente mediado pois mesmo o Estado só pode realizar-se por meio do mercado (cf. Kurz, 1998).

123 "quanto mais a economia de mercado se expandiu estruturalmente, abrangendo toda a reprodução social e tornando-se o modo de vida universal, tanto mais a atividade do Estado precisava ser expandida" (Kurz, 1998: 96).

"uma das melhores invenções do homem" (Bá). Não obstante os moradores ressaltarem a qualidade da água consumida[124], é quase unânime a opinião de que o serviço de água encanada conquistado; *"Ave Maria, foi bom demais"* (sr. Daniel). Notam inclusive que os custos que vieram a ter para com o Estado com o serviço de água encanada não foi muito diferente do que tinham com os custos de energia elétrica e manutenção das bombas. Mas não sem contradição, é claro:

> **Bá:** "Aí que tá, veio a água, o encanamento da água, a água começou a jorrar, aí todo mundo viu que foi bom, aí aos poucos o pessoal foi entupindo os poços...
> **Daniel (filho):** Existe gente ainda aí no bairro que tem poço ainda...
> **Bá:** E tinha uma outra coisa né? Sem contar que a água faltava direto... mês de calor aí a gente sofria. Que aí não vinha água mêmo...
> **D. Benedita:** A salvação era quem ainda tinha um poço ainda..."

Conversávamos neste momento sobre o processo de mudança dos poços pelo serviço público de abastecimento de água, o qual implicou num processo de expropriação, pois o poder do Estado, na figura da prefeitura, exigia que os moradores fechassem seus poços para efetivar a substituição, como moeda de troca. Não obstante nem todos os moradores aderirem a tal exigência, como ressalta Daniel (filho) e D. Benedita complementa acentuando que era o que os salvava em períodos de calor[125]. A ausência de abastecimento de água e encanamento também impôs aos moradores, além da construção de poços para o uso diário, a necessidade da feitura de fossas para o escoamento de seus dejetos. Salvo exceções[126], cada casa tinha seu poço e sua fossa, sendo geralmente o poço construído na parte mais alta do lote e a fossa na parte mais baixa, para tentar evitar qualquer tipo de contaminação: *"...pois é, tinham as fossas! Que hoje não! Tudo vai para um local, chega lá é tratado e tal. Mas antes tinha os encanamentos que iam para as fossas e quando a fossa*

---

124 É interessante contrapor a maneira com que sr. Daniel e Bá falam do acesso à água por meio dos poços e a qualidade da mesma, com a descrição que Kowarick faz deste processo: "Nas periferias a situação é ainda mais drástica: tão-somente 20% das casas têm rede de esgotos e 46% de água. Para se ter uma idéia do alto índice de contaminação ambiental basta mencionar que ¾ das habitações da periferia lançam esgotos em simples fossas negras, quando não a céu aberto" (Kowarick, 1993: 36). No mínimo tal contraste explicita (e simultaneamente oculta) os lugares sociais de onde cada um deles fala.

125 A excepcionalidade dos tempos de calor não deve obscurecer a contradição imanente a este processo de autonomização.

126 Conta Sr. José Vieiras que quando comprou seu lote no Jardim Leni em 1980 e construiu seu primeiro cômodo, utilizava a água de poço do seu vizinho, seu cumpadre, até a conquista da água encanada.

enchia, aí o que é que fazia? Contratava um caminhão, que esse caminhão vinha, aí ia lá, tirava toda a fossa" (Bá).

Tal como no caso do poço, o esvaziamento das fossas era resolvido por meio de um serviço particular. Tanto a construção de poços, como o esvaziamento de fossas, são trabalhos e práticas reprodutivas que tornar-se-ão obsoletos frente à incorporação efetiva do loteamento à urbanização, por meio da conformação de serviços urbanos estatais no mesmo[127]. Em outros termos, por meio de sua incorporação estatal à metrópole.

Os primeiros moradores permaneceram por alguns anos sem eletricidade[128], tendo que caminhar no escuro quando voltavam do trabalho ou da escola[129], embora reconheçam a inexistência de qualquer tipo de perigo, assalto ou algo semelhante[130], que poderia ser constrangido por meio da iluminação pública. Sr. Daniel diz que recebia o pagamento da empresa dentro de um envelope que punha no bolso e vinha a pé no escuro, desde o ponto de ônibus no qual descia, sem nenhum tipo de problema. Da mesma maneira que a necessidade de água foi resolvida temporariamente por particulares, por meio dos poços e das fossas, a necessidade socialmente necessária de luz foi sendo resolvida também pelos

---

127 "O Bairro dos Miseráveis era cheio daqueles buracos fedorentos ligados a cada barracão. Quando os barracões se uniram a ponto de aglutinar as respectivas fossas, tivemos de utilizar penicos, isso mesmo, todo tipo de recipiente que devíamos proteger do calor e esvaziar durante uma procissão noturna. Desde seis-sete horas um fedor impregnava o ar e estragava o sereno. Em casa, era o Esternome que fazia o serviço. Entre as madames por onde eu ia circular, esse trabalho equivalia a um quebra-cabeça. A Cidade jamais previra aquilo. Para conseguir dar conta do recado, todo mundo virava notívago. Ninguém expunha durante o dia uma preocupação dessa ordem. Conheci uma patroa que incendiava tudo numa bacia de estanho, com cravos e jatos de vinagre. Outra alimentava com aquilo suntuosos pés de agrião. Uma terceira agitava a coisa dentro de água sanitária e depois esvaziava essa química num garrafão de cal. Outras pagavam a um preto velho que pegava "a encomenda" em troca de três tostões. Logo, logo a Cidade soube reagir. Diante das casas, construíram puxadas destinadas aos tóneis que recebiam os penicos entupidos até a beira. *Era esse tonel cheio que eu devia esvaziar, ao longo de meus empregos, em todas as horas da noite, até que uma empresa se responsabilizasse por esse problema, em troca do pagamento de uma taxa. Primeiro, a empresa pagou as mulheres para recolher os tonéis, depois vieram as carrocinhas-tininhas, que a prefeitura acabou por incluir no orçamento*" (Chamoiseau, 1993: 190). Apesar do contexto territorial completamente diferente (o livro de Chamoiseau conta a história da formação de um "*bairro*" de trabalhadores empobrecidos na Martinica) a descrição é sugestiva o suficiente para ilustrar o processo de autonomização ao qual nos referimos.

128 As informações quanto à chegada da eletricidade no loteamento são imprecisas, mas grande maioria se refere aos anos de 1972 e 1973, mais ou menos, quanto a Cia. Light and Power instalou o serviço de iluminação pública no loteamento.

129 "Que eu lembro que eu estudava no São Luiz, e quando eu vinha, não tinha luz, era tudo escuro" (Bá).

130 D. Lúcia diz que na época que chegaram no "*bairro*" não havia qualquer tipo de preocupação com assalto, que podiam deixar as roupas no varal, com tranquilidade. Vale registrar que D. Lúcia ressalta o aspecto tranquilo do "*bairro*" a partir de uma experiência vivenciada por ela de intensificação da violência no "*bairro*".

particulares, como conta sr. Daniel: *"A gente [eu e o cumpadre Pedro] queria ter luz né, escutar nosso radinho [...] aí a gente foi pegar luz emprestado [...] lá perto do Barbinha, com a Dona Mirinha, que foi um pessoal que a gente acabou conhecendo primeiro [por aqui]. Aí eu fui lá conversar com a Dona Mirinha, com o filho dela que é o mais velho, o Fabinho [...] - "Vocês emprestam a luz para a gente?" - "Mas vocês moram lá naquela distância, como é que vocês vão fazer?" – "Não, nessa parte aí deixa com a gente!". Aí falou: - "Ah, empresto!". [Daí] nós compramos, acho que foi uns 200 metros de fio, dá mais de cem metros daqui onde eu moro até a casa da D. Mirinha. Compramos dois rolos de fio, quatro rolos de fio de 50 metros. Descemos aqui embaixo, no Jardim São Francisco [...] com o machado e foice, cortamos madeira eu e mais o compadre Pedro e fincamos o poste até chegar lá na casa da D. Mirinha, do lado da rua. Fincamos o poste até lá, esticamos o fio, pusemos luz na minha casa e na casa do compadre Pedro, e todo mês vinha a conta da luz da Dona Mirinha. Ela dividia e a gente pagava, né. Era uma luz fraquinha, fraquinha, mas era uma beleza!* (sr. Daniel). Como se pode ver nesta descrição, sr. Daniel e sr. Pedro se empenharam em criar as condições materiais para acessar a eletricidade, não para todo o loteamento, mas ao menos para as suas famílias. Novamente aqui temos a necessidade social de eletricidade mobilizando os moradores a ocupar o espaço da esfera pública, mas agora resolvendo a carência com suas próprias mãos, diferente da construção dos poços.

A ausência de eletrificação no loteamento desdobrava-se como impossibilidade de acessar eletrodomésticos[131], que poderiam vir a diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução familiar. Portanto é possível dizer que a eletricidade viria a cumprir dois papéis importantes na reprodução social das famílias moradoras: ora na conformação de um espaço público noturno internamente ao próprio loteamento que poderia tanto ser experimentado como momento de lazer e encontro dos moradores, bem como a criação de condições mais seguras no próprio "*bairro*" a partir dos "novos conteúdos" (Seabra, 2004) que emergiam na experiência cotidiana, enquanto desdobramentos da própria reprodução do capital; ora no cotidiano reprodutivo e privado das famílias, à medida que a eletrificação é pressuposto para o consumo de muitas mercadorias que constituem um "modo de vida"

[131] Considerando, obviamente, que o consumo de eletrodomésticos passa primordialmente pelos rendimentos obtidos pela família.

forjado por meio da acumulação do capital e da superprodução aí subjacente; que inclui fortemente a presença da indústria cultural no ambiente privado, como pode ser percebido na importância que sr. Daniel dá ao seu radinho, por meio do qual ouvia o jornal "Bom dia São Paulo". Portanto, a eletrificação é aqui também altamente estratégica para a valorização do capital, pois é, antes de tudo, incremento de mercado consumidor; apesar dos primeiros moradores terem permanecido sem eletrificação por quase 15 anos. A penetração da indústria cultural é também a possibilidade de aceleração do consumo de mercadorias[132].

A ausência de asfaltamento nas ruas do loteamento também causava seus transtornos no dia-a-dia das famílias, mas não somente quando chovia: *"A gente subia aqui a viela, cheia de barro, que a turma jogava água da cozinha pra rua, que não tinha onde jogar e ia fazer o quê? As fossas enchiam, não davam vazão. Então a água que lavava as coisas da cozinha de quem morava lá pra cima [rua 7], descia tudo na viela aqui, nesse escadão; a gente subia com dificuldade tremenda aqui, escorregando, ia lá no sr. Antônio Torrezan comprar alguma coisa"* (sr. Daniel).

Fossas "entupidas até a beira" e ruas de terra criavam um contratempo particular, no qual a precária solução dada à ausência de água encanada se desdobrava como um novo problema relacionado à circulação dos moradores pelas ruas e vielas do loteamento. Contam ainda que como os pontos de ônibus eram distantes do "*bairro*", o lamaçal que se formava nas ruas por conta das chuvas exigia que os moradores tivessem que criar estratégias para ir trabalhar com os sapatos limpos, levando-os dentro de uma bolsa ou sacola, ou mesmo os escondendo em alguma moita próxima aos próprios pontos de ônibus[133]. Segundo Bá *"tempo de chuva aqui era terrível, era terrível. Ô, aqui mesmo, eu lembro que abria aqui os buracos no meio da rua, aqueles buracão mêmo! E a gente ficava, dia de chuva a gente ia tomar banho como se fosse lagoinha"* (Bá).

---

132 Aqui, mais no sentido de sua importância ideológica no contexto familiar.

133 Prática que parece contradizer a sugestão de Marx quando escreve: "O capitalista sabe que todas as mercadorias, por mais esfarrapadas que elas pareçam ou por pior que elas cheirem, são, na verdade e na fé, dinheiro, judeus no íntimo circuncisos e além disso meios milagrosos para fazer de dinheiro mais dinheiro" (Marx, cap. IV, 1985: 130). Ser expropriado basta e não basta para ser trabalhador. Provavelmente os primeiros moradores do Ibirapuera, migrantes, conviveram e trabalharam grande parte da infância e da adolescência com os pés descalços... O valor só se realiza concretamente e o momento concreto também determina a sociabilidade.

Da mesma maneira que as ruas de terra causavam transtornos na circulação dos moradores, também causavam dificuldades para o transporte de quaisquer tipos de mercadorias, como materiais de construção, gás, e até mesmo o serviço de táxi, pois corriam o risco de ficarem atolados no meio do barro[134]. Conta sr. José V. que quando comprou seu lote em meados dos anos de 1980 no Jardim Leni, pelo fato de sua rua também ainda não ser asfaltada, o caminhão levava os materiais para o largo principal do Ibirapuera, identificados com seu nome. Depois do expediente ou nos finais de semana, sr. José V. subia até o largo com um carrinho de mão e levava o material até sua casa. Os moradores atribuem também à ausência de asfaltamento o não atendimento do "*bairro*" por linhas de ônibus[135]. O mais próximo do "*bairro*" que os ônibus chegavam era no Jardim São Luis[136], loteamento adjacente ao Ibirapuera e inclusive, mais antigo[137]. Nos depoimentos colhidos é possível reconhecer a importância da presença deste loteamento na criação de certas condições materiais indispensáveis à mobilidade espacial subjacente ao processo de **reprodução das relações sociais de produção por meio da reprodução ampliada de periferias**[138]. Em outras palavras, a reprodução ampliada de periferias é um processo de ocupação extensivo na formação do território paulistano, o que pode acarretar o aumento das distâncias percorridas cotidianamente pelos mobilizados na metrópole, notadamente entre os locais de moradia e os de trabalho[139]. Especialmente quando não há uma

---

134 Conta D. Mariinha que certa vez necessitou ir buscar um botijão de gás em Santo Amaro, com um carrinho de pedreiro. E D. Benedita diz que quando se pedia a um taxista para prestar seu serviço, logo perguntava se era no Jardim Ibirapuera, pois se fosse eles não iriam. D. Mariinha é uma das primeiras moradoras do Ibirapuera e participou da entrevista coletiva em que estavam presentes os outros.

135 "Outro problema era o péssimo estado das vias de acesso aos bairros periféricos. Desprovidas de pavimentação e abandonadas pela Prefeitura, essas ruas ficavam intransitáveis nos dias de chuva, representando isolamento e elevação do custo de vida" (Bonduki, 2011: 293 e 294).

136 Próximo à área onde hoje se encontra o hipermercado Extra e o Centro Empresarial (cf. anexo 5). Antes da instalação deste hipermercado se localizava nesta área a antiga Igreja de Nossa Senhora da Penha, apelidado de "Penhinha" pelos seus frequentadores, dentre eles muitos moradores do próprio Ibirapuera.

137 A propriedade que deu origem ao loteamento Jardim São Luiz foi loteada pela Sociedade Paulistana de Terrenos S.A, em 1951. (Requerimento e memorial para inscrição do loteamento do Jardim São Luiz de quinze de junho de mil novecentos e cinquenta e um – fls. 3 e 4 verso do processo núm. 36 arquivado no Décimo Primeiro Registro de Imóveis da Capital - Documento único).

138 "Durante nossa pesquisa observamos que os bairros novos e pequenos vivem em função e em torno, qual satélites, de bairros mais velhos de maiores densidades demográficas, onde já estão instalados os estabelecimentos comerciais clássicos: padaria da esquina, o ponto de ônibus, o armazém-bar-mercadinho, a farmácia, e o depósito de material de construção com loja de ferragens" (Sampaio e Lemos, 1993: 66).

139 "Quem sofreu mesmo foi a irmã da Dona Teresa, que ela saía de madrugada! Quatro horas saía para trabalhar lá no Cambuci!" (D. Lúcia).

mobilidade espacial das unidades produtivas que absorvem ampliadamente forças de trabalho correspondente à mobilidade dos trabalhadores, o que não é o caso do Jardim Ibirapuera[140]. De qualquer maneira, a mobilidade espacial necessária internamente à metrópole é um pressuposto daquele que não vende todo seu tempo para o capitalista, mas só parte dele (onde portanto os momentos, produtivo e reprodutivo, estão cindidos e reificados espacialmente), e como qualquer prática entrelaçada à dinâmica de reprodução ampliada do capital, deve responder às exigências da economia do tempo abstrato. O que não significa que a economia de tempo seja sanada pelos meios de transporte coletivos e públicos. Antes a autonomização do trabalho para com o capital, a terra e o Estado, incumbe ao trabalhador a necessidade de *"se virar"* como pode para vender sua força de trabalho. O trabalhador é livre para vender sua força de trabalho ao capital, seja acordando cada vez mais cedo, seja voltando cada vez mais tarde, seja morando mais próximo de seu trabalho (num cortiço, numa favela ou mesmo na rua). Em suma, escolhendo as estratégias fetichistas de reprodução que mais lhe "agradar". Podemos ainda considerar que o carro, como mercadoria símbolo da modernização, da economia de tempo e da liberdade, ao inundar a metrópole, só tem aumentado o tempo despendido no trânsito. Ao mesmo tempo que as distâncias se ampliam o tempo a percorrê-las deve ser compensado. No entanto, para que a mobilidade espacial aí implicada possa se realizar no tempo médio necessário à reprodução das relações sociais de produção, é preciso que se crie meios para tal locomoção[141]. O automóvel ainda não havia se generalizado como mercadoria acessível a estes trabalhadores (contam os primeiros moradores do Ibirapuera que o único a ter carro ali durante os anos de 1960/1970 era um taxista, o sr. Waldomiro) e nenhuma linha de ônibus oficial (do Estado)

---

[140] Inclusive é possível dizer que a criação do loteamento correspondeu à demanda de trabalhadores que a instalação de unidades produtivas ao longo do Rio Pinheiros, Santo Amaro e Capela do Socorro produziu.

[141] Em 1947 foi criada "uma empresa de capital misto, a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), que se tornou responsável por todo o serviço de transporte coletivo da cidade. Ao estatizar o sistema de transportes, a Prefeitura mostrou que considerava o setor essencial, merecedor de uma forte intervenção e investimentos públicos. E que, num quadro de grave crise habitacional e de crescimento demográfico devido à migração, a reforma do sistema de transporte era fundamental para viabilizar a moradia na periferia.

No entanto, a CMTC nunca conseguiu atender às necessidades de uma cidade em constante processo de expansão horizontal. Sem dispor de recursos suficientes para investir, pois, por motivos políticos, as tarifas eram mantidas artificialmente baixas, logo se viu que a empresa não garantiria bons serviços nem conseguiria manter o monopólio dos transportes coletivos. Não tardaram a aparecer empresas de ônibus clandestinas que passaram a fazer ligação com os bairros desatendidos pela CMTC e que, gradativamente, acabaram se associando aos loteadores" (Bonduki, 2011: 293).

atendeu o loteamento até 1974/75, portanto os ônibus que utilizavam para ir *"para a cidade"* (D. Benedita), eram em verdade ônibus que atendiam o Jardim São Luiz. Sr. Daniel comenta que o único ônibus que podia pegar quando ficava fazendo hora-extra na fábrica da Bombril até às 23:30, era um ônibus denominado de "Negreiro", que saía da Capela do Socorro, passava próximo à "Penhinha" e depois ia em direção ao Capão Redondo. Ônibus que, a ver pelo apelido, carregava os "escravos urbanos [...] simples nordestinos" (Periferia é periferia, Racionais Mc's, 1997) moradores das periferias em formação na Zona Sul da metrópole de São Paulo.

O serviço de correio não funcionava no *"bairro"* também, sendo necessário aos primeiros moradores buscar suas correspondências na Igreja de Santo Amaro, localizada no Largo Treze de Maio, a alguns quilômetros do Ibirapuera, antes do Rio Pinheiros, bem como para fazer uso de telefones, que também só eram acessíveis na companhia telefônica de Santo Amaro[142]. Como pudemos observar nestes dois últimos aspectos, o acesso às mercadorias, estejam elas na forma de coisas, ou de serviços, e consideradas necessárias à reprodução dos trabalhadores e suas famílias, também aparece comprometido, tanto pela localização geográfica, quanto pelo processo particular de formação do loteamento. Em outras palavras, dado que salário recebido pelos trabalhadores não se dá na forma de valores de uso, está posta a necessidade de sua metamorfose em valores de uso, sob pena de não haver reprodução familiar. Bá comenta que *"a gente não tinha nada aqui! Padaria, nada, então aí tinha esse sr. Fernando, que ele tinha uma carroça, aí ele vinha e trazia os pães"* (Bá). Conta sr. Daniel que na década de 60 comprava seus materiais de construção no único depósito do *"bairro"*, de propriedade do sr. Saturnino, localizado no começo da rua Satulnino de Oliveira (cf. anexo 5), e que devido à distância e ausência de asfaltamento, tais materiais eram levados aos seus proprietários por meio de carroças puxadas por garotos (provavelmente fihos das famílias moradoras do próprio Jardim Ibirapuera ou mesmo do Jardim São Luiz). Dizem ainda que na propriedade onde hoje está localizado o Cemitério São Luiz, implantado depois de 1970, era uma pequena fazenda que tinha criação de vacas, onde moradores do entorno compravam leite, bem como o sr. Fernando (padeiro) que junto com

[142] Em meados de 1974 o ponto final veio para a padaria Jardim Ibirapuera, com as linhas "Represa" e "Bandeira" (informação colhida por Andréa Tenório). Devo estas duas últimas informações à pesquisa realizada por Andréia Tenório, colaboradora da Ong "Bloco do Beco".

os pães que vendia a seus fregueses no Jardim Ibirapuera, abastecia o *"bairro"* com leite também. Sr. Daniel comenta que durante certo tempo, quando já morava no Jardim Ibirapuera, utilizou o lote vizinho, de propriedade de um amigo seu que à época estava fora de São Paulo, para o plantio de tomate, mandioca, couve-flor, cebolinha e hortaliças diversas[143], que segundo ele, permitiu à família durante algum tempo a redução de seus custos reprodutivos, livrando-se da necessidade de fazer feira; até que seu amigo voltou a São Paulo e ao lote foi dado o uso habitacional previsto[144].

* * *

Certas experiências cotidianas e reprodutivas vividas pelas famílias moradoras do Jardim Ibirapuera em seus inícios e aqui descritas, foram tornando-se obsoletas à medida que a modernização avançava e a reprodução ampliada da periferização também. Em outras palavras, a obsolescência de tais práticas conecta-se a um processo de incorporação efetiva do loteamento à infra-estrutura estatal subjacente ao processo de metropolização paulistano. Incorporação esta que não ocorreu como um desdobramento automático da contínua extensão da área urbanizada de São Paulo, mas que exigiu a adesão por parte de seus primeiros moradores a estratégias que transcendiam a reprodução em seu sentido estrito, privado, familiar, vicinal e necessitaram alcançar a dimensão política, no sentido daquela universalidade abstrata do direito que remete ao aparato estatal tecno-burocrático. É desta perspectiva que entendemos a criação da Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera (daqui em diante grafada como SAB Ibirapuera) enquanto instância política representativa, legitimada pelo próprio Estado[145], dos interesses de seus moradores, tendo em vista exigir certas condições infra-estruturais que concerniam à totalidade do loteamento e, portanto, reportavam-se à totalidade de seus moradores enquanto sujeitos do direito: a

---

143 Conta sr. Daniel que ia buscar esterco em uma área ainda não loteada, no qual ficavam alguns cavalos presos, para utilizar de adubo em sua pequena horta.

144 Tal prática não parece ter se generalizado como momento reprodutivo efetivo de outras famílias, até porque as condições materiais que permitiram ao sr. Daniel tal prática, foram excepcionais. Ele foi temporariamente "proprietário" de dois lotes.

145 "Durante o período de 1969 a 1988, em que não houve eleicões para prefeitos, a Câmara dos Vereadores transformou-se no grande canal para as demandas dos bairros por serviços [por meio das SAB's], tecendo redes políticas que iam de bairros a secretários, assessores e funcionários municipais. E assim, camadas da periferia foram sendo seletivamente incorporadas à cidade e novas fronteiras se constituíram" (Rolnik, 1997: 207).

iluminação pública, a água encanada, o saneamento básico, o asfaltamento das ruas e o atendimento do mesmo por linhas de ônibus mais próximas[146]: *"O bairro estava começando e a gente não tinha benefício nenhum aí, não tinha estrutura nenhuma, então a gente achava que [por meio de] uma Sociedade Amigos de Bairro a gente ia buscar reivindicações lá na prefeitura, onde quer que fosse, pra melhorar o bairro, e foi isso que aconteceu. Foi por esses motivos que foi fundada a Sociedade Amigos de Bairro [...] pra trazer algum benefício pra cá"* (sr. Daniel).

Assim sr. Daniel justifica a criação da SAB do Jardim Ibirapuera e ainda complementa que o único benefício que o *"bairro"* tinha em seu início era o *"buteco"* do sr. Antônio Torrezan (já falecido), localizado na rua 7 (hoje Solar dos Quevedos). Passaram-se em torno de sete anos, desde a chegada dos primeiros moradores no Jardim Ibirapuera, até a criação da SAB no dia 11 de agosto de 1967[147].

> **Bá:** "O que aconteceu foi o seguinte. Eu lembro, eu era pequeno ainda, a Sociedade Amigos de Bairro era ali na casa do Fernando, [...] e eu lembro que dali surgiu a Sociedade Amigos de Bairro. [...] Aí depois compraram o terreno lá né. Compraram o terreno e aí ficou mais próximo do sr. Valdomiro. [...] Então, eu lembro que o primeiro lugar foi na casa do Fernando. Aí que juntou o sr. Raimundo, Fernando, sr. Sinésio, o sr. Pedro...
> **Daniel (filho):** Tinha o sr. José, sr. Odilon, sr. Zé Ferreira, sr. Zé Ambrósio...
> **Sr. Daniel:** Surgiu igual [o Bá] já deu o início aí né... O Fernando, lá e tal, reuniram, acharam que seria importante... Então convidou algumas pessoas mais velhos né, modo de dizer, e a gente compareceu e contribuiu pra que fosse fundada a Sociedade Amigos de Bairro [...] Inclusive, na época eles convidaram quem gostaria de fazer parte da diretoria, aí me convidaram né..."

O processo de conformação de um grupo inicial de pessoas ligadas ao projeto de construção da SAB é narrado de forma um tanto indeterminada, especialmente no que se refere àqueles (ocultos na fala de sr. Daniel) que teriam encabeçado tal organização. Por um lado parece ter sido um processo organizativo relativamente autônomo, ligado à própria

---

[146] "É nessa esfera específica do morar que o projeto familiar de mobilidade espacial passa a ter uma referência coletiva necessária, que provém do confinamento no bairro criado pelo investimento na casa. Não só a melhoria do bairro beneficia a todos, mas não pode ser obtida com o esforço individual. É nesse momento e nesse contexto que a população se torna receptiva a formas de organização que permitam uma ação conjunta" (Durham, 1986, 2004: 383 e 384).

[147] "Em 1970, segundo o Conselho de Coordenação das Sociedades Amigos de Bairro, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo, havia 1.100 SAB's no estado, das quais 800 na região da Grande São Paulo e 500 na capital. 12,2% destas SAB's foram formadas até 1955; as 87,8% restantes surgiram entre 1955 e 1970" (Singer, 1980: 87 e 88)

"consciência" que os moradores tinham sobre as carências do loteamento e seus direitos; por outro, expressões como *"o Fernando, lá e tal"*, *"Então convidou"*, ou mesmo *"Eles convidaram"*, sugerem minimamente um processo de mobilização externa dos moradores, ao menos do ponto de vista de sr. Daniel. Dizemos isso pois na bibliografia por nós consultada sobre as Sociedades Amigos de Bairro, a formação destas organizações reivindicativas e recreativas (cf. Singer, 1980) remontam a processos políticos mais amplos que aqueles de caráter apenas vicinal[148]. Segundo sr. Daniel a SAB teve um papel fundamental na conquista dos benefícios do loteamento: *A SAB foi a que puxou esse asfalto praqui... A Sociedade começou a pedir reivindicação de tudo o que precisava no bairro... então demorava um pouquinho mas foi vindo, foi vindo, foi vindo. [...] Quantas vezes a gente ia lá na prefeitura no Campo Limpo com ele [sr. Pedro] pra pedir reivindicações pra fazer isso e aquilo, fazer recapeamento aqui. O administrador lá se escondia e mandava falar que não estava lá. Então a gente batalhou pra trazer benefícios pro bairro né"* (sr. Daniel).

Sr. Daniel me mostrou orgulhoso certa vez o carnê das prestações pagas durante quase quatro anos (de 15 de fevereiro de 1975 a 10 de outubro de 1979) pelo serviço de asfaltamento das ruas realizado pelo Estado, asfaltamento este que segundo ele e Bá nunca fôra substituído por um novo, sendo somente remendado desde então. A partir daí o loteamento pôde ser atendido por linhas de ônibus que chegavam até o seu largo principal. O serviço de água encanada bem como o de eletricidade chegaram ao "*bairro*" em meados

---

148 "A origem das SAB's está ligada à Sociedade Amigos da Cidade (SAC), formada em 1934, por iniciativa de profissionais liberais e de figuras da chamada "aristocracia paulistana", e que se preocupava em "orientar e fiscalizar o crescimento, já então intenso e pouco controlado, de São Paulo" (Singer, 1980: 85 e 86). Segundo o site da própria instituição a Sociedade Amigos da Cidade assim se autodefine: "Fundada em 1934 pelo prefeito Francisco Prestes Maia ao lado de um grupo de idealistas, a SAC - Sociedade Amigos da Cidade é uma entidade sem fins lucrativos, que mantém total distância de qualquer vinculação religiosa ou político-partidária. A seus quadros, pertenceram vultos notáveis da sociedade paulista, como Lucas Nogueira Garcez, Laudo Natel, Otho Cirilo Lehman, Anhaia Mello, Goffredo S. Telles, Lauro de Barros Siciliano e outros", tendo como seus principais objetivos: **1.** "O ESTUDO dos problemas relativos à melhoria do ambiente urbano de São Paulo, sempre sugerindo soluções aplicáveis ao processo de seu desenvolvimento científico, tecnológico e ecológico, como, por exemplo: "O ZONEAMENTO URBANO", de Francisco Prestes Maia, agosto de 1936; "O TRÂNSITO EM SÃO PAULO NO ANO DE 1944", de Milcíades Porchat, março de 1944; "O TRANSPORTE COLETIVO EM SÃO PAULO", de Luiz de Anhaia Mello, Paulo Penteado de Faria e Silva e Lauro de Barros Siciliano,1947; **2.** A COLABORAÇÃO com as autoridades administrativas, visando à humanização da metrópole; **3.** A DEFESA do Patrimônio histórico, geográfico, cultural e turístico da cidade de São Paulo; e **4.** "A COOPERAÇAO no desenvolvimento da EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA, do respeito às instituições e do amor às tradições da Pauliceia". Fonte: http://www.sisbem.com.br/sacsp/0300-sac/ acessado em 04 de julho de 2012.

da década de 1970. Além da função reivindicativa, a SAB do Jardim Ibirapuera também se encarregava de oferecer cursos de corte e costura, bordado, pintura em tecido, além da pré-escola para as crianças e o Mobral para os adultos[149]. O lote onde foi construída a sede da SAB foi comprado por meio de arrecadação entre os próprios associados e construída por meio de mutirão.

Não pretendemos aqui historiar a SAB do Jardim Ibirapuera, perscrutar seus mínimos detalhes e seu *modus operandi*, práticas clientelistas ou autônomas, ao gosto dos autores que se dedicaram a estudar os movimentos sociais de *"bairro"* (Singer, 1980; Moisés, 1981) tendo em vista analisar seus deficiências políticas em oposição às Comunidades Eclesiais de Base (CEB´s) num contexto de redemocratização do país. A nós interessa especialmente explorar o que há de contraditório na experiência de incorporação dos serviços infra-estruturais garantidos e mediados pelo Estado, para os próprios moradores, e acreditamos que por esse caminho podemos nos aproximar minimamente dos limites políticos de tal organização.

Já discutimos acima como a chegada do serviço público de água encanada no loteamento impôs aos moradores um processo de expropriação das condições de reprodução anteriores, com a exigência por parte do Estado de que os moradores fechassem seus poços. Com relação à eletricidade Bá diz o seguinte: *"Tanto é que hoje acaba a energia e a gente não sabe o que fazer. Vai todo mundo dormir! [...] Então, a gente, eu aprendi a ler, e o que era muito bom, a gente aprendeu como? Gibi! Então a gente pegava, catava um gibi do Tio Patinhas, do Pato Donald e tal, e você lia à luz de vela, à luz de lamparina... Você entendeu? Lia dessa forma. Você vê? Hoje acaba a energia e ninguém mais sabe fazer nada!"* (Bá). Antes de nos parecer um depoimento saudosista, elemento que às vezes aparece em certas declarações, vemos aí na fala de Bá a experiência contraditória intrínseca ao processo de autonomização ocorrido por meio do açambarcamento do loteamento por uma infra-estrutura estatal, que não deixa de ser um processo de expropriação daquelas estratégias fetichistas de reprodução mobilizadas pelos primeiros moradores. A incorporação do loteamento pelo Estado tem como seu pressuposto a emergência de um conhecimento tecnocrático relativo à melhor maneira de gerir e produzir o espaço urbano,

[149] Informações colhidas por Andréa Tenório.

que expropria dos moradores aquele saber fetichista adquirido pela prática cotidiana determinada pela própria modernização retardatária, mobilizado na construção de suas casas, na feitura dos postes de luz, dos poços, etc; mas não só. É também a expropriação de certos trabalhos concretos, precários é verdade, que só poderiam realizar-se em certas condições que antes existiam, como por exemplo o trabalho dos poceiros. Portanto são práticas que tornaram-se obsoletas frente à modernização dos processos produtivos e de gestão do espaço público e da própria produção do espaço[150]. Obsolescência que, apesar do caráter contraditório, tem sentido positivo **para** os moradores, como já vimos. Por um lado as condições particulares de formação do loteamento e de reprodução das famílias produziu a "novidade histórica" da Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera, enquanto instância organizativa em torno de problemas que afetavam a todos, produzindo uma solidariedade conjuntural. Por outro lado, as conquistas obtidas por meio de tal organização foram a causa de sua própria falência enquanto organização política aglutinadora dos moradores.

> **Bá:** O que acontece hoje com a Sociedade Amigos de Bairro é que a SAB teve uma importância muito grande pro bairro por que ela conseguiu uma série de benefícios, asfalto, luz, ônibus... [Mas] o que a gente tava vendo, o lado negativo da Sociedade Amigos de Bairro era que, invés da Sociedade Amigos de Bairro ela abrir pro bairro mêmo, ela se fechava. Aí tinha os membros né, e aí não se abria esse leque pro bairro. Mas de resto pra mim ela foi essencial.
> **Daniel (filho):** O sr. Pedro naquela época que a gente participava lá na Sociedade, que a gente iniciou até um grupo de jovens [...] o pessoal tinha uma idéia assim voltada um pouco pra parte da cultura, sabe? Teatro, capoeira, futebol, esporte, essas coisas...[...] Então, tinha alguns que fazia parte da diretoria que tinha essa visão, tinha essa idéia né, tinha outros que não, que já era mais conservador [...] que achavam que isso não era interessante.
> **Bá:** Eu acho que era o seguinte [Daniel]. Naquele tempo o bairro tinha muitas deficiências né... então naquele momento muitos achavam que não era bom esse tipo de [atividade]. Que seria tipo assim, uma coisa ou talvez mais pra frente, ou não era momento aquilo, cê entendeu?

Se entrevê nesse breve diálogo que a SAB e aqueles que faziam parte de seu corpo diretor, exceto algumas pessoas como sr. Pedro, se veêm confrontados com novas demandas personificadas pelos filhos do primeiros moradores em fins da década de 1970,

---

[150] Nesta passagem se entrevê as questão discutidas por Damiani acerca das contradições do espaço, como formuladas em seu artigo: "As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço" (1999).

demandas prioritariamente ligadas à esfera da cultura e do esporte, diante das quais não sabiam como responder, o que acarretava num fechamento da própria Sociedade Amigos de Bairro às demandas dos moradores: *"Então existia até um tipo de um atrito ali [...] Então quer dizer, se o pessoal, a minoria quer participar, e se não abrir espaços pra eles, o pessoal começa a cair fora também. Que foi o que aconteceu ali. Muita gente caiu fora"* (Daniel filho). Por um lado, Bá desconfia que a desimportância e o fechamento a tais demandas se referia à própria centralidade que as deficiências do *"bairro"* adquiriam na própria dinâmica de funcionamento da SAB. Deficiências que à medida que foram sendo sanadas foram tornando-a incapaz de responder às novas exigências postas pela reprodução crítica do capital e da mobilidade do trabalho por ela determinada, **personificadas** na figura dos jovens, num contexto de urbanização completa do loteamento. A tinta desgastada no muro da casa que abriga até hoje a SAB, onde se lê com dificuldades Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera já nos diz algo sobre o novo lugar social por ela ocupado: *"Dentro de uma Sociedade existe dificuldade? Existe. Mas se você... eu vejo que as outras Ong's o pessoal tenta fazer um trabalho, tentando, sabe, de uma maneira ou de outra, chamar o pessoal, abrir, mostrar o trabalho que eles estão fazendo, pro pessoal participar porque o bairro tem que participar. [...] A gente tinha contatos com pessoas de fora, de outros bairros, [...] tipo no Jardim Ângela, no Grajaú, e o pessoal tinha Sociedade de Bairro e o pessoal já tinha um pouco mais de abertura pra esse tipo de coisa. [...] Hoje existe o prédio da SAB e a gente que é antigo a gente sabe que o prédio é o prédio da Sociedade Amigos de Bairro, mas a maioria dos moradores não sabe nem que existe prédio e nem onde é. O pessoal passa ali e acha que é uma escolinha... acho que nem tem mais escolinha"* (Daniel filho). Por outro lado Bá reconhece que, tanto sr. Pedro, como alguns outros associados percebiam que *"pra haver um desenvolvimento, precisaria haver cultura"* (Bá), demanda desempenhada por outras organizações da sociedade civil que se instalarão no próprio *"bairro"*. Não é por erro ou mera coincidência que Daniel (filho) quando se refere às SAB's do Grajaú ou do Jardim Ângela fale em ONGs e Bá diga que *"[Prá fazer uma SAB funcionar] você precisa gerar recurso, arrecadar e tal [...] Hoje qualquer empresário acha que é legal tá investindo e tal, mas antes não era assim. Se a prefeitura não ajudasse e tal, você não conseguisse que a prefeitura te ajudasse e tal, você tinha que você mesmo bancar..."* (Bá).

As possibilidades de reprodução da SAB do Jardim Ibirapuera, enquanto organização de *"bairro"*, estava determinada essencialmente por meio do dinheiro arrecadado entre os próprios moradores, seja na forma de uma mensalidade enquanto associado, seja na forma de pagamento por atividades oferecidas (como no caso de D. Benedita quando recebia os pagamentos pelas aulas do pré), ou por meio de doações e atividades voluntárias[151]. As três formas de arrecadação exigiam laços de solidariedade por parte dos moradores que, a partir dos depoimentos analisados, foram se rompendo em seu processo de obsolescência: seja porque os jovens foram *"caindo fora"* porque a SAB não atendia suas demandas, seja porque as atividades foram sendo substituídas, ora pelo serviço público de educação, ora por organizações não-governamentais que foram se instalando, tanto no próprio *"bairro"* como em seu entorno (em outros *"bairros*"). Sendo a terceira só um resultado óbvio de tal processo. A gradual desvinculação dos moradores em torno da SAB, como resultado do próprio desenvolvimento do "*bairro*", também resultou num processo de autonomização entre cotidiano vicinal e práticas organizativas e recreativas, donde a formação e reprodução de atividades locais, sintetizada nas organizações não-governamentais, estão essencialmente determinadas pela possibilidade de financiamentos externos.

Por meio do caminho percorrido até aqui, vislumbramos uma experiência particular de **reprodução** dos trabalhadores mobilizados e incorporados pela modernização retardatária nacional, que produziu uma morfologia e um cotidiano vicinal e comunitário particulares, bem como uma organização espacial e uma paisagem particulares no contexto mais amplo de metropolização da cidade de São Paulo[152]. Como dissemos anteriormente, a estes trabalhadores ainda foi possível **comprar** "um pedacinho de terra pra morar" (da música

---

[151] Não sem dificuldades: "A Sociedades Amigos de Bairro, igual tinha a do São Francisco e tinha a do Vergueiro [..] esse pessoal da Sociedade Amigos de Bairro eles sofreram. Eles sofreram porque pra eles manterem a SAB era difícil... [...] Tinha um senhor que era o presidente da SAB Vergueiro] [...] que tinha bastante criança lá e tal, e ele saía procurando ajuda, aquelas padarias pra dar leite, pra dar pão... nossa era... o pessoal suava a camisa, sofreu. E muitas vezes o fulano assim não era compreendido no próprio bairro né" (Bá).

[152] "A paisagem que predomina é uma sucessão infindável de bloco e laje, bloco e laje, bloco" (Seabra, 2004: 274). "A periferia de São Paulo é uma extensão que parece incalculável, um mar de casas e de barracos construídos muito precariamente, muitas vezes até sem ruas abertas, que começou a aparecer na paisagem urbana de São Paulo nos anos 1940" (Seabra, 2004: 295). "A aparência desordenada do crescimento metropolitano pode ser vista através de seu traçado irregular e o desconexo de seus espaços vazios e ocupados que já sugerem formas disparatadas de ocupação do solo" (Kowarick, 1993: 34). "a expressão territorial desse mecanismo, comumente – e de forma um tanto quanto imprecisa e indevida – chamado de especulação imobiliária, é essa "paisagem" caótica (Seabra e Rodrigues, 1987: 19).

"Favela" de Padeirinho da Mangueira e Jorge Pessanha, 1998), mas não **qualquer terra**. Tornar-se "proprietário" de um pedaço de terra, foi tornar-se "proprietário" de um lote nú, sem água encanada, nem asfaltamento, sem eletricidade, distante de serviços tais como correio, telefone, equipamentos públicos[153], transporte... Condição diante das quais os moradores compartilharam "múltiplas práticas cotidianas" (Zaluar, 1985: 50) subjacentes à própria constituição material e efetiva incorporação do loteamento, **forjando uma história e uma memória a partir de um modo particular de experimentar e subjetivar o processo de modernização retardatária**: *"Porque na verdade era interior aqui, aqui era interiorzão mêmo [...] Nós hoje, graças a Deus, somos privilegiados porque aí você começa a olhar, lá depois do Jardim Ângela, aqueles outros lugar, cê fala nossa meu... Mas a gente não lembra que a gente já foi assim, que a gente já foi dessa forma. Mas hoje, graças a Deus o progresso chegou pra nós, hoje a gente nem dorme, porque tem carro pra cima e pra baixo, final de semana aqui é terrível"* (Bá).

O tempo percorrido por estes trabalhadores/moradores/construtores do Jardim Ibirapuera, do *"interior ao progresso"*, não deixou de ser fonte de sofrimentos. Frases como *"para você ver o sacrifício que era naquela época"* (sr. Daniel); *"hoje nós estamos no céu [em comparação com o que era o bairro]"* (D. Teresa); ou mesmo *"aqui a gente sofreu pra caramba!"* (Bá), explicitam os termos mobilizados por estes moradores para interpretar sua experiência (i)mediata. Mas como qualquer mercadoria que esconde seu processo de produção, o tempo e a experiência aí coagulados *"[vão] ficar para os outros que não viram [esse] sofrimento"* (sr. Daniel).

Entretanto, *"...foi isso daí [esse cotidiano] que deu base pra gente seguir a vida"* (Bá); tal cotidiano foi formador de caráter. Sofrimento que recompensa e redime, e que não à toa é a ideologia por excelência do trabalho: "comerá o pão com o suor do teu rosto". Se por um

---

[153] Os filhos dos primeiros moradores estudavam em escolas localizadas no Jardim São Luiz e em Santo Amaro, como por exemplo a Escola de Tábua (hoje Eurico Gaspar), São Luiz Gonzaga e Fundação Julita, no Jardim São Luiz; e as escolas Alberto Comte e Paulo Eiró em Santo Amaro. Só em 1969, através do decreto 8.076, foi criada a escola Municipal do Jardim Ibirapuera, doravante denominada de General Charles de Gaulle (cf. anexo 5), começando a funcionar em 08 de agosto desse mesmo ano (informação colhida por Andréa Tenório), que ainda assim somente oferecia o fundamental, o que fez com que a SAB do Jardim Ibirapuera tomasse para si a tarefa do pré-primário. Já com relação aos serviços médicos os moradores eram atendidos pela Santa Casa de Santo Amaro, Hospital Zona Sul, Hospital das Clínicas, Pronto Socorro de Santo Amaro e Amparo Maternal (informações colhidas por Andréa Tenório).

lado o trabalho faz sofrer, mas recompensa, por outro, ruas de terra não eletrificadas, pequenos cômodos usados de diversas maneiras, poços artesianos, longas caminhadas, enfim experiências de vida determinadas pelos parcos rendimentos conquistados no mercado de trabalho, talvez não fossem subjetivadas como sofrimento, não estivessem tais experiências imersas num contexto de metropolização da cidade de São Paulo, inundada por mais e mais mercadorias e aceleração da própria reprodução social total.

Enfim, podemos dizer que **um "modo de vida" envelheceu**, **porque um momento particular da modernização nacional que o determinou, também**[154].

[154] "Sem sombra de dúvida, o perfil da economia brasileira hoje não apenas não pode ser entendido senão tomando-se como referência básica a segunda metade dos anos cinquenta, como os problemas que emergem hoje na primeira linha da pauta do futuro comportamento da economia nacional são, rigorosamente, os sinais do *esgotamento do padrão de acumulação ali iniciado ou ampliado*, se se quer relativizar a questão" (Mazzuchelli e Oliveira, 1977: 111 – grifo nosso). Voltaremos a esta questão nas considerações finais.

2. De “subúrbio” a periferia – conclusão parcial

2.1 Das “regiões” à metrópole nacional

A metropolização da cidade de São Paulo, processo que inclui a constituição do Jardim Ibirapuera como seu momento particular, expressa uma mudança de sentido fundamental no processo de modernização nacional, ao adquirir

> em relação ao território nacional uma posição de centro modernizador, diferenciando-se de outras áreas nas quais as transformações materiais, ou a falta delas, indica a sua qualificação como regiões atrasadas (Toledo, 2012: 01).

A cidade de São Paulo se consolidará como centro modernizador do território nacional na medida em que agrupará os elementos materiais de uma sociabilidade “tipicamente moderna”. A empresa de capital canadense, Light and Power, eletrificando a reprodução social que se forjava em São Paulo, incluindo aí a formação de uma das pré-condições da industrialização[155], é um exemplo emblemático daqueles elementos que caracterizariam São Paulo como um centro modernizador, bem como os bondes elétricos, redes de água e esgotos, as indústrias...[156]. Mas é preciso que consigamos ultrapassar o nível fenomênico da experiência social (que não é falsa, tampouco ilusória) e alcancemos as relações sociais (ocultas pelo intenso brilho das mercadorias) que justamente fundam a possibilidade de modernização da cidade de São Paulo posicionando-a territorialmente como pólo moderno. Em outras palavras, para que São Paulo se torne o centro modernizador do território nacional, será necessário que concentre, mais do que capital na forma de dinheiro, meios de produção, infra-estrutura... enfim mercadorias. Serea necessário que concentre capital no sentido preciso que lhe dá Marx, como a realização e acumulação de determinada **relação**

---

[155] “Trata-se de uma das principais “fontes de energia da segunda revolução industrial”” (Saes *apud* Toledo, 2012: 01).

[156] “Fala-se de metrópole [...] já no início do século XX, embora este termo tenha se generalizado nos anos 1950, com o desenvolvimento industrial. [...] Ela aparecia como o lugar da modernidade, definindo a forma geral da sociabilidade, na qual havia uma associação estreita entre a economia monetária e a grande cidade” (Damiani, 2004: 23).

social[157]. Nesse sentido, o encontro entre loteadores e migrantes objetivado na forma de um contrato, "produtores" deste que será mais um loteamento periférico constituinte da metropolização paulistana, não é fortuito, tampouco e apenas mais um fato a ser elencado dentre outros. Ao nosso ver, tanto as personificações que aí se defrontam, proprietários de força de trabalho de um lado, proprietários de terra do outro, bem como as mudanças materiais, concretas, que na propriedade dos últimos se operam, reúnem um momento particular importante do sentido geral pelo qual passa a modernização nacional pois, como já nos ensinou Marx, a "Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho" (Marx, cap. IV, 1985: 140).

A possibilidade histórica da existência do contrato (cf. Toledo, 2009) acordado entre migrantes "promitentes compradores" e loteadores "promitentes vendedores" de lotes no Jardim Ibirapuera nos remete diretamente ao incremento populacional da capital paulista especialmente intensificado a partir da década de 1950[158] por meio da migração. Vainer (1984) apoiado em Gaudemar (1977)[159], escreve que a migração figura como

> dimensão/faceta/virtualidade de um movimento muito mais amplo e complexo de produção de corpos e espaços, como também de produção e transformação das relações entre corpos e espaços (Vainer, 1984: 17).

O autor irá criticar as perspectivas teóricas que formulam a migração enquanto o deslocamento mecânico de pontos (no caso os corpos) sobre um espaço identificado a um "mero tabuleiro" (Vainer, 1984: 17), sendo tais corpos colocados "diante do espaço como a dona-de-casa que vai à feira diante das múltiplas barracas" (1984: 12). Para o autor a migração resulta de modificações operadas, tanto no espaço, como nos corpos e nas relações sociais daqueles que migram. Preocupa-lhe uma pergunta sobre as "condições de

---

[157] "Um negro é um negro. Somente em determinadas condições torna-se escravo. Uma máquina fiadora de algodão é uma máquina pra fiar algodão. Apenas em determinadas condições ela se torna capital. Arrancada dessas condições, ela é tão pouco capital como o ouro em si e para si é dinheiro, ou o açúcar é o preço do açúcar. (...) O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção" (Marx, cap. XXIV, 1984: 296 – supressão feita pelo autor).

[158] "As migrações rural urbano, em todo o território nacional e nos seus diversos estágios, até anos setenta, dirigiam-se sobretudo para São Paulo. [...] De todo modo, a região de São Paulo continuou a receber o maior fluxo migratório do País porque concentrava o parque industrial que respondia, em 1970, por 58% do valor da transformação industrial" (Seabra, 2004: 275).

[159] Do livro *"Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*" de Jean-Paul de Gaudemar, 1977.

existência da migração" (1984: 17) e não exatamente as causas e motivações daqueles que migram. O que não significa que as causas e motivações para nós sejam aspectos desimportantes, ou mesmo que as últimas se confundam com as primeiras na maneira dos migrantes narrarem suas "escolhas". Mas sim que a análise daquele processo que inaugura as possibilidades da migração é o que, do nosso ponto de vista, fundamenta a própria metropolização de São Paulo. Portanto a discussão sobre as "condições de existência da migração" (Vainer, 1984) deve nos levar a desvendar não só o caráter contraditório daquela liberdade experimentada pelos migrantes de escolher o lugar onde viver e trabalhar, donde o trabalhador figura como sujeito livre para deslocar-se espacial e socialmente, mas também às modificações operadas nas "regiões" (cf. Toledo, 2009; Boechat, 2010; Leite, 2011) que liberaram tais trabalhadores, assim como naquelas que as receberam.

Gaudemar parte do capítulo XXIV d´O Capital de Marx (A assim chamada acumulação primitiva) para discutir o que ele denomina como "produção das forças de trabalho" (1977: 193). Recordemos que neste capítulo Marx dedica-se a analisar criticamente a formação da **relação-capital**, que pressupõe a "separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho" (Marx, cap. XXIV, 1984: 262). Separação que

> transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em assalariados (Marx, cap. XXIV, 1984: 262).

Para Gaudemar a acumulação primitiva analisada por Marx é o momento de "aquisição da mobilidade" por parte do trabalhador, momento a partir do qual os trabalhadores se encontram duplamente livres

> porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como por exemplo os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o campônes economicamente autônomo, etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles (Marx, cap. XXIV, 1984: 262).

Livres para defrontarem-se com os

> possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõe a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia (Marx, cap. XXIV, 1984: 262).

A liberdade inaugurada por meio do processo de separação entre terra e trabalho seria portanto contraditória, dado que o trabalhador se vê livre das coerções exercidas por ser propriedade de outrém, o que "conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo" (Gaudermar, 1977: 190) e simultaneamente livre da possibilidade de se reproduzir que não seja por meio do trabalho assalariado[160], que de nossa perspectiva é o próprio trabalho em seu sentido abstrato[161], enquanto mediação social total.

> *Liberdade positiva*: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade: o trabalhador é então considerado como actor de sua própria liberdade. *Liberdade negativa*: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre (Gaudemar, 1977: 189 – grifos do autor).

A liberdade contraditória a que o trabalhador encontra-se submetido tem dimensão espacial e social (cf. Gaudemar, 1977: 228), portanto introduz a possibilidade de que estes trabalhadores desloquem-se em contextos territoriais particulares, bem como ascendam (ou descendam) socialmente a partir da "estrutura hierárquica de poder" (Gaudemar, 1977: 229) que se forja socialmente e internamente às unidades produtivas, como produto da própria divisão social do trabalho no qual o trabalhador encontra-se imerso. A dupla liberdade portanto é constituinte da própria **mobilidade do trabalho**[162]. Neste sentido é que

---

[160] "O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por *fios invisíveis*. A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua dos patrões individuais e pela *fictio júris* do contrato" (Marx, cap. XXI, 1984: 158 – primeiro grifo nosso e o segundo do autor).

[161] Quando dizemos que o trabalho assalariado para nós é o próprio trabalho em sua determinidade histórica, não queremos com isso cristalizar o trabalho como mediação social total na forma do assalariamento. A modernização retardatária e o colapso da modernização irão produzir relações de trabalho que não se identificam com o assalariamento, não obstante não deixarem de ser trabalho. Referir-se ao trabalho assalariado é só uma maneira de nos referir à relação-capital forjada por meio da expropriação, relação que funda o trabalho e a forma-mercadoria enquanto mediações sociais totais.

[162] O autor explicita sua escolha do termo mobilidade do trabalho em oposição a termos como uso, elasticidade, plasticidade e/ou flexibilidade, assim justificando-se: "O termo "uso" mantém-se demasiado vago em relação à minha procura de um conceito que designe a qualidade da força de trabalho sem a qual não haveria uso capitalista – isto é, produtor de mais-valia, valorizador do capital, numa palavra, produtivo – de força de trabalho. [...] "elasticidade" designa a possibilidade de uma mudança de forma, é certo, mas [...] significa que as coisas voltam a seu estado primitivo desde que cessa a causa que provocou a deformação; "elasticidade" conduz então a uma problemática de equilíbrio, de ajustamento, e limita a significação do conceito a uma esfera muito particular de onde seriam excluídos todos os problemas de crescimento. [...] "plasticidade" evoca, é certo, a possibilidade de tomar ou receber diferentes formas mas,

concordamos com Vainer (1984) de que a migração deve ser compreendida como um movimento muito mais amplo e complexo de produção de corpos e espaços. Produção de corpos que nas palavras de Gaudemar (1977) expressam a "transformação do trabalho em mercadoria força de trabalho". O que significaria a própria *constituição da categoria força de trabalho*, negando sua compreensão enquanto "o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem" (Marx, cap. IV, 1985: 139), e a recolocaria enquanto categoria propriamente moderna, que tem processo histórico de formação, tendo como seu complemento lógico e histórico a própria formação da categoria capital[163]. Neste sentido, a migração em nosso caso ganha contornos, não de um deslocamento espacial qualquer, mas de corpos expropriados, de forças de trabalho mobilizadas. A mobilidade geral do trabalho, que se expressa particularmente na trajetória (espacial e social) de cada trabalhador, é nas palavras de Gaudemar a "condição de exercício de *sua "liberdade"* [do trabalhador] *de se sujeitar ao capital*" (1977: 190 – grifo do autor), ou nas palavras de Marx, na possibilidade de levar, voluntariamente, sua "própria pele para o mercado" (Marx, cap. IV, 1985: 145).

* * *

Considerar que a mobilidade do trabalho é fruto da separação entre terra e trabalho explicita que **tais migrantes narram-se enquanto sujeitos de um processo ao qual já foram sujeitados. A produção de corpos expropriados é o sentido profundo daquilo que aparece como a "intensificação das migrações nacionais" ou mesmo, como incremento populacional de São Paulo**. São milhões de mobilizados, (por meio da violência extra-econômica ou não) dependurados nos caminhões paus-de-arara[164], deslocando-se desde

além do facto de o termo conduzir a uma demasiado grande passividade do trabalho, elimina das suas evocações os deslocamentos espaciais. No fim das contas, só o termo "mobilidade" [...] parece poder dar conta das diferentes aptidões exigidas à força de trabalho pelo seu uso capitalista produtivo" (1977: 16, nota 4).

163 Remetemos o leitor ao texto de Vainer (1984) no qual discute a ambiguidade relativa à formulação de força de trabalho enquanto atributo natural do homem e enquanto categoria moderna historicamente determinada no próprio O Capital de Marx.

164 "Nós ficamos 8 dias no caminho, viajando, parando, a polícia parando, porque aquilo veio como uma carga de cereais, coberto com uma lona, veio como cereais [...] teve até um detalhe interessante: o camarada tem um cano, né, bicudo e ele enfiava assim na lona pra ver se realmente era grão, né... aí ele enfiou aquele bagulho na lona, pego nas costela do peão rapaz, o cara deu um grito (risos)... aí o cara mandou encostar,

outras regiões do país e aportando como expropriados em São Paulo para, de seus pontos de vista, trabalhar e prosperar. Em Marx, esse processo descrito em linhas gerais é a mudança fundamental operada pela acumulação primitiva, aquela que antecede e cria as bases para a efetiva acumulação de capital fundada em relações de trabalho assalariadas, ainda que "sua história [assuma] coloridos diferentes nos diferentes países" (Marx, cap. XXIV, 1984: 263).

> Considerando-se numa retrospectiva histórica tanto o Tercceiro Mundo quanto o socialismo real do tipo soviético, pode-se de fato falar de sociedades de *acumulação primitiva*, sendo esta última de natureza recuperadora. [...] O que Marx descreveu para a Inglaterra dos séculos XVI e XVII poderia ser descrito analogamente para a Rússia do início do século XX e para o Brasil ou a Índia do fim deste século. A esse respeito, o que distingue as diferentes regiões do mundo é apenas a diferença temporal no processo histórico da modernidade (Kurz, 1993: 189 – grifo do autor)[165].

Na particularidade que este processo de acumulação primitiva assume no Brasil, o que a torna uma modernização retardatária, estaríamos diante da dissolução do momento regional[166] e consolidação do Estado Nacional, sendo o primeiro

> um momento do processo de formação nacional brasileiro, subsequente ao período colonial e pressuposto para a consolidação do Estado Nacional, que tem em 1930 o primeiro momento de um longo processo de inflexão" (Leite, 2010: 174).

Inflexão que corresponderia ao "*processo de autonomização das categorias da relação-capital*" (Leite, 2010: 174 – grifo da autora), o que significa dar-se também, como seu desdobramento espacial, com um processo de implantação e reorganização de atividades produtivas e reprodutivas em território nacional, bem como com novas dinâmicas

---

né... mandou encostar e todo mundo desceu, né [...] por isso que a gente demorou oito dias pra chegar aqui. Porque foi parado várias vezes, né. Aí nós chegamos aqui no Brás, numa segunda-feira de manhã..." (sr. José V.).

[165] O termo *"recuperadora"* será aqui substituído pelo de *"retardatária",* dado que ao primeiro pode-se atribuir um sentido de realização "positiva" de tal modernização, e o segundo explicita a condição retardatária estrutural a que tais países estão submetidos, incapazes de pular sobre sua própria sombra no processo crítico de modernização.

[166] Ao momento regional corresponderá por exemplo a relação de agregação na fazenda pecuária no nordeste mineiro (cf. Leite, 2010), o regime de colonato nas fazendas de café no Estado de São Paulo (cf. Boechat, 2009), o garimpo de diamantes nas Lavras Baianas (cf. Toledo, 2008), todas relações sociais de produção compreendidas, na ampla bibliografia que delas tratam, como não-especificamente capitalistas.

de colonização do mesmo[167]. Autonomização está aqui sendo compreendida com o sentido preciso que lhe atribui Marx (cf. Marx, cap. XLVIII, 1986), enquanto *aparência* de autonomia entre as categorias de terra, trabalho e capital, sendo que as três fundamentam a sociabilidade mediada pela forma-mercadoria e atuam no sentido da acumulação de capital. A autonomização aí identificada é a imposição de que o expropriado não tenha condições de se reproduzir que não por meio daquelas mediadas pelo dinheiro, portanto pela venda do tempo de seu trabalho aí pressuposta. É importante frisar este aspecto da autonomização das categorias da relação-capital considerando-se que o momento regional ao qual estamos nos referindo consiste em uma articulação de espaços sócio-econômicos (Oliveira, 1977: 30)[168] que reproduziriam relações sociais de produção diante das quais "o trabalhador não pode *ainda* ficar abandonado às "leis naturais da acumulação capitalista" (Leite, 2010: 175 – grifo da autora)[169]. O que significa a necessidade do uso da violência extra-econômica como expediente inerente à mobilização do trabalho, negando a própria liberdade contraditória que distingue a condição do trabalhador assalariado, bem como aquela que distingue a reprodução do capital e da terra em suas formas autonomizadas. Em outras palavras, a territorialidade conformada pelas regiões que compõem o Estado Nacional em formação é a "imposição forçada da territorialidade capitalista em expansão" (Toledo *apud* Leite 2010: 176) dado que:

> [o] capital não se constituiu como a própria relação de dominação: encontra-se fundido à propriedade da terra e pressupõe o emprego da violência para forçar e se apropriar do mais-produto social. Contudo, ao passo que esse capital (comercial) acumula, ele acumula também os meios para se reproduzir "sobre seus próprios pés" e por isso sua reprodução participa do longo processo de autonomização, identificado como acumulação primitiva, que transforma o capital numa relação de dominação fundada na expropriação do trabalhador dos meios para se reproduzir de maneira autônoma (Leite, 2010: 175).

---

167 "Ao tornar-se prática recorrente, a migração reorganiza o contexto territorial" (Toledo, 2007: 217).

168 "...privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Desse ponto de vista, podem e existem "regiões" em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processo assinalados..." (Oliveira, 1977: 27).

169 As "leis naturais da acumulação capitalista" referem-se evidentemente àquelas discutidas por Marx no capítulo XXIII d'O Capital (1984: 187) e já abordado em alguns momentos de nosso texto.

O que significa que as relações de produção que fundamentam o momento regional, ao contrário de relações não-tipicamente capitalistas, "preparam o terreno" para a imposição da "lei geral da acumulação capitalista" (cf. Marx, cap. XXIII, 1986) em território nacional, expressando o processo de formação de um **mercado de trabalho em nível nacional** (cf. Oliveira, 1977), condição *sine qua non* da própria mobilidade espacial que produz os fluxos migratórios como seu fenômeno empírico. Assim podemos dizer que se o sentido da colonização foi a produção de mercadorias tropicais para a Europa (cf. Prado Jr. 1942/1981), **o sentido da passagem do momento regional para o Estado Nacional é a produção de mercadorias forças de trabalho, por meio da autonomização das categorias da relação-capital, visando a acumulação internamente ao território nacional e o desenvolvimento fetichista do mesmo**. Voltaremos a isso.

É precisamente por esta determinação histórica que se pode reconhecer o sentido profundo da metropolização de São Paulo, como um processo de **internalização da metrópole pela colônia**[170], quando concentrará os corpos expropriados resultantes da abertura das outras regiões do território nacional[171] bem como abrigará os pressupostos de uma acumulação de capital em relações de trabalho modernas, ou seja, assalariadas.

---

[170] "São Paulo [em 1960] havia se tornado o centro da divisão regional do trabalho, o que fez dela a metrópole nacional por excelência. *Todas as regiões do país eram abastecidas pela produção industrial de São Paulo e forneciam, em troca, matérias-primas e gêneros alimentícios à metrópole*" (Singer, 2004: 219 – grifo nosso). Qualquer semelhança na relação estabelecida entre colônia e metrópole em escala mundial não terá sido mera coincidência.

[171] Momento este identificado por Seabra (2004) como de **implosão-explosão** da cidade de São Paulo.

2.2 A "região" antes da metropolização de São Paulo

A metropolização da cidade de São Paulo, no sentido que empregamos aqui, incluiria como seu momento fundamental o incremento extraordinário de expropriados, porque corpos liberados das regiões em dissolução, e as mudanças operadas, a partir de tal acontecimento, nas relações sociais de produção que até então se reproduziam em partes da cidade. A hipótese aqui é de que a qualidade de expropriado a que estes milhões de migrantes chegados em São Paulo nesta época foram submetidos é condição necessária, mas não suficiente para que entreguem docilmente (cf. Gaudemar, 1977) seus corpos à acumulação de capital. É de se considerar que também sofram coerções por outros meios, o que não significa que haja qualquer tipo de violência extra-econômica operando sobre seus corpos em terras paulistanas, diferente das condições de trabalho nas regiões que os liberaram. Em outras palavras, se o processo de autonomização da relação-capital foi o fundamento da formação do trabalhador contraditoriamente livre, é de se esperar que a separação entre terra e trabalho se reponha, seja lá onde a mobilidade "conquistada" lhe permita ir, sob pena de que o trabalhador possa trabalhar para si e não para o capital (cf. Marx, cap. XXV, 1984). Ou seja, onde não só os meios de produção produzidos[172], mas aqueles não-produzidos (terra) se encontrem completamente autonomizados de sua força de trabalho.

Num primeiro momento há que se considerar que a propriedade fundiária é condição da reprodução da relação-capital em dois sentidos concretamente distintos: por um lado como condição de reprodução da força de trabalho, e por outro, como condição de produção dos capitais individuais. É condição portanto, do consumo improdutivo do primeiro e do consumo produtivo do segundo (cf. Marx, cap. IV, 1985). Nesta diferença pode se reconhecer "modalidades de uso" (Seabra, 2004: 271) distintas da terra; as primeiras utilizadas para uso residencial e as segundas para uso industrial ou comercial, por exemplo. No entanto, podemos desdobrar esta apreensão do fenômeno, considerando que o

[172] A almejada industrialização não se realizaria caso estes expropriados não encontrassem os meios de produção "monopolizados por determinada parte da sociedade" (Marx, cap. XLVIII, 1986: 269) que os incorporassem de forma a lhes permitir por um lado, reproduzirem-se enquanto trabalhadores assalariados, e por outro, reproduzirem ampliadamente o capital. Portanto São Paulo ficará no centro de um processo de concentração e centralização dos capitais que permitirão a industrialização nacional.

processo de autonomização da relação-capital que originou a própria força de trabalho, pressupõe que a outra categoria autonomizada, a terra resultante daí, tenha sido apropriada por alguém, seja por meio da violência econômica ou extra-econômica. O que significa que a propriedade fundiária não só é condição de reprodução em seu sentido estrito, no exemplo do espaço de moradia necessário ao trabalhador, mas também condição indispensável para que a força de trabalho continue a se repor enquanto expropriada frente ao capital. Em outras palavras, o proprietário da mercadoria força de trabalho enfrenta como um impedimento à sua própria reprodução não-autonomizada a propriedade fundiária alheia, à medida que certas "pessoas [que] têm o monopólio exclusivo de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada" (Marx, cap. XXXVII, 1986: 124) exigem um tributo pelo seu uso. O que denota que, apesar destes migrantes chegarem em São Paulo e defrontarem-se com uma "extensão ilimitada" (Bonduki, 2001, 93 e 94) de terras no entorno da área urbanizada da cidade, tal não se configurava como uma abundância de terras livres. Livres agora eram estes trabalhadores que enfrentavam tal extensão ilimitada como um verdadeiro limite à sua reprodução, dado que conformada por uma miríade de propriedades, ocupadas ou não, produtivas ou não, mas certamente juridificadas enquanto tal. Propriedades para os quais deveriam pagar um tributo caso quisessem utilizá-las, rendas estas que não poderiam provir senão da venda de sua força de trabalho no mercado, condição já exaustivamente apresentada nesta Seção I. Neste sentido é que consideramos possível afirmar que **a função social da propriedade e da renda dela derivada é mobilizar trabalho**.

* * *

O histórico dominial da propriedade loteada que veio a ser o Jardim Ibrapuera e por nós pesquisado no 11º Registro de Imóveis da Capital, nos remete a uma primeira negociação realizada em 1921 de uma propriedade com tamanho maior que aquela loteada, diante da qual se apresentam "como vendedores Pedro *Glasser* e sua mulher Dona Paulina *Reimberger*" (Certidão da escritura lavrada em 23 de maio de 1921 pelo oficial do registro civil e tabelião de notas do subdistrito de Santo Amaro, livro 53 fls. 45 – verso – fls. 19 a 20 vs do processo 421 arquivado no décimo primeiro registro de imóveis da capital) e como compradores um "lavrador" de nome Joaquim José de Oliveira e sua mulher Dona Maria

Vieira das Dores. Em uma lista nominativa organizada por Siriani (2003) acerca dos imigrantes alemães residentes em São Paulo, Santo Amaro e Itapecerica (entre 1827 e 1889) consta o nome de Nicolau **Glasser**, lavrador, além de Adão e Pedro **Reimberger**, lavradores e criadores de semoventes. Em 1829 será implementado um núcleo colonial "nas terras devolutas do sertão de Santo Amaro" (Siriani, 2003: 59) que ficaria conhecido como a colônia Velha de Santo Amaro. A escolha pelas terras devolutas do sertão de Santo Amaro para instalar as famílias alemãs que haviam aportado no reino em 1827 e logo em seguida na província de São Paulo, durou em torno de 2 anos, sendo que "em 29 de junho de 1829, efetuou-se o sorteio dos lotes, tendo sido contempladas 94 famílias [...] que jamais receberam os títulos de posse dos lotes" (Siriani, 2003: 62). Ainda segundo Siriani (2003) as terras concedidas causaram "profundo descontentamento entre os colonos" por estarem localizadas em terras isoladas e aprovisionadas somente com "precárias vias de comunicação com a freguesia de Santo Amaro e com a cidade de São Paulo" (2003: 61).

O núcleo colonial terá uma vida muito curta, ao menos nos termos como foi implementado[173]: "um ofício da Câmara de Santo Amaro, de abril de 1847 (19 anos após a implantação da Colônia Velha), informa ao governo que por aquela data existiam na colônia somente 9 famílias" (Zenha *apud* Ribeiro, 2002: 73). Segundo alguns autores citados por Ribeiro (Martin Begrich, Otto Nohel, Fridrich Sommer, Afonso Schmidt, Edmundo Zenha e Maria Helena Petrillo Berardi *apud* Ribeiro, 2002) os motivos que levaram à dispersão dos colonos e consequentemente à bancarrota daquele empreendimento, devem-se: **a)** ao solo de pouca fertilidade; **b)** ao tamanho dos lotes, sendo demasiado pequenos ao cultivo agrícola; **c)** à grande distância e os péssimos caminhos dos eventuais mercados consumidores como São Paulo e Santos; **d)** à ausência de pastores, professores e assistência médico-sanitária; **e)** à inexistência de uma política colonizadora bem orientada e por fim **d)**

[173] "O Império Brasileiro se comprometia: "1) a suster, por espaço de um ano e meio, os colonos; 2) fornecer-lhes gado vacum, cavalar e lanígero que reembolsariam ao país, em espécie ou em dinheiro quatro anos depois. Receberiam ainda, ferramentas próprias ao país e sementes; 3) os terrenos cultivados pelos colonos seriam de sua propriedade absoluta; 4) os colonos que fossem transportados por conta do Império ficariam isentos de qualquer tributo por oito anos, os que viessem por sua própria conta gozariam dessas vantagens por dez anos, tendo ainda o direito de escolher os terrenos e recebê-los em maior porção. Os colonos ficavam obrigados a pegar em armas quando o país fosse atacado, o que decorria do juramento de fidelidade feito para com a sua Majestade o Imperador, ao assinarem o contrato. Seus filhos estavam, como brasileiros natos, sujeitos ao recrutamento; 5) cada colônia teria um médico, um pároco ou pastor, pagos pelo tempo em que durassem os subsídios da nação" (Sommer *apud* Ribeiro, 1997: 135).

"ao abandono por parte do Governo a partir de 1830/31" (Ribeiro, 2002: 75)[174], que não tendo cumprido sua parte no contrato de imigração, teria deixado os colonos largados à própria sorte.

Depois deste processo de dissolução da colônia, segundo Ribeiro (2002) "alguns [colonos] se fixaram na Vila de Santo Amaro e outros adquiriram terras e sítios numa vasta área formada pelos bairros de Rio Bonito, São José e Parelheiros. Outros, ainda, se deslocaram [...] para o interior paulista ou para o centro da cidade de São Paulo" (2002: 73). Deve-se considerar que a dissolução do núcleo colonial se dá num contexto de ausência da Lei de Terras, criada somente em 1850, o que significava que o livre acesso às terras devolutas não estaria legalmente vedado a estes ex-colonos que encontrando-se livres dos constrangimentos impostos ao controle de seu trabalho por meio do contrato de imigração, podiam trabalhar acumulando para si[175] por meio da formação de posses, numa relação de não-completa autonomização, ou mesmo grilando terras. Mais exatamente, estes colonos já estavam colocados numa situação de proprietários de terra, já que o núcleo colonial fundava-se na concessão de pequenas propriedades, mas a ausência de qualquer tipo de juridificação de suas atividades os permitia apropriarem-se de outras terras além das que lhes haviam sido concedidas. Ou seja, de maneira oposta a que vínhamos abordando o significado da propriedade fundiária para a reprodução dos pressupostos da relação-capital, aqui **a possibilidade de que esses trabalhadores já mobilizados acessem a terra por meio da posse é, neste momento particular, a negação da acumulação de capital por meio da exploração do trabalho alheio**[176]. No entanto, rastrear as marcas deixadas por cada um destes ex-colonos e as terras por eles apropriadas é tarefa quase impossível e não está no escopo desta nossa dissertação. Para nós interessa reter o fato de que a mobilidade a que estes trabalhadores encontravam-se, num contexto de abundância de terras e trabalho

---

174 "O núcleo deixou de existir administrativamente em 1831, quando o diretor Dr. Melo Franco pediu dispensa de suas responsabilidades, depois de terminada as medições e o assentamento definitivo dos colonos. Após sua partida, o governo provincial praticamente se esqueceu da existência dos alemães" (Siriani, 2003: 63).

175 Siriani fala mesmo de "vasta descendência e algum patrimônio" (2003: 63), conquistados por esses alemães tornados ex-colonos.

176 "A Economia Política confunde por princípio duas espécies muito diferentes de propriedade privada, das quais uma se baseia sobre o próprio trabalho do produtor e a outra sobre a exploração do trabalho alheio. Ela esquece que a última não apenas forma a antítese direta da primeira, mas também cresce somente sobre seu túmulo" (Marx, cap. XXV, 1984: 295).

cativo, transformava-se numa espécie de privilégio, dado que poderiam tornar-se "proprietários' de terra sem muito esforço, não prescindindo da violência, é claro, pois que estava colocada a situação de uma disputa por terra para todos os outros homens livres que poderiam vir a se enfrentar neste processo de apropriação. A hipótese aqui é a de que a propriedade de Pedro Glasser e Maria Reimberger produziu-se exatamente nesse "ponto cego"[177], seja como resultado de heranças familiares, seja como resultado de uma apropriação de terra empreendida por eles mesmos.

Siriani (2003), analisando alguns inventários de famílias alemãs que pós-dissolução oficial do núcleo colonial se estabeleceram entre a vila de Santo Amaro propriamente dita e áreas adjacentes, identifica ex-colonos apresentando-se como proprietários de chácaras, animais e armazém de secos e molhados na freguesia da Sé (André Christ), "criador de gado e proprietário de inúmeros sítios na área abrangida pela antiga colônia" (Henrique Schunk - 2003: 64), produtores de mandioca e fabrico de farinha (família Holl), "grande proprietário e criador da região do núcleo" (Carlos Ablas – 2003: 64), dentre outros. Por fim a autora conclui que

> No que tange à distribuição geográfica em Santo Amaro dos alemães proprietários de imóveis e atuantes na economia local, observou-se [...] um significativo número de famílias cujos nomes, apesar de constarem na lista do sorteio dos lotes realizado pelo governo provincial, em 1829, viviam concentradas na região da vila, onde possuíam bens de raiz e armazéns, e exerciam ofícios. Esse fato não significa o abandono deliberado do núcleo por parte das famílias [...]. Muitos acabaram diversificando suas atividades, residindo na vila e, simultaneamente, tratando de suas lavouras e criações no núcleo colonial. Neste, alguns colonos ampliaram suas terras, comprando lotes de seus vizinhos, ou acabaram adquirindo outros sítios, ainda que na mesma região (Siriani, 2003: 70).

Dos 746 inventários analisados por Mello (1982/1990), no período de 1845 a 1895 internamente à província de São Paulo, constam 61 referentes a pessoas nascidas em Santo Amaro, e de 22 alemães que a autora atribui "à tentativa fracassada de colonização alemã em Santo Amaro em 1830" (Mello, 1990: 66). Considerando-se primeiramente o ano de

[177] "Apesar do crescente movimento especulativo no setor imobiliário que ocorria na capital, principalmente a partir da década de 1870, a região do Planalto Paulistano permaneceu quase intocada até as primeiras décadas do século XX. Foi possível localizar apenas duas escrituras de venda e uma de compra de imóveis, todas lavradas na década de 1880. Isso ocorreu porque seria praticamente impossível rastrear as negociações envolvendo os lotes de terra concedidos pelo governo, em 1829, já que os alemães que ali se instalaram aparentemente nunca receberam os títulos de propriedade dessas terras" (Siriani, 2003: 70).

implementação do núcleo colonial (1829), o fato de que segundo o contrato firmado entre colonos e império os filhos dos colonos seriam naturalizados brasileiros, e que por fim o período analisado pela autora corresponde a quase 60 anos após a implementação de tal núcleo, não parece improvável que dos inventários que corresponderiam aos naturais de Santo Amaro possam estar incluídos herdeiros dos primeiros colonos, o que veremos adiante. Ainda assim o que nos interessa reter de sua pesquisa é a descoberta de forte presença de propriedades rurais na área concernente à vila de Santo Amaro. Segundo a classificação feita pela autora os inventários acusariam a presença de 43 casas, 12 terrenos, 4 chácaras, 48 sítios e 4 fazendas[178].

A Sociedade Paulistana de Terrenos S.A, empreendimento responsável pela criação do loteamento do Jardim São Luiz em 1951, este que será adjacente ao Jardim Ibirapuera, comprou entre 1948 e 1950 uma área de 840.000 m^2 que abrangia três propriedades distintas. Por meio do histórico dominial das três propriedades adquiridas pela empresa acima referida, pode-se identificar que uma delas decorre da partilha dos bens do espólio de Anna Klein Mendes, posteriormente comprada por Adão Helfstein[179] e sua mulher em 1923, tornando-se espólio de Pascoal Caróta em 1946 e finalmente vendida em 1950 à Sociedade Paulistana de Terrenos S.A. Este mesmo Adão Helfstein consta no registro dominial da segunda propriedade que nos interessa dado que sua morte, que gerou o espólio de Pascoal Caróta, também gerou um despojo adquirido por Yvone Helfstein e comprado em 1950 pela mesma empresa loteadora.

Até 1950, ano de abertura oficial do loteamento do Jardim São Luiz e 1964, ano oficial da abertura do loteamento do Jardim Ibirapuera, não constam nas descrições das propriedades negociadas grandes modificações materiais, como aquelas verificadas a partir do processo de retaliamento das mesmas e sua transformação em loteamentos. A não ser

---

[178] "Diferençavam-se nos documentos, as propriedades imobiliárias entre casas, terrenos, chácaras, sítios, terras e fazendas. Raramente noticiavam-se suas medidas; mais comum era a descrição das características e divisas. Quanto à distribuicão espacial das propriedades, os informes documentais permitiram-nos dividi-las em três tipos: casas, terrenos (inclusive chácaras) e terras (compreendendo sítios, terras e fazendas).
As casas se apresentam como a propriedade mais urbana, seguida de terrenos e chácaras; os terrenos poderiam ou não equivaler em tamanho às chácaras, porém estas possuíam, na maioria das vezes, edificações, árvores frutíferas e às vezes currais. Sítios, terras e fazendas, em ordem crescente relativamente à área, designavam propriedades rurais" (Mello, 1990: 72).

[179] Klein e Helfstein são ambos sobrenomes que constam na lista de alemães entrados no Brasil em 1827 organizada por Siriani (2003).

pelo fato de que na descrição da primeira propriedade vendida por Pedro Glasser a Joaquim José de Oliveira ser acusada a existência de "uma pequena casa" (Certidão da escritura lavrada em 23 de maio de 1921 pelo oficial do registro civil e tabelião de notas do subdistrito de Santo Amaro, livro 53 fls. 45 – verso – fls. 19 a 20 vs do processo 421) e quando da venda da "mesma" por Vernon Awbrey Moore a Guerino Banzoli e Roque Petrella em 1948, ser apontada a existência de "duas casas de moradia [e] engenho de fabricar farinha" (Requerimento e memorial para inscrição do loteamento do Jardim Ibirapuera de dezenove de outubro de 1963 – fls. 5 e 6 do processo 421 - documento único). Dissemos "mesma" entre aspas pois parte da propriedade adquirida por Joaquim José de Oliveira será vendida à The São Paulo Tranmway Light and Power Company Limited no ano de 1932[180].

Os históricos dominiais aqui apresentados, objetivando identificar certos elos que estão ocultados pelo constituição deste loteamento que se tornou um "hieroglifo social" (Marx, cap. I, 1985: 72), nos sugere dois desdobramentos importantes de serem considerados. O primeiro revela o aspecto contraditório daquilo que aparece como fracasso de um empreendimento imigratório, na medida em que permitiu que aqueles pobres diabos vindos da Alemanha pudessem se tornar "proprietários" de terra e a partir desta condição se "enriquecerem". A presença destes colonos no sertão de Santo Amaro e os processos de apropriação de terras daí decorrente conduziu à formação de propriedades que conformar-

[180] "Joaquim José de Oliveira e sua mulher Dona Maria Vieira das Dores, transmitiu, a título de permuta, digo, transmitiu por venda feita a The São Paulo Tranmway Light and Power Company Limited, Sociedade Anônima, estrangeira, com sede em Toronto, província de Ontario, domínio do Canada, legalmente autorizada a funcionar no país, por escritura lavrada em 30 de maio de 1932, nas notas do escrivão de Santo Amaro, Otávio Machado, pelo valor de R$ 31:266$00 (trinta e um contos duzentos e sessenta e seis mil réis) um terreno situado no bairro do Ibirapuera, distrito de Santo Amaro, desta capital, que assim divide: começa no Rio Guarapiranga, à margem esquerda, na embocadura do córrego da divisa adquirente, nos terrenos ultimamente adquiridos à Claudino José Branco, daí segue pelo córrego acima até uma árvore de figueirão, onde será cravado um marco de cimento, daí segue à direita pela divisa com Manoel Pires de Oliveira até a linha da máxima enchente, onde será cravado o segundo marco de cimento, daí segue pela linha de máxima enchente, até o córrego da divisa com Horácio de Andrade, onde será cravado o terceiro marco de cimento, daí descendo por este córrego até o Rio Guarapiranga, pelo qual sobe até o ponto de partida, confrontando ao norte com Horácio de Andrade, a leste com o Rio Guarapiranga, ao sul com a adquirente, e a oeste com Manoel Pires de Oliveira e os transmitentes, fechando a área de 62.520 metros quadrados (sessenta e dois mil quinhentos e vinte metros quadrados), tudo conforme a planta 4550, constando à margem desta transcrição a seguinte averbação: em petição de 24 de agosto de 1956 a adquirente solicitou se fizesse constar que a sua denominação foi mudada para São Paulo Light and Power Company Limited. O referido é verdade e dá fé." (Certidão expedida em 10 de agosto de 1962 pelo primeiro registro de imóveis da capital da transcrição 19761 feita em sete de junho de 1921 – fls. 28 a 29 do processo 421).

se-iam como uma verdadeira fronteira urbana nos arredores de São Paulo. Propriedades que para eles resultaram num meio de enriquecimento para si próprios, mas que para os expropriados que chegaram posteriormente funcionou como um expediente de imposição do trabalho[181]. Em suma, a formação de tais propriedades funcionaram como uma sorte de "colonização sistemática" (cf. Marx, cap. XXV, 1984) da metropolização de São Paulo.

O outro desdobramento se refere à ausência de grandes modificações operadas nas propriedades que compuseram os loteamentos do Jardim Ibirapuera e do Jardim São Luiz, bem como a rápida aquisição feita pela Sociedade Paulistana de Terrenos S.A dos 840.000 m^2 (terrenos adquiridos nos dois anos que entecedem a criação do loteamento). Tal fato nos sugere que até a década de 1950 tais propriedades não haviam sido pretendidas enquanto espaço restrito de reprodução, ou seja, cobiçadas para seu parcelamento e venda. Tanto o tamanho das propriedades, bem como certos usos que delas se derivam, por exemplo a propriedade transformada no Jardim Ibirapuera conter um engenho de fabricar farinha até, pelo menos 1948, indicam a possibilidade de existência de relações de produção não-autonomizadas no entorno de São Paulo[182]. Relações sociais de produção nas quais o momento produtivo e reprodutivo parecem estar fundidos, bem como a figura do trabalhador, do proprietário de terra e do capitalista.

* * *

Os noventa anos que decorrem do fim oficial do núcleo colonial de Santo Amaro até a primeira negociação registrada em cartório em 1921, compreendem um aprofundamento das políticas imigrantistas empreendidas pelo governo provincial paulista para as lavouras de café que vinham deslocando-se do Vale do Paraíba em direção ao Oeste Paulista. Boechat (2009) identifica o período de 1840 a 1884 como um período de "experiências com o emprego de trabalhadores imigrantes quando o tráfico ainda podia provê-los com escravos" (Boechat, 2009: 191) até a "descoberta" da "fórmula do colonato" (Boechat, 2009: 196) que tenderia a

[181] "*Comprar terreno barato e ir morar entre os caipiras*, no início do século foi um expediente adotado por muitas famílias que saíram do Bom Retiro, da Barra Funda e da Água Branca. E não há porque recusar a hipótese de que o mesmo tenha acontecido em outras direções tal como em direção à Penha, a Santo Amaro, outras localidades do entorno da Cidade" (Seabra, 2004: 291 – grifo nosso). Ninguém compra nada se não tem dinheiro e (quase) ninguém tem dinheiro se não trabalhar.

[182] Situação na qual poderiam estar incluídos os "núcleos de povoamento antigo" (Seabra, 2004) discutidos pela autora e que também se localizavam nos arredores de São Paulo.

se reproduzir a partir de 1884[183], quando aprovou-se na Assembléia do estado "uma lei que concedia passagens gratuitas aos imigrantes para a agricultura" (Boechat, 2009: 196), conformando-se definitivamente a "região do colonato" (Cf. Boechat, 2009). Nesse interím também registra-se a implementação de quatro núcleos coloniais na província de São Paulo, mais especificamente nos arredores da cidade, em 1877: São Caetano, São Bernardo, Glória e Santana, os quais Langenbuch (1971) define como visando "especificamente o povoamento e a produção agrícola dos arredores paulistanos" (Langenbuch, 1971: 88).

Nos parece possível incluir tais empreendimentos num mesmo campo de tentativas de consolidação de uma "nova noção de *colonização*" (Boechat, 2009: 190), a despeito dos fins de cada uma delas serem distintos[184]. Compreendemos suas similaridades naquilo que diz respeito ao fato de ambas tentativas resultarem de um grande e mesmo esforço de incorporação de uma população de expropriados no momento regional para ponderarmos a relação que esta estabeleceu com a forma particular de urbanização que adquiriu a cidade de São Paulo em seus primórdios. Não pretendemos abordar o sistema de colonato em suas particularidades[185], antes trataremos dos "incidentes secundários" (cf. Prado Jr. 1945/1979) engendrados por este mesmo sistema, que podem nos ajudar a compor o quadro das determinações mais gerais da metropolização da cidade de São Paulo, como a estamos pensando aqui.

A "natureza" contraditória da mercadoria e da sociabilidade forjada por ela, exige que sua realização (venda) esteja separada de sua produção, dado que "todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores" (Marx, cap. II, 1985: 80)[186]. Ainda que o café, enquanto a mercadoria principal produzida pela região

---

183 "A política de imigração se manteve basicamente inalterada até a Primeira Guerra Mundial. Entre 1884 e 1914, chegaram a São Paulo cerca de 900.000 imigrantes, a maioria como mão-de-obra barata para as fazendas de café (Stolcke *apud* Boechat, 2009: 203).

184 A partir da bibliografia consultada é possível identificar à época, e mais pontualmente nos debates ocorridos na Assembléia Constituinte de 1823 (cf. Ribeiro, 1997) a disputa entre dois projetos distintos de colonização das terras paulistas postos em prática até primórdios da Primeira República: os N*úcleos Coloniais* e a G*rande Imigraçã*o (Beiguelman, 2003), sendo que o primeiro projeto "acenava com a possibilidade de se tornarem [os imigrantes] pequenos proprietários de terra" (Beiguelman, 2003: 89) e o segundo fundava-se basicamente no fornecimento de braços à grande lavoura.

185 Remetemos o leitor à dissertação de mestrado de Boechat (2009).

186 "Sua mercadoria não tem para ele [seu proprietário] nenhum valor de uso direto. Do contrário, não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para os outros. Para ele, ela tem diretamente apenas valor de uso de ser portadora do valor de troca e, portanto, meio de troca" (Marx, cap. II, 1985: 80).

do colonato, “não [possa] por si [mesma] ir ao mercado se trocar” (Marx, cap. II, 1985: 79), é indispensável que vá, sob pena da acumulação de capital não se realizar, impedindo a reprodução ampliada da região do colonato. Por esse caminho nos parece possível entrever uma separação estrutural que deve se reificar espacialmente. O café “como mercadoria a ser consumida primordialmente pelo proletariado industrial europeu” (Boechat, 2009: 204), exigia a criação de condições materiais que realizassem sua circulação e por fim sua realização, seu consumo na Europa. A produção de café por meio do regime de colonato no Oeste Paulista exigiu a constituição de certas pré-condições materiais, tanto para seu escoamento (tropas de muares num primeiro momento, ferrovias noutro), como para seu abastecimento de forças de trabalho (ferrovias, Hospedaria dos Imigrantes...), o que forçou a criação de uma infra-estrutura que pudesse atender a tais demandas. Atrelado a isto há de se considerar ainda que

> Para organizar e administrar companhias ferroviárias, para constituir empresas de colonização e imigração, para associar-se aos bancos que iam surgindo, tratar de seus interesses de classe e envolver-se em questões políticas de crescente complexidade e cada vez mais decisivas, os grandes fazendeiros não poderiam mais atuar isoladamente, nem permanecer em suas plantações. A formação de empresas capitalistas e as necessidades de sua gestão eram incompatíveis com o modo de vida tradicional; elas exigiam um convívio urbano. Elas constituíram um fator da urbanização dos membros da classe dominante, tendo se tornado em seguida uma das causas do desenvolvimento da capital dos fazendeiros (Monbeig, 1953/2004: 42).

Tanto o sistema de colonato e sua expansão em direção ao Oeste Paulista, bem como a política de imigração em massa que o permitiu reproduzir-se ampliadamente, compuseram uma unidade determinada pelo sentido da acumulação que forçou a ampliação das funções até então exercidas pelo núcleo urbano da capital da província de São Paulo. Não só a cidade de São Paulo abrigava os trabalhos complexos ligados à comercialização do café, transações financeiras, administração pública, mas também os trabalhadores manuais necessários à construção de tais infra-estruturas bem como para movimentar as indústrias subsidiárias do complexo cafeeiro.

A descoberta da fórmula do colonato e a adoção definitiva da imigração subvencionada também concorreu para o incremento de expropriados no contexto urbano de São Paulo,

ainda que essa forma particular de "colonização sistemática" (cf. Boechat, 2009: 203) tivesse como destino o incremento de colonos nas fazendas de café que se ampliavam no Oeste Paulista[187]. Objetivando impedir a evasão de imigrantes destinados às fazendas as autoridades públicas

> controlavam o embarque direto dos colonos do porto de Santos para a Hospedaria dos Imigrantes na capital, [tornando-a] uma espécie de prisão, da qual o colono só saía mediante um contrato de trabalho para os cafezais (Pinto, 1994; 45).

Entretanto muitos colonos "conseguiam furar as barreiras da pesada vigilância [...] fugindo do seu grupo assim que chegavam no porto e rumavam sozinhos para a capital" (Pinto, 1994: 45). Acrescenta-se a isso o abandono de colonos das fazendas, ora frente a condições de trabalho inaceitáveis, ora como corolário do acúmulo de certo pecúlio que lhes permitiam se liberar do regime ao qual estavam submetidos, bem como frente à "conjuntura desfavorável da cafeicultura acarretada pela crise de superprodução e, concomitantemente, de depressão dos preços internacionais do café" (Pinto, 1994: 45).

O incremento de imigrantes livres no contexto urbano de São Paulo é incremento de corpos expropriados além-mar, portanto constituição de forças de trabalho livres passíveis de serem mobilizadas pelo capital-dinheiro que circulava entre os diversos capitais particulares que compunham o complexo cafeeiro. Entretanto, essa massa de "trabalhadores" mobilizáveis era composta também por pequenos proprietários de terra e pequenos agricultores dos chamados "núcleos de povoamento antigo" (Seabra, 2004) localizados nos arredores da área urbanizada, bem como resultantes da implementação dos núcleos coloniais, o que criava uma situação ímpar no sentido das mobilidades que se forjavam na capital de São Paulo.

Só para acenarmos com alguns exemplos, segundo Langenbuch (1971), a partir de uma descrição feita por Henrique Raffard, os núcleos coloniais de Santana e Glória, mais próximos ao núcleo urbano da cidade

---

[187] "...há que se notar que a particularidade da cafeicultura não permite grandes modificações na composição orgânica dos seus capitais, posto que a mudança nos padrões técnicos ficaram restritas ao beneficiamento e ao transporte" (Boechat, 2009: 212).

> adotaram atividades econômicas diretamente voltadas para o abastecimento urbano através da horticultura, da extração de lenha, fabrico de carvão e correlato fornecimento à cidade, bem assim através da prestação de serviços à população urbana, tais como a lavagem de roupas (1971: 95).

Mostrará ainda que a proximidade destes núcleos com a área central da cidade permitirá aos seus moradores o que ele denomina como "migrações pendulares", configurando-se também como um "subúrbio residencial da cidade de São Paulo" (1971; 95). "Migrações pendulares" presentes na vida também dos colonos de São Bernardo, que "desempenhavam profissões urbanas em São Paulo" e somente "passavam os finais de semana em casa" (1971: 95), devido à maior distância entre estes subúrbios e a parte central da cidade[188].

Segundo o autor, o núcleo colonial da Glória, dentre todos, é o que parece ter fracassado com maior facilidade, sendo sua proximidade com a área central da cidade e "a atração exercida pelo mercado de trabalho sobre os colonos" (1971: 96) que aí viviam, um fator importante na decadência deste núcleo, levando a que os responsáveis pelo "Relatório de Agricultura" de 1879 descrevessem que "a cultura consiste em feijão, milho e hortaliças não passando de ensaio" (1971: 95), e de 1880 de que "a cultura é escassa" (1971: 96). Langenbuch ainda cita que "as condições topográficas da maior parte do núcleo, também não eram as mais favoráveis para as práticas agrícolas, em vista do relêvo acidentado, abundando encostas bastante íngrimes" ainda que o autor pondere que "fatores de natureza não geográfica devem ter influído também, como a presença de posseiros[189], que como se viu causavam problemas" (1971: 96). Assinala ainda o autor que na planta de São Paulo de 1894 "a maior parte da área correspondente aos antigos lotes rurais [já se encontrava] arruada" (1971: 96). Já o núcleo colonial de São Bernardo, dentre os "quatro, foi provavelmente o que melhor preencheu suas finalidades" (1971: 96), "sendo sempre crescente alli o

---

[188] "Entre os imigrantes havia sempre um importante contingente de não-agricultores, para quem uma cidade em notável ritmo de crescimento, caso de São Paulo na época, oferecia um mercado de trabalho muito mais atraente. Por outro lado, o trabalho urbano oferece meiores atrativos a colonos de profissão pouco definida do que o trabalho na lavoura, mormente na fase inicial da plantação colonial" (Langenbuch, 1971; 95).

[189] As informações contidas neste texto acerca da presença de posseiros na área e a forma como sua presença poderia ser determinante na falência deste empreendimento colonial ficam bem pouco claras, ainda que seja sugestivo o dado de que aquele que os enxerga como um problema seja o Ministério da Agricultura, órgão Governamental responsável pela implantação destes núcleos coloniais.

desenvolvimento comercial e industrial" (1971: 97). Atestaria seu desenvolvimento, segundo o autor, a criação das linhas de Bernardino de Campos, Dr. Campos Sales e Curucutu.

Segundo recenseamento realizado pela Comissão Central de Estatística em 1887 (portanto, dez anos após a implantação dos núcleos) os colonos remanescentes dos núcleos de São Bernardo, São Caetano e Santana dividiam-se basicamente em quatro categorias profissionais: agricultores, comerciantes, "artistas" e operários, "industriais" e outras profissões, sendo que para os três núcleos os agricultores permaneciam em maior número: São Bernardo, 435; São Caetano, 137 e Santana, 60[190]. Alega o autor que, do ponto de vista do povoamento da Província (um dos objetivos da política imigrantista), a participação dos núcleos coloniais foi irrisória, se comparadas com o total de imigrantes entrados na Província a partir de 1882, ainda que a participação agrícola destes núcleos será ressaltada pelo autor[191]:

> Além do já referido papel de fornecimento de víveres à Capital, os núcleos tiveram uma participação de destaque no desenvolvimento de nova atividade agro-industrial nos arredores paulistanos: trata-se da viti-vinicultura (1971: 98).

Tornando-se em 1888 "o principal ramo da lavoura do município (de São Paulo)" segundo o relatório da Comissão Central de Estatística" (1971: 99)[192]. São ainda incluídas como produções destes núcleos, milho, feijão, batatas, farinha, forragem e frutas diversas. A partir de 1894, em especial no núcleo de São Bernardo, a atividade do extrativismo ligado ao abastecimento de combustível vegetal e fornecimento de matérias-primas para as novas construções, "entre o qual a madeira desempenhava um papel de destaque, tanto para a sustentação dos telhados, quanto para andaimes", adquire nova importância. Isso acontece porque, por um lado, a praga *phylloxera* prejudicará a cultura de vinha na colônia em 1894, e por outro, porque, segundo o autor

---

190 "É de se crer que na rubrica "agricultores" tenham sido incluídos os colonos devotados a qualquer tipo de trabalho rural inclusive o extrativismo" (1971: 98).

191 "A participação dos núcleos dos arredores paulistanos foi também mínima com relação ao total dos imigrantes entrados na província de São Paulo. Na época em questão, a imigração ao estado comportou 2.743 pessoas em 1882, 4.912 em 1883, 4.879 em 1884, 6.500 em 1885, 9.536 em 1886 e 33.310 em 1887" (1971: 98).

192 "...no ano de 1887 os três núcleos coloniais dos arredores paulistanos (integrantes do município da capital) produziram 11.462 pipas de vinho, correspondendo portanto a 58% da produção municipal" (1971: 99).

> numa cidade com tal ritmo de crescimento, o mercado consumidor de móveis é extremamente amplo, dado o grande número de novas unidades residenciais por mobiliar. Assim sendo, as matas dos arredores paulistanos se veriam altamente valorizadas, e seriam fatalmente atacadas para assegurar o fornecimento de lenha, carvão e madeira a São Paulo. O mesmo ocorreu, comprovadamente, em outras porções dos arredores paulistanos (1971: 101)[193].

Os trabalhos experimentados por estes colonos descritos por Langenbuch (1971), no contexto de incipiente metropolização de São Paulo, sugerem a reprodução de relações sociais de produção fundadas numa não-completa expropriação, mas incapazes de desvincularem-se das relações sociais de produção que se forjam nas áreas centrais propriamente urbanas de São Paulo, fundadas sobre a completa expropriação, ao fornecerem matérias-primas para a produção de infra-estrutura da cidade em formação, ou então vendendo seu tempo de trabalho para os capitais que compunham a relativa industrialização ligada ao complexo cafeeiro.

Seabra (2004) os definiu como uma "população residual, legada dos processos de conquista territorial" (2004: 290). Já nas palavras de Petrone tais locais conformar-se-ia como "um mundo original, *refratário a mudanças*, somente tendo começado a transformar-se face ao impacto representado pela expansão do espaço urbano" (Petrone *apud* Damiani, 2004: 21 – grifo nosso). Não pretendemos aprofundar a discussão produzida por esses autores acerca do "modo de vida" destas "populações residuais", tampouco seu caráter capitalista ou não-capitalista[194]. Já sugerimos acima que a existência destas relações sociais de produção não-autonomizadas nos arrabaldes da área já urbanizada da cidade de São Paulo realizaram-se como uma sorte de colonização sistemática ao consolidarem monopólios da terra que funcionaram como expediente de forçar trabalho aos expropriados liberados das regiões e tornados trabalhadores assalariados na cidade. Portanto, arriscamos afirmar que a possibilidade de reprodução destas relações sociais de produção particulares nos arredores da cidade corresponde a um momento da modernização nacional e mais especificamente da metropolização de São Paulo na qual o capital urbano-industrial ainda não adquiriu a centralidade que viria a adquirir a partir da modernização retardatária. Em

---

193 "A demanda de terrenos por construção eleva o valor do solo enquanto espaço e fundamento, e por meio disso aumenta a demanda de elementos do corpo terrestre que servem como material de construção" (Marx, cap. XLVI, 1986: 238).

194 Seabra fala de "modos de vida tidos por tradicionais" (Seabra, 2004: 290).

outras palavras, reafirmando o sentido do processo de metropolização da cidade de São Paulo como o estamos entendendo aqui, preferimos pensar sua permanência enquanto uma forma de reprodução não-autonomizada transitória que só poderia se forjar no momento regional e portanto, dissipar-se face à própria crise das regiões.

SEÇÃO II – CRISE

(ou a reprodução do Jardim Ibirapuera)

3. Naturais de São Paulo

3.1 Rodrigo (Rói)

Rói, o mais velho dos quatro filhos de Sr. José Vieiras, nascido em São Paulo em 1981, hoje com trinta e um anos, começou a trabalhar em 1997 aos dezesseis anos de idade, registrado em carteira, em uma pequena fábrica de embalagens de pizza e marmitex, adjacente ao loteamento do Jardim Ibirapuera (cf. anexo 5). Trabalhou lá por três anos até a empresa fechar e diz que se *"não tivesse lá [na fábrica], não saia nada"* (Rói). Após o fechamento da fábrica permanece durante oito meses sem trabalho: "*Fiquei, acho que uns oito meses, sete, oito meses de bobeira... porque eu quis também [...] porque eu quis ficar um pouquinho vadiando"* (Rói). Depois desses meses de *"vadiagem"* é contratado pela empresa Fox, produtora de parafusos (onde seu pai trabalhou e se aposentou) e por lá permanece no cargo de ajudante geral durante mais ou menos, seis anos. Nestes anos seu cotidiano se resumia ao seguinte: trabalhava de segunda à sexta, das 07:00 (sete) às 17:00 (cinco) na Fox, e de terça à domingo, das 18:00 (seis) às 24:00 (meia-noite), entregando pizza. Trabalhava na pizzaria à noite pois considerava que ganhava pouco na fábrica de parafusos, em torno de quinhentos e sessenta reais (R$ 560,00), concluindo que *"chegava a ganhar até mais entregando pizza do que registrado"* (Rói). Ainda durante esse período dividi-se entre o trabalho como ajudante geral na Fox e a administração e venda de roupas em sua loja recém-aberta, mas o negócio da loja de roupas não vai pra frente: *"Eu tinha uma lojinha de roupa, montei uma loja de roupa e fui trabalhando nos dois [trabalhos, mas] malhar venda assim, não é de mim, não... não tenho o dom [...] Mas administrar, eu vou pra cima, agora malhar venda assim [não dá]. Mas eu tinha que fazer isso, senão..."* (Rói).

Trabalhavam com ele mais outras duas pessoas, mas sempre teve que participar da venda das mercadorias porque *"quanto mais vender melhor, né? Só que aí, não era de mim não, eu não me sentia bem, sabe, eles trabalhando... aí também, aconteceu uns problemas lá [...] uns problemas de sociedade mesmo. Aí eu fiquei meio chateado e sai fora dessa porra"* (Rói). Depois desses anos de trabalho na empresa Fox, período no qual também buscou outras formas de complementar o parco salário que recebia, resolve sair da empresa pois não suportava o ambiente competitivo no chão da fábrica. Diz que como ajudante geral

sempre quis aprender a mexer no maquinário, buscando oportunidades *"de ser alguém na vida"* (Rói), mas que sempre foi mal compreendido pelos colegas de trabalho que sempre o enxergaram como um oportunista que poderia tomar-lhes o lugar: *"Os caras enxergam que você quer foder ele [...] eles não enxergam que você quer aprender, que você quer ser alguém na vida, ou que você quer uma profissão [...] então aí, eu sou um cara meio orgulhoso sabe, tipo assim: - "Vai se lascar, eu vou conseguir, mas sem você"* (Rói). Atitude da qual hoje se arrepende e formula como *"coisa de muleque [que] não pensa pra frente, só no momento. Que nem, todo mundo fala isso cara... se eu tivesse a cabeça de hoje [no passado] eu estaria bem pra caramba [...] Você tem que passar pra saber"* (Rói). A concorrência entre os trabalhadores no chão da fábrica é formulada por Rói como sacanagem subjetiva por parte dos outros trabalhadores, não obstante realizar-se como processo de subjetivação das condições objetivas ao qual estão submetidos. Em outros termos, *"ser alguém na vida"* é sempre a possibilidade de tomar o lugar de outro que também almeja o mesmo para si próprio, sem no entanto ser isso o que se queira. O "fetiche de sujeito" (cf. Kurz, 2007) que Rói imputa aos outros trabalhadores apagando a condição de sujeição dos mesmos, é o critério de onde parte para cotejar suas escolhas do passado e inclusive culbabilizar-se pela atitude que tomou à época, projetando idealmente a possibilidade de ter uma vida melhor hoje, caso tivesse agido de forma madura.

Sai da empresa Fox *"para entrar em outra [empresa] de parafuso também, só que bem maior, empresa bem fudidona"* (Rói). Nessa empresa, Albraz, localizada na Capela do Socorro, trabalha mais ou menos dois anos como prensista, mas as condições de trabalho registrado parecem não lhe satisfazer: *"Assim, emprego fixo, eu não gosto muito, entendeu? Tipo assim... registrado, você ter que cumprir horário. Se for pra cumprir horário prefiro cumprir horário pra mim, entendeu? Tem que estar lá às quatro horas, eu vou estar lá às quatro horas, mas é pra mim. Oh, trabalhei o quê? Trabalhei dez anos registrado [...] para os outros né. Eu não gosto de ficar preso, sabe [...] dentro de uma empresa, assim, todo dia a mesma coisa"* (Rói). Resolve então se arriscar como empresário no ramo de confecção em sociedade com um conhecido. Aluga um prédio em Carapicuíba (município da Grande São Paulo), dá entrada nos meios de produção necessários, contrata doze funcionários e começa a *"tocar"* o negócio.

Depois de mais ou menos um ano e quatro meses o empreendimento fali e hoje, *post festum*, reflete sobre as razões de sua bancarrota. Por um lado, culpabiliza seu sócio por não ter *"corrido"* com ele, não ter sido *"competente"* para o bom andamento do negócio, pois o mesmo *"ia [pra empresa] quando queria, [usava] os problemas da família como desculpa [pela sua ausência]"*, até que Rói *"pára de pegar no pé [do sócio]"* e resolve tentar tocar sozinho mesmo a empresa. Mas percebe que *"sozinho não dá, [pois] cê tem que estar dentro da empresa, tem que ver as coisas, [ao mesmo tempo], tem que comprar não sei o quê... não tem como [manter sozinho a empresa]".* Soma-se a isso o fato de que para movimentar o negócio *"tem que ter muito dinheiro pra pagar os outros pra trabalhar pra você"* (Rói), condição que ele mesmo reconhece não ter. Por outro lado, identifica que *"quando você não entende do negócio, é foda"* (Rói); o que pode significar uma percepção relativa às dificuldades em não ter os conhecimentos particulares necessários ao ramo da confeção, mas também às dificuldades provenientes da própria condição a que se submeteu enquanto patrão, sócio e administrador. Em outras palavras, ser proprietário dos meios de produção e administrá-los de forma a "valorizar o valor" para garantir a acumulação e a reprodução ampliada do próprio empreendimento em meio à concorrência com os outros capitais particulares do mesmo ramo, transcende as dificuldades aparentemente imediatas do cotidiano da empresa. A concorrência posta entre os trabalhadores da empresa Fox que tanto incomodava Rói repõe-se agora numa escala mais ampla, entre as outras confecções (inclusive internacionais) que competiam no mercado com sua empresa, e o fracasso objetivo é novamente subjetivado, mas como incompetência de seu sócio. O contraditório da experiência define-se entre a constatação de que, por um lado, *"negócio é um risco, [e] você está aí pra se arriscar"*, mas por outro, que *"se tivesse uma pessoa competente junto [consigo]..."* talvez a coisa não acabasse como acabou.

Conta que o prejuízo em dinheiro não foi tão grande porque *"uma parte das máquinas já era [sua], já tinha comprado, mas a outra metade estava financiada e aí essa outra metade que estava financiada [conseguiu] devolver"* (Rói). Vê o prejuízo mais em termos de *"questão de tempo [porque] se tivesse ficado na empresa [Albraz], se não tivesse tido uns zóião"* estaria bem melhor do que está hoje, mas reflete que *"a experiência que adquiriu não tem preço"* (Rói), apesar de sempre ter. Mesmo que Rói formule que sua ganância o levou a trocar o certo pelo duvidoso, não depende somente de sua "liberdade positiva" (Gaudemar,

1977) quais trabalhos realizar. Tanto é assim que após a quebra da confecção, envolve-se na arriscada abertura e administração de um bar em sociedade com seu irmão Michel, que já havia começado a montá-lo na antiga casa de sr. José Vieiras no Jardim Leni, adjacente ao loteamento do Jardim Ibirapuera, onde hoje mora Michel e uma das irmãs de Rói.

O capital inicial necessário à abertura do bar, além do próprio patrimônio acumulado pelo pai na forma da casa autoconstruída, foram empréstimos tomados com sua mãe, seu cunhado e um outro colega: *"Começamos com nada... começamos tudo no cartão, estava duro, fudido. Ele [Michel] já tinha uma merrequinha e ele reformou lá. Aí começamos lá, tudo no cartão, cheque, na palavra, devendo um, devendo outro. Fomos trabalhando, trabalhando, pagando, pagando... tem um ano e pouco e estamos terminando agora de pagar as coisas"* (Rói). Diz que não tem uma boa renda, tampouco seu irmão, mas com o que conseguem tirar de dinheiro do bar já é possível ajudar na casa dos seus pais e colaborar com as despesas da filha de sete meses que mora com sua esposa na casa de seu sogro pois *"no momento não tem como comprar uma casa e comprar móveis, começar tudo"* (Rói). Na época em que realizamos esta entrevista o bar já tinha um ano e dois meses de existência e Rói afirmava que sua *"intenção e do [seu] irmão é assim, é que aquele lugar ali, não é o que a gente quer ainda, entendeu? É um começo, a gente fez mais pra aprender [porque] também não sabíamos nada de bar"* (Rói). Formula da seguite maneira as estratégias mobilizadas por ele e seu irmão para reproduzirem o negócio: *"Aí você vai aqui, compra um negócio ali, tal, compra outro aqui, tudo com o cartão. Aí começa a vir as faturas né, aí a gente trabalhava, trabalhava, trabalhava e segurava o dinheiro. [Na hora de pagar] não dá pra falar assim: - "Vou tirar isso aqui pra mim!" Não teve isso aí... Só que assim,* ***eu conheço muita gente que tem negócio e isso é normal.*** *O cara preferir investir no negócio, pelo menos no primeiro ano é assim entendeu?"* (Rói). Depois de algum tempo Rói e Michel fecham o bar do Jardim Leni, transformam a área antes utilizada para o bar em uma garagem, alugam um imóvel na rua Bento Barroso e abrem o bar e restaurante *"Bãotamém"* (cf. anexo 5)[195]. Restaurante que serve almoço todos os dias da semana além da entrega de

[195] Por enquanto vale salientar que a mudança de endereço, apesar de irrisória, pois os locais são muito próximos, são estratégicas e dizem respeito às modificações mais recentes operadas no "*bairro*". Voltaremos a isso.

refeições à domicílio[196], equipado com dois televisores de plasma, ares-condicionados e janelas anti-ruído para realizarem shows noturnos de forma a não incomodar a vizinhança. Todo, ou quase todo o negócio, financiado por meio de políticas de distribuição de micro-créditos para pequenos empresários. Seu irmão Michel trabalha no caixa, Rói na cozinha organizando a feitura das refeições (para tanto fez um curso de gastronomia oferecido pelo SENAC) e os dois administram juntos o empreendimento com doze empregados.

[196] O filho de Bá, que já é da terceira geração de moradores do Ibirapuera, trabalha como entregador de refeições neste restaurante.

3.2 Daniel (filho)

Daniel, o mais velho dos quatro filhos de sr. Daniel, nascido em 1964, hoje com 48 anos e pai de dois garotos e uma garota, todos maiores de idade, começou a trabalhar registrado em carteira em 1978, aos quatorze anos, como office-boy[197] para um pequeno escritório no centro da cidade (Anhangabaú) *"representante de uma fábrica que fazia brindes lá no Rio Grande do Sul"* (Daniel filho). Antes disso já ajudava os pais em casa fazendo *"bicos"*[198] pelo *"bairro"* e imediações. Como vimos na seção I, perto de completar seus dezessete anos é demitido pela empresa devido à obrigatoriedade do serviço militar: *" o menino ia completar dezessete anos a empresa [já ia dispensando]: - "Tchau, vai embora!". Aí cê ficava um ano [parado] até completar dezoito, ou se você servisse o exército ou se fosse dispensado. [Nesse período] você ficava sem arrumar um emprego registrado. Então você ia fazer o quê? Fazer bico pra lá, bico pra cá"* (Daniel filho).

Neste interregno de afastamento compulsório do mercado formal de trabalho, que *"não tinha jeito de escapar"* (Daniel filho), arranja "bicos" como servente de pedreiro com Paulo (filho de sr. Pedro, compadre de seu pai), até que em 1982, quando completa dezoito anos, é contratado como auxiliar de almoxarifado pela empresa multinacional francesa Tonso, de componentes eletrônicos. Depois de alguns meses na empresa é promovido a programador de produção (uma espécie de trabalhador complexo da empresa) até ser demitido, sete anos depois, em 1989: *"Na época, houve um problema lá que eles tavam fazendo* ***contenção de despesa****. Aí eles começaram a fazer corte de funcionário. E acabaram me escolhendo né. Houve um problema ali de pessoal, tinha um pessoal que [...] tinha mais proteção e tal, porque era amigo de não sei quem e aí no fim acabou sobrando pra mim"* (Daniel filho).

Nesta época Daniel (filho) já havia comprado o lote de sr. Izaltino por Cz$ 10.000,00 (dez mil cruzados) à vista, localizado na rua Antônia da Cruz Messias no próprio loteamento

---

[197] "...menino naquela época ficava naquela expectativa: fazer 14 anos vou tirar a [carteira] profissional" (Daniel filho). Participante da entrevista, ao ouvir que Daniel havia começado a trabalhar aos quatorze anos, Bá comenta que começou a trabalhar registrado aos dezesseis anos: *"Eu comecei tarde assim, porque normalmente com quatorze anos você já podia ser registrado, e eu comecei a trabalhar com dezesseis [...] porque eu fazia carreto, carregador, lá na Chácara Santo Antônio. Tanto é que o pessoal: - "Nossa, você não vai conseguir. Dezesseis anos e tal, você já tá quase em fase de exército e tal"* (Bá).

[198] Termo popular que designa trabalhos temporários e pequenos serviços.

do Jardim Ibirapuera, mas ainda morava com seus pais, pois sr. Daniel e D. Benedita na condição de proprietários de sua casa autoconstruída lhe deram tempo para planejar e construir sua nova casa com calma, sem necessitar aceder às estratégias fetichistas de reprodução de seus pais. Nesta época já era casado e pai de dois filhos, o que diante da situação de desemprego lhe assusta: *"Lembro que na época eu fiquei meio preocupado assim, os meninos pequenos, vou ficar desempregado, falei assim: - "E agora? Que que eu faço da minha vida agora?"* (Daniel filho).

Retorna aos *"bicos"*, mas agora como pintor, até que é convidado por um antigo colega de trabalho da multinacional Tonso para trabalhar como almoxarife na empresa que estava abrindo na época, de nome Componix: *"Ele pegava aquele pessoal que trabalhou na Tonso, que ele conhecia, e eram pessoas que ele gostava, ele levava pra trabalhar com ele. E na época ele tava sabendo que eu tava trabalhando com pintura, tava parado e tal, aí ele me chamou, me convidou pra trabalhar com ele, e eu fui, gostava muito de mim o cara... Entregou a chave na minha mão e falou: - "O almoxarifado é teu!"* (Daniel filho). O mesmo processo que levou Daniel (filho) à condição de desempregado parece ter conduzido à terceirização de certas atividades da antiga Tonso, como parece sugerir a fala de Daniel (filho).

Permaneceu nessa empresa apenas 45 dias, pois quando foi contratado pela Componix já havia iniciado um processo de seleção na empresa multinacional alemã Bayer, que ao fim de muitos testes de seleção acabou por contratá-lo como auxiliar administrativo nos depósitos[199]: *"Antes de eu ir trabalhar com esse rapaz [na Componix] eu tinha feito uma ficha na Bayer [...] e na época o pessoal aqui da região era doido pra trabalhar na Bayer porque em termos de benefício, até mesmo o salário, era muito bom" [...] Isso porque*

---

[199] "Eu me lembro de um dos testes que eu entrei numa sala, tinha uma mesa, uma cadeira e um quadro, aí mandaram eu entrar praquela sala, sentar e aguardar. Aí eu entrei, sentei, passou um pouquinho, entrou uma moça [...] Catou um papel, uma caneta: - "Dá um olhada naquele quadro [...] olha bem. O que que você tá vendo nesse quadro aí? Cê vê assim, inseto, bicho, água nesse quadro aí?". Aí eu comecei a falar o que eu via. Ela anotou no papel. Pôs o quadro na parede e saiu. Aí passou um tempo passou uma outra pessoa. Aí pegou aquele papel, aí pegou o quadro novamente: - "Você falou pra fulano de tal que você viu determinadas [figuras], cê pode falar pra mim o que foi que você viu?" (risos de Daniel). Nossa meu o negócio ia complicando, mas aí eu pá, fiz legal o psicotécnico. Mas pôxa, o negócio é puxado" (Daniel filho). Vale cotejar a forma como Cida descreve o processo de contratação de trabalhadores quando os trabalhadores tinham valor (cf. nota 6), sendo contratados na porta da fábrica na mesma hora, com esse processo seletivo vivenciado e descrito por Daniel (filho), para se pensar nas modificações operadas na mobilidade do trabalho.

quando eu trabalhava com pintura eu ganhava Cr$ 30,00, o cara [da Componix] quando me chamou pra trabalhar pra ele me perguntou quanto que eu ganhava e eu falei: '— Ganho trinta, trinta e cinco'. Ele falou '— Te pago o dobro!'. Aí eu fui trabalhar com ele. Na Bayer na época parece que era Cr$ 210,00 pra quem ganhava setenta, três vezes mais. Aí te colocavam assistência médica, décimo terceiro e décimo quarto salário, férias, a lei é um terço a mais, eles pagavam cem por cento, tinha clube, tinha um monte de benefícios..." (Daniel filho).

Segundo Daniel, seu patrão na Componix sentiu-se traído pela maneira como saiu da empresa, não lhe permitindo *"nenhuma oportunidade de [...] fazer uma contraproposta"* (Daniel filho); "*erro*" que este último reconhece ter cometido ainda que na condição de *"trabalhador pobre"* tenha ido *"buscar o melhor"* para si. A situação em que Daniel se encontrava quando recebeu a proposta para trabalhar na Componix estava tão fragilizada (vivendo de bicos e com dois filhos e uma mulher para sustentar) que sua contratação adquire a dimensão de uma **oportunidade** oferecida por seu antigo colega de trabalho, aparentemente fundada numa relação de aparente lealdade e determinada especialmente por esta; e não pelo maior salário oferecido (do ponto de vista de Daniel), tampouco pelo valor de uso especial que a mercadoria que Daniel é proprietário pode oferecer (do ponto de vista de seu patrão).

Trabalhou cinco anos na Bayer e já estava fazendo curso na área de informática porque a empresa já se encontrava em franco processo de informatização de seus processos produtivos até que, segundo ele, a empresa se viu atingida pelo Plano Collor: *"Aí veio o Plano Collor [...] aí foi naquela virada de noite, na madrugada que ele cortou todo mundo né [...] Então aquilo ali meu, foi a gota d´água. [...] Na época eu já tava construindo aqui então eu não colocava dinheiro em poupança, eu comprava material, encostava aqui. [...] Naquela época [as empresas] não vendiam, não compravam, os funcionários ficavam ser ter o que fazer, faziam a mesma coisa dez vezes, porque não tinha o que fazer. Eu lembro que tinha muito funcionário temporário, mandaram tudo embora. E o pessoal, a gente tinha que ficar inventando coisa pros caras fazerem que não tinham o que fazer, porque não comprava e não vendia. Aí o que é que a Bayer começou a fazer? Tchau! Começou a cortar todo mundo [...] Aí foi onde que começou a sair de pacote. Aí eu fui no rolo, fui no rolo também! [...]*

Peguei uma boa graninha de indenização na época e investi aqui [na minha casa]" (Daniel filho)[200].

Desempregado novamente, volta a trabalhar com pintura, agora junto com seu cunhado, abrindo posteriormente com um amigo uma *"espécie de sociedade"* (Daniel filho) para dar continuidade ao trabalho como pintor. Diz que sua clientela era dos Jardins, Higienópolis, *"pessoal com poder aquisitivo melhor"* (Daniel filho), apesar de ter sentido na pele quando o serviço ficou fraco e teve que buscar outro emprego. Por sorte, sua mulher vê um anúncio de emprego para trabalhar como estoquista na hoje já falida rede de lojas de eletrodomésticos G. Aronson. Permanece aí em torno de cinco anos, primeiramente como estoquista e posteriormente como vendedor, quando perde novamente seu emprego, devido à própria falência da rede[201]. Após sua saída da G. Aronson consegue um emprego na fábrica Interbagño, situada na rua Acédio José Fontanete, do próprio loteamento do Jardim Ibirapuera (cf. anexo 5) pois *"tavam precisando de gente pra trabalhar nessa área de expedição de fábrica [...] na linha de produção e expedição"* (Daniel filho). Permanece na empresa até 2005, mais ou menos, quando pede demissão depois de ter se desentendido com um dos quatro filhos do proprietário da fábrica[202]. Sai da fábrica e compra uma

---

[200] Apesar da referência aos planos de reforma econômica implementados pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello, as datas não coincidem. À época que Daniel saiu da Bayer corresponde, segundo sua memória, ao ano de 1995, sendo de 1990 a 1992 os anos em que Fernando Collor de Mello esteve na presidência do Brasil: "Anunciado em março de 1990, um dia após a posse de Fernando Collor de Mello como presidente da República, o pacote incluía, entre outras medidas, a decisão de bloquear 80% dos depósitos de contas correntes e de poupanças que excedessem NCz$ 50 mil (cruzados novos) por 18 meses. O objetivo era reverter o quadro de hiperinflação que há tantos anos castigava a economia do país" (Oliveira, 2012: 12). Apesar de Daniel (filho) comentar que imobilizava seu dinheiro em materiais de construção, salvaguardando-se do plano de reforma econômica que bloqueou o capital-dinheiro concentrado nos bancos, é de se perguntar se enquanto *"trabalhador pobre"* Daniel poderia ter acumulado a poupança de um valor maior do que NCz$ 50 mil, considerando ainda que o salário mínimo em território nacional em janeiro de 1990 era de NCz$ 1.283,95, tornando-se a poupança de Daniel alvo do bloqueio.

[201] Segundo matéria publicada no número 54 da revista Época em 31/05/99, "com 400 funcionários e as cinco lojas que restaram, todas na capital paulista, a G. Aronson não tem como recorrer a um financiamento do BNDES ou a uma solução política para levantar sua dívida de R$ 65 milhões. Também não há compradores interessados em uma empresa familiar que deixou de ser competitiva ao longo dos anos.
A venda de elerodomésticos hoje é atraente para poucos por causa da queda de consumo e das margens de lucro" (fonte: http://epoca.globo.com/edic/19990531/neg3.htm acessado em 20/09/2012).

[202] Segundo Daniel, o filho responsável pela área de vendas, no caso seu superior, lhe prometeu uma promoção e aumento de salário após um período de três meses de experiência. Depois de quase um ano trabalhando no novo cargo, sem ver o aumento chegar, vai cobrar o combinado feito e é enxovalhado pelo patrão que lhe *"diz um monte"* (Daniel filho). Não se conforma e exige após alguns dias que a fábrica o demita, exigência diante da qual o patrão *"ficou louco"* (Daniel filho). Sem acordo possível, resigna-se e pede a demissão sem qualquer tipo de benefício.

máquina de fabricar fraldas descartáveis em sociedade com sua irmã: *"Na época a minha irmã entrou de sociedade comigo, aí eu comprei essa máquina, eu tenho o salãozinho [três cômodos no próprio lote, como seu pai] aqui embaixo, coloquei a máquina aqui no salãozinho e falei: - "Vou fazer fralda e vender pra quem? Vender aonde? [...] Aí eu peguei lá no salãozinho do meu pai, desocupou um salão, aí eu montei uma lojinha, uma loja, pequena. Montei a loja bonitinha, pintei o salão [...] comprei vitrine, comprei um balcão, aí comecei a comprar macacão, mijãozinho, vestidinho, chupeta, mamadeira, lenço úmido, tudo coisa pra criança"* (Daniel filho).

Todas as mercadorias que compõem o capital inicial do negócio de Daniel (filho) são compradas com uma reserva de dinheiro que tinha, além do próprio patrimônio acumulado pelo pai na forma de sua casa própria autoconstruída (tal qual Rói e José Vieiras). Após o primeiro investimento feito explica a tentativa de reprodução ampliada de seu negócio por meio da sua **real** "abstinência" (cf. Marx, cap. XXII, item 3, 1984): *"Eu comprava e vendia, e o dinheiro eu não usava pra nada, eu repunha a mercadoria. Então eu comprei a primeira, dez. Aí eu vendia os dez. Aí lógico eu jogava uma margem em cima. Aí entrava um dinheirinho a mais. Então* ***não posso tirar nada pra mim agora****. Então eu pegava aquele que entrou a mais e ao invés d´eu comprar dez eu comprava quinze. Então cê ia procurando aumentar o seu patrimônio. E fui fazendo isso [...] e fabricando as fraldas [e vendendo na lojinha]"* (Daniel filho). É óbvio que nas condições em que o negócio de produção de fraldas e comércio de artigos infantis se realizou seria impossível uma efetiva reprodução ampliada, pois esta última funda-se sobre a exploração do trabalho alheio. Ou seja, realiza-se a partir do reinvestimento da mais-valia produzida pelo trabalhador e apropriada pelo capitalista[203]. Já em sua situação, como pudemos ver, era uma tentativa de realizá-la a partir da exploração de si próprio, que sacrificava seu fundo de consumo individual (pagamento das contas de casa, comida, roupas, etc.) para conseguir repor os pressupostos da reprodução de sua loja de maneira sempre aumentada, buscando oferecer mais mercadorias à venda[204]. Condição na qual "seu próprio consumo privado constitui para ele um roubo contra a acumulação de

[203] "Parte da mais-valia é consumida pelo capitalista como renda, parte é aplicada como capital ou acumulada" (Marx, cap. XXII, item 3, 1984: 172).

[204] Os rendimentos que permitiram, durante estes três anos em que teve a loja, sanar as despesas de casa, provinham de uma pequena reserva que ainda tinha na poupança, do aluguel de um outro salão de sua própria casa e dos salários de seus filhos que na época já trabalhavam.

seu capital" (Marx, cap. XXII, item 3, 1984: 173). A clientela que Daniel (filho) formou a duras penas era essencialmente de moradores do Jardim Ibirapuera, mais especialmente do entorno da casa de seu pai, e que para conquistá-la diz que necessitou diversificar as mercadorias que vendia na loja[205]. Sua irmã abandona a sociedade só restando ele e sua mulher Elaine tomando conta do negócio, que buscavam estratégias para atrair nova clientela por meio do outro trabalho de sua mulher, que na época vendia produtos das empresas Natura e Avon[206], transferindo a comercialização de tais mercadorias para a própria loja. Começou também a vender *"chocolate, bala, chiclete, salgadinho, besteira que muleque que vai pra escola gosta de comprar"* (Daniel filho), incluídas aí crianças e jovens que frequentavam o Bloco do Beco (organização não-governamental a que trataremos a seguir), que na época funcionava no imóvel ao lado da loja, ou melhor, da casa de sr. Daniel. Daniel (filho) conta surpreso que *"[com] aquele dinheirinho ali [conquistado com a venda das besteirinhas] eu pagava conta de telefone, conta de água e pagava conta de luz. E ainda sobrava um dinheirinho pra repor mercadoria. Cê vê, com aquelas besteirinhas! Era difícil, mas o negócio tava caminhando"* (Daniel filho). Reflete que *"o comércio é assim.* ***O cara não fala pra mim que ele vai começar agora e já vai ganhar dinheiro que não vai não****. Leva tempo meu, um, dois, três, não sei... leva tempo pra você começar a ver lucro. Você tem que trabalhar mesmo, sabe, pôr a mão na massa e saber fazer girar o dinheiro"* (Daniel filho).

---

205 "As pessoas é assim. As pessoas reclamam que a vida é difícil. Aliás, quando eu era garoto, os meus filhos não foram criados com fralda descartável, foram criados com fralda de pano. A mulher lavava, punha pra ficar branquinha lá no sol... não sei como é que é. Minha mãe sempre usou fralda de pano. Fralda descartável [...] era só filho de bacana que usava. Hoje não, hoje todo mundo só usa fralda descartável. Só que assim, o pessoal vai muito atrás de marca. Então uma fralda que eu fabrico aqui, ela não tem a mesma estrutura, o mesmo desenho, mas é uma boa fralda. Fralda até de qualidade [...] Então cê pega uma fralda minha que custa dez reais, uma Pampers que custa ciquenta, o camarada prefere a Pampers que custa cinquenta, mesmo sendo pobre. Até se você doar é capaz do cara não usar" (Daniel filho). A reivindicação de Daniel de que ambas teriam a mesma utilidade, com a vantagem de que a sua era mais barata, não procede, pois o valor de uso de sua fralda é e não é o mesmo valor de uso da fralda Pampers. Neste caso a valor de uso da mercadoria não está dissociado da imagem que o "espetáculo" (Debord, 1995) produz sobre ela.

206 "A Avon [é] uma empresa americana presente em mais de cem países, com produtos vendidos por mais de 6,5 milhões de revendedores autônomos em todo o mundo. Só no Brasil, são mais de 1 milhão de Revendedores, a maior força de vendas do planeta". As vantagens de tornar-se revendedora da Avon, segundo o site, são as seguintes: "Conquistar independência financeira", "ser dono do próprio negócio", "ter flexibilidade de horário: você pode conciliar sua vida familiar e profissional e fazer sua própria agenda", "complementar sua renda" e por fim, "aumentar sua rede de relacionamentos" (fonte: http://www.br.avon.com/PRSuite/revender_avon_loc.page - acessado no dia 29 de maio de 2012). Já pudemos ver que Daniel (filho) conquistou tudo isso sem, no entanto, querer.

Não é mera coincidência que sua reflexão se assemelhe demasiadamente à que faz Rói quando fala das dificuldades de *"tocar"* o bar. Tanto Daniel (filho) quanto Rói ocupam o lugar social do pequeno empresário, ou nas palavras de Kurz, do "empresário de si mesmo" (Kurz, 2003), que (re)produzem um saber empírico e fetichista sobre as dificuldades que ambos enfrentam na condição a que a mobilidade do trabalho lhes jogou.

A sogra de Daniel com mais de oitenta anos, sofre um acidente, o que exige que sua mulher se dedique ao seu cuidado, deixando-o sozinho para gerir e organizar a loja. Neste período Daniel (filho) *"encosta a máquina"* e pára de fabricar as fraldas para que pudesse usar o tempo que estaria empenhado na produção das fraldas na assistência à sua mulher nos cuidados com a sogra. Diante de tais condições, Daniel se vê com dificuldades para tocar o negócio, deixando *"faltar"* mercadorias na loja, que identifica como o fator primordial do seu fechamento: *"O cliente chega na loja: '— Cê tem isso?' '— Não tenho'. '— [Então] eu vou comprar noutro lugar'. '— Cê tem isso?' '— Não tenho'. '— [Então] vou comprar noutro lugar'. E assim vai indo, vai virando uma bola de neve, vai crescendo. Eu ficava com a loja mais fechada do que aberta"* (Daniel filho).

É convidado por seu sobrinho a trabalhar com ele em sua loja que vendia ração para animais e produtos para piscina, dado que estava *"meio devagar, meio parado"* (Daniel filho). Aceita o convite, *"baixa as portas da loja"* mas resolve *"incentivar"* sua mulher *"dando uma garibada"* no cômodo de sua casa onde antes alocava a máquina de produzir fraldas, transferindo para aí sua loja. Mas segundo Daniel sua mulher ainda não *"estava com cabeça pra cuidar"* da loja, que acabava ficando fechada, mesmo montada. Depois de algum tempo em desuso aluga o salão por trezentos reais (R$ 300,00) durante dois ou três anos e posteriormente o transforma na garagem onde hoje guarda o seu carro[207]. O negócio de ração para animais e produtos para piscina acaba fechando por problemas familiares, até que um dos irmãos desse seu sobrinho lhe chama para trabalhar no "Atacadão das piscinas", localizado em Itapecerica da Serra, como estoquista e vendedor de produtos para lojistas, onde já está há três anos.

[207] **S**ão três os cômodos que Daniel tem em sua propriedade, sendo o terceiro hoje alugado por uma costureira que trabalha como terceirizada de uma empresa.

O filho mais velho de Daniel (filho) trabalha na área de administração de uma construtora localizada em Pinheiros há quase oito anos, depois de ter trabalhado como office-boy desta mesma construtora. O outro filho, do meio, formou-se na faculdade no curso de processamento de dados e hoje trabalha vendendo seguros em Alphaville. Já a caçula (Daniela), trabalha na área contábil da empresa KPMG (uma multinacional de consultoria), há um ano e pouco. Esta última cursou durante três anos contabilidade na FATEC[208] (nas imediações da favela da Erundina) e agora está fazendo faculdade no SENAC na área de contabilidade também na Capela do Socorro. Daniel conta que seu filho do meio e a caçula *"começaram a vida de trabalho deles através do C.R.E.S.C.E.R"* (Daniel filho)[209].

[208] A Faculdade de Tecnologia da Zona Sul foi inaugurada em 26 de novembro de 2004 por meio do governo Estadual e oferece cursos gratuitos de ensino superior nas áreas de Tecnologia em Gestão Empresarial, Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas e Tecnologia em Logística. No mesmo campus da Fatec está instalada a ETEC Zona Sul, uma escola técnica que oferece os seguintes cursos: Administração, Secretariado, Eletrônica, Logística e Enfermagem, além do Ensino Médio.

[209] "C.R.E.S.C.E.R. (Centro Rotário Educacional, Social, Cultural e Recreativo) - Obra Permanente do Rotary Club São Paulo Santo Amaro, o C.R.E.S.C.E.R. dedica-se a formação educacional de crianças, adolescentes e adultos, notadamente através de programas de trabalho educativo ou profissionalizante, de modo a lhes assegurar condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada, mediante formação profissional básica em informática, relações humanas e práticas administrativas, além de encaminhamento de jovens a partir de 14 anos, seja para estágio remunerado, através do Programa de Educação para o Trabalho (Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, art. 68), seja para o 1º emprego nas empresas parceiras através de Programa de Aprendizagem Profissional (CLT, artigo 428 e 430). Fundado em 14 de janeiro de 1986, o C.R.E.S.C.E.R. atende 240 alunos por ano, ministrando 550 horas-aula por semestre" (fonte: http://rotarysantoamaro.com.br/acoes-sociais/c-r-e-s-c-e-r/ acessado em 20/09/2012). O C.R.E.S.C.E.R está localizado no Jardim São Luiz.

3.3 Luiz Cláudio

Luíz Cláudio, 39 anos, co-idealizador da Organização não-governamental Bloco do Beco[210], hoje coordenador do projeto "Formando formadores do direito da criança e do adolescente" nesta mesma ONG, morador do Jardim Ibirapuera desde 1973 (ano em que nasceu), começou a trabalhar com carteira assinada aos treze anos de idade em 1986 como assistente geral na empresa Fama Ferragens S.A, onde permaneceu por apenas um ano. Cida, sua mãe, diz que a entrada de Luíz no mercado de trabalho nesta idade não foi determinada por dificuldades financeiras da família: *"Um dia o Omero [padrasto de Luíz] perguntou pra ele assim: - "Luíz, o que é que você quer: trabalhar ou estudar?" Na época a gente tava pensando em pagar o [colégio] Luíz Gonzaga pra ele. E ele disse que não queria estudar não, que queria trabalhar [...] Porque quando ele tava aqui no DeGaulle [colégio municipal do Jardim Ibirapuera] ele saia daqui [de casa] bonitinho, dava tchau, chegava lá na escola e não entrava na aula. Aí a Dona Ângela mandou um recado assim: - "Tira o seu filho [da escola] antes que um traficante adote ele". Porque ele não entrava [na aula]. Aí nós tiramos ele"* (Cida). Após esse ano de trabalho na Fama (diz Luíz que saiu da empresa porque quis) é empregado como empacotador no supermercado Paes Mendonça, na Av. das Nações Unidas e aí permanece durante 1 ano também, saindo em 1988.

Em maio de 1989 é admitido como aprendiz de almoxarifado na Moltec (indústria e comércio de moldes), sendo promovido a aprendiz de ferramenteiro em 1990 e logo depois ao cargo de meio oficial ferramenteiro, permanecendo nesta fábrica durante mais ou menos três anos e meio (de 1989 a outubro de 1992). Sai desta empresa e em julho de 1993 é contratado como oficial ferramenteiro na Primelétrica (indústria de material elétrico hoje

---

[210] "Nosso trabalho teve início no ano de 2002, quando decidimos resgatar uma tradição que estava se perdendo em nosso bairro, o carnaval de rua. Junto com outros moradores (sambistas em sua maioria), promovemos, naquele ano, cortejos, encontros e debates sobre a importância de mantermos viva aquela tradição [...] Assim, em 2003, nasce oficialmente a Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco do Beco e, desde então, várias pessoas com diferentes idéias e atividades foram chegando e contribuindo, implementando propostas e promovendo ações diversificadas: artesanato, dança, teatro, percussão, Hip-Hop, literatura, mostras de vídeos, palestras, entre outras. [Nossa missão é] ser referência para crianças e jovens se desenvolverem através da arte, valorizando a cultura local, mostrando-lhes caminhos e desafios que busquem a integração entre família, escola e comunidade do Jardim Ibirapuera".
Fonte: http://blogdoblocodobeco.blogspot.com.br/search/label/quemsomos, acessado no dia 23 de maio de 2012.

desativada) localizada em propriedade contígua ao loteamento do Jardim Ibirapuera, (cf. anexo 5), onde permanece por apenas um mês. Em fevereiro de 1994 é contratado pela indústria Formold como aprendiz e aí permanece pouco mais de 4 meses, sendo recontratado em setembro do mesmo ano pela indústria Moltec, trabalhando aí durante seis anos, até setembro de 2000. Sai desta empresa decidido a trabalhar no terceiro setor e assim narra tal escolha: *"Quando nós [eu e Carla] começamos com o Bloco do Beco,* ***sempre deixei muito claro que foi uma migração mesmo*** *[...] tinha uma coisa meio que pessoal, eu queria fazer uma coisa que me interesse, que eu goste, que me dê prazer, de não querer esse sistema de ficar dentro de uma empresa, trabalhando pra enriquecer os outros sabe. Isso aí me incomodava. E aí eu parti pra esse lado social [...] nessa questão do* ***boom do terceiro setor****. [Pensava eu] putz, acho que aí tem um mercado de trabalho que eu posso cair pra dentro. Aí fazer as coisas que eu gosto, trabalhar com cultura, movimento social... que eu já tava me identificando um pouco com isso sabe, principalmente com o lado artístico mesmo. As primeiras conversas com a Carla [sua mulher] sobre isso, a questão do Bloco, a questão de pensar em sair da firma foi sempre tratando nisso né: - "Aí tá uma oportunidade pra gente, [uma] oportunidade de trabalho" [...]* ***Fiz essa transição pensando enquanto mercado de trabalho****"* (Luíz).

Cético quanto aos discursos das pessoas que dizem se envolver no terceiro setor para fazer o *"bem para as crianças"* (Luíz), reconhece que há diferenças concretas importantes entre o trabalho no terceiro setor e o trabalho industrial, pois o primeiro *"tem consequências bacanas pra mulecada"* (Luíz), ainda que *"os resultados sejam muitas vezes imperceptíveis [...] às vezes fica muito a sensação de que decepciona, e a gente tem que aprender a lidar com isso né. É um mercado de trabalho, mas pra gente que quer ver algum resultado às vezes fica muito a impressão de que não tá gerando nenhum resultado [...] Dentro da firma mesmo a gente fazia umas ferramentas meu... putz às vezes a gente se satisfazia de entregar a ferramenta [...] Então tinha uma satisfação de um ciclo terminado e no trabalho social às vezes eu sinto um pouco falta disso. Essa sensação de [...] não perceber avanços, às vezes até retrocede"* (Luíz).

É claro que a escolha pelo *"trabalho social"* não se realizou sem tensões dentro da família. Cida projeta que caso Luíz tivesse continuado a trabalhar na Moltec, hoje estaria ganhando em torno de cinco mil reais, podendo se aposentar aos 49 anos, por ter iniciado

sua carreira tão cedo: *"Na Moltec, acho que ele trabalhou umas três vezes lá. Entrava, depois saía, e eles [a empresa] queria ele de volta. Eles chamavam ele de volta. Aí ele voltava de novo. Aí quando ele falava: '— Ah Cida, tô cansado de lá'. Aí eu sabia que ele não queria mais ficar. Mas se ele tivesse, por exemplo, se mantido na empresa, o Luíz ia se aposentar novo. Ele era considerado um ferramenteiro... [...] Aí ele entrou nesse negócio de Bloco [...] não gostei quando começou, eu sempre fui contra, porque pra mim eu queria que ele tivesse uma profissão, um salário fixo.* ***E quando ele entrou nesse bloco aí eu xingava [...] não vinha nada, nunca entrou dinheiro, nada. Falei: '— Diabo, nunca chegou uma cesta básica, nunca desceu com nada aqui!****'. Assim, a gente é de outro mundo, a gente quer a carteira assinada. Que nem eu falei, ele não tem INPS, eu não concordo com isso, e o amanhã?"* (Cida).

O conflito de gerações manifesto na expressão *"a gente é de outro mundo"* pode ser compreendido como processo de subjetivação de mudanças objetivas operadas na mobilidade do trabalho e nas formas de acumulação do capital, ainda que o conflito pareça emergir somente como resultado de uma escolha subjetiva de Luíz por um trabalho sem perspectiva diante de uma trajetória promissora no trabalho industrial. As contingências da dupla liberdade permite relativizar a escolha feita por Luíz apenas como resultado de processos objetivos, pois cabe ao trabalhador contraditoriamente livre escolher a que objetivação se sujeitar, não lhe cabendo entretanto a possibilidade de escolher não se objetivar. Em outras palavras, Luíz negou o enclausuramento fabril, produtor de mais-valia, para trabalhar com algo que lhe parecia mais adequado aos seus anseios, ainda que tal escolha esteja determinada pelo que ele mesmo reconhece como o *"boom do terceiro setor"*. Trabalho adequado aos seus anseios, ainda que a "administração das urgências" (Telles, 2007: 199) da *"mulecada"* que ele, Carla (sua esposa) e outros voluntários e trabalhadores do Bloco enfrentam cotidianamente no *"bairro"* e imediações lhe ofereça às vezes a sensação de decepção e retrocesso, que inclusive podem vir a ser subjetivados como um fracasso pessoal, não obstante os desdobramentos catastróficos da crise do trabalho não passar definitivamente por suas mediações. A subjetivação fetichista de um desenvolvimento ascendente e positivo do capitalismo que Cida explicita ao sugerir que Luíz se aposentaria com um salário de cinco mil reais deve ser confrontada com as reais possibilidades de Luíz estar hoje empregado na Moltec.

4. "Um promissor vagabundo"[211] (ou os dilemas familiares da reprodução crítica do trabalho)[212]

Para Gaudemar, a mobilidade à qual o trabalhador sujeita-se subjetiva-se como uma indiferença quanto ao conteúdo do trabalho que é levado a realizar, contanto que o "salário recebido em troca seja satisfatório" (Gaudemar, 1977)[213]. Na contradição entre a dupla dimensão do trabalho a representação de sua dimensão abstrata na forma-dinheiro é a condição material desta indiferença[214], posto que é essa quantia de dinheiro que efetivamente possibilitará ao trabalhador acessar as outras mercadorias que considera necessárias à sua reprodução e de sua família.

Em entrevista[215] realizada por nós, uma das lideranças da União dos Movimentos Sem-teto da Zona Sul, Ademir Guilherme Schenor, nascido na cidade de São Paulo no *"bairro"* de Piraporinha, nos declarou que *"...é impossível você não ter condições de sobreviver em São Paulo [...] só passa fome quem é bobo [...] bem ou mal você ganha... de algum jeito você ganha seu dinheirinho, tranquilo"* (Ademir). E Daniel (filho) de certa forma corrobora com tal formulação quando diz que *"você que mora numa cidade igual São Paulo você pode não arrumar emprego, com carteira registrada, tudo bonitinho [...] com todos os direitos que você tem, é difícil mesmo de arrumar. Mas trabalho tem. Se você procurar trabalho, tem [...] Aonde existe indústria, comércio, tipo a cidade de São Paulo,* ***se eu sair de manhã****, não preciso roubar não, dá pra mim ganhar um dinheirinho trabalhando [...] Tem uma areiazinha*

---

[211] "Família brasileira / Dois contra o mundo / Mãe solteira / De um promissor vagabundo" (da música "Negro Drama" dos Racionais MC's, 1997).

[212] "As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da nova força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa *race* de peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias" (Marx, cap. IV, 1985: 142).

[213] "...a força de trabalho deve ser móvel [...] quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. O dinheiro vem reforçar esta tendência e assim estimular a mobilidade da força de trabalho. *Pouco importa o emprego, desde que o salário recebido em troca seja satisfatório*" (Gaudemar, 1977: 190 – grifo nosso).

[214] "Abstraindo-se da determinação da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano" (Marx, cap. I, 1985: 51).

[215] Entrevista realizada no dia 20 de outubro de 2011.

pra carregar ali, tem um terreno ali dum cara pra cê dar uma capinadinha, alguma coisinha pra fazer tem" (Daniel filho).

As duas falas localizam as possibilidades de ganhar a vida precisamente em São Paulo, cidade que teria características particulares que fariam dela um celeiro de **oportunidades** de trabalho. Aos sujeitos, entretanto, caberia certa astúcia para arquitetar suas estratégias de ganhar dinheiro, seja capinando um terreno, seja carregando uma areia; *"de algum jeito"* se ganha algum dinheiro, sem precisar aderir à criminalidade, ainda que Daniel (filho) reconheça a dificuldade em conseguir um emprego com *"carteira registrada e tudo bonitinho"*. Para Ademir tais trabalhos estão remetidos à possibilidade de acessar as mercadorias que possam saciar sua fome, que de seu ponto de vista será saciada de *"algum jeito"*. Já Rói justifica seu esforço redobrado (quando fazia jornada dupla entre a empresa Fox e a pizzaria) dizendo que *"quanto mais dinheiro é melhor"* (Rói), ainda que tal esforço apareça remetido à possibilidade de *"comprar uma moto legal... um carrinho legal"* (Rói).

A satisfação das necessidades, sejam elas originadas "do estômago ou da fantasia" (Marx, cap. I, 1985: 45) aparecem aqui como fim a ser alcançado por meio do trabalho. Em Marx (cf. cap. IV, 1985) o trabalhador **experimentaria** o processo de acumulação do capital como circulação simples (M – D – M), dado que a venda de sua mercadoria, a força de trabalho, seria o meio de alcançar as mercadorias de que necessita. O consumo final de mercadorias, estejam elas na figura dos gêneros de primeira necessidade ou dos bens de consumo duráveis, aparecem como a finalidade do trabalhar para o trabalhador, ainda que sejam simultaneamente a realização da mais-valia nelas coaguladas, portanto possibilidade de acumulação para os capitais que as produziram (M´ – D – M´´), como já discutimos. O valor de uso das mercadorias e seu consumo ganham proeminência frente ao trabalho enquanto apenas um meio de acessá-las. Não parece existir qualquer traço do orgulho de ser trabalhador em suas falas, parecendo antes um mal necessário no arriscado caminho do acesso à mercadoria que o trabalhador necessita e ama, da mesma forma como "a mercadoria ama o dinheiro [que está na mão do trabalhador] mas *the course of true love never does run smooth*"[216] (Marx, cap. IV, 1985: 96 – grifo do autor). Como vimos, para os primeiros moradores do Jardim Ibirapuera o consumo das mercadorias amadas e

[216] "O curso do verdadeiro amor nunca é suave" (Marx, cap. IV, 1985: 96 – nota 6*).

necessitadas não foi nada *"suave"*[217] (trabalho, horas-extras, ruas de terra, ausência de eletricidade, ausência de saneamento básico, autoconstrução... etc.) e tudo o que ocorreu no *"bairro"* desde seu início é reconhecido como *"desenvolvimento"*, *"evolução"*. O incremento de mercadorias (eletrodomésticos em geral em âmbito privado), e de materialidade no *"bairro"* (inclusive de equipamentos públicos e infra-estrutura urbana) é o substrato material deste *"desenvolvimento"*: *"Muitas vezes o pessoal fala – "É, o bairro não desenvolve e tal!". Mas porque eles não passaram [o que nós passamos]. Igual, eu tô contando o que eu passei e o sr. Daniel passou muito mais, D. Benedita, eles passaram muito mais"* (Bá). A memória dos mais velhos serve de esteio para o reconhecimento da *"evolução"* ocorrida no "*bairro*", ainda que *"pelo tempo que foi fundado o bairro do Jardim Ibirapuera está muito atrasado, não evoluiu muito não!"* (sr. Daniel). Ou seja, mesmo que os primeiros moradores compartilhem de uma mesma sensação de *"desenvolvimento"* do "*bairro*"*,* eles não estão imunes à constante sensação de atraso que os mais jovens reclamam, já que continuam imersos (como todos) e reproduzindo um processo com fim em si mesmo (Kurz, 1993), no qual não há ponto de chegada, em si, satisfatório. A desigualdade que se reafirma constantemente na escala da metrópole, (sintetizados nos "*bairros*" abastados e seus moradores que consomem as mercadorias de última geração) é subjetivado pelos moradores como reposição deste fetiche de desenvolvimento.

Do ponto de vista familiar, o fetiche do desenvolvimento que aparece na fala de alguns moradores quando refletem sobre o "*bairro*", desdobra-se também como a possibilidade de que os filhos tenham uma vida menos penosa que seus pais tiveram e simultaneamente mais rendosa[218], enfim que seja uma vida mais *"suave"*. A mobilidade a que se submeteram é espacial e social[219]. Mas **se a promessa de ascensão social só pode realizar-se por meio de**

---

[217] Suave é uma gíria comum na perifeira hoje em dia para expressar que as coisas "estão numa boa", sem preocupacão.

[218] Isso fica evidente quando sr. José Vieiras nos diz, acerca de sua própria trajetória, que: "...até os 19 anos eu trabalhava na roça, nós tirava o leite de manhã, levava o gado pro pasto... entendeu? Quando era seca a gente tinha que dar ração pros animais, tinha que carregar ração de fora pros animais, era meio complicado viu... era complicado..." (sr. José Vieiras). A formulação que opõe o passado no trabalho rural como ruim, ao presente no trabalho urbano como melhor, está presente na fala de muitos migrantes, como pode ser constatado em Sader (1995), especialmente no item *A trajetória dos migrantes na cidade*, pg. 88. Tal formulação se repõe como expectativa dos pais para com os filhos.

[219] "A permutação de tarefas, a aquisição de funções hierárquicas, apresentam-se doravante aos olhos dos trabalhadores como futuro possível (Gaudemar, 1977: 232).

um maior salário recebido pelos filhos dos trabalhadores migrantes, ou seja pela abstração da forma-dinheiro, esta última não pode prescindir das particularidades do trabalho concreto à qual estes trabalhadores devem se submeter[220]. Quando Daniel (filho) diz que quando pequeno ajudava seu pai na construção de sua casa, mas frisa que não deixava de estudar, fica evidente a importância dada pela família e por ele aos estudos. Assim, ter um filho na escola é a expectativa (ilusória ou não) de que as famílias possam ascender socialmente, pois a experiência vivenciada pelos primeiros moradores entre ausência de estudo e pobreza produziu uma identidade fetichista entre ambos que parece ser inabalável. Daí que a importância dada à educação como processo de formação destas forças de trabalho deve nos remeter às mudanças objetivas ocorridas na mobilidade do trabalho. Assim, se por um lado a mobilidade do trabalho é subjetivada como uma indiferença do trabalhador para com o trabalho que realiza; por outro a expectativa dos pais para com os filhos, determinada pelo fetiche de uma perpétua reprodução das relações de trabalho e ascensão social, logra desdobrar-se numa dinâmica familiar que se constitui enquanto espaço de mobilização do trabalho:

> os filhos [das primeiras famílias] são objeto de um processo de formação. Tendo em vista as condições sociais, a família elabora estratégias de modo a tentar favorecer sua inserção social futura (Toledo, 2008: 188).

Mas ainda que os pais interfiram, ou possam (parecer) interferir decisivamente na formação dos filhos tendo em vista favorecer suas inserções sociais futuras, a separação fetichista operada entre produção e reprodução, esfera pública e privada, forjada pela sociedade do trabalho, sempre tensiona a efetividade de tal formação. Em outras palavras, se os filhos são objetos da formação no ambiente familiar privado, eles também são naqueles momentos que encontram-se autonomizados dos pais, sintetizados nas instituições escolares (privadas e públicas) e tantas outras. Em suma, naquilo que se conformou historicamente como sendo da esfera pública. Além disso a efetividade de tal formação (dos

---

[220] Rael, protagonista do romance "Capão Pecado" (2000) do escritor, morador do Capão Redondo, Ferréz, assim que consegue um emprego em uma metalúrgica (Metalco) demite-se da padaria onde trabalhava. O autor descreve assim esse momento: "Já era tarde da noite e foi para a padaria, mandou chamar o Marcão e explicou que havia conseguido um emprego melhor, com o qual poderia dar *mais dignidade para a sua família*" (2000: 60 – grifo nosso).

pais e das instituições) é sempre uma aposta que pode ou não realizar-se. A entrada de um filho no mercado de trabalho em um cargo melhor e mais remunerado que o dos pais é a prova de que a formação teve efetividade, foi útil. Que as mercadorias consumidas no ambiente privado e os serviços (estatais ou privados) no ambiente público, para reproduzir a condição de estudante dos filhos e filhas, não foi tempo nem esforço, portanto, dinheiro *"jogado fora"*.

Mas a expectativa de uma inserção futura que possibilite aos filhos uma vida mais *"suave"*, nas condições particulares de reprodução das famílias do Jardim Ibirapuera já analisadas, sempre exigiu a mobilização precoce dos filhos para o mercado de trabalho o que sempre tensionava com a possibilidade de uma dedicação exclusiva aos estudos, donde a formação dos mesmos se dá mais no *"mundão"* do que exatamente na escola. Em outros termos, estes filhos dos primeiros moradores são primordialmente formados para o trabalho, trabalhando (e às vezes estudando) e contribuindo na reprodução familiar.

* * *

Numa sociedade mediada pelo trabalho, o tempo passado fora de casa deve reificar-se sob a forma de dinheiro ou mercadorias, porque teoricamente foi tempo de trabalho vendido pelo trabalhador (seja ele filho/a ou pai). O consumo de mercadorias no ambiente privado é a prova de que o tempo despendido fora de casa, longe da família, tem efetividade. No entanto, como a forma-mercadoria transforma "muito mais cada produto de trabalho em um hieroglifo social" (Marx, cap. I, 1985: 72) e o dinheiro enquanto equivalente geral, "não fede" (Marx, cap. III, 1985: 98) nota 8*)", tais mercadorias não só escondem seu processo de produção, mas também o de sua aquisição. Para a dona-de-casa que está confinada na esfera privada ou mobilizada pelo trabalho fora de casa, o que está colocada é justamente uma insuficiência estrutural de controle (portanto de formação) sobre a qualidade concreta daquilo que os filhos e filhas (e também o marido) fazem quando saem cedo de casa, que se naturaliza como normalidade de um cotidiano mediado pelo trabalho[221]. Já no que se refere à formação destes jovens, as escolas, as creches, a própria

[221] "Porque o chefe da casa, trabalha e nunca está / ninguém vê sair, ninguém escuta chegar" (da música "Periferia é periferia" do grupo Racionais Mc´s, 1997).

SAB Ibirapuera, são instituições que teoricamente garantem que os filhos não estejam *"largados pelas ruas"* (Cida). **A confiança aqui é o esteio da reprodução familiar em regime de normalidade**[222]. Tal experiência contraditória, calcada na credibilidade, se mantém em tal regime de normalidade caso o tempo passado fora de casa funcione, ou seja, resulte na aquisição do dinheiro ou das mercadorias consideradas necessárias para a reprodução familiar. Sendo tal relação rompida quando passa a funcionar de um modo diferente, ou deixa de funcionar; da mesma forma que "uma faca que não corta [lembra] *vivamente* o cuteleiro" (Marx, cap. V, 1985: 153 – grifo nosso).

A personagem mãe, narradora da música "O meu guri"[223], só descobre que seu filho em verdade roubava os presentes que ela recebia quando ele aparece "estampado / manchete, retrato" (Buarque, 1981). "Corrente de ouro", "bolsa", "chave", "caderneta", "pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador" eram as provas, para a mãe, de que seu filho enquanto estava fora de casa, trabalhava[224]. A música narra a história de uma mãe pobre que tem um filho num momento que "não era o momento dele rebentar" e que em sua "meninice" disse que um dia "chegava lá". Esse é o mote e contexto da história que será narrada daí em diante: a de um garoto, filho de mãe solteira, jovem e pobre, que "prometeu" ficar rico e sustentar a família. O autor elege narrar a trajetória de trabalho do filho a partir do ponto de vista (cego) da mãe, que em sua vida cotidiana e privada, é incapaz de saber por quais meios seu filho adquire as mercadorias que leva pra casa. Até que o filho morre e a mãe "desvenda" o hieroglifo e o cheiro do dinheiro.

Para Cida a inutilidade do trabalho de Luíz e Carla no Bloco do Beco era representada pelo fato de que ele nunca chegava com nada em casa, *"nenhuma cesta básica"*, tampouco dinheiro. Poderíamos dizer que a pergunta que rondava a cabeça de Cida nesta época era: que diabos de trabalho é esse que não traz nenhuma mercadoria pra casa? Em outras palavras: se esse tempo passado fora não vira nada, isso é tempo jogado fora; o que para nós é um momento importante para pensar na dominação do **tempo abstrato** sobre a esfera cindida da reprodução social, personificada pela mãe em conflito com as escolhas

---

[222] Ou antes é possível dizer que a mentira é estrutural da sociabilidade mediada pela forma-mercadoria.
[223] Música de Chico Buarque, do disco "Almanaque" de 1981.
[224] O que evidencia o utilitarismo inscrito numa sociabilidade mediada pela mercadoria, que para se realizar por meio da troca não pode prescindir do uso.

profissionais do filho. O trabalho de Luíz aqui não funciona, tal como a faca sem corte, rompendo a credibilidade, a normalidade e instaurando o conflito e a desconfiança na relação entre os dois. Neste caso, a desaprovação de Cida quanto às escolhas de trabalho do filho está determinada pelo fato de que o trabalho no Bloco de Beco não funciona, no sentido que atribuímos acima. Diferente daquela desconfiança instaurada a partir do momento em que Cida é avisada por Dona Ângela (provavelmente diretora da escola DeGaulle) que Luíz estava *"cabulando"* aula e que, por causa dessa conduta, ele poderia ser aliciado por um traficante da área, quando ela tinha certeza que seu filho saia "bonitinho de casa" para estudar. Luíz, que participava da entrevista, quando ouve sua mãe lamentar o fato de que ele *"cabulava"* as aulas, cita o verso: "a rua me atraia mais do que a escola*"* (da música "Tô ouvindo alguém me chamar" dos Racionais Mc´s, 1997). A preocupação de Cida e Dona Ângela aqui é a de que Luíz pudesse se envolver num trabalho que funcionasse demais[225]. Do outro lado da cisão, no espaço público, no "pedaço da cidade" (Sader, 1995) no qual Luíz nasceu e se criou, é que torna-se possível desmascarar os desvios de sua conduta, tornando-se Dona Ângela os olhos de Cida onde ela não poderia estar.

> As crianças, que parecem soltas nas ruas, na verdade são objeto de vigilância dos conhecidos, sempre sob o mote, *vou contar pra sua mãe*. A liberdade que as crianças costumam ter na região não se confunde com a indiferença da grande cidade (Toledo, 2008: 184).

Apesar de concordarmos com a sugestão de Toledo (2008), a oposição entre liberdade da região (cf Toledo, 2008) e indiferença da cidade grande deve ser relativizada, se considerado o próprio processo de constituição do loteamento, no qual a escassa quantidade de capital-dinheiro circulando nas mãos de seus primeiros moradores exigiu a adesão a práticas de "solidariedade forçada" (Maricato, 1982) resultando em relações vicinais que tensionavam a formação do espaço público como o espaço da completa indiferença. Em outras palavras, a história de formação do Jardim Ibirapuera nos desautoriza a falar de uma completa autonomização da vida pública e privada entre os primeiros moradores e os atuais, seus filho e netos. E isto a despeito de nos referirmos a momentos

[225] É como diz Mano Brown na música Vida Loka parte 2: "Viver pouco como um Rei /Ou muito como um Zé? (do disco "Nada como um dia após um outro dia" dos Racionais Mc's, 2002).

históricos completamente distintos, o primeiro de formação e o segundo de reprodução do Jardim Ibirapuera, este último determinado primordialmente pela crise da mediação do trabalho e o primeiro pela sua imposição.

As condições materiais desta forma de vigilância que se forja no cotidiano do *"bairro"* pode ser compreendida a partir da ideia, já exposta, de que as crianças são objetos de formação (Toledo, 2009) no qual estão inscritas estratégias de favorecimento de uma inserção social futura. Os moradores do *"bairro"* funcionariam como vigilantes das condutas alheias, os famosos *"zé povinho"* como se diz na periferia de um modo geral. Seriam por esses canais que circulariam as notícias do *"bairro"* sobre o que o filho de fulana tem feito, que o pai de cicrano tem bebido, ainda que o conhecimento de certas condutas não funcionem como freio das mesmas[226], pois a autonomização das famílias e o isolamento permitem que o famoso provérbio *"em briga de marido e mulher ninguém mete a colher"* tenha efetividade e inclusive demande mecanismos estatais de regulação das relações familiares tornadas cada vez mais conflituosas, como a Lei Maria da Penha[227]. E ainda que possamos reconhecer, como no caso de Luíz e Cida, um momento de efetividade desta vigilância (dado que Luíz não foi mobilizado pela prática criminosa), é necessário considerar que os desdobramentos sociais pós-catastróficos (Kurz, 1993), extrapolam o âmbito desta formação e vigilância, em si mesmas.

* * *

Se a rua é capaz de atrair mais do que a escola, como nos ensina os Racionais MC´s e Luíz nos confirma, devemos enfrentar o fato de que, em sendo objetos de formação, **as crianças são objetos de disputa pelas personificações que convivem no "*bairro*" em que nasceram e moram**[228]. Acentuamos aqui a noção de personificação porque se há

---

[226] Inclusive porque não parece haver qualquer correlação entre *"zé povinhagem"* e solidariedade entre os moradores.

[227] "**LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006". "**Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências" (fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm).

[228] Ao analisar a emergência da violência no conjunto habitacional da Cidade de Deus no Rio de Janeiro, Zaluar escreve: "Os mecanismos de reprodução da violência já implantados no próprio local de moradia pela

efetivamente uma disputa, esta se dá entre processos sociais impessoais personificados ora pelo professor, ora pelo traficante, ora pelo pai, pela mãe, pelos amigos, enfim... Portanto, não é coincidência que essa é uma temática presente em muitos Raps.

Na música "Tô ouvindo alguém me chamar" (1997) dos Racionais MC´s, nós ouvintes, por meio de uma narrativa feita em primeira pessoa, somos levados a conhecer a trajetória de um jovem que em seus últimos minutos de vida, após ter sido baleado, conta retrospectivamente o que lhe levou a se envolver no *"mundo do crime"* e o arrependimento por ter escolhido o *"caminho errado"*. Sua entrada para o *"mundo do crime"* se dá pelas mãos de Guina, um amigo mais velho no qual o narrador se espelha:

> Todo ponta firme, foi professor no crime
> Também mó sangue frio, não dava boi pra ninguém
> Puta aquele mano era foda
> Só moto nervosa
> Só mina da hora
> Só roupa da moda
> Deu uma pá de blusa pra mim
> Naquela fita na butique do Itaim
> Mas sem essa de sermão, mano, eu também quero ser assim
> Vida de ladrão, não é tão ruim (Racionais, 1997)

Diante da possibilidade de comprar uma *"mina da hora"*, uma *"moto nervosa"* e *"roupas da moda"* a vida de ladrão não parecia ser tão ruim[229]. Mas outros elementos compõem o quadro diante do qual o narrador é levado a se tornar ladrão.

> Guina, eu tinha mó admiração, ó
> Considerava mais do que meu próprio irmão, ó
> Ele tinha um certo dom pra comandar
> Tipo, linha de frente em qualquer lugar
> Tipo, condição de ocupar um cargo bom e tal
> talvez em uma multinacional.
> É foda...
> *Pensando bem que desperdício*
> *Aqui na área acontece muito disso*

---

permanência das quadrilhas são sugeridos pelas afirmações do tipo "os garotos aprendem com os outros já perdidos", "na rua só se vê coisa ruim", "os colegas (bandidos) chamam", "emprestam arma", "começa fazendo um mandado para o vapor", "vira aviãozinho". O "inimigo" está dentro da localidade. Daqui se conclui que existem como que dois sistemas de socialização concorrentes – o dos trabalhadores e dos bandidos – que agem simultaneamente na formação dos jovens" (Zaluar, 1985: 154).

229 Não coincidentemente a análise feita pelo narrador é muito parecida com a que sr. Daniel faz quando começa a trabalhar como porteiro na represa do Guarapiranga. Apesar das diferenças entre uma prática e outra serem evidentes.

Inteligência e personalidade
mofando atrás da porra de uma grade (Racionais, 1997).

Guina produzia admiração no garoto, que reconhecia nele qualidades que lhe possibilitaria ocupar um *"cargo bom"* em uma multinacional. Qualidade aqui é associada às capacidades e habilidades concretas de Guina, apesar de sabermos que a qualidade de um trabalhador está sempre na relação contraditória que estabelece com o capital. Tanto é assim que a admiração do personagem-narrador não é descolada de um contexto social no qual a qualidade particular do trabalhador (produtor de valor) está sendo socialmente invalidada, parecendo aos olhos do narrador um desperdício, que reconhece que em sua *"área acontece muito disso"*. "*[Mofar] atrás da porra de uma grade"*, ou mesmo morrer, é o corolário trágico de muitos jovens que estão se envolvendo no *"mundo do crime".* O narrador nos diz, entretanto, que

só queria ter moral e mais nada
mostrar pro [seu] irmão e os caras da quebrada
uma caranga e uma mina de esquema
Algum dinheiro resolvia meu problema (Racionais, 1997)

A moral aqui está associada à possibilidade de acessar um carro e ter uma garota, apresentando-se socialmente na *"quebrada"* como proprietário delas, porque *"no mundão você vale o que tem"*[230]. Mas o próprio narrador reconhece que o *"mundo do crime"* é um caminho (quase) sem volta, pois não são mais os fios invisíveis e a *fictio júris* que o prendem a esta rede de relações de trabalho, mas sim relações de ordem pessoal, no qual a "caguetagem"[231] é inadmissível e pode ser paga com a vida. Quando o personagem se dá conta de *"onde se enfiou"*, percebe que já era *"tarde / [que] já não podia mais / parar com tudo, nem tentar voltar atrás"*.

---

[230] "A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda a realização humana, uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*..." (Debord, 2006: 18). Ter mercadorias não significa ter trabalho, por isso achamos possível a sugestão de Debord. No caso poderíamos dizer que no "mundão" você vale o que parece, que só pode realizar-se por meio daquilo que se tem, ainda que a única coisa que o trabalhador tem é a força de trabalho, tornada cada vez mais obsoleta.

[231] Caguetar é uma gíria que se refere à prática da delação.

O corolário da trajetória do personagem-narrador é a sua morte, tramada por Guina que estava preso e executada por *"um moleque novato com a cara assustada"*[232]. A prisão de Guina é atribuida ao narrador que justifica-se dizendo *"Pô, logo quem, logo eu, olha só, ó! / Que sempre segurei os B.O!"*[233]. O personagem se vê traído por *"seus aliados", "seus manos", "seus parceiros"* que estavam querendo lhe *"matar por dinheiro"*. Os sete anos de envolvimento na criminalidade lhe aparecem como anos passados em vão, pois *"tudo que acreditava não tem mais razão"*. A cada estrofe cantada, o narrador volta a descrever sua condição após ter sido baleado e um bordão acompanha sempre esse momento, que explicita seu arrependimento: *"Mas se eu sair daqui eu vou mudar / Eu tô ouvindo alguém me chamar"* (Racionais, 1997).

A trajetória do personagem-narrador é comparada com a trajetória de seu irmão, que tinha *"sonho de doutor"* os tornando diferentes como *"óleo e água"*. Ceticamente diz ao irmão: *"fica você com seu sonho de doutor! / Quando acordar cê me avisa, morô?"* (Racionais, 1997). O personagem parece saber das dificuldades de querer ser *"alguém na vida"* por meio do trabalho, especialmente se esse trabalho for de *"direito ou advocacia"* (1997). Entretanto, depois reconhece que se sente feliz por seu irmão não ter feito o que ele fez, ter escolhido o *"mundo do crime"*, pois neste negócio em que o bandido "arma sua própria morte" (Zaluar, 1985), ele só poderia vir a morrer. A mensagem da música é clara e tem caráter didático e de tentativa de contenção de um processo trágico que acabou por matar (e continua matando) ou encarcerar muitos jovens das periferias paulistanas:

> Mas se liga
> Olhe ao redor e me diga
> o que melhorou da função quem sobrou?
> Sei lá, muito velório rolou de lá pra cá
> Qual a próxima mãe que vai chorar?
> Há, demorô, mas hoje eu posso compreender
> Que malandragem de verdade é viver
> Agradeço a Deus a aos Orixás
> Parei no meio do caminho e olhei pra trás

[232] O que já nos indica a reprodução ampliada do *"mundo do crime"*, aliciando mais e mais jovens para tal atividade.

[233] Boletim de Ocorrência.

> Meus outros manos todos foram longe demais: cemitério São Luís, Aqui jaz (Fórmula mágica da paz, Racionais MC´s, 1997)[234].

* * *

A dualidade presente no argumento da letra da música que opõe o *"mundo do crime"* ao *"sonho de doutor"* por meio dos estudos e do trabalho honesto, coloca o sujeito mobilizado no centro do dilema como aquele que pode escolher uma ou outra opção de vida. Portanto o que figura como pano de fundo da problemática discutida pela música (a criminalidade e suas terríveis consequências para aqueles que nela se envolvem) reside, segundo a formulação dos sujeitos implicados, precisamente na dupla liberdade (Gaudemar, 1977) do trabalhador, que proprietário de sua força de trabalho pode escolher a quem vendê-la, não obstante lhe ser vedada a possibilidade de não vendê-la, sob pena de morrer. No entanto é preciso considerar que a adesão à prática do assalto é formulada ideologicamente enquanto negação do trabalho e não exatamente como um trabalho dentre outros.

> Para os trabalhadores, o bandido é a pessoa atraída pelo dinheiro fácil, que não quer trabalhar, que tem maus vícios quando comparado ao trabalhador [...] Para o bandido, o trabalhador é um "otário" que trabalha cada vez mais para ganhar cada vez menos (Zaluar, 1985: 145).

Da mesma maneira como Daniel (filho) opõe ao roubo ou assalto a possibilidade de carregar uma areia, capinar um terreno, como trabalhos **moralmente superiores**, o que desdobra-se no orgulho de ser e apresentar-se como trabalhador, aquele que envolve-se em práticas criminosas o faz em oposição ao estreitamento das possibilidades de trabalho a que seus pares encontram-se sujeitados. Não obstante ambas opções de vida terem como finalidade acessar as mercadorias que necessitam e/ou amam. É neste sentido preciso que roubar ou trabalhar são meios distintos e com clivagem moral de acessar as mercadorias que estão monopolizadas por uma parte da sociedade, que julgamos poder sugerir que

---

[234] "...o crescimento do número de homicídios nas últimas décadas no Brasil está imediatamente relacionado ao aumento do número de homicídios contra a juventude. Com efeito, o quadro de violência descrito tem um protagonista: as grandes vítimas e agentes dos homícidos hoje no Brasil são jovens, entre 15 e 24 anos, homens, negros ou pardos, moradores da periferia das grandes cidades" (Miraglia, 2011: 312). "Desde o início da década de 80 [...] na região de Santo Amaro localiza-se a maioria dos distritos com maior índice de homicídios entre 1982 e 1995" (Neme, 1999: 20).

estaríamos diante de um momento histórico e um lugar particulares no qual a mobilidade do trabalho para os filhos e netos dos primeiros moradores amplia-se em direção ao *"mundo do crime"*[235]. Não é coincidentemente que os desdobramentos sociais do processo contraditório da reprodução do capital sejam personificados pelos jovens[236] pois são estes que irão substituir os trabalhadores aposentados, mortos ou inválidos.

Os pais são também alvo dos desdobramentos críticos do capital, o que lhes impõe uma dificuldade cada vez maior em oferecer uma reprodução suficiente aos filhos[237]. Portanto a idealidade de que tais jovens sejam apenas objeto de formação para a inserção social futura, encontra-se pressionada materialmente pela necessidade de tornarem-se trabalhadores precocemente e contribuírem no orçamento da casa. Incapazes estruturalmente de controlar todos os momentos da reprodução social na qual seus filhos estão imersos e submetidos, estes últimos por serem objetos de formação e disputa, tornam-se objetos de desconfiança porque desconhecedores dos saberes fetichistas do *"mundão"* em que "*você vale o que tem"*.

O que está aqui em jogo ao nosso ver, é que a contradição posta entre esfera pública e privada ganha novos contornos e tensões que devem ser enfrentados criticamente a partir da dinâmica crítica de reprodução do capital. A emergência da criminalidade no cotidiano do Jardim Ibirapuera começa a instaurar uma desconfiança estrutural de outra ordem nas relações familiares, como um fantasma que assombra as famílias que aí moram. O que

---

235 A similaridade latente sugerida entre trabalho e assalto como meios de acessar mercadorias, portanto passíveis de serem incluídas na categoria da mobilidade, a despeito de todas as diferenças que podem ser identificadas, se realiza mais propriamente quando da ascensão do tráfico de drogas nas periferias, que inclusive conta com uma estrutura hierárquica de funcionamento semelhante a qualquer empreendimento comercial. Para uma discussão sobre tal caráter ver a tese "Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida" de Daniel Veloso Hirata (2010), especialmente o item "Biqueira – o funcionamento", pgs. 263 a 280.

236 Seja na figura do narrador da música, seja o *"moleque novato"* que o assassinou, seja o irmão do narrador que tinha *"sonho de doutor"*, ou mesmo o garoto de apenas dezesseis anos que é morto pelo segurança de um estabelecimento, diante do qual o personagem-narrador resolve largar o *"mundo do crime"*: "Me chamaram para roubar um posto / Eu tava duro, era mês de agosto / Mais ou menos três e meia, luz do dia / Tudo fácil demais, só tinha um vigia / Não sei, não deu tempo, eu não vi, ninguém viu / atiraram na gente, um moleque caiu / Prometi pra mim mesmo, era a última vez... / Porra, ele só tinha 16!" (Racionais, 1997)

237 "Lembro que um dia o Guina me falou / Que não sabia bem o que era amor / Falava quando era criança / Uma mistura de ódio, frustração e dor / De como era humilhante ir pra escola / Usando a roupa dada de esmola / De ter um pai inútil, digno de dó / Mais um bêbado, filho da puta e só / Sempre a mesma merda, todo dia igual / Sem feliz aniversário, Páscoa ou Natal / Longe dos cadernos, bem depois / A primeira mulher e o 22 / Prestou vestibular no assalto do busão / Numa agência bancária se formou ladrão" (da música "Tô ouvindo alguém me chamar" dos Racionais MC´s, 1997).

significa que tal fantasma tem determinidade histórica e sócio-espacial. Dizemos isso porque a crise do trabalho se manifesta de formas distintas para trabalhadores simples e trabalhadores complexos, que pela maior quantidade de dinheiro circulando em suas mãos, consomem espaços distintos da metrópole. A possibilidade de que a atividade ilegal como forma de ganhar dinheiro emerja de forma mais aguda entre jovens, filhos e netos de trabalhadores braçais, moradores das periferias e favelas de São Paulo, não significa que tais garotos tenham qualquer propensão natural para isso, antes refere-se às possibilidades cada vez mais estreitas que têm de venderem suas forças de trabalho de forma rentável, bem como de servirem-se das poupanças ou previdências de seus pais, liberando-se da necessidade de trabalharem logo cedo. Os filhos dos trabalhadores complexos estão antes participando deste circuito como consumidores das mercadorias oferecidas pelos moradores das periferias do que como trabalhadores do comércio ilegal de drogas ou praticando assaltos. Nas palavras de Zaluar (1985) estamos aqui, fenomenicamente, diante da passagem do malandro para o bandido[238] no cotidiano dos *"bairros*" periféricos.

* * *

A indiferença quanto ao conteúdo do trabalho como forma de subjetivação da mobilidade a que o trabalhador encontra-se submetido é tensionada por meio do próprio processo crítico de reprodução do capital que torna a força de trabalho cada vez mais obsoleta. Obsoleta e descartável, se considerarmos que a morte ou mesmo o encarceramento em massa ocorrido no Brasil, mas especialmente em São Paulo desde a

---

238 "Bandidos e malandros têm em cumum o horror ao trabalho. Mas se o modelo paradigmático do malandro construiu-se na consciência popular como o horror ao "batente", à disciplina do trabalho e às obrigações familiares (cf. DaMatta, 1980; Oliven, 1982), a imagem do bandido constrói-se com a posse de arma e a opção pelo tráfico, ou pelo assalto como meio de vida. *A introdução da arma de fogo entre eles marca uma descontinuidade na história da criminalidade*. São eles mesmos que estabelecem o corte e são eles mesmos que distinguem as categorias opostas a trabalhador num e noutro período.
Bandido é o termo usado hoje para quem tem arma de fogo e a utiliza na defesa deste rendoso comércio que é o tráfico de drogas ou nos assaltos. Ao contrário dos malandros, ele não sobrevive por não ter a malícia, a lábia ou a habilidade como "armas" para vencer. A mesma "máquina" que é fonte de seu poder mata-o cedo nesta guerra implacável. Bandido, dizem, é quem "arma sua própria morte". Malandro é o termo usado para quem, num passado recente, recusava-se a trabalhar e usava várias habilidades pessoais para sobreviver, fosse explorando mulheres, fosse jogando carteado, fazendo samba ou dedicando-se à boemia. Não precisavam da "máquina" (Zaluar, 1985: 149 – gifo nosso). Vale dizer que a introdução da arma no cotidiano das periferias realiza-se tambem como a crítica da gerontocracia personificada pelos primeiros moradores mais velhos(cf. Zaluar, 1985: 146).

década de 90, tem certamente diminuído consideravelmente o número de forças de trabalho em circulação, sem no entanto parecer desdobrar-se como uma diminuição sensível de sua oferta no mercado[239]. Ou seja, a demanda parece ser cada vez menor relativamente ao número de trabalhadores disponíveis, o que acarreta tanto numa descartabilidade generalizada e naturalizada[240], bem como num rebaixamento dos preços que essas forças de trabalho passam a ter no mercado de trabalho legal. Se a partir de 1970, segundo Kowarick (1993), a contínua intensificação migratória para a capital paulista já aparecia no contexto urbano de São Paulo como uma oferta abundante de forças de trabalho, tal desproporção só tenderia a se agravar dado o desenvolvimento das forças produtivas imanente ao processo de modernização.

O rebaixamento dos preços pagos pelas forças de trabalho produzido pelo aumento da superpopulação relativa também desdobra-se como um aumento das dificuldades de inserção em relações de trabalho assalariadas, refletindo-se também nos tipos de trabalho almejados pelos trabalhadores, bem como naqueles efetivamente conquistados. Daniel (filho) acentua que, mesmo com dificuldades, ele não necessita aderir ao roubo para conseguir um dinheiro, opondo a este a possibilidade de carregar uma areia, capinar um terreno, fazer *"alguma coisinha"*. Ademir também, em outro momento de nossa entrevista, incomodado com a hipótese sugerida por mim de que as prestações de um imóvel oferecido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) seriam altas relativamente aos rendimentos ganhos pelos trabalhadores, rebateu minha questão dizendo que *"catando latinha*" se conseguiria pagar tais prestações. O aviltamento das condições de trabalho se evidencia aqui, bem como o rebaixamento das expectativas dos trabalhadores com relação às suas possibilidades de inserção. Todos os trabalhos citados, não coincidentemente, são *"bicos"* e sintetizam exatamente a expressão *"matar um leão por dia"*. A referência temporal de Daniel para conseguir fazer *"alguma coisinha"* é o período de um dia, bem como daquele hipotético catador de latinhas. As forças de trabalho destes já não são mais cotidianamente socialmente necessárias, tornando-se a intermitência algo permanente. Dito de outra maneira, ainda que a indiferença quanto ao trabalho continue

---

[239] Voltaremos a isso.

[240] "Me ver / pobre, preso ou morto / já é cultural" (da música "Negro Drama" dos Racionais MC´s, 1997).

operando como forma de subjetivação da mobilidade a que os trabalhadores encontram-se submetidos, os rendimentos também tendem a se tornar cada vez menos satisfatórios, pois a satisfação está aqui referida à relação que os rendimentos dos trabalhadores estabelecem com as mercadorias que são levados a desejar. Portanto se os custos de reprodução do trabalhador, segundo Marx (1984), incluem um elemento moral e histórico, é preciso ponderar que aquilo que pode ser considerado satisfatório modifica-se, e que tais elementos não são quaisquer aspectos de um povo, mas antes produto da própria dinâmica de reprodução ampliada do capital[241]. Assim, simultaneamente à obsolescência das forças de trabalho resultante do aumento exponencial da produtividade do trabalho ocorre a diminuição do tempo de trabalho coagulado em cada mercadoria unitária (portanto diminuição de seu valor), exigindo um incremento também potenciado do consumo para que a mais-valia realizada seja capaz de pagar os investimentos objetivados nos meios de produção. Tal dinâmica contraditória, do ponto de vista da acumulação, impõe a busca de "ominosos mercados novos" (Kurz, 1993: 170) para tentar compensar a queda relativa do valor daquelas mercadorias (carros, motos, celulares, eletrodomésticos em geral, roupas, tênis, relógios, óculos, bonés, armas, bebidas...)[242] nos quais as famílias moradoras de periferia podem ser incluídas. Mesmo ao custo de que a transformação destas famílias em consumidores solváveis só possa se dar por meio da distribuição de créditos estatais. A sempre renovada chance de uma crise de superprodução desdobra-se também na importância do espetáculo (Debord, 1992) como estratégia de estímulo ao consumo.

---

[241] Quando Marx se refere a este aspecto dos custos de reprodução da força de trabalho sua observação está referida ao momento de formação da classe trabalhadora, não tematizando a dinâmica histórica de formação de novas necessidades: "...o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se *constituiu a classe dos trabalhadores livres*" (Marx cap. IV, 1985: 141 – grifo nosso).

[242] "Tudo, tudo, tudo vai, tudo é fase irmão / Logo mais vamo arrebentar no mundão / De cordão de elite, 18 quilates / Poê no pulso, logo um Breitling / Que tal? tá bom? / De lupa Bausch & Lomb, bombeta branco e vinho / Champagne para o ar, que é pra abrir nossos caminhos / Pobre é o diabo, eu odeio a ostentação / Pode rir, ri mais não desacredita não / É só questão de tempo, o fim do sofrimento" (da música "Vida Loka II dos Racionais MC´s - 2002).
"Schimth, Taurus, Rossi, Dreyer ou Campari / Pronúncia agradável estrago inevitável / Nomes estrangeiros que estão no nosso meio pra matar" (da música "Domingo no parque" dos Racionais MC´s - 1997). Breitling é a marca de um relógio estrangeiro, bombeta é a gíria para boné, Bausch & Lomb a marca famosa de óculos, Schimth, Taurus e Rossi são marcas de armas e Dreyer e Campari de bebidas.

Quando sugerimos acima que certos trabalhos poderiam vir a funcionar de um modo diferente, nos referíamos justamente à possibilidade de que os filhos e netos dos primeiros moradores pudessem apresentar-se socialmente como felizes "proprietários" de mercadorias que nunca estiveram no escopo (justamente pela quantidade de dinheiro que circulava em suas mãos) daquelas consumidas por seus pais, produzindo a desconfiança familiar a qual mencionamos. Entretanto, como nos disse Bá, o fim de semana no Jardim Ibirapuera é "*terrível*" porque a quantidade de carros que passeiam por suas ruas, com som alto ligado, perturbando o sono dos moradores, é imensa. Por isso o que em determinado momento histórico pareceu a adesão ao roubo ou distinção de classe (como no caso de sr. Waldomiro, o taxista), pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas tornou-se natural e inclusive necessário. Apesar disso, certas mercadorias continuam tendo preços inacessíveis se cotejados aos rendimentos médios recebidos por estes trabalhadores no mercado de trabalho legal, o que exige por parte dos filhos destes trabalhadores e trabalhadoras aceder a atividades mais rentáveis, ainda que mais perigosas, onde se paga com a vida, como a criminalidade[243]. O próprio uso corrente que os jovens moradores de periferia, bem como as organizações não-governamentais e agências estatais fazem da palavra *"oportunidade"* diz muito sobre a maneira como a crise do trabalho (Kurz, 1993) está sendo subjetivada. O que não significa que os jovens não tenham oportunidades de trabalho ou mesmo não consigam "fazer seus corres", "dar seus pulos" para arranjar algum dinheiro, mas que tais oportunidades e estratégias de trabalho, frente ao mundo promissor (e curto) do crime, talvez pareçam risíveis e humilhantes. Assim como a dedicação necessária aos estudos para alçar uma ascensão social, nas condições em que já abordamos, pareça uma abnegação também inaceitável de se submeter. Discutiremos essa segunda opção em nosso próximo item a partir da trajetória de Zé Roberto.

Assim, se é possível concordar que em São Paulo se pode ganhar dinheiro, bastando para isso não ser *"bobo"*, o desmantelamento das relações de trabalho assalariadas

[243] Seria necessário emprender um esforço que não cabe no escopo desta nossa dissertação para identificar as mediações que fazem com que certas mercadorias ainda sejam oferecidas no mercado por preços exorbitantes, não obstante resultarem de uma diminuição absoluta de seus valores unitários determinada pelo aumento da produtividade. Como exemplo banal, o refrigerante mais comum bebido nas periferias é da m`arca Dolly, sendo o consumo de Coca-cola uma exceção, bebida de ocasiões especiais, quando consumida. Isto, a despeito de ambas as mercadorias resultarem de processos de trabalho altamente produtivos.

decorrente do desenvolvimento das forças produtivas, a investida acintosa da indústria cultural e a ampliação e presença do *"mundo do crime"* na vida de muitos filhos e netos dos moradores do Jardim Ibirapuera e tantas outras periferias, vão infligindo um constrangimento social diante do qual para personificarem a dignidade de serem trabalhadores devem cada vez mais personificar a humilhação[244]: "*se a escravidão acabar pra você* / *vai viver de quem*, *vai viver de que*?" (da música "Periferia é periferia", 1997).

[244] "…"sobreviver na adversidade" não é coisa fácil. Não se trata simplesmente de sobreviver e levar a vida. Trata-se sobretudo de contornar – é uma espécie de arte do contornamento – as duas ameaças muito concretas que se colocam em suas vidas, a cada momento, a cada dia. De um lado o risco da morte violenta. Esse é um dado de seus mundos de vida. Sobretudo entre os mais jovens, fazer a narração de suas vidas é também uma espécie de contabilidade dos mortos, pessoas próximas, amigos de infância, vizinhos de rua, colegas de escola […] De outro lado, o risco de cair ma situação de dependência da caridade de uns e outros, ou então da assistência social […] público-alvo dos programas sociais ditos de inserção, que, nas palavras de Chico de Oliveira, não são mais do que a administração da exceção" (Telles, 2007: 217).

5. A transgressão da propriedade (ou a dimensão extrajurídica da reprodução catastrófica do trabalho)

A promessa contida no contrato de compra e venda dos lotes por fim se realizou, as casas foram (auto)construídas e os filhos e netos dos primeiros moradores podem por fim desfrutar do pequeno patrimônio acumulado pelos pais e dos melhoramentos do próprio *"bairro"*, também conquistados por seus pais organizados em torno da SAB do Jardim Ibirapuera... A sensação de *"desenvolvimento"* realiza-se na síntese contraditória posta entre o incremento de valores de uso que o *"bairro"* e seus moradores adquiriram e a crise (produzida pelo próprio movimento contraditório da acumulação de capital) das relações sociais ocultadas por estes mesmos valores de uso e neles objetivados[245]. Síntese que se manifesta na aparência de um *"bairro"* que não obstante ter ruas asfaltadas, comércio em relativa expansão, incremento de linhas de ônibus, casas já construídas e mobiliadas, aumento do consumo de mercadorias, convive cotidianamente com uma situação em que *"os meninos ficam tudo jogados aí na rua [sem ter o que fazer]"* (Cida, mãe de Luíz)[246]. É por isso que discutimos a dimensão extrajurídica da reprodução crítica do trabalho (e daqueles que o personificam) naquilo que ela guarda de dupla liberdade (Gaudemar, 1977) para aqueles (e aquelas) que nele se envolvem, como adesão ao *"mundo do crime",* donde se supõe sempre a possibilidade de outras escolhas diante da reprodução crítica do capital e do trabalho. Todas mediadas pela matemática contraditória do valor. Ou seja, do ponto de vista daquelas práticas que poderiam ser colocadas sob a alcunha de delituosas, pois tendem a exceder e/ou tensionar as mediações de "segunda natureza" (Kurz, 1993), mais especificamente a mediação da propriedade privada e da lei que a juridifica, o estreitamento das possibilidades de venda da força de trabalho por parte dos filhos e netos das famílias moradoras e "proprietárias" do Jardim Ibirapuera se manifesta ainda somente por meio do

---

[245] "...a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não tem que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" (Marx, cap. I, 1985: 71).

[246] Referindo-se aos desdobramentos materiais dos primeiros loteamentos periféricos formados nos arredores da cidade de São Paulo Bonduki escreve que "As ruas podem ser asfaltadas, o esgoto pode estar lá, mas aquela sensação de carência continua. Talvez as questões e as demandas tenham se sofisticado em relação àquelas tradicionais" (Bonduki, 2001: 97).

fantasma do *"mundo do crime"* (já que a estes últimos a questão sobre onde morar torna-se um empecilho a menos com que se ocuparem, ao menos imediatamente). Estratégia e expediente de compensação da relativa obsolescência que suas forças de trabalho sofrem no mercado, que pode coadunar-se (mas não necessariamente) a uma ascensão social meteórica no contexto sócio-espacial particular em que estão inseridos. Seja porque podem vir a defraudar a propriedade alheia, como forma de acessar mercadorias por meio da violência extra-econômica, seja porque podem se envolver em práticas de comércio ilícitas como o tráfico de drogas e ter uma remuneração acima da média conquistada por seus pares no mercado de trabalho legal. Ambas implicando em conflitos com a polícia (o braço armado do estado), com as próprias organizações criminosas em que podem estar envolvidos, ou mesmo entre organizações concorrentes em disputa por territórios e pontos de venda de drogas[247], todas resultando geralmente na morte ou no encarceramento dos envolvidos, mas também daqueles não diretamente envolvidos moradores do *"bairro"*.

No entanto, não foram somente essas novidades que os moradores do Jardim Ibirapuera presenciaram como manifestações da *"evolução"* de seu *"bairro"*, como atesta este depoimento de Daniel: *"Como eu fui morar nessa rua de cima [Antônia da Cruz Messias], aí eu comecei a ver os primeiros passos do pessoal a fazer naquela época os barraquinhos de madeira. Então lá de casa dava pra ver o pessoal fazendo os barraquinhos de madeira, aí cê via um ali, um aqui... Teve problema de chuva, que conforme foram tirando aqueles eucaliptos, então o negócio começou a descer, morreu pessoas aí, naquela época. Então a gente viu aquilo crescer muito rápido, de repente, hoje aquilo é uma cidade. E eu vejo assim, é bem diferente, vamos dizer assim, no visual né. Você olha prum lado que tá tudo urbanizado, sabe, as casinhas rebocadas, pintadinhas entendeu? É bonito. Agora cê olha prá lá, hoje não tem mais os barracos, substituíram por aquele tijolo vermelhinho, tijolo baiano. Então cê olha assim, fica até meio [...] que estranho né..."* (Daniel filho).

Nas imediações do Jardim Ibirapuera, desde fins da década de 1970 e fins da década de 1990, formaram-se três favelas: a favela da Felicidade, a favela da Erundina e a favela da

---

[247] "A guerra pela posse de bocas-de-fumo, base do rendoso comércio a que se dedicam, resulta em um troca de tiros mortífera. Entre bandidos de áreas diferentes, a troca de tiros, além de garantir a posse da boca, tem o sentido de demarcar as fronteiras das áreas controladas e de vingá-los de seus desafetos" (Zaluar, 1985: 143).

Pinhal Velho/Macedônio (ou favela do Jardim Ibirapuera segundo a Sehab[248]) (cf. anexo 5). Daniel (filho) nos descreveu como de sua casa ele pôde presenciar o processo de ocupação que originou a favela da Erundina, pois a propriedade ocupada localizava-se bem em frente ao seu lote recém-comprado de sr. Izaltino e relembra como era a área antes da ocupação: *"tinha um campo, o campo tem até hoje, aí tinha a sede do CDM*[249]*, uma quadra de esporte, e o resto era eucalipto, grama e mato. Tinha até um visual bonito ali né, os eucaliptos, o colégio... [DeGaulle]"* (Daniel filho). Na encosta oposta ao morro visível por Daniel (filho), antes mesmo de haver ocorrido a ocupação que originou a favela da Erundina, já havia sido iniciado o processo de ocupação daquela que iria se tornar a favela da Felicidade: *"[O Daniel] tá falando da favela da Erundina, que essa favela surgiu na época da Erundina, mas já existia a favela da Felicidade cê entendeu? Que é atrás"* (Bá).

Até onde pudemos saber, das três favelas que contornam o loteamento do Jardim Ibirapuera apenas a favela da Erundina nasceu de um processo organizado de ocupação[250], não obstante todas resultarem da violação da propriedade alheia[251]. Bá explica da seguinte maneira o aparecimento das favelas nos arredores do Jardim Ibirapuera: *"...o que a gente vê assim, na verdade, é o que acontece no Brasil inteiro: uma explosão demográfica né meu, o*

---

[248] A favela Jardim da Felicidade conta como uma área aproximada de 44.381,13 m^2, a favela da Erundina com uma área de aproximadamente 56.031,86 m^2 e por fim a favela da Pinhal Velho tem em torno de 18.834,74 m^2. Secretaria Municipal de Habitação (fonte: http://mapab.habisp.inf.br/?lat=7382199.02&lon=323408.69&zoom=13&l=FPOST&).

[249] Centro Desportivo Municipal.

[250] O terreno, de propriedade da Eletropaulo, foi ocupado em dezembro de 1988 pela União dos Movimentos Sem-Teto da Zona Sul (UMST). Banana, uma das lideranças do movimento explica o porque do nome da favela: "Foi um rebuliço que foi feito no dia da posse da [prefeita de São Paulo] Erundina" (Banana). Rebuliço que incluía ainda mais quatro ocupações ocorridas também na zona sul, mais especificamente no Jardim Antonieta (100 famílias), Jardim Guaporé (5 famílias), Piraporinha (8 famílias), Parque Santo Antônio (100 famílias) e Parque Rondon. Não pretendemos fazer uma análise dos potenciais políticos das ocupações, antes pensá-las num contexto mais geral de recrudescimento das possibilidades de acesso à terra em São Paulo. Vale ainda dizer que a ocupação da propriedade da Eletropaulo, que consolidou-se como a favela da Erundina, conformava-se como tática de luta do movimento para pressionar o Estado tendo em vista a realização de uma política habitacional que garantisse o direito à habitação aos ocupantes, política esta que nunca se realizou.

[251] "De fato, a conceituação oficial realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de 1950, considerava favela o aglomerado que apresenta parcial ou totalmente, entre outras, as seguintes peculiaridades: agrupamentos com mais de cinquenta unidades constituídos por barracos rústicos *em terrenos de propriedade alheia*" (Kowarick, 2009: 223 – grifo nosso).

pessoal querendo seu espaço. Todo mundo quer seu espaço" (Bá)[252]. Há uma relação implícita no argumento de Bá entre incremento demográfico e espaço, donde o segundo parece tornar-se escasso frente à demanda representada pelo primeiro[253]. A explosão demográfica seria como a formação de um excedente de população frente ao espaço disponível. **Mas porque é que *"querer seu espaço"* a partir de fins da década de 1970 realiza-se majoritariamente como transgressão da propriedade, seja pública ou privada e, ao contrário, para os primeiros moradores do Jardim Ibirapuera realizou-se como sua afirmação**[254]?

A **reprodução das relações sociais de produção por meio da reprodução ampliada de periferias**, como já vimos, foi um processo de ocupação extensiva, horizontal, que forjou a área metropolitana de São Paulo, mesmo que não se possa falar numa expansão estritamente concêntrica. A autonomização entre terra e trabalho, produzida pela própria emergência da renda da terra, subjacente à mera aparência do loteamento de propriedades de uso agricola nos arredores da cidade, tendo em vista a comercialização de lotes para a demanda personificada pelos migrantes que em São Paulo aportavam a partir da década de 1950, compreendido por nós como um processo de quebra de monopólios da terra antes existentes, realizou-se como a contínua expansão de uma fronteira urbana constituída por uma miríade de pequenas propriedades adquiridas por estes migrantes e suas famílias, dada a oferta abundante de terra à época a preços ao alcance de seus rendimentos. Propriedades informais, é verdade, pois grande parte dos moradores do Jardim Ibirapuera parecem até

---

252 É como diz a letra de Padeirinho: "Numa vasta região onde não há plantação nem ninguém morando lá / Cada um pobre que passa por ali só pensa em construir seu lar / E quando o primeiro começa os outros depressa procuram marcar / Seu pedacinho de terra pra morar" (Macalé, 1998).

253 Perspectiva que está presente em muitos escritos malthusianos, como nos elucida Amélia Luísa Damiani em seu livro "Geografia e População", de 1992.

254 "A população favelada cresceu cerca de 30% ao ano na década [de 70], e ao seu final era estimada em quase um milhão de pessoas só no município da capital" (Sader, 1995: 114). "O levantamento da prefeitura de São Paulo realizada em 1973 indicou cerca de 70 mil habitantes ou 1% da população do município [morando em favelas]. Já nova pesquisa realizada, também pela Prefeitura, em 1987, indicou que a população favelada havia alcançado algo como 812 mil habitantes ou 9% da população do município" (Marques e Saraiva, 2011: 106). "O grande crescimento das favelas começou na segunda metade dos anos 70. *Antes, existiam aquelas favelas de beira de córrego, tradicionais, a Vergueiro, a Tietê, a Ordem e Progresso, a Canindé. Não tinha favela na periferia, esse é um fenômeno desse período*" (Bonduki, 2001: 93 – grifo nosso). "Fontes oficiais estimam que o número de favelados é de 10 a 11% da população do Município [de são Paulo], ou seja, 1 milhão e 500 mil pessoas (F.S.P 6/5/1984). O contingente de favelados tem aumentado, tanto em números absolutos como em números relativos. Correspondia, em 1968 a 0,7% da população do Município; em 1972 a 1,2%, em 1975 a 1,6%, em 1980 a 4% (IBGE) ou a 10% (PMSP)" (Rodrigues e Seabra, 1986: 34).

hoje não ter a escritura de seus lotes[255]. Ou seja, a ausência da escritura os invalida enquanto proprietários frente a um certo nível de juridificação do Estado (como assinala Bá), não obstante poderem comprovar a aquisição do lote por meio do contrato de compra e venda e com este papel inclusive negociarem informalmente suas "propriedades" com outros particulares (como Daniel (filho) e sr. Izaltino), o que significa que em outro nível de jurificação o contrato de compra e venda encerra alguma efetividade. A expansão do tecido urbano por meio da reprodução ampliada de periferias (enquanto uma relação social de produção do espaço urbano fundada sobre o assalariamento, o mercado fundiário sem peias, a pequena propriedade e a autoconstrução) foi constituinte da formação da renda da terra urbana, além de uma particular "estruturação do uso do solo urbano" (Singer, 1982: 29) que reflete, em certa medida, os pressupostos da modernização retardatária. O alargamento da fronteira urbana e o incremento de áreas ocupadas, enquanto expressão material da multiplicação do proletariado, acabariam por exercer uma pressão sobre a oferta de terras em São Paulo, que se encontraria efetivamente diminuída frente à dinâmica populacional, que inclui tanto a demanda (em potencial) personificada pelos filhos e netos dos primeiros migrantes, bem como outros migrantes chegados posteriormente[256]:

> Na década de 1980, [...] pela primeira vez desde o final do século XIX, o ritmo de crescimento populacional da área metropolitana de São Paulo (1,9% a.a.) foi inferior ao conjunto do estado (2,1% a.a.) e semelhante à média nacional (1,9% a.a.); esta tendência permaneceu nos anos 1990, com a região metropolitana de

---

[255] **Sr. Daniel: "**Quando terminei de pagar o terreno a primeira coisa que eu fiz foi tirar a escritura. E a obra também tem "Habite-se", tem tudo, tudo legalizado.
Bá: Então, [eu, o sr. Daniel] são algumas exceções, porque se você pegar... vai, eu vou colocar: 80% do pessoal do Ibirapuera não tem escritura.
Sr. Daniel: Exatamente, é um mal muito grande esse aí.
Bá: Você com a escritura, a indenização que eles vão te pagar se acontecer qualquer coisa já é irrisória, imagine você sem escritura? Então aí o cara ele vai calcular: você mora aqui há tanto tempo, esse tempo que você não pagou então você... Mas então, 80% das pessoas não tem".
Nas outras conversas que pudemos ter com sr. Daniel e Bá a ausência de escritura dos terrenos foi comumente justificada pelo relativo desconhecimento dos moradores com relação aos trâmites burocráticos necessários à consolidação deste nível de juridificação. Importante acrescentar o fato de que a juridificação é um trabalho socialmente necessário (cf. Kurz, 1998) e que por essa condição deve ser pago por aquele que o solicita, ou melhor, aquele que o compra. Considerando as condições financeiras das famílias pesquisadas não descartamos a possibilidade de que tais custos figurem altos frente aos seus rendimentos, conformando-se como um óbice à aquisição deste nível de juridificação.

[256] O que não significa que capitais particulares, ou mesmo o Estado, possam remobilizar áreas já ocupadas do tecido urbano tendo em vista a realização de novos empreendimentos. O que desdobra-se, entretanto, em experiências muitas vezes trágicas, dado que geralmente exige a adoção de violentos processos de expropriação.

> São Paulo apresentando uma taxa semelhante de 1,7% a.a. e chegando a 1,3% a.a. entre 2000 e 2007. O município de São Paulo, por sua vez, continuou desacelerando seu ritmo de crescimento populacional, chegando a registrar uma taxa de crescimento de 0,91% a.a. entre 1991-2000, estimando-se em torno de menos de 0,5% a.a. até 2010 (Baeninger, 2011: 58).

Ainda que tal demanda seja fruto de um incremento populacional absoluto menor do que aquele de décadas anteriores, como atesta Baeninger (2011) contrariando a apreensão de Bá do mesmo processo, tal incremento é sempre e simultaneamente relativo à possibilidade de incorporação produtiva destas forças de trabalho à acumulação do capital, bem como em relação à disponibilidade de terras. Dado que o uso (consumo) do espaço concreto fundado sobre a propriedade privada e num contexto de dependência reificada está mediado socialmente por sua expressão simultaneamente abstrata, a renda da terra, expressa em uma certa quantia de dinheiro (seu preço), este constituí-se enquanto um mercado (fundiário ou imobiliário) onde incidem as leis da oferta e procura como qualquer outro. Considerando ainda a possibilidade de que o Estado possa interferir no mercado imobiliário e ou fundiário, retirando de circulação propriedades potencialmente comercializáveis, ou mesmo diminuindo artificialmente os preços de certas propriedades por meio de legislações urbanas como aquela do zoneamento e uso do solo.

Os primeiros moradores do Jardim Ibirapuera pagaram um preço pelos lotes de 250m^2 que correspondia apenas a uma alíquota da *renda de monopólio* (cf. Marx, cap. XXXVIII: 1986) auferida pelos proprietários Guerino Banzoli e Roque Petrella, relativamente ao terreno loteado, dadas as condições de infra-estrutura do loteamento, como vimos na seção I. O contrato de compra e venda foi a expressão jurídica da quebra de tal monopólio por meio da livre iniciativa de ambas personificações, vendedores e compradores, ou mais exatamente, **proprietários de força de trabalho devedores** de um lado e **proprietários de terra credores** do outro[257], num contexto de "extensão ilimitada da cidade", como sugere Bonduki (2001). Como já apresentado, a existência da propriedade de Guerino Banzoli e Roque Petrella foi um dos pressupostos (inconscientes) da coerção ao trabalho dos primeiros moradores, bem como as dívidas por eles contraídas resultantes da quebra de do monopólio exercido pelos primeiros. Hoje, a fronteira urbana produzida pela imensidão de

[257] Para uma discussão importante sobre a diferença entre as categorias de comprador/devedor e vendedor/credor conferir o item "Meio de pagamento" n'O Capital (Marx, cap. III, 1985: 114).

propriedades adquiridas pelos últimos repõem, contraditoriamente, a coerção. Pois na condição de trabalhadores necessitam de um lugar para reproduzirem a si próprios e às suas famílias. Já na condição de pequenos proprietários exigem "naturalmente" um tributo daqueles que, trabalhadores como eles, necessitam reproduzir a si próprios e às suas famílias; seja na forma do aluguel, seja na forma da compra. Com o detalhe (não menor) de que agora à renda de monopólio que os primeiros pagaram, somam-se rendas diferenciais, conectadas às novas estruturações e configurações de uso do solo urbano[258], sintetizados naqueles agregados infra-estruturais produzidos no loteamento desde sua implantação e que atestam sua *"evolução"*. O que não significa que tais trabalhadores possam (ou devam) ser culpabilizados pela situação descrita, antes buscamos explicitar como o processo contraditório da reprodução do capital articulada à metropolização de São Paulo tende a deteriorar os próprios termos desta última. E como, num nível mais (i)mediato reproduzimos tal contradição sem, no entanto, assim querermos.

Mas a renda a ser paga pelo uso da terra ou dos imóveis, poderia não ser um impedimento à essa nova demanda personificada pelo novo incremento populacional caso circulasse dinheiro suficiente na mão destes últimos para pagar os tributos exigidos por seus "proprietários".

> Em um texto de 83, eu falo que o "padrão periférico estava esgotado". [...] Nos anos 80, isso começou a não funcionar mais. Milhares de pessoas não conseguiam mais comprar um lote, porque a terra ficou cara, as terras baratas estavam muito distantes, os custos de transporte muitas vezes inviabilizavam a ocupação e houve a crise econômica, ocasionando despejos, um forte arrocho salarial e o aumento do desemprego. Aí começaram a crescer as favelas e a surgir os movimentos sem-terra (Bonduki, 2001: 94)[259].

---

[258] "Na medida em que a cidade vai crescendo, centros secundários de serviços vão surgindo em bairros, que formam novos focos de valorização do espaço urbano" (Singer, 1983: 29).

[259] Uma ressalva entretanto necessita ser feita. Os primeiros moradores do Jardim Ibirapuera, no período que decorre desde a compra de seus primeiros lotes e o processo de formação das favelas em suas imediações em meados dos anos 80, também viram outros loteamentos contíguos surgirem, como nos atesta Bá quando diz que o Ibirapuera foi um dos primeiros loteamentos feitos e que em seu entorno ainda existiam *"chácaras"*, posteriormente loteadas. Dentre elas podemos citar o Jardim Palmira, Jardim Teixeira, Jardim São Francisco, Jardim Santa Josefina, Jardim Leni, este último onde chegou a morar sr. José Vieiras. Até onde pudemos saber grande parte destes loteamentos são ilegais pois não tiveram qualquer mediação jurídica regulando sua produção, tampouco a comercialização de seus lotes. Portanto, sem aprofundarmos tal questão que não cabe no escopo desta dissertação, é possível sugerir que os loteamentos irregulares podem ser compreendidos como uma apropriação do uso do solo que transita entre a legalidade dos loteamentos regulares como o Jardim Ibirapuera e a ocupação de propriedades alheias que conformam-se em favelas. Dizemos uma apropriação do uso do solo que transita entre estas duas modalidades porque

Não obstante Bonduki (2001) tratar neste trecho somente do acesso ao lote nú, desprovido de qualquer infra-estrutura (particularidade que caracteriza a casa autoconstruída de periferia) e não da possibilidade de acessar um espaço já construído por meio do aluguel ou da compra, é coerente ponderar que o aumento do preço da terra desdobrara-se no preço dos imóveis. Mas na medida em que a trocabilidade universal das mercadorias (posta pela mediação do trabalho e expressa no equivalente geral) faz com que os preços das mercadorias sejam sempre relativos uns aos outros, é possível considerar, por outro lado, que os salários diminuíram e por isso a terra e o transporte encareceram. **Em outras palavras a dinâmica contraditória produzida entre incremento populacional e desenvolvimento das forças produtivas no processo de modernização tende a aumentar a oferta de trabalhadores, em termos relativos, e simultaneamente a demanda por espaço, em termos absolutos.** A escassez relativa de terra determinada pelo incremento populacional produz o aumento de seu preço, ao mesmo tempo que o aumento relativo da oferta de trabalhadores produz o rebaixamento de seu preço no mercado de trabalho. No limite, aqui estamos falando da impossibilidade de existência de "usuários solventes" (Vainer, 2000: 80) de espaço, donde a conformação espacial física da metrópole e sua relação com o incremento populacional perde proeminência como momento determinante do acréscimo de favelas (mas que não deixa de ser importante) e novamente uma pergunta sobre as vicissitudes no mercado de trabalho se coloca. O recrudescimento das possibilidades de venda da força de trabalho que resulta numa dinâmica particular de

---

isenta dos custos juridificadores que incidem sobre a produção e comercialização do primeiro, mas não da troca monetária (teoricamente) inexistente do segundo. Configurando-se enquanto um "mercado ilegal" de terra e imóveis nas palavras de Maricato (2000): "Os loteamentos ilegais não constituem, geralmente, terras invadidas, mas podem apresentar diversas formas de ilegalidade em relação à documentação de propriedade ou em relação às exigências urbanísticas" (Maricato, 2000: 154).
Segundo sr. José Veiras "o dono do loteamento, enquanto ele era vivo, quem correu atrás de escritura conseguiu. Ai [quando] ele faleceu o pessoal que ficaram e não tiraram escritura definitiva tiveram que recorrer a um, como é que se diz? Usucapião... teve que recorrer a usucapião, que foi o nosso caso, que eu e mais seis vizinhos nós tivemos que recorrer a isso daí" (sr. José V.). Nos parece estranho que a aquisição de escritura definitiva tivesse que passar pela mediação do antigo proprietário do terreno loteado se tais trâmites burocráticos já se encontram autonomizados e monopolizados pelos cartórios e registros de imóveis. E que além disso, depois da morte do antigo proprietário, o nível de juridificação possível de ser alcançado fosse apenas o título de domínio ou concessão de uso, o que nos sugere a condição irregular do loteamento.

ascenso da criminalidade no cotidiano do Jardim Ibirapuera, especialmente entre jovens, bem como o agravamento das possibilidades de que o incremento populacional reponha-se contínuamente como um mercado solvente de terra ou de imóveis, resultam de um mesmo processo contraditório de reprodução do capital, a despeito de suas particularidades. O que no primeiro caso foi tratado como uma ampliação da mobilidade do trabalho em direção a práticas ilegais (o *"mundo do crime"*), agora tende a realizar-se na esfera reprodutiva, onde a liberdade positiva parece não ter mais margem de realização. Ocupar ilegalmente ou a não a propriedade alheia (e por esse motivo ser criminalizado pelo Estado) para reproduzir-se parece não residir mais no campo da dupla liberdade. Isto, a despeito daquele samba de Zé Keti que, em oposição ao argumento presente no samba "Favela" (cf. nota 252 deste mesmo item) de Padeirinho, canta o seguinte:

> Podem me prender
> Podem me bater
> Podem até deixar-me sem comer
> Que eu não mudo de opinião
> Daqui do morro eu não saio não
> Daqui do morro eu não saio não [...]
> Falem de mim o que quiser falar
> Aqui eu não pago aluguel
> Se eu morrer amanhã sr. doutor
> Estou pertinho do céu (da música "Opinião" de Zé Ketti, 1982)

Estratégias fetichistas de reprodução, nas condições em que forem mobilizadas, pode ser formulada como reposição do fetiche de sujeito, pois a liberdade negativa não pode existir sem seu contrário e complementar, a liberdade positiva.

5.1 Zé Roberto (ou o "sonho de doutor")

Zé Roberto, hoje com 30 anos, estudante de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), nasceu em 1982 em São Paulo (o quarto de cinco filhos) um ano depois, mais ou menos, que sua mãe havia chegado de Jequié, pequena cidade do interior da Bahia. Diferente da trajetória das outras famílias já apresentadas, assim que sua mãe chegou em São Paulo (grávida dele e com mais três filhas) o "pedacinho de terra" onde puderam se fixar foi conquistado por meio de uma ocupação: *"Inclusive essa ocupação gerou um atrito com uma outra família que morava de frente com a gente, e é uma desavença que tem até hoje. Ficou uma coisa esquisita assim entre as duas famílias, ficou uma coisa meio não declarada, manja uma guerra fria? Porque esse lugar que nós tomamos era uma horta, segundo as informações [...] mas parece que era um horta dessa família onde eles cultivavam umas coisas e não sei o que... Só que nesse tempo que a gente tomou essa terra [...] a terra tava totalmente inválida, já não tinha nada sendo cultivado, tava totalmente jogada ao acaso né. Então a gente foi e tomou. E daí vem essa certa intriga né"* (Zé Roberto). Nesse pedacinho de terra **ocupado** em 1981 sua família construiu, nas palavras de Zé Roberto, um *"barraquinho que era 4m x 4m mesmo"*. Um barraco de madeira de 16m^2 espalhado dentre outros, pelas propriedades onde hoje estão instaladas a Faculdade de Tecnologia (FATEC) e a Fundação Casa[260]: *"nós morávamos ali perto do varjão, que onde é a FATEC agora e os caras fizeram a Fundação Casa ali também. E ali tinha umas casas ali. Muito antigamente tinha umas casas ali, que depois fizeram uma indústria que constrói guias, constrói essas guias de ruas. Mas anterior a essa fábrica nós morávamos ali"* (Zé Roberto).

Sua mãe, solteira, *"trabalhava e trabalhou a vida inteira como empregada doméstica"* (Zé Roberto), o que exigiu a mobilização, não só dos filhos para contribuir na reprodução familiar, mas também de outras pessoas do *"bairro"*, como D. Elizabeth, avó de criação de Zé

[260] "A Fundação CASA presta assistência a jovens de 12 a 21 anos incompletos em todo o Estado de São Paulo. Eles estão inseridos nas medidas socioeducativas de privação de liberdade (internação) e semiliberdade. As medidas — determinadas pelo Poder Judiciário — são aplicadas de acordo com o ato infracional e a idade dos adolescentes. A fim de aprimorar a qualidade do atendimento, o Governo do Estado de São Paulo apostou num programa de descentralização do atendimento. Em síntese, o objetivo é fazer com que os adolescentes sejam atendidos próximos de sua família e dentro de sua comunidade, o que facilita a reinserção social" (fonte: http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/a-fundacao acessado no dia 09/07/2012).

Roberto, conhecida por meio de uma casa de candomblé existente na própria rua Acédio José Fontanete (e que hoje não existe mais) quando este tinha apenas seis meses de vida. A irmã mais velha de Zé Roberto, Rosana, era quem cuidava dos irmãos no período em que a mãe saia para trabalhar, "*fazia o papel de segunda mãe [...] dava de comer, vestia...*" (Zé Roberto) e era rendida para estudar assim que a mãe chegava em casa ao anoitecer. Donde conclui que *"todos nós fomos levados a encarar, não só o fato do trabalho, mas encarar a vida com muita precocidade"* (Zé Roberto). Neste particular comenta que à época que ainda era jovem, não havia segurança alguma na "*quebrada*"[261] em que morava, tendo inclusive ocorrido roubos e estupros na área. A esse clima de insegurança e ausência do patriarca, Zé Roberto devia "*responder*" como figura masculina da casa. Desde cedo sua mãe lhe dizia: *"Você é o homem da casa, você tem que resolver as coisas"* (Zé Roberto), o que lhe exigiu que começasse a fazer *"trampos de encanador, eletricista [...] pequenas manutenções em casa"* (Zé Roberto). Aos doze anos começa a trabalhar como pegador de bolinhas de tênis no clube Indiano, perto da Avenida Guarapiranga, dada a proximidade com sua casa e a escola na qual estudava na época, Vianello: *"Eu trabalhava de segunda a domingo, e a grana que eu ganhava de terça a sexta era minha, que era uma mixaria... O melhor da coisa mesmo era de final de semana, de sábado e domingo, clube lotadão, cê imagina, verão, não sei quê... as quadras lotadas, a gente ganhava mais dinheiro era de caixinha. Só que essa grana de final de semana eu dava pra minha mãe, e aí a gente ia contribuindo. Contribuindo em casa. E aí ajudava eu, ajudava a Rosana..."* (Zé Roberto). Ao mesmo tempo que Zé Roberto devia responder como figura masculina da casa, suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho com apenas doze anos era incompatível com o papel de provedor pressuposta na noção de patriarcado (Scholz, 2000)[262], contribuindo antes com parte dos rendimentos que compunham a totalidade dos custos necessários à reprodução familiar do que exatamente como o sujeito do valor. Provavelmente sua irmã mais velha, Rosana, que por meio de um curso de datilografia consegue empregar-se numa empresa de manipulação de remédios, contribuísse com mais dinheiro dentro de casa porque *"com doze anos eu ajudava com pouquinha coisa ali"* (Zé Roberto); Rosana e sua mãe eram as que mais contribuíam em casa

[261] Quebrada é a gíria que se refere à favela.

[262] Ainda que o rebaixamento dos preços pagos pelas forças de trabalho no mercado não se refiram exclusivamente à idade destes.

nesta época[263]. O barraco onde moravam neste período ainda era de madeira mas *"conforme foi todo mundo trabalhando, cada um fazia uma coisinha [foi sendo possível] ampliar o barraco"* (Zé Roberto) [264].

Mas as condições do barraco de madeira foram se deteriorando à medida que as chuvas fortes faziam com que o esgoto a céu aberto que passava ao seu lado produzissem e aumentassem um buraco existente no piso, criando cada vez mais dificuldades de uso para a família: *"Aí rolou um processo de erosão do próprio rio e tal, ficou um pouco perigoso e a gente acabou se mudando lá pra Pinhal Velho* (cf. anexo 5)*"* (Zé Roberto)[265]. Depois de sofrer este processo de "expropriação" devido, tanto à construção da fábrica de guias, quanto à erosão do rio (segundo Zé, mais ou menos quando ele já tinha em torno de 10 anos) sua família ocupa uma nova área, adjacente à antiga fábrica Primelétrica onde sua avó de criação trabalhava como caseira e onde a mãe permanece morando até hoje. Nesta nova ocupação conseguem construir uma casa de alvenaria por meio de uma doação do patrão de sua mãe e de sua filha: *"O patrão da minha mãe, que é o mesmo patrão da Rosana, dessa empresa de manipulação de remédio [...] ele chegou em casa, viu nossa situação, viu aquela coisa e não sei se foi por amizade, por compaixão, ou se foi tudo isso junto [...] falou assim: - "Tá aqui, vou pagar as férias pra senhora e além das férias vou chegar com uma outra coisa junto". Aí ele chegou com um "checão" e a gente foi numa loja de materiais de construção que nem funciona mais, [que sua irmã trabalhou antes de ir para a empresa de manipulação de remédios] e a gente comprou lá os blocos, tal não sei que, foi onde a gente conseguiu erguer e aí fazer de alvenaria"* (Zé Roberto).

A casa foi construída por um pedreiro que lhes cobrou um preço *"super barato [...] e construiu"* a casa *"toda torta, toda desnivelada"*, deixando-a no ponto que segundo o pedreiro, era o ponto de laje. A partir daí larga a obra por problemas familiares, o que exige

---

263 Os patrões de Rosana nesta empresa de manipulação à época eram a família para quem sua mãe trabalhava como doméstica "há mais de quinze anos" (Zé Roberto). O que nos indica que a possibilidade de Rosana ter se empregado nesta época tenha passado pela mediação da mãe e não somente pelo anonimato do mercado e a qualificação adquirida pelo curso de datilografia.

264 Zé Roberto diz que uma das suas irmãs às vezes trabalhava remuneradamente cuidando do filho da vizinha.

265 Pinhal Velho é o nome da rua do loteamento do Jardim Ibirapuera que dá acesso à favela onde mora a família de Zé Roberto: "Essa rua, a Pinhal Velho, no contexto geral do bairro ela é vista de maneira muito pejorativa [...] Tem aquela coisa, favela estigmatizada, a visão do morador da favela [...] assim como as ruas que são adjacentes à favela da Erundina, favela da Felicidade" (Zé Roberto).

com que a família de Zé Roberto busque novos pedreiros para continuar a construir a casa. No entanto, Zé comenta das dificuldades de encontrar pedreiros que pudessem tocar a obra pois a família *"não tinha dinheiro pra pagar, não tinha como pagar"* (Zé Roberto). Conta com certa indignação quando um outro pedreiro foi até sua casa e lhe propôs um orçamento *"absurdo"* para construí-la, diante do que Zé Roberto retrucou: - *"Você tá percebendo onde a gente mora?"*. Diante da dificuldade em pagar alguém que pudesse construir a casa por um preço condizente aos seus rendimentos, pedem ajuda a um amigo pedreiro, que entretanto não podia dedicar-se integralmente à continuidade da obra: - *"Ó, eu não vou poder trabalhar com vocês aqui todo dia [...] só vou conseguir vir aqui a partir das 19h, que eu tô com outro trabalho. Então quem vai tomar conta é o Zé Roberto". Aí ele me dava as instruções pra que eu colocasse a casa [efetivamente] em ponto de laje, porque a casa tava totalmente desnivelada"* (Zé Roberto).

Perto, mais ou menos do ano 2000, Zé Roberto encontrava-se com dezoito anos, desempregado e atrás de serviço, condição que lhe permitia, contraditoriamente, ter mais tempo para permanecer em casa, em comparação ao resto dos outros familiares, e encampar a nivelação da casa: *"deixa aí que ele vai tomando conta [da casa, disse meu amigo pedreiro]"* (Zé Roberto). Até que num final de semana, quando a casa já estava nivelada *"a gente reuniu toda a rapaziada lá, toda a galera, uns 15 ou 20 caras e aí*, - *"Vamo bate laje! Vambora bate laje!"* (Zé Roberto)[266]. Depois de passada essa fase de autoconstrução, permanece ainda algum tempo morando com a mãe e as irmãs até que resolve sair de casa por problemas familiares. Consegue um emprego na área de telemarketing (*"atendimento ao cliente, retirada de pedido, atendimento de 0800")* no restaurante América, o que lhe possibilita aumentar seus rendimentos e vai morar de aluguel em uma casa no Jardim Ibirapuera *"numa casinha bem simples [de] dois cômodos [...] perto do colégio DeGaulle* (cf. anexo 5)" (Zé Roberto) pagando duzentos e cinquenta reais (R$ 250,00) de aluguel por mês. No entanto, antes de ser empregado no restaurante

[266] Segundo Zé Roberto "o esquema do mutirão [...] funcionou muito na Erundina. Só que quando a Erundina começou a ser formada a favela que eu moro [...] já tava com uma outra cara já. Já tinha muito menos barracos [de madeira] dava pra contar assim o número de barracos que tinha". Reflete que como a favela da Pinhal Velho já estava mais consolidada, houve um processo muito forte de "individualização" das famílias "cada um por si mesmo, esse pensamento começou a vim na favela do Ibirapuera [...] muito latente, muito forte" (Zé Roberto).

América, Zé Roberto havia trabalhado como operador de estoques em uma empresa de *"papéis importados e tal"*, onde conseguiu *"levantar mais algum dinheirinho"* (Zé Roberto), trabalhou para a Vox Populi como pesquisador e depois para uma outra empresa, também como pesquisador. Passou também pelo Hipermercado Extra localizado próximo ao terminal João Dias, onde trabalhava *"praticamente 24 horas".* Reflete indignado que *"O Extra é um absurdo de exploração cara. É um absurdo o que aquele pessoal faz com os trabalhadores. É um absurdo"* (Zé Roberto). Na época em que trabalhava no restaurante América, Zé Roberto já se preparava para prestar um vestibular na USP estudando num cursinho da Poli e assim narra seu cotidiano: *"Eu acordava seis horas da manhã pra ir pro cursinho, saia do cursinho, ia [pra central de atendimento do restaurante América]. O restaurante tinha uma carga horária muito louca que cê fazia um esquema de dois horários lá [...] e esses dois horários me ocupavam do meio-dia até à meia-noite. Meia-noite entre aspas, porque eu saía de lá, uma, uma e vinte da manhã [...] Quer dizer, eu tava pagando aluguel só pra dormir".* (Zé Roberto). Num dia qualquer resolve fazer uma visita à sua mãe e percebe que sua geladeira tinha muito menos mercadoria que sua própria: *"Porra, é muita safadeza minha continuar lá [na minha casa] né meu?"* (Zé Roberto). Resolve voltar pra casa da mãe e contribuir de forma mais efetiva com sua família: *"ao invés de pagar aluguel eu invisto na casa"* (Zé Roberto). Com duas semanas que havia voltado para a casa da sua mãe, constroem mais um andar, com um quarto para ele e um *"quarto gigantesco"* para suas irmãs. Segundo Zé o período de estudos no cursinho da Poli foi pago por ele mesmo por meio do salário recebido no restaurante América.

Para Zé Roberto a experiência de fazer cursinho e tornar-se universitário da USP remete a um momento de ruptura em sua trajetória e na de sua família. Ele narra esse processo da seguinte maneira: *"Quando eu terminei o segundo grau do terceiro ano [em 2001], foi onde eu parei com um amigo meu, o Rodrigo da Biblioteconomia, que é morador da favela da Erundina, que é estudante da USP hoje também, e falei: '— Rodrigo, tô com um problema sério cara'. Ele falou: '— Qual?'. '— A gente tá recebendo esse diploma hoje e eu não aprendi nada cara. Eu não aprendi nada velho'. A gente via a garotada da escola [...] pulando, se divertindo, comemorando a pseudo-vitória de ter concluído o segundo grau [...]. Esse foi o embrião, a reflexão começou aí. [...] No caminho de casa a gente veio conversando. No caminho da escola pra casa: '— Pô Rodrigo, a gente precisa fazer alguma coisa cara!'.*

Ouvir falar em USP? Nem em sonho. A gente nem sonhava. A gente nem sabia que existia USP, não tinha nem idéia que existia USP. A gente tinha a maior dificuldade pra entender o que era Fuvest e o que era USP" (Zé Roberto). Essa fala de Zé Roberto exemplifica o que discutimos em nosso item anterior, ao evidenciar o processo de invalidação social da escola pública de segundo grau no contexto pós-catastrófico de reprodução do trabalho. Voltaremos a isso logo à frente. A partir de então organiza-se com mais seis amigos e iniciam um processo de autoformação por meio da *"descoberta"* de um *"universo cultural"* que até então não conheciam, pois o colégio Vianello no qual todos estudaram, *"não proporcionava"* (Zé Roberto). Começam a se encontrar para ler poesias, ir em shows oferecidos pelos Sescs, e *"ficava estudando em casa por conta"* (Zé Roberto): *"A gente reunia uns livros, um material que a gente conseguia não tenho idéia como, mas aparecia na nossa vida, alguém chegava e falava assim: '— Tá aqui ó'* (Zé Roberto). Permanecem se encontrando até que um dos amigos participante desse grupo entra no cursinho da Poli, momento que Zé Roberto identifica como o *"despertar de vez"*. Esse amigo lhes dizia: *"' —Mano, cêis tem que conhecer aquilo, porque é uma outra coisa e a USP é pra gente mesmo, aquilo é pra nós [...] e vamo pra cima!'"* (Zé Roberto). Ao que os amigos respondiam: *"' — Entrar na USP mano? Cê tá louco! Cê tá jogando pedra na lua!'"* (Zé Roberto). Esse processo de autoformação, que ocorria na casa de um de seus amigos, na favela da Erundina, durou mais de sete anos, sendo cinco desses sete dedicados ao cursinho da Poli até conseguir passar no vestibular e entrar em Geografia na USP: *"Foram quatro anos de estudo sistemático, um ano pra se adaptar e mais quatro anos de estudos ferrenhos mesmo [...] Terceiro ano de cursinho eu já tava me sentindo apto mesmo a ir pra qualquer universidade"* (Zé Roberto).

O grupo de estudos permitia a Zé Roberto estudar *"de tabela, conforme dava"*, pois na época em que seu amigo estava estudando no cursinho da Poli a situação econômica da família de Zé Roberto estava bem dificultada, pois suas duas irmãs estavam desempregadas. Rosana estava *"em vias de sair de sua casa para poder casar"* (Zé Roberto) e apenas sua mãe trabalhava na época, lhe impedindo de fazer o cursinho pago da Poli. Só após ter sido empregado pelo restaurante América, ano que coincidiu com a constituição de um cursinho da Poli em Santo Amaro, é que foi possível a Zé Roberto matricular-se e iniciar seus estudos de forma mais sistemática. Até então só existia uma unidade do cursinho da Poli, localizada na Lapa, o que era *"um empecilho muito forte [pois] era muito dispendioso"* (Zé Roberto).

Sua mobilidade (espacial e social) encontrava-se constrangida pela própria diminuição do dinheiro conquistado pela sua família no mercado de trabalho: *"Então assim, tinham vários fatores que me impediam de estudar [...] Era pra eu estar em qualquer lugar, menos na USP. Só estou aqui por conta de muita persistência, principalmente"* (Zé Roberto)[267].

Pede demissão do restaurante América em setembro de 2010, quando já estava se sentindo apto a prestar o vestibular e pôde se dedicar mais aos estudos. Passa na USP, UNESP, UFMG, e na UNICAMP fica para segunda chamada. Hoje, devidamente matriculado na USP no curso de Geografia desde 2011, mora no Crusp[268] e se dedica prioritariamente aos estudos, *"sem um puto no bolso [...] fazendo um servicinho aqui, um servicinho ali"* (Zé Roberto) ligados à própria dinâmica universitária, como digitação e elaboração de textos para outros alunos, além do trabalho possibilitado pelo candomblé no terreiro do qual faz parte no Jardim Aracati (outra "quebrada" da periferia da Zona Sul de São Paulo). Por aí consegue *"levantar um dinheiro também, porque tem sempre alguém que precisa jogar um búzio [...] fazer um Ebó, fazer alguma coisa. Então o contexto religioso ele entra também por esse viés [...] Não tô usando literalmente pra conseguir dinheiro, mas acaba refletindo porque preciso de dinheiro pra comprar alguma coisa, pra comprar um negócio, e aí o pai de Santo vem, sabe que eu tô ali lado a lado com ele, tá, toma aí uma grana pra você ir se virando. Porque nós somos muito amigos, muito amigos, ele sabe que eu tô numa pior aqui [então] ó, vai se virando lá na USP conforme dê pra você. Minha mãe a mesma coisa. Então assim, é engraçado porque* ***o ponto de vista mudou***. ***Hoje a minha família não se importa que eu tô sem trabalho, porque agora eu tô na USP****"* (Zé Roberto).

Consideramos essencial ponderar, de um lado, a ruptura que significou a entrada de Zé Roberto na USP, enquanto filho de "uma família brasileira / [seis] contra o mundo / mãe solteira de um promissor vagabundo" (da música "Negro Drama" dos Racionais MC´s, 1997). E de outro, numa perspectiva mais ampla que inclui a anterior, o significado da entrada de um jovem negro morador de uma favela da metrópole de São Paulo em uma universidade pública como a USP: *"A minha família no começo, eles olhavam com desconfiança pra isso.*

---

[267] "Para os manos da Baixada Fluminense à Ceilândia / Eu sei, as ruas não são como a Disneylandia / De Guaianazes ao extremo sul de Santo Amaro / Ser um preto tipo A custa caro" (da música "Versículo 4, Capítulo 3" dos Racionais MC´s).

[268] Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo.

Porque qual era a situação? Caramba, ele não faz faculdade [...] porque lá fora você fazer alguma coisa é: ***ou você trabalhar ou você estar numa faculdade****. A USP era impensável. Então assim, falta uma base familiar, não é só na minha família, [muitos amigos que resolveram ir para a faculdade] enfrentaram isso. Porque nossos familiares não compreendiam isso [...] '— Prá onde cê vai?' '— Ah, eu quero ir pra USP'. '— Ah meu, cê tá viajando, pára!' [...] Porque é uma coisa que na periferia ainda é impensável"* (Zé Roberto). A escassez de familiares com nível universitário é igual nas famílias de seus outros amigos que se envolveram no grupo de estudos e acabaram entrando em outros cursos, também na USP[269].

Tal promessa de ascensão social condensada na experiência de entrada na universidade pública a partir do contexto sócio-espacial ao qual está submetido é formulada por Zé Roberto da seguinte maneira: ***"Uma outra via é possível [...] Não é possível que não exista uma outra via cara. Será que esse também vai ser o nosso fatal destino? Quer dizer, a gente saiu da escola, vai trabalhar, engravida uma mina na periferia [...] Pô, será que esse vai ser o meu caminho mesmo [...] essa reprodução? Ou eu vou pro tráfico, vou roubar, vou ser preso, que que eu vou fazer? Ou então, eu vou ter uma vida de um trabalhador passivo, apolítico, uma pessoa alienada? Como é que vai ser? Existe alguma outra coisa, só que a gente não tinha idéia de que essa outra coisa que existia era a via do saber, a via do conhecimento, era a tentativa de que um outro mundo era possível [...] alguma coisa se descortinava"*** (Zé Roberto). Portanto Zé Roberto narra sua trajetória como de ruptura e oposição frente a uma *"reprodução"* que parece estar dada, sem quaisquer possibilidades de suplantá-la que não por meio dos estudos; bem entendido, os estudos ligados ao ensino superior. Novamente aqui se reitera uma compreensão da invalidação completa a absoluta do ensino de segundo grau no contexto pós-catastrófico a que estes jovens estão submetidos frente às mudanças sofridas na mobilidade do trabalho, portanto na reprodução do capital. É o ensino superior que, segundo ele, lhe possibilita descortinar o mundo, tornar-se menos alienado, menos passivo e inclusive, transcender a *"reprodução"* de seus pares, filhos de famílias trabalhadoras exploradas e empobrecidas, moradoras das

[269] Não podemos afirmar se todos os outros amigos entraram na USP, mas Zé Roberto nos falou de pelo menos dois amigos estudantes da USP, um fazendo curso de história e o outro de biblioteconomia.

favelas e periferias de São Paulo[270]: *"E a informação é tudo né Daniel, se você não corre atrás, não vê o que pode te sustentar, você fica a mercê desse processo"* (Zé Roberto).

Sua fala explicita uma forte positivação e ideologia do trabalho, não obstante ser a positivação do trabalho complexo permitido pelo estudo, sendo mais preciso talvez reconhecer aí uma positivação do estudo como meio de ascender socialmente e conhecer um *"mundo"* antes completamente segregado de sua experiência (i)mediata nas redondezas do Jardim Ibirapuera, favelas da Erundina, Pinhal Velho, Felicidade e a escola pública onde sempre estudou, Vianello: *"O primeiro dia que eu entrei aqui [na USP] eu fiquei 'nossa'! Existe mesmo isso aqui mano? Será que eu tô aqui mêmo? [...] Eu fiquei 'perdidaço' velho!* (Zé Roberto)[271]. Tornar-se *"uma referência"* no contexto sócio-espacial onde nasceu e viveu é a afirmação fetichista de que por meio do esforço individual se pode alcançar o que se quer; ainda que ele mesmo reconheça que sua trajetória seja a exceção em meio à regra[272]. Ou seja, que ele personifica aquele "sonho de doutor" (Racionais MC's, 1997). Ademais, o recrudescimento das condições de reprodução por meio do trabalho tenha lhe imposto um empenho redobrado para alcançá-lo. Pois seria inconcebível, nas condições economicamente precárias em que sua família vivia, que Zé Roberto abdicasse do trabalho no restaurante América em nome da dedicação exclusiva (e improdutiva) ao cursinho.

Por outro lado é possível reconhecer em sua trajetória que a ascensão simbólica experimentada por ele quando de sua entrada na USP não lhe trouxe uma ascensão social efetiva a curto prazo, ao contrário, ele parece viver uma situação econômica tanto ou mais precária, no sentido de uma relativa instabilidade de trabalho (vivendo de bicos dentro e

---

[270] "60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial / A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras / *Nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros* / A cada 4 horas, um jovem negro morre violentamente em São Paulo / Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente" (da música "Capítulo 4, Versículo 3" dos Racionais MC´s, 1997 – grifo nosso).

[271] "a população de periferia vive certos confinamentos, sendo que para essas populações a mobilidade é muito mais teórica do que prática" (Seabra, 2004: 299).

[272] "Os meus amigos tomaram uma caminho muito diferente do que eu escolhi. Boa parte deles **apenas trabalha em alguma empresa, não tem nem negócio próprio assim, tem família constituída, tem filho, e tá vivendo conforme a situação vai dando** [...] Alguns morreram por conta do tráfico, alguns estão ainda perdidos no mundo das drogas e tal, e parece que não tem chance de recuperação, parece. [...] Alguns como consumidores, alguns trabalhando mesmo, alguns chegaram a trabalhar e milagrosamente conseguiram sair, porque a maioria não consegue né [...] **E hoje você é referência**. Você se torna uma referência, você se torna um marco. Porque na minha família não tem ninguém que tenha nível universitário. Não tem histórico universitário na minha família. Ao menos por parte de mãe" (Zé Roberto).

fora da universidade), que a experimentada por ele quando estava empregado no restaurante América. O que sustenta em certa medida a aceitação por parte de sua família de que ele possa *"ficar sem trabalho"* a longo prazo é a promessa de que esse tempo possa reverter-se numa qualificação de sua força de trabalho no futuro, possibilitando que seu preço no mercado seja maior do que o de um trabalhador de call center. A lógica da aposta aqui é similar àquela do crédito, ainda que alguns custos reprodutivos de Zé Roberto (moradia, alimentação...) tenham sido repassados para a mão do Estado, na forma de "salários indiretos" (Oliveira, 1998), autonomizando-os da família, o que relativizaria a correlação sugerida. Por outro lado, a aposta aqui ancora-se no fato de que, do ponto de vista da unidade familiar, a venda da força de trabalho de Zé Roberto se vê comprometida, diante de um processo de formação a longo prazo que demanda ao menos quatro anos, constrangendo a possibilidade de uma contribuição monetária constante com a reprodução familiar. O que não quer dizer que ele não possa vir a empregar-se novamente e experimentar o cotidiano já tão conhecido por ele na época em em trabalhava no restaurante e estudava no cursinho. Resta saber o que um mercado de trabalho pós-catastrófico lhe (nos) reserva[273].

[273] Fica por ser aprofundada uma discussão que aqui está sugerida e a qual não conseguiremos realizar no escopo dessa dissertação que diz respeito ao estatuto do **trabalho simples** e do **trabalho complexo** no contexto de colapso da modernização e de crise do trabalho.

5.2 Adilson (da *"invasão"* à favela)

Adilson, nascido em Jaboatão dos Guararapes em 1963, município pertencente à região metropolitana de Recife, hoje com 49 anos, é morador da favela da Felicidade desde março de 1990. Caçula dos três irmãos homens de uma família de onze (eram três homens e oito mulheres, sendo três mais jovens que ele) recorda que sua vida de trabalhador começou cedo, mais exatamente a partir do momento em que seu pai abandonara a família: *"aos nove anos era assim: catava ferro velho, papelão, jornal, vidro quebrado, osso, cobre, alumínio, e depois eu comecei a pegar frete na feira [...] desde os meus onze* ***anos eu tinha que chegar, pelo menos, com o meu dinheiro do pão de casa****, vendendo picolé, pegando frete, fazendo favor pra alguma pessoa, indo no mercado, comprando gás pra algum vizinho ali, essas coisas assim..."* (Adilson). Sua mãe, natural da cidade de Barreiras (PE), na época trabalhava como costureira *"costurava pra casa e pra vizinhança"*[274] e Adilson considera que sua família tinha uma vida *"muito pobre mesmo, pobre financeiramente"*. Prova disso é que aos quinze, dezesseis anos, quando começou a trabalhar na feira livre de Prazeres (em Jaboatão dos Guararapes) fazendo frete *"às vezes tinha que* ***alugar carrinho de mão*** *pra pegar frete*[275]*. Não tinha condição nem de fazer nem de comprar carrinho de mão..."* (Adilson). Diz ainda que aprendeu *"um pouco mais da vida no mundão, não foi na escola, porque eu só estudei até a quarta série porque não tinha condições pra comprar caderno, lápis, estas coisas... Era um caderninho pequeno pra passar um semestre. Às vezes tinha que economizar nas folhas, escrever duas vezes na mesma linha, fazer a letrinha bem miudinha, escrevia duas vezes ali pra economiar o caderno, não é... pra poder estudar e muitas vezes era chato aquilo. Ir pra escola sem se alimentar, era muito chato isso. E tinha pessoas que tinham condições, né, a maioria deles né... e filho de mãe solteira não tem muita regalia"* (Adilson). As dificuldades econômicas vividas pela família de Adilson em Jaboatão dos Guararapes lhe exigia uma constante mobilização para o trabalho que, iniciada aos seus nove anos de idade, pode ser pensada como **permanentemente instável**, e que incluia

[274] "Meu pai era relojoeiro... depois ele [...] arrumou uma nova família e a gente ficamos só" (Adilson).

[275] "Saía ali com carrinho de mão, rodando a feira todinha, comprando e colocando no carrinho, comprando e colocando, aí eu levava na casa [das pessoas]" (Adilson).

desde vender amendoim, cocada e picolé na praia, até bicos em olarias, segurança e barman de um salão de dança em Novolino (município do estado de Alagoas próximo a Jaboatão), carregador e vendedor de safras de bananas na feira livre do *"bairro"* de Prazeres, operário da Alpargatas Nordeste, além da condução de um bar montado pelo seu próprio irmão[276].

Aos dezesseis anos, quando ainda morava em Jaboatão dos Guararapes, ele e sua mãe resolvem **ocupar** um terreno para poderem ter uma moradia, dado que antes disso moravam de favor na casa de uma irmã sua: *"Eu trabalhava e o dinheiro que eu pegava eu dava pra [minha mãe]. O que ela fazia [com o dinheiro] era o que tinha quer ser feito né. E era pouquinho dinheiro, não dava pra pagar aluguel e comer. Aos meus dezesseis anos a gente, eu e minha mãe invadimos um terreno, lá é invasão, aqui é favela né? Lá é invasão. Então nós invadimos um terreno, onde muita gente também invadiu junto [...]. A gente invadimos um terreno e levamos umas três, quatro criancinhas de dois, três anos, um ano, que ficava lá com a gente naqueles primeiros dias [da invasão]"* (Adilson). Justifica a ocupação também por ser *"um terreno que não servia pra ninguém, eles [a prefeitura] iam fazer uma estrada, desistiram e o mato tava cobrindo"* e que por meio dessa ocupação lhes foi possível construir *"uma casinha de palha"*, esta que foi sua primeira casa *"desde que se entende por gente"* (Adilson). Recorda-se que as *"palhoças"* feitas pelas pessoas que junto com eles ocuparam o terreno eram feitas com um papel de 2,20 m de largura e que as pessoas compravam a metragem de que necessitavam deste papel e as enrolavam em torno de caibros de madeira construindo *"tipo um balão"* que os abrigava do tempo. Lembra com graça que quando se *"acendia um candeeiro dentro [...] quem tava de fora via todo mundo que tava dentro"* (Adilson). Entretanto para alguns a ocupação durou pouco tempo pois assim que a Prefeitura de Jaboatão soube do ocorrido acionou a força policial que derrubou todos os barracos que no momento da investida encontravam-se vazios, deixando entretanto íntegros aqueles que tinham crianças e adultos abrigados. Segundo conta Adilson, ele e sua mãe foram repreendidos moralmente pelos outros irmãos e irmãs que lhes diziam *ser "vergonhoso para a família [estarem] construindo aquela casa ali dentro do mato"* (Adilson). À revelia de Adilson e sua mãe, os outros membros da família decidem que o

---

[276] "...desde a minha infância eu já comecei a viver dentro do comércio e hoje ainda sou comerciante..." (Adilson)

melhor a ser feito seria *"derrubar a palhoça e entregar os caibros a quem [tinham] pedido emprestado e os plásticos pro vizinho da irmã"* (Adilson) e que Adilson estaria incumbido de tal tarefa. Assim Adilson nos narra o ocorrido: *"Eu falei: '— Beleza. tudo bem, cêis querem né?' Aí eu fui, peguei o martelo e minha mãe falou: '— Vai lá meu filho, derruba, não é dessa vez que nós vamos poder ter uma casinha'. '— Tá bom mãe, eu vou lá, mas eu não sei se eu vou derrubar não viu'". Aí eu peguei o martelo e fui, cheguei lá e comecei derrubando o dos outros. Derrubando o barraco do um, derrubando o do outro, e guardando ali os pau legal do lado. E ajudando os outros a derrubar. Derrubava um, derrubava outro, e já comecei a ficar animado, que já ia fazer um balãozinho, uma palhoça né, pra ficar coberto, não ia ter sereno, nem chuva. Aí eu peguei aquele resto de material, fiquei olhando e rindo sozinho, olhando pro céu, o céu bem estrelado, eu gostava muito de olhar pro céu na noite... naquele tempo televisão era difícil, não tinha nem televisão, nem rádio, era pobrezinho mesmo, pobrezinho mesmo. Aí eu peguei aquele material e aí dei uma ampliada na minha [palhoça], aí falei pra minha mãe: '— De manhã a senhora vai, arruma três ou quatro criancinhas com dois ou três anos e deixa lá". Eu vou trabalhar na feira, se o pessoal da prefeitura ou polícia, seja lá quem for que vier, mexer e machucar uma criança dessa aí eu vou ficar sabendo"* (Adilson). Mãe e filho conseguem por fim impedir sua expulsão da propriedade recém-ocupada e aí começam a morar nas condições em que lhes era possível: *"A água, a gente cavava um palmo de terra, aquela areia branquinha que é perto da praia, e a água dava com um palmo de terra; podia cavar um buraquinho assim com a boca de côco seco. Coqueiro tinha bastante lá né, hoje já não tem mais, é shopping, estádio de futebol... Ela vinha assim meio escurinha e ia clareando e ali a gente usava pra lavar prato, lavar rosto, menos pra beber. Beber sempre água potável né" (Adilson).*

Por meio da vitória de um candidato ao cargo de prefeito de Jaboatão dos Guararapes foi dada à família de Adilson a propriedade jurídica sobre o terreno ocupado. A cada dia que passava a pequena palhoça ia sendo incrementada pelos rendimentos obtidos pelos familiares no mercado chegando a constituir-se em "uma *casa que tinha três quartos, sala e cozinha de tijolo, não tinha reboco, mas tinha água, luz, um quintal. Não tinha saída pras laterais porque dividia parede com parede pra outra casa, de um lado e do outro"* (Adilson) casa onde Adilson morou até seus dezessete anos junto com sua mãe e suas outras três irmãs. Em 1980 seu irmão mais velho vai morar nesta mesma casa, posto que a formalização

da propriedade da terra (possibilitada pelo novo prefeito de Jaboatão dos Guararapes) permitiu que a família acedesse a um financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH) para a realização de melhorias na casa, que entretanto só poderia ser efetivado por uma figura que tivesse alcançado a maioridade: "...*precisou de alguém de maior pra assinar que trabalhasse, carteira assinada. Então que que aconteceu? Quem pegou o dinheiro foi no nome do meu irmão. ele era mais velho, não é? E daí, só porque ele colocou o nome dele lá, ele começou a achar que era dono [da casa]"* (Adilson)[277]. Em 1984, mais ou menos, sua mãe que já sofria de leucemia, contrai leptospirose e morre, fatalidade que abre a possibilidade de seu irmão mais velho levar mulher e filhos para casa. Aos 26 anos Adilson resolve migrar pra São Paulo "*pensando em passar três anos aqui, no máximo três anos e levantar um dinheiro pra comprar minha própria carrada de banana a dinheiro, porque [como] eu comprava fiado, mesmo por três ou quatro dias, eu pagava uma porcentagem a mais"* (Adilson)[278]. A migração para São Paulo lhe aparece como algo temporário que lhe permitiria

[277] Isto apesar de suas irmãs e mãe já terem alcançado a maioridade, o que explicita a relação intrínseca entre trabalho, patriarcado e propriedade.

[278] "Eu não queria sair de lá na verdade, não tinha nenhuma intenção, porque lá com o tempo, contando assim a minha parte de trabalho, eu ganhei confiança dos fornecedores de mercadorias lá, de banana na verdade, que eu era bananeiro lá na feira de Prazeres, aí houve uma época que eu pegava meia trucada de banana no sábado e pagava na quarta. Pegava meia-trucada de banana na quarta e pagava no sábado, a metade do caminhão da mercedes, a mercedizinha lotada. Aí eu pegava metade e a outra metade ficava pra uma outra pessoa que tinha um monte de filho né. Eu no caso era um moleque né. Tinha o quê? Meus vinte dois, vinte três anos nessa época. Então o que é que eu fazia com essa mercadoria? Sessenta mil bananas pra vender em três, quatro dias. Eu distribuía pra os amigos sem ganhar nada [...] e eu ficava responsável a pagar essa mercadoria, cê entendeu? E pagava certinho ali, tudo certinho. Saí de lá e não fiquei devendo nenhum centavo [...] eu passava preço a preço. O preço que eu pegava eu passava o mesmo preço pra eles, entendeu? Porque na verdade assim, cada um sabe esconder uma coisinha, isso eu nunca soube fazer, esconder nada de ninguém. O vendedor, uma pessoa que compra uma mercadoria, vamos supor: sendo uma banana 0,12 centavos, um cento é doze reais, um milheiro é 120,00 reais. Se a gente tá vendendo a 120,00 reais o milheiro, a gente tá comprando lá na faixa de 70, 80, tá entendendo? No grosso, primeira, segunda, terceira e a mais fraquinha né, o loré. Vamos supor que o cara tá comprando no grosso a 70 reais o milheiro, aí ele passava, nem por 71, nem 72, nem 73 reais, ele passava pelo mesmo 70. Aí se o frete, vamos supor o frete foi duzentos reais o carreto pra descarregar e contar né, que tem que pagar a contagem, a conferência na verdade né. A conferência da banana, que tinha que uma pessoa subir pra contar ali. Cinco mil pra um, dez mil pra outro, cinco mil pra outro. Cinco, seis pessoas dividia ali, ou mais, dividia 60 mil bananas, aí eu ficava ali com quinze mil bananas pra dar fim nelas em três, quatro dias. Pra mim vender. Aí o que é que eu fazia? Eu tinha quatro carrinho de mão nessa época, aí eu pegava, tinha que limpar toda ela, abafar com carbureto, arrumar nos carrinhos de mão, e aí eu trabalhava direto. [...] Tinha que levar lá pra beira da avenida, quando era muito não dava nem pra levar, aí depois que eu coloquei um muleque pra trabalhar comigo, ele ficava lá e eu ficava cá. [...] Então esse era o meu trabalho na feira da banana, mas não era muito lucrativo. Eu não considero que vendia, eu considero que a gente dividia a mercadoria. Eu passava pra eles e dividia a responsabilidade com eles, e graças a Deus eles nunca pisava na bola. Às vezes quando a gente não tinha o dinheiro da mercadoria, aí se unia ali todos: '— Vamo levantá um

acumular algum dinheiro tendo em vista investir no negócio de banana que à época trabalhava e que segundo sua análise parecia caminhar bem, inclusive pela confiança que conquistava de seus fornecedores e clientes. A possibilidade de que pudeese comprar a carrada de banana em dinheiro era a chance de não precisar pagar aqueles juros a seu fornecedor lhe permitindo reter uma alíquota maior do lucro comercial que se apropriava. Soma-se a isso o fato de que nesta época havia nascido seu primeiro filho e *"daí começaram a surgir a questão financeira e tal..."* (Adilson) o que lhe exigia dar rumos mais lucrativos para seu trabalho como bananeiro.

Chega em Osasco em março de 1989 e vai morar na *"casinha de tábua"* (Adilson) (provavelmente uma favela) de sua irmã que já morava aí há algum tempo. Permanece durante cinco meses morando com a irmã, dos quais trabalha três meses registrado na construtora Coelho da Fonseca como ajudante de pedreiro próximo a um asilo localizado na Av. dos Autonomistas e quinze dias *"clandestino"* (também como ajudante de pedreiro) em Campos do Jordão. Depois desses cinco meses retorna a Jaboatão devido a problemas familiares e permanece aí *"mais uns dois meses e pouco. Aí me falaram que tinha uma empresa que tava contratando, dando transporte, era um ônibus que ia trazer pra Vitória do Espírito Santo [...] pra Aracruz. Aí eu fui contratado pra trabalhar de ajudante de pedreiro lá, mas ao chegar lá eu fiquei sabendo que a pessoa que não gostasse [do trabalho] poderia ir pra qualquer lugar que eles davam uma passagem. Aí eu trabalhei uma semana lá, porque inclusive o salário que eles prometeram era outro, não atingia sessenta por cento do prometido. A gente trabalhava das sete às dez da noite. Trabalhamo, ralamo pra caramba"* (Adilson)[279]. Permanece apenas uma semana em Vitória do Espírito Santo trabalhando (que

---

dinheiro, vamo levantá!'. Aí arrumava emprestado e a gente conseguia levantar o dinheiro e pagar pro fornecedor, entendeu? Eu nunca fiquei sem pagar, se eu tivesse que pagar na quarta, então eu arrumava o dinheiro de alguma forma pra pagar na quarta aquela mercadoria. Eu não deixava dívida pra trás. E assim a gente ia vivendo (Adilson). Em outro momento de nossa entrevista Adilson nos conta o seguinte quando se refere a esse mesmo trabalho como bananeiro: "Eu trabalhava e não tinha ambição nenhuma. A mercadoria que eu pegava eu distribuía para os amigos. **Não pegava nada além do que eu achava que era o meu direito né**" (Adilson). A pergunta que o leitor deve-se ter feito ao ler a passagem anterior parece ser respondida nessa última, quando Adilson afirma que não deixava de reter o lucro comercial que lhe parecia de direito, distinguindo-se da fala anterior na qual Adilson se narra como trabalhando de graça, apenas como um intermediador, atividade que seria impensável para um completo expropriado. Afinal de contas como ficariam seus custos de reprodução?

[279] A empresa que agenciou Adilson e tantos outros trabalhadores em Pernambuco para trabalhar na construção do capital fixo da empresa Aracruz era a construtora OAS e assim Adilson descreve o ambiente e

segundo ele não foi paga pela empresa) e logo solicita junto com mais dois amigos aquilo que a própria Aracruz lhes havia prometido: passagens para qualquer estado do Brasil. Retorna para Osasco, na companhia de seus dois colegas de trabalho, onde imaginava que poderia contar novamente a com a ajuda de sua irmã, mas acabam surpreendendo seu cunhado que se incomoda com a presença de mais dois homens: *"esses dois camaradas que foram comigo, eles eram amigos desse meu cunhado, mas a gente ao chegar lá ele estranhou, ele não gostou da nossa chegada lá. Eles moravam numa casinha de tábua [...] e nós chegamos juntos ali e daí ele falou que não ia querer aquilo. Aí cada um foi pro seu lugar"* (Adilson). Seus dois amigos acabam *"caindo pra construção pra ficarem alojados"* e ele resolve procurar uma outra irmã, casada e mais velha, que " *já morava há doze anos [na favela da Felicidade] e eles tinham um barracão de madeira, que aqui era tudo barraco de madeira na época. Ela tinha um barracão grande, tinha dois quartos, tinha uma sala enorme, que era sala e cozinha ao mesmo tempo e tinha um banheiro só. E eu dormia na sala"* (Adilson).

Entre sua chegada em São Paulo em outubro de 1989 até a compra de seu terreno na favela da Erundina em meados de março de 1990, Adilson mora de favor durante dois meses na casa da família de sua irmã mais velha e posteriormente na casa da família de sua outra irmã, ambas na favela da Felicidade. Neste período de adaptação e consolidação de sua moradia Adilson consegue empregar-se como vigilante por meio de um de seus cunhados: "*meu cunhado me levou lá no Largo Treze [em Santo Amaro] nas peruas lá onde pegava as pessoas pra levar pras empresas, e aí me colocou numa perua que tava pegando vigilante. Aí falou: '— Cê tá com documento aí?' Eu falei: '— Tô'. Aí ele falou: '— Então entra aí nessa perua e vai lá'. Me deu o dinheiro da passagem, eu fui e deu certo né"* (Adilson). Diz ainda que "*trabalhava cinco por um de vigilante. Assim, cinco por um entre aspas... eu trabalhava nas folgas também porque recém-chegado, quando chega, chega ralando mêmo, pra ganhar mêmo pra se estabelecer né"* (Adilson). Morando ainda de favor na casa da família de sua irmã porque não encontrava *"casa pra alugar"* e tampouco *"tinha tempo pra procurar"* dado o horário intenso de trabalho, vai comprando e arranjando, junto com sua mulher, "*botijão,*

---

seu trabalho: "Lá tinha um alojamento pra seis mil homens que moravam lá. Eram os funcionários que prestavam serviço pra Aracruz [que] já tava funcionando [...] Era a indústria trabalhando de um lado e a gente do outro. Aí em volta daquela Aracruz um monte de eucalipto, aqueles eucaliptozão..." (Adilson).

mangueira, talher, um cobertor, um sapato, que o que veio do norte tava devendo um monte de tempo pro lixo. Aí comprei uma calça jeans, umas duas camisas pra trabalhar e [...] a mulher conseguiu arrumar um fogão velho, uma cama velha de solteiro, a gente arrumando um monte de coisa" (Adilson).

Depois de mais um mês trabalhando "*sem folga como vigilante, doze a quinze horas por dia na época"* (Adilson) imobiliza o salário recebido na **compra do terreno** onde mora até hoje, dado que seu cunhado à época já havia lhe dito não poderia mais aceitá-los (ele e sua mulher) *"**porque não combina dois casais na mesma casa**".* Negocia com a antiga ocupante do terreno o preço de quatorze mil cruzeiros, pagos em duas vezes de sete mil, já que *"no dia do pagamento o Collor tinha fechado as poupança tudo, as empresas ficaram tudo sem dinheiro pra pagar, aí eu tive que dar metade, dei sete mil cruzeiros na época, foi todo o dinheiro que eu recebi"* (Adilson). Diz que o terreno comprado já tinha *"um barraco grande com dois cômodos, um banheiro, mas sem piso. Aí eu comprei mais uma parte na frente que um cara ia fazer uma casa bem na frente da minha, do meu portão. Aí eu comprei dele pra não deixar ele fazer né. Aí aumentei minha cerca"* (Adilson). Além disso doa um outro pedaço do terreno para seu cunhado que lhe ajudou assim que chegou à favela da Felicidade: "trouxe ele prá cá pra morar perto [de mim], que ele trabalhava de porteiro, sempre trabalhou de porteiro, mas ele evoluiu muito pouquinho sabe? Na verdade ele começou até melhorar um pouquinho quando começou a trabalhar de ajudante de pedreiro, que deve tá fazendo uns oito meses, mas ele sempre pendeu praquela área de porteiro que não dá um dinheiro suficiente pra se manter né" (Adilson). Vale destacar, para o cotejamento dos momentos distintos da modernização nacional e seus desdobramentos sobre a mobilidade do trabalho, que sr. Daniel comprou um lote de terra de 250 m^2 no Jardim Ibirapuera e autoconstruiu sua casa trabalhando a vida inteira como porteiro.

Perguntado por mim sobre os porquês de não ter ocupado seu pedaço de terra justifica-se dizendo que *"não conhecia aqui [...] não sabia onde que eu tava pisando. Quando a gente chega sem conhecer nada a gente não vai invadir sem conhecer. Quando a gente vai invadir um terreno é porque a gente conhece ele muito bem, sabe o risco que tem. Em todo canto tem alguém que dá aquela palavra mais forte né, e aqui eu não conhecia ninguém aqui, entendeu?"* (Adilson).

Adilson permanece trabalhando seis anos como vigilante com carteira assinada, sendo um ano e dez meses para a empresa Rioforte, que abriu falência, mais um ano e dez meses para a empresa Interseg e finalmente dois anos para a empresa Defense: *"Prestei serviço para os correios, pra SABESP, pra CMTC, venda de passe, venda de vale-transporte, nas garagens do Pari, do Brás, Largo da Concórdia, trabalhei na garagem da CMTC aqui da Avenida Guido Caloi, de frente pro Atacadão, trabalhei na garagem da Jurema..."* (Adilson). Nesse período em que trabalhou como vigilante diz que era constantemente confrontado ideologicamente com as pessoas que viviam na quebrada *"sem trabalhar"* que *"todo mundo bebia, todo mundo se divertia"* e ele *"trabalhava direto, cinco por um"* e que portanto *"queria ver como é que as pessoas viviam sem trabalhar"* (Adilson). Abandona o trabalho de vigilante e fica um ano desempregado: *"Aí fiquei um ano parado, mas não foi bem assim... aí eu vivia de quê? Um remendo num cano, uma eletricidade, botando uma tomada, instalando uma luz elétrica, consertando um liquidificador, televisão, um radinho e eu ia fazendo uns biquinho assim, mas queria passar um ano parado pra ver como é que esse pessoal vivia. E vivi dentro, junto, do mesmo jeito ali, parado, sem emprego. Sem emprego registrado né. Porque assim, uma vida paralela assim pra conseguir uma grana eu sempre soube fazer alguma coisa, me mexer né, porque parado de tudo só se o cara tiver aleijado né. [...] Eu sempre tive uma disposição pra isso e praquilo outro, vamo ali, vamo acolá, vamo fazer um serviço de ajudante de pedreiro, bater uma laje, eu sempre ia, mesmo parado. Mas eu queria passar um ano desempregado e passei"* (Adilson). Depois desse período de desemprego, narrado como voluntário, volta a trabalhar como comerciante junto com sua mulher vendendo lanches nos campinhos de futebol próximos à favela e redondezas. Logo depois resolve abrir um bar que ele mesmo constrói em uma parte de seu terreno e aí trabalha durante mais de dez anos. No entanto as dificuldades enfrentadas por ele com pessoas envolvidas com o comércio ilegal de entorpecentes, bem como com policiais, lhe leva a mudar de ramo, transformando seu bar em uma lanhouse, além de envolver-se com *"trabalho social"* na própria favela.

Adilson é pai de cinco filhos, três deles já maiores de idade, o mais velho tem vinte e três anos, o segundo vinte e a terceira dezoito[280], além de dois filhos gêmeos menores de idade que trabalham com ele na lanhouse e *"...não recebem salário fixo, assim salário mínimo né"* mas diz que *"o interesse na verdade veio deles de trabalharem comigo. Queriam porque queriam, queriam porque queriam, aí tavam trabalhando numa padaria ali, ganhavam menos, aí eu ofereci até mais. Tão trabalhando aí até hoje"* (Adilson).

Na época em que fizemos trabalho de campo sua mulher era dona de casa e não trabalhava fora. Além da lanhouse, Adilson continuava a fazer *"trabalho social"* para jovens moradores da Felicidade por meio da Associação Nascer e Crescer do Jardim da Felicidade – ANACREF, fundada oficialmente em 2007. Refletindo sobre o significado da institucionalidade da associação e das atividades oferecidas para a *"mulecada"* da favela e entorno Adilson diz o seguinte: *"Vai fazer 4 anos. de CNPJ, né. Agora aqui eu faço trabalho [social] desde 91. [...] Aí daí eu comecei já fazendo um trabalho social aqui assim porque... eu acho que pedir água, energia, também é um trabalho social, né? Porque aqui a gente não tinha. A gente não tinha água, não tinha energia, não tinha este campo [de futebol]... E assim, aqui a viela, essa viela aqui cabia um pessoa dentro, a gente caía muito aí dentro. Quando chovia vinha aquele bolo d'água, rolava aqui, às vezes entrava nos barracos... Era bem complicado no início. Quando eu trabalhava de segurança na época, eu trabalhava 12 horas, cinco por um, então eu ficava com pouco tempo pra dormir na verdade... tinha uma mina aqui na frente, então eu usava essa mina pra abastecer a casa com a água... e o tambor, tinha aqueles tambor grande de latão , aqueles tamborzão, aí enchia pia, tanque, banheira, o que tinha, enchia que era pra mulher ir usando, né... e prá beber [...] e cozinhar, ela pegava lá em cima onde tinha água encanada. Daí eu pedi prolongamento de rede pra qui, em 92, fiz o pedido de prolongamento de rede... no mesmo ano eu fiz pedido de luz*

---

[280] O primogênito "é solteiro né, mora aqui do lado, [mas] pelo menos eu tô de olho aqui né, a mãe tá de olho né. Ele já saiu de casa, foi morar ali, porque a gente não suportava ele [na época que ele bebia] dentro de casa. Chegava de madrugada, queimando panela, juntando tudo, fazendo o maior barulho e eu sempre tive o meu trabalho" (Adilson). Já a caçula "trabalhava comigo na lanhouse, mas ela queria pegar experiência em carteira, aí foi trabalhar fora. Ela faz faculdade de manhã e tá trabalhando a tarde lá. Ela fazia assim na lanhouse. Mas ela foi trabalhar, nem foi pelo dinheiro, porque o dinheiro, se for somar tudo ela vai ganhar menos que tava ganhando comigo aqui na lanhouse. Mas ela queria uma ficha na carteira né. Eu falei: '— Vá filha, você vai aprender o que é bom'. Primeiro tem que aprender o que é bom, pra tosse né? (risadas) (Adilson).

elétrica pra baixo, que não tinha... na verdade eu que subia nos postes na época pra fazer as gambiarra pra levar pras casas... e esgoto também, fui eu que fiz o esgoto, canalizei as casas, assim não sozinho né... canalizei junto com os outros amigos, a gente fazia mutirão e ia fazendo porque a gente precisava tampar aquele buraco que tinha aqui, né, nessa viela. Como a água descia muito forte, então a gente precisava tampar e canalizar o esgoto pra descer num cano só, né... Aí a gente compramo aqueles canos de 4 polegada e fizemos estas encanações, aí 6 anos depois foi que veio água encanada pra cá [1998]" (Adilson). Seu envolvimento com o "*trabalho social"* ainda contemplou a participação em *"fóruns sociais da região"*, *"conselheiro da UBS [Unidade Básica de Saúde] Santo Amaro e Novo Caminho"*, *"conselheiro da UNIP [Universidade Paulista]"*, que devido às exigências de gerenciamento da lanhouse acabaram por retirar Adilson de tais instâncias governamentais participativas. Na época de nossa estrevista Adilson nos disse que o aumento de empregados na lanhouse (incluídos aqui seus filhos) tem lhe permitido voltar a atuar de forma mais contundente com o *"trabalho social"*: "*tô tendo mais tempo pra pegar doação, pedir doação, pra fazer doação, pra fazer trabalho social, fazer projetos, melhorar os projetos que já tem, entendeu?* (Adilson). Vale atentar para a maneira como Adilson formula e pensa as atividades nas quais se envolveu para conseguir transformar as condições infra-estruturais da favela da Felicidade, sua moradia e de outros, produzindo uma identidade entre estas e aquelas de caráter mais assistencial e outras ainda de participação em conselhos municipais ligados à gestão de equipamentos públicos tais como as UBS´s. Identidade que está mais propriamente ligada às mudanças objetivas operadas no caráter da atuação estatal e naquilo que alguns escritos de sociólogos brasileiros sobre a política nacional têm descrito como "administração de urgências" e que não por coincidência guarde semelhanças com a noção de "administração de crises" (cf. Kurz, 1993)[281].

Por fim Adilson formula sua trajetória (ainda não concluída) como de relativa ascensão pois *"eu vim pra cá sem nada, sem calçado, sem um sapato... hoje eu ainda sou pobre, não*

[281] Aqui nos referimos especialmente aos artigos presentes na coletânea "A era da indeterminação" organizado por Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek (2007), não obstante as perspectivas teóricas destes autores e de Kurz (1993) serem divergentes, tanto no que se refere ao fundamento da crise da política que ambos são capazes de reconhecer, bem como nas possibilidades de continuidade da própria esfera política como mediação fetichista da sociedade produtora de mercadorias, sendo reconhecível aos primeiros a esperança de que a própria Política (com "P" maiúsculo) possa transcender a política.

sou rico, mas eu já tenho pelo menos uma casa, mesmo que não tem documento [...]um carrinho velho pra andar, tenho meu comércio, ajudo muita gente graças a deus e sou feliz" (Adilson). Neste particular vale atentar para o fato de que Adilson, diferentemente das trajetórias abordadas em nossa Seção I, experimentou uma trajetória enquanto migrante (portanto mobilizado) nos marcos de uma mobilidade já consolidada, tanto em sua cidade de origem (Jaboatão dos Guararapes), quanto em sua cidade de destino (São Paulo). Experimentou uma trajetória que não percorreu o tão conhecido caminho do rural ao urbano, mas aquele da *"invasão"* em Jaboatão dos Guararapes à *"favela"* em São Paulo.

6. O tempo de trabalho supérfluo (na casa e no *"bairro"*)[282]

Simultaneamente à formação das favelas, e até mesmo um pouco antes de seu aparecimento, é possível registrar mudanças significativas nas modalidades de uso das moradias já constituídas no Jardim Ibirapuera. Por um lado, o incremento de pessoas morando no *"bairro"*, bem como em suas imediações, acabou por produzir uma circulação extraordinária de pessoas[283] que podem ser sempre consumidores potenciais das propriedades alheias (e/ou defraudadores). No entanto, personificar o consumo na esfera da circulação pressupõe personificar o trabalho, ou ainda o contrário: para tornar-se trabalhador é preciso antes ser consumidor, num sentido distinto do que viemos abordando até agora.

Como dissemos no início do item anterior, a aquisição da casa própria aparece aos filhos e netos dos primeiros moradores como uma garantia mínima de reprodução com a qual não necessitam se ocupar, ao menos imediatamente. Aos seus pais ou avós, oriundos de outros estados do país, a chegada em São Paulo na condição de completos expropriados, lhes exigiu aderir imediatamente às mais diversas modalidades de habitação (como o aluguel, o favor familiar, a pensão) até conseguirem comprar um lote nú na periferia da cidade, estratégia de reprodução que ainda lhes impôs a necessidade de transformá-lo em um valor de uso por meio da autoconstrução. A compra dos lotes foi realizada, ora por casais ou famílias já constituídas, ora tendo em vista o casamento, produzindo uma relativa identidade entre unidade habitacional e constituição familiar. Essa espécie de acumulação

---

282 "Enquanto não foi atingido o estágio atual, o tempo de trabalho socialmente necessário, em seus dois aspectos, definiu e preencheu o tempo das massas trabalhadoras, permitindo o não-trabalho para poucos. Agora, devido ao enorme potencial produtivo desenvolvido pelo capitalismo, o tempo socialmente necessário em ambos os seus aspectos pode tornar-se tão drasticamente reduzido, que faz emergir uma categoria histórica inteiramente nova de tempo "extra" para a maioria. Mas ela emerge apenas como potencial. Porque o capitalismo tenta pré-determiná-la (em seus próprios termos), preênche-la como tempo de trabalho direto, ela só pode existir sob a forma de tempo de trabalho "supérfluo". Esse termo reflete a contradição: trata-se de um tempo que, definido pelas velhas relações de produção, permanece como tempo de trabalho; julgado em termos do potencial criado pelas novas forças produtivas ele é, em sua antiga definição, supérfluo" (Postone, 1978 – versão traduzida em http://obeco.no.sapo.pt/mpt2.htm acessado em 5 de novembro de 2012).

283 Segundo dados da Sehab estima-se que existam aproximadamente 1182 imóveis na favela da Felicidade, 1095 imóveis na favela da Erundina e 513 imóveis na favela do Ibirapuera (fonte: http://mapab.habisp.inf.br/?lat=7382199.02&lon=323408.69&zoom=13&l=FPOST&).

primitiva experimentada pelos primeiros moradores, dado que foi o moroso processo de constituição das condições mínimas de reprodução num contexto urbano, constituiu-se num pequeno patrimônio que os filhos podem usufruir como uma espécie de trampolim para a autonomização completa, pressuposta numa nova constituição familiar.

Os filhos foram objetos de formação por parte dos pais, que investiram o parco dinheiro, o cuidado, a disciplina, tendo em vista preparará-los para... o capital. A família trabalhadora, enquanto unidade de reprodução, é a incubadora das novas forças de trabalho que irão abastecer o mercado de trabalho tendo em vista a contínua reprodução do capital, ainda que isso inclua contraditoriamente, como já demonstramos, a possibilidade de que a finalidade pareça ser a reprodução familiar e não o capital e sua acumulação. A entrada dos filhos no mercado de trabalho, sua transformação em trabalhadores, em *"homens feitos"*, é a esperança (ilusória ou não) de reposição de uma trajetória semelhante à dos pais, que inclui a constituição de uma nova familía e a conquista de uma unidade habitacional a ela adequada. Apenas semelhante e não igual pois inclui sempre a expectativa de que seja uma trajetória mais *"suave"*, dado que os seus filhos tiveram oportunidades que eles não tiveram, especialmente o acesso à educação.

No lote de sr. Daniel, como já indicamos, além de morar ele e D. Benedita num cômodo, equipado com banheiro e cozinha, uma de suas filhas mora com a neta no primeiro cômodo construído por sr. Daniel entre 1961 e 62. Além disso sr. Daniel construiu há pouco tempo (o período em que estávamos em trabalho de campo) um cômodo de segundo andar ao fundo do lote, onde hoje mora uma de suas netas, com o marido e duas filhas pequenas, uma delas recém-nascida. Sr. Daniel nos justifica a presença da família da neta morando em seu lote dizendo que se fossem morar de aluguel a neta também teria que trabalhar, além do marido, para pagar as contas, o que exigiria a contratação de alguém para ajudar no cuidado com a casa e os filhos. Diante disso sr. Daniel ofereceu o lote ao fundo permitindo que a neta pudesse cuidar ela mesma de suas filhas. Tal cômodo foi construído em cima de uma sala hoje utilizada para festas da família e que já se encontra toda preparada, com conduítes instalados em locais estratégicos da sala, caso algum familiar venha a necessitar de um lugar para morar. Mobilização semelhante dos espaços também se verifica na metade do lote de propriedade dos pais de Luíz Cláudio, medindo aproximadamente 125 m^2. Sobre a garagem localizada na altura da rua foram erguidos há pouco tempo, três cômodos para

abrigar a sobrinha de Luíz, seu marido e uma filha. Logo abaixo da garagem, existem construídos mais quatro cômodos onde moram seu irmão, com a esposa e mais duas filhas. No meio do lote existe uma casa maior, com seis cômodos, provavelmente construída há mais tempo, onde moram Cida e Omero, respectivamente mãe e padrasto de Luíz, sua irmã com o marido e mais três filhos, além de um tio acamado cuidado por sua mãe. Finalmente, ao fundo do lote, no segundo andar, existem mais três cômodos e um banheiro, onde moram Luíz e sua esposa Carla. Segundo Luíz, na outra metade do lote, de "propriedade" de sua avó, ainda mora *"um caminhão de gente"* da família (Luíz).

Rói, com trinta anos, mora ainda hoje com seus pais na casa próxima à Av. Robert Kennedy, não obstante já ter uma filha de dois anos que mora com a mãe. Diz que não estão separados, mas que *"no momento não tem como comprar uma casa e comprar móveis, começar tudo..."* (Rói). Michel e a irmã ainda moram na antiga casa de sr. José Vieiras no Jardim Leni. Bá, Fátima e Tino moram até hoje juntos com a mãe Lúcia; e Daniel, o primogênito de sr. Daniel e Dona Benedita, não obstante ter conseguido comprar um lote no próprio Ibirapuera e ter construído sua casa, onde mora com sua mulher e seus três filhos, atualmente autoconstrói um segundo andar para abrigar o filho mais velho recém-casado, justificando a edificação como uma ajuda para o começo da vida do casal. Na totalidade dos casos descritos, é possível identificar que os filhos e netos estão tendo dificuldades para autonomizarem-se da família e da casa de seus pais, mesmo quando já casados e com filhos, provocando uma reconfiguração no uso das moradias e um incremento de seus residentes. Não temos dados sobre a maneira como os diversos núcleos familiares que moram nos lotes dividem as despesas da casa, mas desconfiamos que a disposição que os antigos "proprietários" tem em abrigar outros familiares está em estreita relação com as dificuldades que as famílias têm vivido com relação ao trabalho. Da mesma maneira como as famílias analisadas e a mobilização de seus membros para o trabalho precocemente nos permitiram pensá-las enquanto unidades de rendimentos (Durham, 2004), a incorporação de novos núcleos familiares num mesmo lote (ou meio lote) pode funcionar como uma redução de custos para todos que aí vivem, o que não realiza-se necessariamente como um trampolim para uma moradia mais adequada ao sonho familiar, daí o que deveria ser

temporário torna-se algo permanente. O que parece ocorrer aqui é a reposição de uma "solidariedade forçada" (Maricato, 1982: 71)[284] a que os familiares que tem "propriedade" no Jardim Ibirapuera dispõe-se a se submeter tendo em vista ajudar familiares nucleares ou então bem próximos.

Por meio da identificação dessas experiências de reprodução cotidiana que os moradores do Jardim Ibirapuera têm vivido parece se revelar o espelho invertido do processo de favelização no entorno do loteamento que nos dedicamos a pensar no item anterior. Considerá-lo como um espelho invertido é assentir que sua significação só pode ser revelada na medida em que reconhecemos que a instituição familiar é seu substrato e que todo aquele que não é familiar ou algum conhecido muito próximo, é sempre um potencial consumidor[285], para o qual a propriedade com que se defronta é uma barreira, fácil ou difícil de suplantar, para sua relativa imobilização e reprodução[286].

A possibilidade de que tais incrementos familiares (portanto de trabalhadores supérfluos) não se desdobrem engrossando a fileira dos favelados na metrópole, escora-se na condição de pais ou avós proprietários, tendo como consequência espacial um processo de verticalização quase absoluto das antigas habitações do Jardim Ibirapuera, muitas delas com mais do que dois andares e diversos cômodos abrigando núcleos familiares distintos. Nesse sentido, se podem escapar temporariamente à quase inelutabilidade de transgredirem a propriedade alheia para reproduzirem-se, por outro se veêm cada vez mais impossibilitados de realizar o famigerado sonho da casa "própria" conquistado por seus pais e avós. É importante ressaltar que **tais rearrajos familiares produzem conflitos, que podem resultar inclusive em morte, pois derivam do/no deslocamento de personificações também em crise.** O recrudescimento das possibilidades de inserção no mercado de trabalho experimentado pelos filhos e netos e que se reflete na permanência destes na casa dos pais, avós, ou sogros, é constantemente subjetivado como incompetência pessoal (seja para aquele que a sofre, seja para aquele acusa), o que dá margem para conflitos de toda

---

284 Em seu contexto de origem a expressão de Maricato se refere aos processos de autoconstrução já analisados, não obstante acreditarmos que seu uso aqui seja possível.

285 E também um potencial violador, dado que a casa por ser o lugar onde se abriga o patrimônio familiar configura-se enquanto um tesouro, naquele sentido do entesourador, reificado na forma de mercadorias. Mercadorias que podem voltar à esfera da circulação e serem novamente trocadas por dinheiro.

286 Já vimos que Zé Roberto quando saiu da casa de sua mãe e foi morar em uma casa no próprio Jardim Ibirapuera pagou um aluguel de R$ 250,00 por uma casinha de dois cômodos próximo ao colégio DeGaulle.

ordem, como o envolvimento no *"mundo do crime"*, alcoolismo, violência familiar e outras mazelas[287].

Portanto o que aqui se vê é uma reprodução familiar que não parece encontrar condições materiais de se realizar nos padrões de habitação hegemônica da classe trabalhadora naquele contexto de modernização retardatária já analisado, como uma crise mesmo daquela **reprodução das relações sociais de produção por meio da reprodução ampliada de periferias**. Mas o uso do ambiente construído realizado pelos filhos, netos, familiares do núcleo expandido e outros desconhecidos não se reduz apenas à reprodução *strictu sensu*.

* * *

Dissemos acima que no contexto de reprodução catastrófica do trabalho, o trabalhador talvez tivesse que personificar o consumo na esfera da circulação para quiçá, personificar o trabalho. Sr. Daniel me disse certo dia que diante do que recebe de aposentadoria as rendas que consegue auferir alugando os três cômodos localizados bem na frente do lote, voltados para a rua, ajudam bastante na reprodução dele e de D. Benedita: *"Eu tenho um salãozinho aí que me rende um aluguelzinho. Pouca coisa mas ajuda bastante"* (sr. Daniel). No caso, sr. Daniel os aluga para três estabelecimentos comerciais: um bar, uma assistência de máquina de lavar roupa e outra de eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos. Seu filho Daniel também aufere renda de pelo menos um dos três cômodos que construiu na

[287] Recomendamos o livro 'Violência na Solidariedade – um estudo sobre homicídios em bairros da periferia da capital paulista" de Maria Inês Caetano Ferreira (2006). Neste livro a autora discute a presença da violência no cotidiano das famílias moradoras de periferias e favelas a partir da análise de "71 processos de homicídio doloso – ou seja, casos em que a réu matou a vítima intencionalmente – do Terceiro Tribunal do Júri, na região de Santo Amaro" (2006: 25) além de entrevistas com moradores das periferias. Francisco de Oliveira escreve o seguinte sobre o livro em seu prefácio: "Uma narrativa sociológica a mais do cotidiano dos territórios da pobreza e da violência em São Paulo, que de resto poderia passar-se em praticamente qualquer cidade brasileira, incluindo-se as menores? Tragicamente, muito mais que isso. Insinua-se como hipertexto dessa etnografia tão rigorosamente conduzida uma perturbadora conclusão, que vai mais além da alegada relação de causalidade entre pobreza e violência, ademais cuidadosamente evitada. Essa conclusão mostra uma espécie de fundo fascistóide das relações truncadas entre mercado e não-mercado, entre mercadoria e não-mercadoria, entre mercantillização externa e ausência de mercantilização interna. A violência é a não-forma desse truncamento" (do prefácio de Francisco de Oliveira, 2008: 9). Apesar do persistente dualismo de sua argumentação, a sugestão de se pensar a violência nesse contexto como uma não-forma a nós nos indica a possibilidade de considerar a própria crise da forma mercadoria que só expõe e evidencia seu próprio fundo fascistóide (a violência extra-econômica), do que exatamente a oscilação entre a forma e a não-forma a impor um fundo fascistóide às relações sociais.

altura da rua, alugando-o para uma senhora que confecciona roupas para uma empresa, como terceirizada. Bá e seu irmão Tino, depois de uma experiência difícil de falência de um empreendimento feito próximo ao metrô Santo Amaro, de venda de fogazzas, acabam por abrir uma espécie de rotisserie chamada "1ª Opção", onde vendem sucos, pastéis, foggazzas, macarrões congelados, salgados, etc, no próprio lote de sua mãe, em cômodos construídos à altura da rua. Situação parecida pudemos ver na trajetória de trabalho de Daniel (filho), que transformou um dos cômodos localizados na área frontal do lote (hoje utilizada como a garagem de seu carro) em uma minúscula fabriqueta de fraldas, produzidas e comercializadas por ele e sua mulher na lojinha aberta num dos cômodos construídos no lote de seu pai, quando da saída de um outro comerciante que o alugava. No caso, sua casa era o espaço de produção da mercadoria e a casa de seu pai a possibilidade de sua realização. Depois de fechada a loja na casa de seu pai, a remonta no cômodo onde antes produzia as fraldas mas diz que na sua rua não tinha movimento nenhum, pouca clientela, motivo pelo qual a acaba fechando de vez. Bem como Rói e seu irmão Michel que abriram o bar primeiramente num dos cômodos da antiga casa de seu pai José Vieiras, no Jardim Leni muito próxima à favela da Pinhal Velho, saindo posteriormente daí para abrir o bar num imóvel alugado na rua Bento Barroso Pereira (cf. anexo 5), numa quadra já fora do Jardim Ibirapuera. Em um de nossos trabalhos de campo, Michel (irmão e sócio de Rói) disse que uma das razões de terem mudado o bar de local, justificava-se por estarem tendo muitas dificuldades com a venda fiada, pois sua clientela não vinha cumprindo com seus compromissos.

Podemos reconhecer portanto modalidades de uso do ambiente construído que implicam na possibilidade de transformar aquilo que antes fôra majoritariamente espaço de reprodução de seus pais, em **meio de produção** (mais exatamente capital fixo) de um pequeno empreendimento próprio. Entretanto a idéia de um uso pretérito estritamente reprodutório das casas autocontruídas deve ser relativizada, pensando que desde o começo de formação do loteamento existiram alguns poucos butecos, como do sr. Antônio Torrezan, que provavelmente funcionavam como moradia e comércio. Mas tal idéia não deve ser relativizada a ponto de se deformar e perdermos de vista a novidade histórica presente na generalização de tais trabalhos no *"bairro"*. São bares, mercadinhos, açougues, padarias, restaurantes, lojas de roupas, de materiais de limpeza, materiais de construção, academia,

farmácias, cabeleireiros, manicures, lan houses, ONGs, igrejas evangélicas e uma série de pequenos negócios abertos pelos próprios moradores, ou até por outros moradores não "proprietários" das casas, compondo uma nova paisagem no *"bairro"* que sintetiza um processo contraditório importante de se explorar.

Como vimos, a ausência de serviços e comércios no início de formação do loteamento fôra constantemente formulada por parte dos primeiros moradores como um problema e uma espécie de índice da *"involução"* do *"bairro"*:

> **Bá:** O açougue aqui, igual, foi o primeiro açougue e ele continua do mesmo tamanho, ele não modificou em nada.
> **Sr. Daniel:** É, não modificou em nada.
> **Bá:** Enquanto que em outros lugares aí, o senhor chega e tal, tem aqueles enormes daqueles açougues, os preços, vende por peça, [mas aqui] aquilo continua parado. E eu tô falando do açougue. Mas se a gente for ver, agora é que a padaria tá dando uma modificada e tal. Então, são coisas que é o seguinte: o bairro, ele cresceu demais. Igual, se o senhor for analisar, farmácia a gente só tinha uma.
> **Sr. Daniel:** Exato.
> **Bá:** Hoje, quantas farmácias hoje a gente tem, se o senhor for contar? Vamos colocar a parte aqui debaixo do DeGaulle ela tá crescendo muito mais do que aqui. Porque lojinha de roupa tem lá embaixo, farmácia, uma série de coisas. Daqui a pouco eles colocam uma casa lotérica lá, e a gente não tem aqui. Você entendeu?

O incremento de serviços no próprio Jardim Ibirapuera permite aos moradores a diminuição do tempo e esforço necessários para acessar certas mercadorias que compõem os valores de uso necessários à reprodução das famílias. O tempo antes despendido pelos moradores para percorrer grandes trajetos até Santo Amaro, ou mais facilmente até o Jardim São Luiz, vai sendo paulatinamente diminuído pela oferta de serviços que vão se forjando no próprio *"bairro"*. Serviços estes ofertados pelos próprios moradores para os próprios moradores, a ver a loja de fraldas e artigos infantis de Daniel (filho). Assim é que a *"evolução"* do *"bairro"*, aos olhos dos moradores quando estes **personificam o consumo**, aparece como a maior oferta de mercadorias no âmbito da circulação: um salgado congelado para a festa do fim de semana comprado do outro lado da rua; uma bala ou chiclete comprado a caminho da escola; uma carne comprada para o almoço poucas horas antes de seu cozimento, acesso à internet por meio de uma lanhouse, um curso de dança, ou curso profissionalizante oferecido por meio de uma organização não-governamental, uma pequena academia de ginástica... Já quando personificam o trabalho é a aparência de

ascensão social que ganha proeminência, pois deixaram de ser *"pau-mandado de patrão"* e vão ser donos do próprio negócio, fazer as coisas por si, para si e para sua família, como diz Rói. Em suma tornar-se empresário, proprietário de um pequeno estabelecimento, ainda que de baixíssima capitalização.

Dito de outra forma, seus pais e avós reproduziam a si e suas famílias, vendendo sua força de trabalho para os capitalistas, donde recebiam um salário com o qual compravam e consumiam as mercadorias que necessitavam e amavam. Vendiam para comprar. Os filhos e netos que se engajaram nos pequenos negócios próprios, e agora ocupam o lugar social dos antigos empresários que contratavam seus pais para estes valorizarem o valor, devem como os primeiros, comprar para vender[288]. Carecem primeiro investir em meios de produção e matérias-primas que deverão ser consumidas em um novo processo de trabalho, tendo em vista produzir uma nova mercadoria, ou mesmo investir em mercadorias finais que somente necessitarão serem comercializadas. Mas isso talvez não seja uma novidade histórica no processo de modernização nacional, tampouco nas periferias de São Paulo, senão vejamos.

Na interpretação que Oliveira (2003) faz da modernização brasileira, como já vimos, haveria uma articulação particular entre setores "atrasados" e "modernos" na totalidade concreta que compõem a divisão social do trabalho, sendo a autoconstrução um exemplo modelar de tal conexão. O trabalhador assalariado reproduzia sua condição de assalariado aderindo a relações sociais de produção "não-tipicamente capitalistas" (Oliveira, 2003) no acesso à sua habitação. Daí que segundo o autor, a reprodução ampliada do capital, sua acumulação, fundar-se-ia justamente no rebaixamento dos custos de reprodução das forças de trabalho, dado que a autoconstrução da moradia, por um lado, eximiria os capitais individuais de incluir seu custo no salário pago aos trabalhadores, bem como por outro, desobrigaria o Estado de incluí-lo no salário mínimo, quando o Estado interviu decisivamente na relação capital-trabalho, a partir de 1930. Mas não somente o setor da construção civil seria substituído por formas "arcaicas" (Oliveira, 2003) de produção funcionais à acumulação de capital, desdobrando-se sobre outros setores da divisão social do trabalho como decorrência da formação de um imenso exército industrial de reserva, resultante este, nas

[288] Não obstante ser incomparável o grau de capitalização de uns e outros, bem como o lugar estratégico que ocupam no processo de acumulação do capital.

palavras de Oliveira, da industrialização tardia ocorrida no Brasil, como já discutida em nossa seção I.

> No que se refere às dimensões do Terciário, é possível reconhecer também razões históricas e outras estruturais, que explicariam uma "especificidade particular" da expansão capitalista no Brasil. Historicamente, uma industrialização tardia tende a requerer, por oposição, uma divisão social do trabalho tanto mais diferenciada quanto maior for a contemporaneidade das indústrias, isto é, quanto mais avançada for a teconologia incorporada. Assim, todos os tipos de serviços contemporâneos da indústria – no nível em que ela se encontra nos países capitalistas maduros – passam a ser exigidos; essa exigência choca-se contra a exigüidade inicial – uma razão estrutural – dos fundos disponíveis para acumulação, que devem ser rateados entre a indústria propriamente dita e os serviços. *A solução é encontrada fazendo os serviços crescerem horizontalmente, quase sem nenhuma capitalização, à base do concurso quase único da força de trabalho e do talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários* (Oliveira, 2003: 67 e 68 – grifo nosso).

Ao lado das grandes indústrias e funcionando como atividades subsidiárias da centralidade que o capital urbano-industrial havia adquirido no contexto de modernização retardatária, se multiplicariam horizontalmente uma miríade de serviços de baixa capitalização, onde a superpopulação relativa produzida neste contexto se refugiaria, enquanto estratégia de sua própria reprodução. O que se configuraria enquanto uma forma particular de acumulação que "consiste numa operação de *pôr fora* dos custos internos de produção fabris a parcela correspondente aos serviços" (Oliveira, 2003: 68 – grifo do autor). Portanto a presença de pequenos comerciantes, autônomos, ambulantes, diaristas, empregadas domésticas, já estava presente na conformação das periferias paulistanas, ainda que forma de velada em nossa exposição do objeto, a partir de pelo menos a década de 1960. Tanto a autoconstrução, bem como os pequenos seviços descapitalizados que se ampliariam simultaneamente à reprodução ampliada da periferização se mostrariam *"arcaicas"*, porque reproduziria relações de produção **não-completamente autonomizadas**, diante de uma industrialização que prometia a incorporação das forças de trabalho em relações de produção assalariadas, nas quais trabalho e capital se apresentariam explicitamente autonomizados um com relação ao outro. Estes trabalhos seriam portanto, a atualização do atraso por meio de uma forma particular de modernização, na medida em que expressariam a negação do assalariamento como a incorporação modelar e promissora. *Post festum* a ilusão histórica pode ser desmascarada, mostrando claramente que os

primeiros, antes de representarem o atraso numa sociedade de "modernidade incompleta", eram sim a **vanguarda** de um processo de modernização imanentemente crítico e catastrófico.

> A tendência à formalização das relações salariais estancou nos anos 80, e expandiu-se o que ainda é impropriamente chamado de trabalho informal. Entroncando com a chamada reestruturação produtiva, assiste-se ao que Castel chama "desfiliação", isto é, a desconstrução da relação salarial, que se dá em todos os níveis e setores. Terceirização, precarização, flexibilização, desemprego a taxas de 20,6% na Grande São Paulo" (2003: 145).

Tal problemática pode ser abordada a partir do capítulo XXIII d'O Capital (1984: 187) "A lei geral da acumulação capitalista", no qual Marx empreende uma análise acerca dos desdobramentos lógicos do processo de acumulação do capital sobre os elementos que o compõem. Marx inicia o capítulo pressupondo constante a composição orgânica do capital, donde deriva a hipótese que "crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho" (Marx, XXIII, item 1, 1984: 187). Ou seja, considera um processo de reprodução ampliada no qual inexiste desenvolvimento das forças produtivas, o que resulta no incremento de forças de trabalho ao processo produtivo. Neste caso, a reprodução ampliada do capital é similar à ampliação de forças de trabalho necessárias ao seu incremento, portanto aqui "acumulação do capital é [...] multiplicação do proletariado" (Marx, cap. XXII, 1984: 188). Em outras palavras a "a acumulação reproduz a relação-capital em escala ampliada", produzindo "mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele" (Marx, XXIII, 1984: 188). Até aqui portanto se evidencia parcialmente o significado do incremento migratório em direção a São Paulo: são forças de trabalho demandadas pela acumulação, "produção de corpos" (Vainer, 1984) expropriados incorporados pelos capitais industriais que em São Paulo se concentram e à medida que a acumulação se amplia. Entretanto os imperativos da concorrência, impondo aos capitais particulares a necessidade de aumento da produtividade do trabalho, engendra concomitantemente ao aumento absoluto do proletariado, sua queda relativa no processo produtivo:

> o progresso da acumulação diminui a grandeza relativa da parte variável do capital, [mas] não exclui, com isso, de modo algum, o crescimento de sua grandeza absoluta (Marx, XXIII, 1984: 195).

O que nos interessa reter desta breve apresentação é o fato de que o processo de acumulação do capital comporta dois movimentos simultâneos: incremento absoluto do proletariado e diminuição relativa do mesmo diante do incremento da produtividade do trabalho, acompanhados por uma concentração e centralização (expropriação de capitalista por capitalista) dos capitais. Marx exprime sumariamente este processo da seguinte forma:

> com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção *continuamente decrescente* (Marx, XXIII, 1984: 199 – grifo nosso).

A industrialização tardia de Oliveira (2003), como já vimos, seria a importação de capitais altamente produtivos que se chocariam com um desenvolvimento aparentemente linear da modernização nacional, "'queimando' várias etapas" (Oliveira, 2003: 67) e resultando na desnecessidade de

> esperar que o preço da força de trabalho se torne suficientemente alto para induzir as transformações tecnológicas que economizam trabalho. Esse fator, somado às leis trabalhistas, multiplica a produtividade das inversões; por essa forma, *o problema não é que o crescimento industrial não crie empregos – questão até certo ponto conjuntural* -, mas que, ao acelerar-se, ele pôs em movimento uma espiral que distanciou de modo irrecuperável os rendimentos do capital aos de trabalho (Oliveira, 2003: 67 – grifo nosso).

A diminuição absoluta e relativa de empregos nos setores industriais aparece como conjuntural aos olhos do autor, sendo antes o problema essencial aquele da distribuição dos rendimentos entre capital e trabalho. No entanto, o problema conjuntural se mostra, *post festum*, estrutural do próprio momento histórico mundial no qual se deu a modernização retardatária nacional. A industrialização tardia, ou modernização retardatária para Kurz (1993) como já vimos, foi a tentativa empreendida pelos estados nacionais do terceiro mundo tendo em vista igualarem-se aos níveis de produtividade dos países centrais do sistema mundial produtor de mercadorias, suplantando a "não-simultaneidade" (Kurz, 1993) que caracterizaria as relações centro-periferia. Para tanto atualizariam com violência, econômica e extra-econômica descomunais, processos de "acumulação primitiva" que pudessem fundar as bases da própria modernização que almejavam. Em outras palavras, destruir **relações sociais de produção não-autonomizadas** (cf. Toledo, 2009; Boechat, 2010;

Leite, 2011; Pitta, 2011 e Kluck, 2012) constituindo nas grandes metrópoles o exército de expropriados (o incremento populacional já analisado em nossa seção I) que deveriam ser incorporados produtivamente pelo capital urbano-industrial em relações de produção "tipicamente capitalistas", ou seja, assalariadas. Para além das semelhanças que tal processo guarda com a acumulação primitiva clássica ocorrida na Inglaterra, é preciso deter-se na "diferença temporal no processo histórico de modernidade" (Kurz, 1993: 189), pois aí é que reside a diferença específica de uma e outra.

> o nível de desenvolvimento da força produtiva daquela época [acumulação primitiva na Inglaterra], em que a penetração das ciências ainda estava nos inícios, até reproduzia por parte do capital, nas palavras de Marx, uma "fome canina" de força de trabalho viva (Kurz, 1993: 190).

A "fome canina" de trabalho vivo estaria saciada pelo desenvolvimento pretérito das forças produtivas incorporadas por meio de importação ao parque industrial nacional, produzindo uma situação na qual o exército de expropriados não encontrou condições propícias à sua incorporação produtiva "na moderna máquina de exploração em empresas" (Kurz, 1993: 190).

> Aqui realizou-se a maior parte da acumulação primitiva somente após a Segunda Guerra Mundial, isto é, num nível muito mais elevado do desenvolvimento do mercado mundial e da produtividade do que no tipo soviético (Kurz, 1991: 193)

Neste sentido o terciário que se expande horizontalmente em Oliveira (2003) seria apenas o resultado da incorporação relativamente restrita destes corpos expropriados pelos capitais (privados ou públicos) que encampavam a industrialização nacional, com alta composição orgânica. Expansão esta que só tenderia a se agudizar no contínuo processo fetichista de valorização do valor, como já sinalizado nesta brevíssima exposição do capítulo XXIII de Marx, como "o horror infinito das sociedades pós-catastróficas" (Kurz, 1991: 196). Aquela massa sobrante de trabalhadores, chamados por Kurz de "sujeitos-dinheiro sem dinheiro" (Kurz, 1993: 195) que só tenderia a aumentar nunca poderia efetivamente viver sem este último num contexto de completa dependência reificada. Antes seriam sujeitos monetarizados sem salário, ou mesmo intermitente ou precariamente incorporados nas relações de trabalho assalariadas, encontrando-se impelidos a arquitetar estratégias fetichistas de reprodução e sobrevivência que incluíam tornarem-se poceiros, como sr.

Ambrósio, sr. Zé poceiro, pequenos comerciantes, como sr. Antônio Torrezan, doméstica como D. Lúcia... e assim por diante. Ainda assim, tais trabalhadores excedentes realizavam-se como "empresários de si mesmos" (Kurz, 2003) em meio a um mercado de trabalho assalariado em relativa expansão, que tendia a criar uma grande demanda de forças de trabalho para pôr em movimento e serem postos em movimento pelas engrenagens da modernização retardatária nacional. E é precisamente no confronto destes dois momentos da modernização nacional e mundial que devemos conseguir reconhecer os novos significados que a emergência e o incremento dos "empresários de si mesmos" (Kurz, 2003) no Jardim Ibirapuera adquirem no contexto histórico por nós analisado[289].

* * *

A emergência dos "empresários de si mesmos" (Kurz, 2003) no Jardim Ibirapuera adquire novos contornos quando articulada a outra mudança importante ocorrida na experiência de seus moradores, qual seja: o **aparente** deslocamento espacial das indústrias antes localizadas em Santo Amaro, Capela do Socorro e imediações, para cidades do interior ou mesmo para outros estados do país.

> **Daniel** (filho)**:** Hoje aqui, as indústrias de Santo Amaro foram tudo embora. Saiu tudo fora.
> **Bá:** Foi tudo embora. São poucas que ainda tem.
> **Daniel:** Na Capela do Socorro mesmo tem muito pouca indústria.

Justificam tal rearranjo pelas seguintes razões:

> **Bá:** Na verdade o que é que aconteceu. O imposto ele é muito alto, então as outras cidades aí, elas começaram a dar subsídio. Teve uma empresa aí, eu não lembro qual que é, que ela foi prum interior de São Paulo aí [...] acho que era 5 km de galpão, o cara ofereceu pra empresa, pra ela se instalar lá e ela ia ter uma isenção de não sei quantos anos de não pagar impostos...
> **Daniel** (filho)**:** Vai gerar emprego e aí...
> **Bá:** Exatamente. Então, pra empresa, é muito mais fácil ela deixar um escritório aqui e ela tá fabricando lá, do que ela tá pagando aquele monte de imposto...

[289] "...isso que sempre foi considerado uma evidência das incompletudes de nossa modernidade, a "exceção do subdesenvolvimento", como diz Chico de Oliveira (2003), não apenas transformou-se em regra (está aí para ficar, sem a superação prometida pelo "progresso"), como se projetou na ponta de um capitalismo que mobiliza e reproduz o "trabalho sem forma"" (Telles e Hirata, 175: 2007).

Daniel (filho)**:** O custo dela é mais baixo.

Portanto, atribuem à saída das indústrias de Santo Amaro, Capela do Socorro e imediações o alto custo pago por estas em impostos, sendo seu deslocamento a fuga para lugares que lhes ofereceriam subsídios diretos ou por meio de isenções fiscais. A procura por reduções de custos, outrora justificada como determinante na reespacialização de certas unidades produtivas antes localizadas nos *"bairros*" mais centrais da cidade para as periferias de São Paulo a partir da década de 50, permaneceria como elemento decisivo desta nova reconfiguração espacial.

> Em meados dos anos 50 inicia-se um novo surto de industrial, baseado em unidades produtivas mais modernas, tendo por eixo a indústria automobilística. Nesse momento, segundo P. Singer, esgotavam-se as "economias externas" que a localização central oferecia para as indústrias. A elevação do preço do solo e as dificuldades crescentes com os transportes numa zona já congestionada empurravam as indústrias para a periferia (Sader, 1995: 68).

Numa explicação similar à de Daniel (filho) e Bá as "economias externas" seriam determinantes na redistribuição espacial das indústrias. É imprescindível dizer que diante da lógica da acumulação a possibilidade de diminuição dos custos de produção é sempre um objetivo almejado, ora por meio da isenção de impostos, ora pela busca de lugares onde a renda da terra seja menor. Tudo aquilo que na contabilidade de uma empresa aparece fetichistamente como custo, quanto mais deprimido melhor, pois possibilita a apropriação de uma taxa de mais-valia sempre aumentada. Até então teríamos uma situação na qual a realocação espacial das indústrias corresponderia aos interesses dos capitalistas de diminuição de seus custos de produção e aumento de seus lucros, desdobrando-se para aqueles moradores do Jardim Ibirapuera como a experiência de uma fuga das oportunidades de emprego até então potenciais (não necessariamente factíveis), para outros lugares do estado de São Paulo ou mesmo do país, como ressalta Daniel (filho) quando sugere que as indústrias deslocadas gerariam empregos nas novas cidades que viessem a se instalar. Em outras palavras tal evasão equivaleria a uma experiência de "expropriação" de suas condições de trabalho que seriam doravante desfrutadas por outros. Compreensão semelhante presente quando Luíz Cláudio formula que caso tivesse continuado trabalhando como ½ Ferramenteiro ganharia hoje um salário em torno de cinco mil reais, "privilégio"

este teoricamente gozado por outro alguém, embora tal indústria tenha permanecido em Santo Amaro.

Entretanto, se considerarmos o período em que estes filhos dos primeiros moradores e os moradores das favelas Erundina e Pinhal Velho iniciaram sua vida produtiva (Daniel (filho) em 1978; Luíz Cláudio em 1986; Rói em 1989; Adilson em São Paulo em 1997 e Zé Roberto em 2000) é possível identificar que, ao contrário de uma simples realocação espacial das unidades empresariais houve efetivamente um recrudescimento dos postos e condições de trabalho.

> Já nos anos 80, houve alguma alteração na dinâmica do mercado de trabalho. Apareceu pela primeira vez com intensidade o desemprego urbano e teve início a deterioração das condições de trabalho, com ampliação da informalidade (Mattoso, 2001: 9).

A década de 80 prenunciaria, ainda que de forma tímida, o que a partir da década de 90 se aceleraria de forma assombrosa quando em 1999 poderia se registrar que

> em algumas regiões metropolitanas as taxas de desemprego haviam superado 20% da população economicamente ativa, cerca de 2,4 vezes, ou 140%, maiores do que [em] 1989 (Mattoso, 2001: 14).

Somar-se-ia ainda ao chamado desemprego aberto um violento processo de precarização das condições e relações de trabalho[290], que o autor identifica como "um verdadeiro processo de *desassalariamento*" (2001: 17 – grifo nosso), assim como Oliveira (2003). Neste sentido, é possível duvidar da hipótese de que a reespacialiação das indústrias antes localizadas em Santo Amaro, Capela do Socorro e imediações tenha necessariamente gerado novos empregos nos locais hipotéticos em que vieram a se instalar. Inclusive é possível

---

[290] "Desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias" (Troyano, 1992, 124 – 134).
"Precarização das condições de trabalho – Aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em temppo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria.
Precarização das relações de trabalho – processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação, dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou unilaterais" (Mattoso, 2001: 8 – notas 3 e 4).

mesmo duvidar de que o que tenha havido seja tão somente uma reorganização espacial das unidades produtivas[291].

A partir da exposição, análise e crítica da mobilidade particular experimentada por algumas famílias moradoras do Jardim Ibirepuera torna-se possível indicar que o caminho experimentado do *"interior ao progresso"* no *"bairro"* realizou-se simultânea e contraditoriamente como a passagem de um *"mundo"* no qual uma profissão com salário fixo, carteira registrada, contribuição para a previdência social do Estado, aposentadoria, em direção a um *"mundo"* no qual os contratos de trabalho temporários ou mesmo informais, por meio da terceirização, o desemprego, o *"boom do terceiro setor"*, a emergência do *"mundo do crime"* no Jardim Ibirapuera, a violência policial, a invalidação social da carteira de trabalho e da educação de segundo grau, o incremento do "empresário de si mesmo" (Kurz, 2003), emergiram como práticas "naturais", hegemônicas enquanto possibilidades de trabalho e reprodução no contexto pós-catastrófico (Kurz, 1993) da modernização retardatária nacional.

> o Terceiro Mundo já passou pela parte essencial de seu colapso, ainda que a vida, depois de terminar a "normalidade", continue de alguma maneira, em um nível cada vez mais miserável. Depois de realizar-se a catástrofe primitiva da reprodução social, trata-se, por assim dizer, de "sociedades pós-catastróficas (Kurz, 1993: 167).

[291] Voltaremos a isso nas considerações finais.

7. O Jardim Ibirapuera do Estado em modernização retardatária ao "Estado administrador de crises"[292] – considerações finais

Já sugerimos em nossa conclusão parcial da seção I que o sentido da passagem do momento regional para o Estado nacional seria a produção de forças de trabalho constituintes deste que será um mercado de trabalho em nível nacional, onde os trabalhadores apresentam-se "livres para realizarem trocas voluntárias, *onde conseguirem*" (Toledo, 2007: 219 – grifo nosso). A passagem sugerida aqui é aquela da região para a re(li)gião (cf. Oliveira, 1977), da emergência e presença de um Estado autonomizado do capital e da terra, frente ao contexto territorial que lhe caberia conquistar[293], administrar e planejar em nome da nação, tendo como seu sentido de atuação a modernização das relações sociais, ou seja, a valorização do valor[294]. A formação do Estado enquanto esfera política autonomizada remete ao longo processo de autonomização das categorias da relação-capital, identificado ao momento regional, pois "apenas a transformação das condições particulares de acumulação de capital podem criar as condições necessárias para a autonomização da lei" (Leite, 2010: 169). Como já exposto, a reprodução das relações sociais de produção regionais não podiam prescindir do uso da violência extra-econômica como forma de mobilizar trabalho e extrair excedente.

> a violência personificada pelo coronel assegura que ele se mantenha personificando a propriedade da terra e a do capital comercial. A possibilidade de emprego da violência é o que garante um padrão de acumulação no qual terra e capital não estão autonomizados e o trabalhador não é livre do acesso à terra (Leite, 2010: 169).

---

[292] Kurz (1993) identifica que no colapso da modernização os pólos estatistas e monetaristas tenderão a se substituir de forma cada vez mais acelerada, a despeito da ascensão do pólo estatista somente poder se realizar como "progressiva administração de emergência estatista do sistema global em colapso, como estatismo terrorista da fase final que procura obstinadamente conservar o invólucro vazio das relações mercadoria-dinheiro, mesmo à custa de uma administração violenta da miséria que se transformará em terror" (Kurz, 1993: 204).

[293] "[...] o sentido legítimo do nosso imperialismo é crescer dentro de nós mesmos e levar as nossas fronteiras econômicas até o limite das fronteiras políticas, fazendo com que todo o Brasil prospere hamoniosamente" (Discurso proferido em 18/11/1939, apud Vargas, A nova política do Brasil apud Vainer, 2000: 21).

[294] "um Estado nacional supostamente livre de interesses privados não muda seu sentido: a acumulação de capital" (Toledo *apud* Leite, 2010: 177).

Tal forma particular de acumulação do capital, no qual a terra, o capital comercial e o exercício da violência sobre o trabalho estão sintetizados numa única personificação, o coronel, apareceria como "uma forma de incursão do poder privado no domínio que deveria ser o do público" (Leite, 2010: 162), dada a não-simultaneidade conformada internamente ao território nacional[295]. A compreensão de tal amálgama como incursão do privado naquela esfera concernente ao público só pode ser entendida quando, *post festum*, se identifica o Estado formado e as atribuições que historicamente lhe foram conferidas. A ontologização das categorias modernas de público e privado fundamentam tal compreensão, não obstante "a existência do espaço público [ter], ela mesma, processo histórico de formação" (Leite, 2010: 167). O que interessa reter aqui é o fato de que, a nosso ver, o componente que permite tal interpretação é justamente a possibilidade de que um particular possa arbitrar e exercer a violência direta sobre outrém. Tal violência exercida pelos coronéis se daria por meio da Guarda Nacional que "enquanto instituição de exercício de poder [ainda não] dialoga com as estruturas do Estado em formação" (Leite, 2010: 167) e está submetida aos poderes dos primeiros[296]. A crise e dissolução do momento regional terá em 1930 seu ponto de inflexão quando as guardas nacionais serão extintas e o Estado em formação, enquanto esfera política autonomizada, tenderá a monopolizar o exercício da violência em todo o território nacional.

Como já dito, a expropriação dos aparatos paramilitares do poderio dos coronéis, e seu processo de centralização na figura do Estado, não seria a substituição dos mesmos como expediente de forçar trabalho nas regiões, antes corresponde à própria dissolução de relações de produção que não podiam prescindir da violência extra-econômica pela generalização de uma "relação de dominação fundada na expropriação do trabalhador" (Leite, 2010: 175). Em outras palavras o processo de autonomização das categorias da relação-capital, que permitiria ao trabalhador ser abandonado às leis da acumulação de capitais, é justamente a criação das condições para que a violência extra-econômica venha a impor-se apenas episodicamente, pois

---

[295] A discussão que apresentamos brevemente aqui está realizada na dissertação de mestrado de Leite (2010), especialmente no item 3.3 da seção I – "O coronelismo e a não-autonomização entre política e economia como expediente de forçar trabalho"

[296] "a Guarda Nacional é a instituição que permite criar condições regionais para produção e apropriação de excedentes" (Leite, 2010: 170).

> Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às "leis naturais da produção", isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada (Marx, cap. XXIV, 1984: 277).

A importância desta breve exposição em torno da maneira como estamos entendendo a formação do Estado nacional brasileiro, determinado pela destruição das relações de produção regionais, nos interessa na medida em que a modernização retardatária (Kurz, 1993) se configura a partir de uma forte atuação estatal, tanto econômica quanto extra-econômica em todo o território. Ou seja, a modernização retardatária pressupõe a existência desta esfera política autonomizada a fiar os "interesses nacionais", não mais aqueles das oligarquias regionais, por meio de uma racionalidade gestora da "coisa pública" "[forçando] a passagem no rumo de uma homogeneização [das relações de produção] (Oliveira, 1977: 30) em território nacional. A tendência de que o Estado venha a monopolizar a violência significa que, mesmo **excepcionalmente***,* a "violência extra-econômica direta [necessita ser] empregada" (Marx, cap. XXIV, 1984: 277)[297]. Dentre todas as estratégias de intervenção política que o Estado autonomizado pode aderir daí em diante, o exercício da violência seria o seu corolário, pois a violência direta seria a última razão de Estado: se não vai por bem, vai por mal. Neste sentido é possível dizer que estamos frente à própria emergência da concepção de **política econômica**, sendo o Estado seu fiador e a violência econômica e extra-econômica seus pressupostos.

Entretanto a produção e reprodução (cf. Marx, cap. IV, 1985) desses aparatos policiais, bucráticos e tecnocráticos autonomizados do capital e destacados da sociedade civil, responsáveis pela concepção e efetivação das políticas econômicas, devem ser continuamente **reproduzidos enquanto trabalho**, o que incluiria gastos com armamentos,

---

[297] A dupla liberdade é também o fundamento da transgressão das leis de segunda natureza pois o mobilizado, anônimo e desvenciliado do caráter pessoal das relações sociais regionais, encontra-se livre para responder à imposição do trabalho e ademais à impossibilidade de ser incorporado pelo capital como trabalhador, podendo resolver sua reprodução defraudando a propriedade e o trabalho alheios, seja na forma de uma ação política organizada, seja na forma de uma ação individual desesperada, podendo em ambos os casos serem alvo da violência extra-econômica, que está sempre à espreita: "o estado partirá à caça dos vagabundos que o próprio capital lança pelas estradas e picadas... não para que cessem de vagar, mas para que submetam esse vagar a uma certa lógica. Atrai-nos sugerir que a luta contra a vagabundagem constitui, talvez, o momento essencial de fundação da mobilidade migratória: as leis e a polícia estarão aí desempenhando seu papel" (Vainer, 1984: 37).

treinamento, salários[298], construção de cadeias, formação técnica, etc., sob pena de que o Estado perca o poder de intervenção que lhe caberia daí em diante. Ou seja, não adiantaria que por meio de uma "canetada" as milícias particulares fossem extintas, caso o Estado não pudesse tendencialmente vir a se responsabilizar gerencial e financeiramente por tal atividade no contexto nacional. Para tanto é pressuposto que, por um lado o Estado crie mecanismos para retirar de circulação o capital-dinheiro que garanta sua reprodução e suas intervenções políticas, mas antes que sejam criadas as relações de produção que presidam à capitalização do próprio Estado pois

> o Estado não possui nenhuma faculdade de criação de dinheiro, mas depende estruturalmente de que a sociedade civil ganhe uma quantidade suficiente de dinheiro "no mercado", de modo que se possa financiar também a atividade crescente do Estado (Kurz, 1997/1998: 103)[299].

Oliveira identifica a revolução de 1930 como a introdução de "um novo modo de acumulação" (1972/2003: 35), pontuado pelo "fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de *base urbano-industrial*" (Oliveira, 2003: 35 – grifo nosso)[300]. Ora, uma estrutura produtiva de base urbano-industrial pressupõe a expropriação, bem como a hegemonia do assalariamento como relação de produção. Como já explicitamos, a metropolização é o processo de constituição de um espaço fundado sobre a expropriação e o processo de dissolução das regiões a condição material deste pressuposto. As forças de trabalho gestadas no interior da passagem do momento regional para o Estado nacional foram aquelas quem forneceram os braços armados do Estado e os braços produtivos dos capitais urbano-industriais localizados no Centro-sul, que doravante encetariam a industrialização brasileira. Ou seja, tal processo guarda uma "não-simultaneidade" (Kurz, 1993) internamente ao território nacional, considerando-se que a

---

[298] O que não significa que houvesse salário nas relação que os coronéis estabeleciam com suas milícias, questão que não cabe no escopo desta dissertação.

[299] "nem os militares são um efetivo "fator extra-econômico", pois eles também estão submetidos ao meio do mercado, através do problema do seu financiamento" (Kurz, 1998: 103).

[300] "A revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial" (Oliveira, 2003: 35).

região Centro-sul, para nós mais precisamente São Paulo, principiaria tal sociabilidade pois concentraria os elementos constituintes de tal impulso industrializante, criando as condições pra que as forças de trabalho nacionais **conseguissem aí** (mas não só) realizar suas trocas voluntárias. Em outras palavras, não obstante a industrialização ter caráter nacional ela só pôde se realizar polarizando-se regionalmente[301]. É por isso que dissemos que São Paulo será a vanguarda da internalização da metrópole pela colônia, na medida em que se diferenciará das regiões nas quais "o capital comercial comanda as leis de reprodução sem no entanto penetrar propriamente na produção" (Oliveira, 1977: 29). Assim, a internalização da metrópole pela colônia é a "crítica afirmativa" (cf. Kurz, 2007) nacional, de um momento do imperialismo, posto que as regiões tratar-se-iam

> de espaços econômicos que nasceram ou foram insertados na divisão internacional do trabalho do capitalismo mercantil como reservas e produtores de acumulação primitiva e que, posteriormente, continuaram subjugados à divisão internacional do trabalho do capitalismo imperialista (Oliveira, 1977: 28).

A expropriação do poderio armado dos coronéis foi simultaneamente a substituição de arranjos políticos particulares reproduzidos por meio da "coalizão imperialismo-classes dominantes locais" (1977: 28), que insistiam numa produção, circulação e realização de valores que não trascendessem tal acomodação, pela hegemonia de outras classes, "de caráter nacional e internacional" (1977: 32).

> A "abertura" da região e a consequente "integração" nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social [regional] não pode mais se reproduzida, e por essa impossibilidade, percola a *perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional* (Oliveira, 1977: 31 e 32 – grifo nosso)[302].

---

[301] Remeto o leitor ao artigo "O Estado e o Urbano no Brasil" (1983) de Francisco de Oliveira.

[302] "a Revolução de 30 vai também negar certas liberdades das antigas oligarquias regionais; por exemplo, ela retira – o que começa a ser um processo centralizador no Brasil -, das oligarquias regionais fundadas em cada província, certos poderes de regulação da atividade econômica; ela retira o poder de legislação sobre o comércio externo e sobre o comércio interno [...].
Então, no momento em que a União obriga aos Estados e retira deles a capacidade de legislar sobre certos aspectos da vida econômica, o que ela está fazendo na verdade é afirmar a capacidade da burguesia industrial emergente de ter um espaço econômico nacional unificado, sem o que a circulação de mercadorias realmente se veria embotada e, portanto, todo o processo de acumulação teria, digamos, um fôlego curto" (Oliveira, 1983: 45).

É por isso que Oliveira identifica este período de passagem da região para a re(li)gião, como de "*crescente realização interna do valor gerado internamente*" (Oliveira, 1977: 86 – grifo do autor). Em outras palavras, produzir forças de trabalho e operar continuamente na transferência de "recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema" (2003: 41) significa constituir um **mercado interno**, dado que **personificar o trabalho é personificar o consumo que permite a realização daquele valor e mais-valia produzidos pelo trabalho**.

Mas para tornar o capital urbano-industrial o setor-chave da modernização retardatária será necessário ainda, além de colocar frente a frente proprietários de meios de produção dispostos a valorizar a soma-valor que tem, e aqueles que só tem a força de trabalho para vender voluntariamente em troca de um salário, que as unidades produtivas que daí em diante irão compor o capital social vultoso da industrialização internamente ao território nacional coagulem "tempo de trabalho socialmente necessário"[303] em suas mercadorias produzidas, sob pena de não conseguirem realizá-las e portanto não lograrem a acumulação aspirada. Tal acumulação de capital é a possibilidade efetiva de que o Estado venha a se financiar por meio do valor produzido internamente ao seu território lhe permitindo ampliar suas funções; bem entendido, engendrar novos trabalhos concretos ligados à gestão pública crescentemente necessários à sociedade produtora de mercadorias[304], como fica claro quando Oliveira escreve que à passagem da economia agrário-exportadora à predominância de uma estrutura de base urbano-industrial corresponde a "emergência e [a] ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos Kubitschek" (Oliveira, 2003: 40) e se agudiza a partir de então. Isso pode ser comprovado a partir de 1950, quando o Estado inclusive encampa uma "prévia expansão do setor de bens de produção" (Oliveira e Mazzucchelli, 1977: 112) sintetizados no "bloco de

---

303 "Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho. […] Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais" (Marx, cap. I, 1985: 48).

304 "existe em cada economia de mercado a "lei da quota crescente do Estado", conforme ela foi formulada pela primeira vez em 1863 pelo economista Adolph Wagner. Desde então essa teoria foi confirmada na sua essência pelo desenvolvimento estrutural real" (Kurz, 1998: 94).

atividades produtivas, que se materializaram sob a forma de *empreendimentos estatais*" (Oliveira e Mazzucchelli, 1977: 112 – grifo nosso). Nas quais se incluem a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Nacional de Álcalis, a Companhia Vale do Rio Doce e o projeto da Eletrobrás. Momento no qual o Estado emerge como um "empresário produtor de mercadorias" (Kurz, 1998: 99).

> O Estado como empresário aparece sobretudo nas sociedades de "modernização tardia" [...] Isso não é um acaso, pois em muitos países somente a máquina estatal podia alavancar, através da acumulação centralizada do "trabalho abstrato" (Marx), a tentativa de estabelecer uma conexão com os países desenvolvidos (Kurz, 1998: 100).

Não é acaso, portanto, que o Estado tenha se empenhado em mobilizar capital-dinheiro, força de trabalho e meios de produção, justamente no setor de bens de produção, por meio do qual poderia aumentar a produtividade dos outros departamentos que comporiam a totalidade do capital social. Importante frisar que neste momento "era claramente posto de lado o recurso tanto ao endividamento externo quanto ao capital estrangeiro de investimento" (Oliveira e Mazzucchelli, 1977: 113). Já a partir de 1956, com o Plano de Metas e sua bandeira dos "cinquenta anos em cinco", o Estado Nacional Brasileiro iniciará um processo intenso de industrialização que não pretendemos abordar no escopo desta nossa dissertação, mas que poderia ser esquadrinhada a partir daquilo que Kurz define como ""industrialização endividada" [...] seja na forma da "substituição das importações", seja naquelas da "industrialização para a exportação"" (Kurz, 1993: 173). O Estado acederá "recurso ao capital estrangeiro, sob a forma de investimento direto" (Oliveira e Mazzucchelli, 1977: 118), por meio do qual "entrou praticamente todo o capital destinado à indústria automobilística, construção naval e outros setores" (Oliveira e Mazzucchelli, 1977: 118). Importa aqui reter que o endividamento será estrutural no processo de modernização retardatária, seja na forma de meios de produção, seja na forma de capital-dinheiro tomado de empréstimo nos mercados financeiros e instituições de créditos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

* * *

O crescente incremento de "trabalhadores complexos" da "gigantesca máquina burocrática" (Kurz, 1993: 178) estatal em formação, personificados por burocratas, tecnocratas, especialistas em geral, resultante da autonomização entre economia e política, produz por um lado, a "ilusão do primado da política" (Kurz, 1998: 102), pois parece livrar a política daqueles interesses diretamente econômicos[305] ao proclamar os "interesses da nação". Ou seja, conduz à ilusão de que aqueles que detém a máquina estatal, detém o poder de decidir autônomamente (e não autonomizadamente) sobre os fins que serão dados ao valor produzido pelo trabalho, representado pelo capital-dinheiro que circula e se realiza de forma desigual entre trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra, passível de ser concentrado no sistema bancário. Seja taxando-o, expropriando-o ou tomando-o de empréstimo[306].

Por um lado o capital-dinheiro centralizado pelo Estado, enquanto equivalente geral (cf. Marx, cap. III, 1985) que não fede, nem diz de onde provém, reforça tal ilusão na medida em que parece poder metamorfosear-se em tudo o que se queira (pois este é o valor de uso do dinheiro), bastando-se para isso querer, como a dona-de-casa que vai à feira diante das múltiplas barracas (cf. Vainer, 1984). Por outro lado, pressupõe-se que o dinheiro como "a *abstração real social*, [...] a encarnação do trabalho abstrato por excelência" (Kurz, 1993: 77 – grifo nosso), valorize-se a si próprio, pela própria lógica do capital subjacente à esfera política autonomizada[307]. Com o adendo, não menor, que o processo de valorização do valor está determinado pela concorrência encarniçada entre todos os capitais particulares que compõem o "capital social total" (cf. Marx, 1984). E não só internamente ao território nacional, ainda que o primado da política também conduza à ilusão da autonomia dos

---

305 "A formação do Estado nacional apenas confere aparência de autonomia entre o que parece estar no campo da política e o que parece estar no campo da economia, uma vez que permitia à burguesia, como personificação do capital, acumular sem ter que portar a violência" (Leite, 2010: 170).

306 "O dinheiro é, portanto, o meio universal e total (simultaneamente, o fim em si da modernidade, tão abstrato quanto absurdo), que abrange também o pólo estatal-político. [...] Só no processo cego do mercado, que, além disso, se deixa restringir cada vez menos à área de soberania em questão, ou à "economia nacional" do respectivo país (globalização), "surge" o dinheiro através do trabalho abstrato e da sua "realização"" (Kurz, 1998: 103).

307 "...a poupança da sociedade é concentrada no sistema bancário como capital monetário, para ser *emprestada a juros* ao capital produtivo. [...] Mas, se o dinheiro emprestado for utilizado para o consumo no lugar da utilização produtiva e se a utilização não for bem-sucedida, então ele não cumprirá o seu fim, e o crédito tornar-se-á, mais cedo ou mais tarde, "podre"" (Kurz, 1995: 105 – grifo nosso).

Estados-Nação frente a outros Estados-Nação, portanto frente ao mercado mundial[308]. Entretanto a trocabilidade universal dos tempos de trabalho que fundou o entrelaçamento inerente ao sistema mundial produtor de mercadorias, só se realizou por meio de uma média fetichista de produtividade mundial que "se impõe com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade, quando a alguém a casa cai sobre a cabeça" (Marx, cap. I, 1985: 73). A industrialização nacional não poderia realizar-se caso não buscasse emparelhar-se com os patamares de produtividade já atingidos nos países centrais da economia mundial, sob pena de que efetivamente *"a casa caísse"*, determinada pelas leis da **segunda natureza** e não da gravidade. Daí que "o elemento estatista da modernidade tinha que impor-se frente ao monetarista com maior ímpeto [...] para possibilitar [tais] processos de industrialização (Kurz, 1993: 177).

Kowarick (1993) ao analisar a atuação estatal no período pré-Plano de Metas até fins do Milagre Brasileiro identifica que

> os gastos do Estado com capital social, que são aqueles diretamente acoplados às necessidades de reprodução do capital, passaram de 54% entre 1950-54, para 83% nos dois primeiros anos do governo Geisel [1974-75] (Kowarick, 1993: 69).

E vai mais além reconhecendo que

> o Estado investiu enormes somas para dar condições de realização para a empresa oligopolística, colocando-se de maneira cabal a serviço da reprodução ampliada do capital. [...] Com o avanço do processo de acumulação, o Estado perde sua ambiguidadade: *converte-se em pressuposto da realização do grande capital, fornecendo insumos básicos e tornando-se ele próprio um agente produtor...* (Kowarick, 1993: 69 – grifo nosso).

À essa proeminente intervenção estatal, que o autor formula de forma unilateral ao autonomizar os custos destinados à reprodução das forças de trabalho e aqueles relativos ao

---

[308] É o que permite Oliveira escrever que: "A recuperação possível da noção de conflito entre nações no sistema capitalista somente pode ser viável quando se incorporam os interesses populares *como se opondo* à coalizão imperialismo-classes dominantes locais, e, portanto, passar a reconhecer que a *Nação* na periferia do mundo capitalista somente pode ser construída pelas classes populares, e seu vir-a-ser é o socialismo" (Oliveira, 1977: 28 – grifos do autor).

financiamento da acumulação[309], **dissolvendo a idéia de capital enquanto relação social** e identificando-o apenas às unidades empresariais capitalistas, corresponderá a presença não insignificante da violência direta extra-econômica empreendida pelo Estado[310] como forma aparente de deterioração dos salários dos trabalhadores.

> Quando os recursos estatais se canalizam preponderantemente para os imperativos da acumulação de capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à reprodução da força de trabalho, acirrando o processo de espoliação urbana, e quando a criação de excedente se realiza também através da pauperização absoluta de vastos contingentes sociais, o Estado, para viabilizar semelhante "modelo de ordem social" de características selvagens para a força de trabalho, só pode assumir feições nitidamente autoritárias e repressoras. O controle e a contenção dos movimentos reivindicativos passam a ser a condição para a efetivação de semelhante modelo excludente de repartição dos benefícios, que, por sinal, tem sido a tônica do processo de acumulação recente no Brasil (Kowarick, 1993: 63).

Portanto acopla-se ainda a essa aparência de captura do Estado pelo financiamento direto da acumulação de capital o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho por meio da vedação à atuação política dos trabalhadores e seus organismos representativos que poderiam, segundo o argumento do autor, implementar uma política econômica modernizadora menos desigual, ou em nome de seus próprios interesses. O paradigma politicista de Kowarick (1993) se evidencia justamente aí, quando sugere que poderia ter sido possível, num contexto de modernização retardatária das relações sociais em território nacional, "um clima de debate social" (1993: 69) por meio do qual fosse possível escolher uma outra modernização, sem "tantas "concessões *liberticidas*"" (1993: 69 – grifo nosso), pois "o núcleo dessas questões [...] é de caráter político" (1993: 71). Tom semelhante está presente quando Oliveira (2003) escreve que "a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo" (Oliveira, 2003: 60) e que tal condição residiria nas políticas econômicas particulares empreendidas pelo Estado.

---

309 Formulação similar àquela de Oliveira quando analisa o "fundo público" estatal como "pressuposto do financiamento da acumulação, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio de gastos sociais" (Oliveira, 1988/1998: 19 -20).

310 "as despesas com defesa e segurança sobem de 15% em 1961-63 para 23% em 1970-1973" (Afonso e Souza *apud* Kowarick, 1993: 77).

> É assim que a lei define: salário mínimo é a cesta de bens necessária para a reprodução de uma família clássica, de tipo nuclear. Quando os governos para *orientar a política econômica*, calculam o salário mínimo, o custo da habitação desaparece e influencia na fixação do valor. *É isso que tem o efeito* de rebaixar o salário (Olivera, 2005 – grifos nossos).

A despeito da perspectiva também "politicista" deste último, é possível articular as contribuições e deduzir a **necessidade estrutural** do rebaixamento dos custos de reprodução das forças de trabalho na própria realização da modernização retardatária nacional. Senão vejamos.

Como componente da composição orgânica do capital, na forma de capital variável (cf. Marx, cap. V), a força de trabalho e seu preço aparecem na contabilidade das empresas como um custo, dentre outros; não obstante ser **condição de existência** do processo de acumulação, de uma maneira diferente daquela do capital constante. Depois de terminado o processo produtivo e realizado o valor coagulado nas mercadorias por meio de sua venda, a mais-valia na forma de capital-dinheiro que retorna ao capitalista deve ser reinvestido, tendo em vista recomeçar um novo processo de trabalho. A concorrência posta entre os capitais mundiais exige o constante aumento da produtividade do trabalho, sob pena de que as mercadorias não sejam vendidas e a empresa vá à bancarrota. O aumento da produtividade do trabalho, expresso sob a forma de meios de produção mais desenvolvidos incorporados às unidades empresariais é o aumento correspondente de parte da mais-valia reinvestida em capital constante. Portanto, capital constante e capital variável aparecem ambos na contabilidade fetichista das empresas como custos necessários à acumulação e a possibilidade de que tais preços possam ser reduzidos resulta, **até certo ponto**, em taxas de mais-valia sempre aumentadas, não obstante os meios pelos quais possa haver a redução de custos dos primeiros ser distinto daqueles que conduzem ao rebaixamento dos últimos[311].

* * *

[311] Além é claro da taxa de mais-valia relativa aumentada como decorrência do próprio aumento da produtividade do trabalho, que diminui o tempo de trabalho necessário concomitantente ao aumento do tempo de trabalho excedente.

A passagem do momento regional para o Estado Nacional produziu uma intensificação migratória assombrosa de corpos expropriados em direção à capital paulista, como já vimos. Vainer (2000) escreve que

> Não seria exagero afirmar que a história da constituição e evolução do Estado Brasileiro tem sido, também, em boa medida, a história de conceitos, instituições e *práticas voltadas para equacionar e administrar a mobilização e localização de populações* (Vainer, 2000: 15 – grifo nosso).

A naturalização da mobilidade do trabalho pressuposta nas análises produzidas sobre o crescimento populacional e urbano de São Paulo (cf. Sader, 1995; Bonduki, 2011; Maricato, 1988) conduz ao apagamento deste âmbito da intervenção estatal que se expressa, por exemplo, por meio do planejamento regional mas não só, destinado ao equacionamento e administração de forças de trabalho em território nacional[312]. Ou seja, aponta para um tipo de atuação política do Estado que, segundo Oliveira (1977) "não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital" (1977: 24), dado que ambiciona "recolocar no início do processo produtivo os elementos finais que estão no produto [...] repôr os pressupostos da produção capitalista" (1977: 24), sob pena de interromper a acumulação.

A migração enquanto um processo de produção de forças de trabalho denota uma sorte de racionalização da reprodução ampliada dos capitais urbano-industriais localizados em São Paulo na medida em que lhes fornece constantemente corpos expropriados, seja para incrementar sua oferta frente aos capitais, seja para substituir aqueles que foram retirados de circulação pela aposentadoria, incapacidade de trabalho, encarceramento ou morte. Portanto, **reposição dos pressupostos aqui é reposição da relação-capital** constituinte da metropolização particular de São Paulo, num processo acelerado de "desproporção" irreversível da relação entre capital constante e capital variável[313]. O que se

---

[312] "no caso brasileiro, questão imigratória, questão racial, questão de ocupação de espaços vazios, questão regional, questão do inchamento dos grandes centros urbanos são os diferentes discursos sobre o espaço e o trabalho. Eles revelam, nas sua diversidade, diferentes facetas do processo de constituição do trabalho-espaço para o capital na sociedade brasileira" (Vainer, 1984: 39).

[313] ''com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa (Marx, cap. XXIII, 1984: 200).

desdobra como um aumento também “desproporcional” entre oferta e demanda de forças de trabalho, condição concreta que permite o rebaixamento dos custos de reprodução destes trabalhadores. É neste sentido que a política econômica de redução dos salários é antes **produto de um momento particular da modernização retardatária**, ainda que possa aparecer como sua causa, dada a ilusão do primado da política. O salário mínimo era a expressão fetichista, na superfície do mercado, do nexo estabelecido entre um incremento da oferta de forças de trabalho disponíveis no mercado frente a uma diminuição tendencial de sua demanda posta pelo aumento da produtividade do trabalho, num contexto em que o assalariamento era a forma hegemônica das relações de trabalho, o que permitia identificar seu atrofiamento relativamente aos custos de reprodução da força de trabalho. Por isso é que, diferente de Oliveira (2003), sugerimos que **a autoconstrução pareceu guardar sua funcionalidade** no processo de modernização retardatária.

No entanto, o aumento tendencial secular da composição orgânica dos capitais, em escala mundial, que exigiu por parte do Estado brasileiro aceder ora à importação de bens de produção, ora ao endividamento externo tendo em vista o financiamento das unidades produtivas, ora ao investimento direto de capital estrangeiro (multinacionais), para tentar alçar níveis de produtividade mundiais, realizou-se novamente como a “crítica afirmativa” que o capital faz a si mesmo, tornando obsoleta aquela política econômica fundada sobre a superexploração das forças de trabalho. Nesse sentido é razoável considerar que, até certo momento histórico, o rebaixamento dos salários dos trabalhadores pudesse jogar um papel importante no aumento das taxas de mais-valia e na possibilidade de reposição dos pressupostos de uma composição orgânica que crescia tendencialmente, ainda que, como já dito, tal possibilidade era derivada das próprias condições estruturais da modernização retardatária. Assim, uma política econômica que rebaixava os rendimentos dos trabalhadores e seu **poder de consumo do espaço**, resultava na própria **reprodução ampliada da periferização como reprodução das relações sociais de produção**, portanto na relativa negação do planejamento urbano como ciência, organização e produção espacial da metrópole. Vejamos.

A centralidade que o capital urbano-industrial adquiriu no processo de modernização retardatária nacional desdobrou-se como uma nova implicação do aparato estatal, mas de uma maneira diversa daquela que viemos tratando até aqui, abrindo-se “um campo

gigantesco da reprodução social, que faz inchar a atividade estatal e as finanças públicas" (Kurz, 1998: 99). Trata-se de "agregados infra-estruturais" (Kurz, 1998: 99) que, sintetizados na idéia de urbanização, "além de viabilizar as outras produções econômicas, [...] define uma nova produção (Damiani, 1999: 120).

> A produção do espaço envolve, francamente, a indústria da construção pesada e civil, e outros subsetores agregados, os conhecimentos de arquitetura e urbanismo e *uma inserção do Estado potencializada – como contratante*, na criação de normas, códigos, legislações, etc. Gravita em torno e a partir da cidade, mais amplamente, do tecido urbano (Damiani, 1999: 122 – grifos nossos).

Perspectiva que "sugere o montante de investimentos realizados, seu significado na economia" (Damiani, 1999: 120) e inclusive permite pensar sua importância quantitativa nas finanças públicas estatais, na medida em que o Estado participa como contratante dos capitais particulares que empreenderão tais produções.

> Em meados da década de 70, o BNH consolida a direção de uma política de desenvolvimento urbano; em outros termos, o ramo da construção pesada se afirma frente ao de edificações, a partir de recursos em obras urbanas e pólos econômicos. Em 1976, 34% das aplicações do BNH são dirigidas ao saneamento, transportes, urbanização, equipamentos comunitários, fundos regionais de desenvolvimento urbano e pólos econômicos (Damiani, 1999: 123).

Se é possivel sugerir a partir de Maricato (1988), que o direito à habitação deve ser compreendido como parte do "direito à cidade" reconhecendo aí uma imbricação do primeiro e do último como como constituintes do planejamento urbano e de sua produção, passíveis ambos de serem pensados como parte dos agregados infra-estruturais necessários à reprodução social total, é necessário considerar que a habitação circula e se realiza de forma distinta daqueles agregados infra-estruturais, a despeito de ambos mobilizarem trabalho na produção do espaço metropolitano e portanto configurarem-se como processos de valorização do valor[314]. Em outras palavras, a produção de infra-estrutura urbana resulta

---

[314] "O BNH – Banco Nacional de Habitação – sempre teve o papel de incentivo à atividade na indústria da construção, que aparecia enquanto *geração de novos e de maior quantidade de empregos*" (Damiani, 1999: 123 – grifo nosso).
"Os serviços de consumo coletivo também passaram a ser geridos através de uma lógica calcada na rentabilidade. Tal fenômeno expressa-se nas taxas cobradas pelo Estado, quando do fornecimento de certos serviços públicos, que, frequentemente tornam-se incompatíveis com os rendimentos das famílias

de um capital-dinheiro retirado "do mercado" por meio de impostos, que mediado pela esfera política autonomizada, comanda os capitais envolvidos na produção do espaço. Entretanto estes agregados infra-estruturais não tem destino definido, servindo à mobilidade geral de trabalhadores, capitalistas, banqueiros, proprietários de terra, desempregados, moradores de rua... todos devidamente juridificados, com direito de circularem livremente pela metrópole. Ainda assim, como discutimos em nossa seção I, a incorporação jurídica e material do loteamento do Jardim Ibirapuera, bem como de milhares de loteamentos periféricos, processou-se letargicamente, se cotejado com outras áreas da cidade, por meio de instrumentos jurídicos criados pelos próprios moradores como a Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera para solicitar/reivindicar tais serviços. Esse processo não-simultâneo da metropolização de São Paulo produziu uma situação na qual, se por um lado a forma abstrata do direito permite a todos reconhecerem-se como iguais proprietários de mercadorias que podem e devem circular livremente afim de as venderem onde conseguirem, a forma particular de realização desta metropolização conduziu a uma experiência sócio-espacial diante da qual não é qualquer um que pode caminhar em qualquer lugar a qualquer hora do dia[315]. O que está oculto na crítica à "segregação espacial" é que a cidade conforme-se como a realização plena da abstração do direito em toda a sua extensão espacial e territorial, em suma, que o "direito à cidade" seja o espaço pleno do sujeito burguês da circulação.

Já a habitação, apesar de incluída naquela esfera do direito, portanto do Estado, só pode realizar-se como mercadoria consumida pela unidade familiar trabalhadora e que, por estar submetida aos imperativos da valorização do valor, deve cumprir tal desígnio a partir

---

que deveriam ser beneficiadas. Entretanto, é na criação dos serviços urbanos pelo setor privado que triunfaram os imperativos da expansão do capital: a solução dos problemas urbanos tem sido equacionada a partir de vultuosos empreendimentos – principalmente saneamento, sistema viário e de transportes -, que geram enorme massa de excedente e, direta ou indiretamente, uma produção de mercadorias em escala crescentemente ampliada que responde aos interesses lucrativos da dinâmica econômica, servindo como dinamizador do processo de acumulação..." (Kowarick, 1993: 70-71).

[315] "Hey boy o que você está fazendo aqui / Meu bairro não é seu lugar / E você vai se ferir / Você não sabe onde está / Caiu num ninho de cobra / E eu acho que vai ter que se explicar / Pra sair não vai ser fácil / A vida aqui é dura / Dura é a lei do mais forte / Onde a miséria não tem cura / E o remédio mais provável é a morte" (da música "Hey boy" dos Racionais MC's, 1993).

dos rendimentos familiares conquistados no mercado[316]. Daí que "o mercado médio se destaca como clientela preferencial do BNH, entre 1970-74" (Damiani, 1999: 123). Quer dizer, o famigerado "direito à habitação" não pode se concretizar senão por meio do próprio mercado e sua realização não pode se dar caso não haja **"usuários solventes"** (Vainer, 2000) para lhe dar sustentação material, daí que sua realização encontra-se constrangida pelos baixos rendimentos recebidos por estas famílias que não conseguem pagar por ele[317]. Isso pode ficar mais evidente quando se percebe que simultaneamente ao "esgotamento do padrão periférico de habitação" (Bonduki, 2001) há também "a crise da grandiloquência dessa política [que] se define a partir de 1983 (Damiani, 1999: 123)[318]. Apesar disso Damiani (1999) evidencia o fato de que

> A cidade como área de consumo, a completar a fábrica como unidade produtiva, é uma versão simplificada do capitalismo. A cidade *não é somente* lugar da reprodução da força de trabalho. A cidade, como espaço produzido, nos termos como se dá esta produção, diz respeito a processos complexos, e tem um grande significado na reprodução da relações sociais. Contudo, isso não equivale a preterir a questão da reprodução da força de trabalho, especialmente quando a cidade sugere a presença de um proletariado crescente, envolvido na produção da urbanização. Ambas reproduções são problemáticas e correlacionadas (Damiani, 1999: 124 – grifo nosso).

Sem desconsiderar as contribuições da autora no que se refere aos significados da produção do espaço na reprodução das relações sociais, é preciso destacar que o olhar fixado nas atividades estatais de "produção do espaço" obscurece a reprodução das categorias que poderiam repor o trabalhador no mercado como consumidor do espaço e daqueles próprios "trabalhadores-produtores" (Damiani, 1999: 127) (também consumidores da cidade), que mobilizados pela "indústria da urbanização" encontram-se também determinados pelo movimento crítico da acumulação de capital, bem como as possibilidades de que o Estado continue a se financiar. Em outras palavras, se é verdade que a cidade não é

---

[316] Estamos aqui fazendo abstração do crédito, que entretanto, traz novos problemas a serem considerados na reprodução social e não somente a possibilidade "positiva" do consumo.

[317] "De fato, o BNH, entre 1964-77, aplicou a não desprezível soma de 135 bilhões de cruzeiros financiando 1 milhão e 739 mil habitações, que foram destinadas, de modo particular, a famílias com rendimentos superiores a 12 salários mínimos" (Kowarick, 1993: 70).

[318] "A partir de 1982 o SFH enfrenta queda de arrecadação em suas três fontes: 1 – As demissões e desemprego em massa atingem a arrecadação do FGTS (...) 2 – As retiradas das cadernetas de poupança superam os depósitos nos primeiros quatro meses de 1983 (...) 3 – O retorno dos investimentos já concedidos declina" (Maricato, 1987: 85-87 *apud* Carrasco, 2011: 155).

somente lugar da reprodução da força de trabalho, seria inverossímil desconsiderar o consumo como momento indispensável à reprodução de uma sociabilidade determinada pela forma-mercadoria. Não poderia haver "produção do espaço" caso não houvesse consumo do mesmo, e o estreitamento das possibilidades de seu consumo é simultaneamente o recrudescimento (e quiçá a crise) de sua própria produção. É por isso que nos atrevemos a dizer que **a autoconstrução foi a forma hegemônica de habitação da classe trabalhadora no contexto de modernização retardatária**, posto que os trabalhadores só puderam se realizar como consumidores solventes de terra e não de habitação, dado o montante de investimento que este último exigia.

O aumento da produtividade por meio do incremento da composição orgânica dos capitais significou a obsolescência cada vez maior da força de trabalho no processo de reprodução ampliada do capital, seja daqueles capitais envolvidos na produção de bens de consumo duráveis e bens de produção, seja nos diretamente envolvidos na produção do espaço. Ou seja, se na modernização retardatária o rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho foi um dos expedientes da reprodução ampliada dos capitais internacionais que no Brasil se instalaram, o desenvolvimento das forças produtivas criou um "desequilíbrio" irreversível na relação entre capital constante e capital variável, fazendo com que os custos relativos ao capital variável se tornassem cada vez mais irrisórios e não mais funcionais (na maneira como ocorria) à acumulação. Resultando num participação cada vez mais espantosa de investimentos para acompanhar os níveis de produtividade mundiais.

> Enquanto nos anos 70 ainda estava vinculada a esses créditos a ilusão de se poder alcançar por esse caminho o desenvolvimento interno, a industrialização e a capacidade de participar no mercado mundial, essa bolha de sabão estourou o mais tardar em 1982, quando a insolvência do México marcou o início da famosa crise de dívidas do Terceiro Mundo, que até hoje não se aproximou nenhum milímetro de sua superação (Kurz, 1993: 170 e 171).

O desenvolvimento das forças produtivas desdobrava-se portanto em dois níveis: como uma dificuldade cada vez maior da reprodução ampliada destes capitais, dado o montante de investimento necessário para repor seus pressupostos, bem como num arrefecimento do mercado consumidor de terras em São Paulo representado por aqueles trabalhadores migrantes antes superexplorados e agora por seus filhos e netos desempregados e/ou flexibilizados.

> A tendência deste século ao aumento da intensidade do capital (expressão fetichista para o desdobramento da "força produtiva ciência") *desvalorizou há muito tempo a oferta de mão-de-obra "barata" do Terceiro Mundo*, fechando com isso, porém, para o próprio Ocidente, uma saída exteriorizante de sua crise por meio da exploração daqueles ominosos mercados novos (Kurz, 1993: 170 – grifo nosso).

É por esse caminho que acreditamos ser possível delinear o sentido profundo da desindustrialização[319] de Santo Amaro e seus desdobramentos sobre a vida dos moradores do Jardim Ibirapuera, bem como no processo de favelização das propriedades contíguas ao loteamento.

> O dilema dessa lógica manifesta-se na distância cada vez maior entre a intensificação da produtividade, forçada pela economia de concorrência, nos países desenvolvidos, e a produtividade possível nas regiões atrasadas do mercado mundial (Kurz, 1993: 172).

* * *

Portanto, se o monopólio da violência e seu exercício efetivo em determinado momento pareceu fiar o Estado Leviatã (cf. Kurz, 2011) que impôs determinadas políticas econômicas e coibiu a organização política dos trabalhadores que se reproduziam majoritariamente por meio de relações de trabalho assalariadas, é necessário reconhecer que tais políticas econômicas não seriam possíveis caso não estivessem postas as condições de sua existência. Em outras palavras, a crise do trabalho como mediação social só pode desdobrar-se como a própria "crise da regulação estatal-política" (cf. Kurz, 1998). Se as relações sociais de produção que estruturam o "mercado" donde o Estado retira o capital-dinheiro necessário à sua reprodução e gestão públicas encontram-se em crise, não é de se espantar que as próprias frentes de atuação estatal se achem também diminuídas.

---

[319] "Quanto menos o Terceiro Mundo conseguia acompanhar a corrida da produtividade, tanto menos pôde sua economia levantar pelo menos os investimentos indispensáveis para o próprio desenvolvimento e os mercado internos, e *tanto menos interessante tornou-se ele para investimentos estrangeiros diretos*, por parte do capital ocidental. Passou a depender de créditos do sistema bancário ocidental e das instituições internacionais" (Kurz, 1993: 170 – grifo nosso).

Se as condições de reprodução dos trabalhadores em São Paulo, onde conviveram espasmos urbanísticos ao gosto "welfarestateano"[320] ao lado da majoritária "espoliação urbana" (Kowarick, 1993) e reprodução ampliada da periferização, foram associadas às "feições nitidamente autoritárias" do regime político instituído e a superexploração dos trabalhadores, é mister reconhecer que no ano de 1988 a democracia foi enfim "conquistada" e uma nova constituinte deu forma ao regime democrático que se instaurava. Os canais à participação política foram abertos, a liberdade de organização sindical foi garantida, a liberdade de imprensa também, enfim... o Estado de Direito se consolidou em território nacional. Simultaneamente a isso os filhos e netos daquelas forças de trabalho antes superexploradas hoje tornam-se descartáveis frente aos desdobramentos críticos do colapso da modernização. E neste contexto de formação do Estado de Direito o monopólio da violência emerge novamente, mas como política de contenção dos desdobramentos catastróficos do colapso da modernização nos países de modernização retardatária, tornando-se o tão almejado Estado de Direito, um "administrador de crises" (Kurz, 1993) à escala nacional e metropolitana[321].

> Ao verificarmos a população que o país tinha em 1990, chegamos ao número de 149.592.579 habitantes; já no ano de 2010, esse número passa para 190.755.799 habitantes, conforme dados do IBGE [...] ou seja, o crescimento populacional do Brasil de 1990 até 2010 (20 anos) foi de 30%.
> Em contrapartida, a população carcerária do país em 1990 era de 90 mil presos, saltando para 513.802, em junho de 2011 [...] ou seja, um crescimento de 471% da população carcerária em 20 anos e meio. Isso significa que, praticamente no mesmo período, a população carcerária cresceu numa taxa de 15,7 vezes maior do que a taxa de crescimento da população nacional. [...]
> São Paulo possui a maior população carcerária do país: são 173.060 mil presos distribuídos entre 134 unidades prisionais do Estado (Radbruch, 2010: 6)[322].

---

[320] "Excepcionalmente, em função de determinados momentos históricos ou contingências sociais, aparentemente coloca-se a possibilidade de o planejamento urbano se desenvolver no sentido de ampliação de alguns direitos, inclusive porque parte de suas atribuições também diz respeito à administração da crise no contexto urbano, como forma de manter as tensões sociais sob controle" (Carrasco, 2011: 162).

[321] Para uma ótima discussão sobre a administração de crise a partir da crise do planejamento urbano, remeto o leitor à tese "Os limites da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano em um contexto de modernização retardatária – as particularidades desse impasse no caso brasileiro" (2011) de André de Oliveira Torres Carrasco.

[322] Desde 2008, os subprefeitos das subprefeituras de São Paulo, resultantes da tentativa de descentralização da gestão municipal de São Paulo ocorrido no mandato da prefeita Marta Suplicy (2000 – 2004), vêm sendo substituídos por militares reformados .

"Poucas pessoas sabem, mas São Paulo possui 31 pequenos "municípios" distribuídos pela cidade. Desde

Nesse sentido, a esperança democrática de Sader (1995) só pôde se realizar como a emergência de personificações da administração de crises, não obstante tal administração não necessitar adquirir os traços bárbaros do encarceramento em massa, aparecendo antes por meio de políticas keynesianas, depois da "avalanche neoliberal", como o Bolsa-família[323], na distribuição de microcrédito como o Programa Crescer[324], na juridificação das relações sociais de produção em crise por meio do advento da figura do "Micro-empreendedor Individual" (MEI)[325], no financiamento de iniciativas culturais como o Programa VAI[326], ou mesmo na distribuição de créditos estudantis (FIES)[327]... Em outras palavras, se na

---

2002, com a aprovação da lei 13.399, a maioria dos equipamentos públicos, como clubes da comunidade (antigos CDMs) e clubes da cidade foram transferidos para as subprefeituras.
Essas subprefeituras têm o papel de receber pedidos e reclamações da população, solucionar os problemas apontados; preocupam-se com a educação, saúde e cultura de cada região, tentando sempre promover atividades para a população"
(fonte:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/index.php?p=8978),
acessado no dia 27 de agosto de 2012.

[323] "O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos" (http://www.mds.gov.br/bolsafamilia - acessado no dia 09 de setembro de 2012).

[324] "O Microcrédito Produtivo Orientado – Programa Crescer - pretende facilitar o acesso ao crédito orientado para que o público do Brasil Sem Miséria possa ampliar pequenos negócios, incentivando a formalização e a geração de trabalho e renda. […] O programa é baseado em taxas de juros mais baixas, mais dinheiro disponível e menos burocracia para a tomada de crédito. O valor de cada operação de crédito, destinada a capital de giro ou investimento pode chegar a R$ 15 mil, e deve estar vinculada a atividades produtivas e não ao consumo" (fonte: http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/inclusao-produtiva-urbana/programa-crescer acessado em 31 de outubro de 2012).

[325] "O Empreendedor Individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um empreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R$ 60.000,00 por ano, não ter participação em outra empresa como sócio ou titular e ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um Empreendedor Individual legalizado" (fonte: http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/oque.php acessado em 31 de outubro de 2012).

[326] "O Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI, foi criado pela lei 13540 (de autoria do vereador Nabil Bonduki) e regulamentado pelo decreto 43823/2003, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais" (fonte: http://programavai.blogspot.com.br/p/sobre-o-vai.html - acessado no dia 9 de setembro de 2012).

[327] ''O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. […] O Fundo Nacional de Desenvolvimento

modernização retardatária o Estado apareceu enlaçado pelo capital na forma de financiamentos à indústria oligopolística que no Brasil se instalavam, hoje o Estado deve distribuir "capital fictício" para o trabalho continuar a se reproduzir e consumir mercadorias, além de pagar os juros das dívidas, interna e externa[328], em nome da já consolidada e irreversível política de administração de crise e de reprodução do capital, ainda que o invólucro burguês da socialização pela forma-mercadoria esteja em franca e evidente implosão.

da Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa e os juros caíram para 3,4% ao ano. Além disso, passou a ser permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano" (fonte: http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html acessado em 31 de outubro de 2012).

328 O valor da dívida interna do Brasil era de R$ 2,536 trilhões e a dívida externa de US$ 402,3 bilhões em dezembro de 2011. No ano de 2011 os juros e amortizações da dívida chegaram a 45,05% do orçamento geral da união, R$ 708 bilhões. (fonte: www.jubileusul.org.br acessado em 31 de outubro de 2012).

BIBILIOGRAFIA

BAENINGER, Rosana. "**Crescimento da população na Região Metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX"**. In: São Paulo, novos percursos – Sociedade, cultura e política. Orgs. Lúcio Kowarick e Eduardo Marques, Editora 34 e Centro de estudos da metrópole, São Paulo, 2011.

BERARDI, Maria Helena Petrillo. **Série história dos bairros de São Paulo IV – Santo Amaro**. Departamento de Cultura do Município de São Paulo, 1969.

BOECHAT, Cássio Arruda. **Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857 – 1964) do Oeste Paulista**. Mestrado, Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter. Depto. Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2009.

BONDUKI, Nabil. **"Crise de habitação e a luta pela moradia no pós-guerra".** In: As lutas sociais e a cidade, São Paulo: passado e presente, org. Lúcio Kowarick, Paz e Terra e UNRISD (Instituto de investigaciones de las naciones unidas para el desarollo social), São Paulo, 1988.

_____. **Origens da habitação social no Brasil – Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 2011.

_____.; ROLNIK, R. **Periferias, ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho**. Programa de Estudos em Demografia e Urbanização – PRODEUR – Cadernos de Estudo e Pesquisa 2. Universidade de São Paulo, FAU.

CARLOS, A. C. L.; SAMPAIO, M. R. **Casas proletárias em São Paulo**. Faculdade de arquitetura e urbanismo (FAU), São Paulo, 1993.

COELHO, Maria Nelma Gomes. **O movimento sindical metalúrgico na Zona Sul de São Paulo: 1974 a 2000**. Tese de doutoramento em História Econômica. FFLCH/USP: São Paulo, 2007.

CHAMOISEAU, Patrick. **Texaco**. Trad. Rosa Freire D'aguiar. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1993.

DAMIANI, Amélia Luisa. **"Urbanização crítica e situação geográfica"**. In: Geografias de São Paulo 1 - representação e crise da metrópole. CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA,

Ariovaldo Umbelino. Editora Contexto, São Paulo, 2004.

_____. **"A crise da cidade: os termos da urbanização"**. In: O espaço no fim de século, a nova raridade. Orgs. DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri e SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Editora Contexto, São Paulo, 1999.

_____. **Geografia e População**. Editora Contexto, São Paulo, 2011.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **"A família operária: consciência e ideologia"**. In: A dinâmica da cultura, ensaios de antropologia. Org. Omar Ribeiro Thomaz. Editora CosacNaify, São Paulo, 2004.

_____. **"A sociedade vista da periferia"**. In: A dinâmica da cultura, ensaios de antropologia. Org. Omar Ribeiro Thomaz. Editora CosacNaify, São Paulo, 2004.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Contraponto Editora, Rio de Janeiro, 1997.

FERRÉZ. **Capão Pecado**. Labortexto Editorial, São Paulo, 2000.

FERRO, Sérgio. **A produção da casa no Brasil**. In: Sérgio Ferro: Arquitetura e Trabalho Livre. Org. Pedro Fiori Arantes. CosacNaify, São Paulo, 2006.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Estampa, Lisboa, 1977.

HARVEY, David. **"O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas"** In: In: Revista Espaço e Debates, núm. 6. Cortez Editora e Livraria Ltda, São Paulo, 1983.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. Doutorado, Depto. de Sociologia, FFLCH-USP, São Paulo, 2010.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco – Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. Editora 34, São Paulo, 2009.

_____. **A espoliação urbana.** Paz e Terra: São Paulo, 1993.

KURZ, Robert. **A Substância do Capital: O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização.** Original alemão *DIE SUBSTANZ DES KAPITALS. Abstrakte Arbeit als gesellschaftliche Realmetaphysik und die absolute Schranke der Verwertung* in revista EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft, nº 1, Horlemann Verlag, 2004. Versão Portuguesa in: http://obeco.planetaclix.pt/rkurz203.htm, setembro de 2005.

_____. **Cinzenta é a Árvore Dourada da Vida e Verde é a Teoria – O problema da práxis como evergreen de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas.** Original alemão *GRAU IST DES LEBENS GOLDNER BAUM UND GRUN DIE THEORIE. Das Praxis-Problem als Evergreen verkurzter Gesellschaftskritik und die Geschichte der Linken* in revista EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft, nº 4, Horlemann Verlag, 2007. Versão Portuguesa in: http://obeco.planetaclix.pt/rkurz288.htm, junho de 2007.

_____. **Com todo vapor ao colapso**. Editora UFJF, Juiz de Fora, 2004.

_____. **Acabou-se a brincadeira – a viragem do espírito do tempo ocidental: regresso da auto-responsabilização ao autoritarismo coercivo**. Original alemão "SCHLUSS MIT LUSTIG. Die Wende des westlichen Zeitgeistes: Von der 'Selbstverantwortung' zurück zum zwanghaften Autoritarismus" Versão portuguesa in: http://www.reocities.com/grupokrisis2003/rkurz135.htm, 2003.

_____. **Ascensão do dinheiro aos céus**. Original alemão "Die Himmelfahrt des Geldes". In: *Krisis* 16/17, horlemann Verlag, Bad Honnef, 1995. Versão Portuguesa in: http://planeta.clix.pt/obeco/, maio de 2002.

_____. **O colapso da modernização**. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1993.

_____. **Os últimos combates**. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

_____. **“O desfecho do masoquismo histórico”**. In: Os últimos combates. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

_____. **“A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulamentação política”**. In: *Os últimos combates.* Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **“Os núcleos de colonização oficial implantados no planalto paulistano em fins do século XIX”.** In: Boletim Paulista de Geografia, núm. 46, p. 88 – 106, dez/1971.

LEFEBVRE, Henri. **“Estrutura social: a reprodução das relações sociais de produção”**. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade*. Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro, 1977.

_____. **A Produção do Espaço.** Tradução do Grupo “As (Im)possibilidades do Urbano na Metrópole Contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original *La Production de l´Espace*. Paris, Éditions Anthropos, 2000). Primeira Versão, 2006.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **“A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho”**. Mestrado. Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2010.

LOJKINE, Jean. **“O papel do Estado na Urbanização”** In: Marxismo e urbanismo capitalista. Org. Reginaldo Forti, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

MARTINS, J. S.; LANGENBUCH, R. J.; BONDUKI, N. “**Depoimento”**. In: Revista Espaço e Debates: a periferia revisitada, núm. 42, São Paulo, 2001.

MARICATO, Ermínia. **“Autoconstrução, a arquitetura possível”**. In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1982.

_____. **“Problemas e mitos na luta pela moradia”**. In: Revista Travessia: Cidade: o embate pela vida, ano I, núm. 2, São Paulo, 1988.

MARX, Karl. **O Capital – crítica da Economia Política.** Livro I, tomo I (volume I). Abril Cultural (Série "Os economistas), São Paulo, 1985.

_____. **O Capital – crítica da Economia Política**. Livro I, tomo II (volume I). Abril Cultural (Série "Os economistas), São Paulo, 1984.

_____. **O Capital – crítica da Economia Política**. Livro III, tomo II (volume V). Nova Cultural (Série "Os economistas), São Paulo, 1986.

MATTOSO, Jorge. **"O Brasil desempregado – como foram destruídos mais de três milhões de empregos nos anos 90".** Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza – São Paulo, 1845 – 1895**. Editora Hucitec, São Paulo, 1990.

MIRAGLIA, Paulo. **"Homicídios: guias para a interpretação da violência na cidade".** In: São Paulo: novos percursos e atores – sociedade, cultura e política. Orgs. Lúcio Kowarick e Eduardo Marques. Editora 34 e Centro de Estudos da Metrópole (CEM), São Paulo, 2011.

MOISÉS, José Álvaro. **"O Estado, As Contradições Urbanas, e os Movimentos Sociais"**. In: Cidade, Povo e Poder, Vol. 5. Coleção CEDEC/Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

MONBEIG, Pierre. **"O crescimento da cidade de São Paulo".** In: História econômica da cidade de São Paulo. Org. Tamás Szmrecsány. Editora Globo, São Paulo, 2004.

NEME, Cristina. **"A instituição policial na ordem democrática: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo"**. Mestrado, Dept. De Ciência Política da FFLCH-USP, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

OLIVEIRA, F.; MAZZUCCHELLI, F. **"Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil: 1950-1976"**. In: Estado e Capitalismo no Brasil. Org. Carlos Estevam Martins. Editora Hucitec e Cebrap, São Paulo, 1977.

_____. **"O Estado e o urbano no Brasil"**. In: Revista Espaço e Debates, núm. 6. Cortez Editora e Livraria Ltda, São Paulo, 1983.

_____. **"O surgimento do antivalor – Capital, força de trabalho e fundo público"**. In: Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

_____. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.** Editora Boitempo, São Paulo, 2003.

_____. **"O vício da virtude – autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil"**. In: Novos Estudos – CEBRAP, núm. 74, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, João Vitor. **"Novas regras da caderneta de poupança"**. In: Revista Espaço Aberto , núm. 141, São Paulo, Agosto de 2012.

POSTONE, Moishe. **"Necessity, labour and time: a reinterpretation of the marxian critique of capitalism"**. Social Research, Winter, n. 45, p.739-788, 1978. Versão portuguesa in: http://obeco.no.sapo.pt/mpt2.htm.

RADBRUCH, Gustavo. **"Apresentação: Encarceramento em massa - Símbolo do Estado Penal"**. In: Encarceramento em massa – Símbolo do Estado Penal. Revista PUCViva, ano 11, nº 39, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Evanice Maria. **A política de imigração no primeiro reinado: os núcleos coloniais de Itapecerica e Santo Amaro**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

_____. **Os alemães nos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapecerica da Serra (1831/1914)**. Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

RODRIGUES, A. M.; SEABRA, M. **"Habitação e espaço social na cidade de São Paulo"**. In: Boletim Paulista de Geografia da Associação dos geógrafos do Brasil, núm. 64, São Paulo, 1986.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1995.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **"São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia"**. In: Geografias de São Paulo 1 – Representação e Crise da Metrópole. Orgs. CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Editora Contexto, São Paulo, 2004.

_____. **"Urbanização, bairro e vida e de bairro"**. In: Travessia, revista do migrante: bairros e vizinhanças. Publicação do CEM, núm. 38, São Paulo, 2000.

_____. **"Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo"**. In: Geografares, Revista do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, núm. 1, Espírito Santo, 2000.

SILVA, Lígia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio – efeitos da lei de 1850**. Editora da UNICAMP, Campinas, 1996.

SINGER, Paul. **"O uso do solo urbano na economia capitalista"**. In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1982.

_____. **"Movimentos de Bairro"**. In: O povo em movimento. Orgs. Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant. Editoras Vozes e Cebrap, São Paulo, 1980.

_____. **"Os últimos 40 dos 450 anos de São Paulo"**. In: História econômica da cidade de São Paulo. Org. Tamás Szmrecsány. Editora Globo, São Paulo, 2004.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. **Uma São Paulo alemã: Vida Quotidiana dos Imigrantes Germânicos na Região da Capital (1827 - 1889)**. Coleção teses e monografias vol. 6. Editora Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2003.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Volume I. Nova Cultural, São Paulo, 1985.

SCHOLZ, Roswitha. **Forma social e totalidade concreta – na urgência de um realismo dialéctico hoje**. Original alemão *"GESELLSCHAFTLICHE FORM UND KONKRETE TOTALITÄT. Zur Dringlichkeit eines dialektischen Realismus heute".* In: EXIT! Krise und

Kritik der Warengesellschaft, nº 6, Horlemann Verlag, 2009. Versão Portuguesa in: http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm, maio de 2010.

_____. **"Sobre o conceito de valor e de valor dissociação"** in: "O sexo do capitalismo – Teorias feministas e metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado". Original alemão *"Das Geschlecht des Kapitalismus – Feministische Theorien und die postmoderne Metamorphose des Patriarchats", Horlemann,* 2000, pag. 13-23. Versão portuguesa in: http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz6.htm, janeiro de 2000.

SCHOLZ, Roswitha. **O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos**. In: Revista *Krisis* nº 12, 1992, pp. 19-52. Versão Portuguesa in: http://obeco.planetaclix.pt/rst1.htm, 1992.

TALPO. Ewerton. **Veredas no meio do redemunho: o processo de modernização na bacia hidrográfica do Rio de Janeiro, Minas**. TGI. Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter. Depto. De Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2011.

TELLES, Vera da Silva. **"Transitando nas linhas de sombra, tecendo as linhas da cidade"**. In: A era da indeterminação. Orgs. Francisco de Oliveira e Cibela Saliba Rizek. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007.

TOLEDO, Carlos de Almeida. **"Das velhas e novas barreiras no processo crítico da modernização e mobilização do trabalho".** In: Mundos em movimentos – Ensaios sobre migrações. Editora UFSM, Santa Maria, 2007.

TROYANO, Anne Andraus. "Pesquisa de emprego e desemprego – metodologia, conceitos e aferições dos resultados". In: Revista São Paulo em perspectiva, Fundação SEADE, vol. 06, número 4, Out-Dez 1992.

_____. **A região das Lavras Baianas**. Doutorado. Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

_____. **"O sentido da urgência de domínio: as práticas da Light na eletrificação, mobilização e na produção do espaço – um estudo da metropolização brasileira"**. (mimeo).

VAINER, Carlos B. **"Trabalho, espaço e estado: questionando a questão migratória"**. Rio de Janeiro: PUR: Editora da UFRJ, 1984.

_____. ***"Pátria, empresa e mercadoria"***. In: A cidade do pensamento único, desmanchando consensos. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2000.

_____. **"Estado e migrações no Brasil – anotações para uma história das políticas migratórias"**. In: Revista Travessia: Migrações no Brasil, um olhar retrospectivo. ano XIII, núm. 36, São Paulo, 2000.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta – as organizações populares e o significado da pobreza**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1985.

MÚSICAS

BATATINHA. O inventor do trabalho. In: **Samba da Bahia – Riachão, Batatinha e Panela**: Fontana, Brasil, p1973. 1 LP. Faixa 10.

BARBOSA. A. Abrigo de Vagabundos. In: **Adoniran Barbosa**: Odeon, Brasil, p1974. 1 LP. Faixa 1.

BUARQUE. C. O meu guri. In: **Almanaque**: Ariola/Philips, Brasil, p1981/1993, 1 CD. Faixa 3.

BUARQUE. C. Hino de Duran. In: **A ópera do malandro**: Polygram/Philips, Brasil, p1979/1993. 1 CD. Faixa 2.

BROWN. M. Domingo no parque. In: Racionais MC´s. **Raio-X Brasil**: Zimbabwe Records. Brasil, p1993. 1 CD. Faixa 5.

BROWN. M. Hey Boy. In: Racionais MC´s. **Raio-X Brasil**: Zimbabwe Records. Brasil, p1993. 1 CD. Faixa 5.

BROWN. M. Fórmula mágica da paz. In: Racionais MC´s**. Sobrevivendo no inferno**: Cosa Nostra, Brasil, p1997. 1 CD. Faixa 11.

BROWN. M. Tô ouvindo alguém me chamar. In: Racionais MC´s**. Sobrevivendo no inferno**: Cosa Nostra, Brasil, p1997. 1 CD. Faixa 4.

BROWN. M. Vida Loka II. In: Racionais MC´s. **Nada como um dia após um outro dia**: Cosa Nostra, Brasil, p2002. 2 CD. Faixa 7

BROWN. M; ROCK, E. Negro Drama. In: Racionais MC´s. **Sobrevivendo no inferno**: Cosa Nostra, Brasil, p1997. 1 CD. Faixa 4.

FILME. G. Mulher de Malandro. In: **Geraldo Filme**: Estúdio Eldorado, Brasil, p1980. 1 LP. Faixa 3.

KETTI, Z. Nega Dina. In: **Zé Ketti**: Cid, Brasil, p1982. 1 LP. Faixa 8.

PADEIRINHO; JORGINHO P. Favela. Intérprete: Jards Macalé. In: MACALÉ. **O que faço é música**: Atração, Brasil, p1998. 1 CD. Faixa 2.

PORTELA, P. Cocorocó. In: **Velha Guarda da Portela – Homenagem a Paulo da Portela**: Atração, Brasil, p2007. 1 CD. Faixa 9.

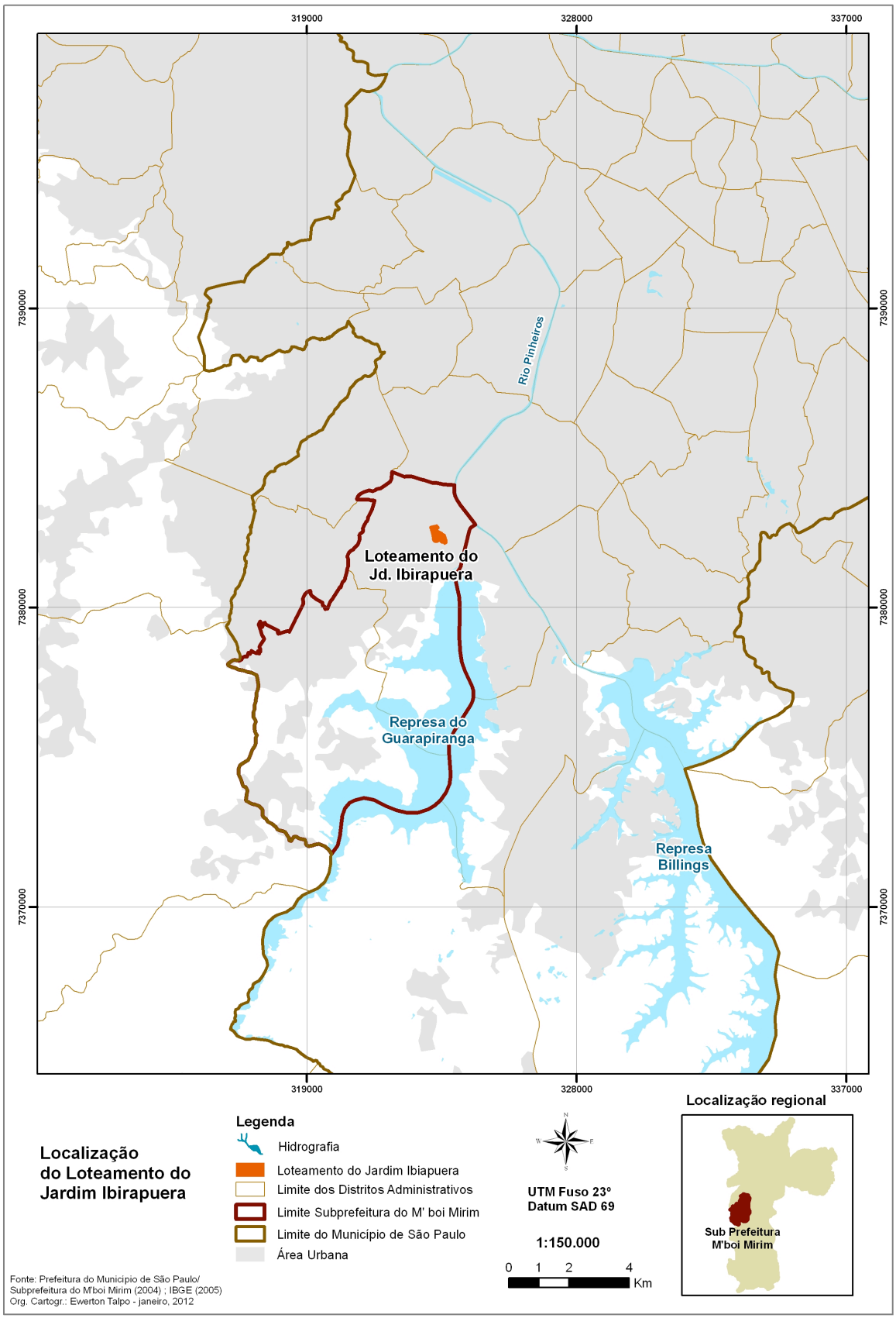
ROCK. E. Periferia é periferia. In: Racionais MC´s. **Sobrevivendo no inferno**: Cosa Nostra, Brasil, p1997. 1 CD. Faixa 8.

ROCK. E; BLUE. I. Capítulo 4, Versículo 3. In: Racionais MC´s. **Sobrevivendo no inferno**: Cosa Nostra, Brasil, p1997. 1 CD. Faixa 8.

SABOTAGE. Rap é compromisso. In: **Rap é compromisso**: Cosa Nostra, Brasil, p2000. 1 CD. Faixa 2.

ANEXOS

Anexo 1 – Localização do loteamento do Jardim Ibirapuera



Anexo 2 – Contrato de compra e venda

VALOR TOTAL DO CONTRATO CR$.....

CONTRATO N.º.....

RUA BENJAMIN CONSTANT, 122 - 14.º ANDAR,
SALAS 1.406 A 1.408 - TEL. 32-3908 E 37-0930

fls 62

"JARDIM IBIRAPUERA"

COMPROMISSO DE VENDA E COMPRA

Pelo presente instrumento particular de um lado, como promitentes vendedores, GUERINO BANZOLI e sua mulher dona PIERINA BANZOLI e ROQUE PETRELLA e sua mulher dona ELOISA BANZOLI PETRELLA, todos brasileiros, proprietários, residentes e domiciliados nesta Capital, á rua Francisco Dias Velho nºs. 120 e 237, respectivamente e representados por seu bastante procurador ..... nos termos da procuração do 19.º Tabelião da Capital, livro 155, folhas 13vº., e, de outro lado como promitente (s) comprador (es) ..... tem entre si justo e contratado o que reciprocamente outorgam e aceitam a saber:

1.º) — Que por escritura lavrada nas Nótas do Tabelião Octavio Machado, 30.º sub-distrito, Sub-Prefeitura de Santo Amaro, livro 124, folhas 28 em 18 de março de 1.948 os promitentes vendedores compraram uma gleba de terras com a area de 195.650 Mts2. (cento e noventa e cinco mil seiscentos e cinquenta metros quadrados) mais ou menos, situada no 33.º sub-distrito — SANTO AMARO — Capela do Socorro, bairro do Ibirapuera, municipio, termo e comarca desta Capital registrado sob n.º 7.250, livro 3-F, folhas 29 no Registro de Imoveis da 11.a Circunscrição desta Capital, livre e desembaraçado de onûs e servidoês.

2.º) — Que pelo presente instrumento e na melhor forma de direito os promitentes vendedores se comprometem a vender ao promitente comprador o lote de terreno que segue abaixo descrito;

3.º) — O promitente comprador tendo pago aos promitentes vendedores a quantia de Cr$ ..... (.....) a vista, se obriga a pagar no escritório dos 2.º o saldo restante de Cr$ ..... (.....)

4.º) — Todos os impostos, taxas, contribuições, multas federais, estaduais e municipais, que de hoje em diante recairem sobre o mencionado lote de terreno e suas benfeitorias, serão pagos pelo promitente comprador no escritório dos promitentes vendedores (embora lançados em nome destes ou daqueles) dentro do prazo fixado pelas Repartições Fiscais. Se não o fizer no prazo legal, ficará sujeito ao pagamento dos mesmos, acrescidos das

majorações e multas estipuladas pelas respectivas Repartições Fiscais. O promitente comprador se obriga a cumprir todas as intimações que, com relação ao imóvel fizerem os poderes públicos.

5.º) — Os promitentes vendedores reservam-se os direitos de considerar rescindido o presente contrato, perdendo o promitente comprador o direito a todas as quantias pagas e as benfeitorias ou despezas que tiver feito no imovel ficando sem direito a indenização, compensação ou restituição:
a) — Se o promitente comprador deixar de pagar 3 (tres) prestações vencidas.
b) — Se infringir a clausula 3.a e deixar decorrer 60 (sessenta) dias, após a data fixada pelas Repartições Fiscais, sem efetuar o pagamento dos impostos, contribuições e multas lançadas sobre o terreno e suas Benfeitorias.
c) — Ou se infringir a proibição constante da clausula 9.a.
d) — Ou ainda se infringir a clausula 10.a.

6.º) — Será paga pelo promitente comprador a multa de mora a razão de 1% ao mês sobre as prestações vencidas e não pagas, caso os promitentes vendedores não optem pela rescisão imediata do contrato nos termos da clausula 5.a.

7.º) — Qualquer diferença na metragem do terreno será compensada em dinheiro na base do preço da venda, ou seja de Cr$ ..... (..... .....) por metro quadrado. Da-se para efeitos fiscais o valor de Cr$..... (..... .....) á presente cláusula.

11.º Of... Imóve... São ... PLÍNIO ANTONIO ... Oficial

8.º) — Ficam a cargo do promitente comprador as despesas deste contrato, inclusive os selos de recibos das prestações, as despezas da escritura definitiva, sisa registro, selos, certidões impostos de lucro imobiliário, bem como todas majorações e novos impostos federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham recair sobre esta transação, quando da outorga da escritura definitiva.

9.º) — O promitente comprador se obriga a comunicar por escrito a sua nova residencia sob pena, de, decorridos 3 (tres) prestações em atrazo, estar sujeito as medidas judiciais cabiveis, sem qualquer tolerancia.

10.º) — Visando proporcionar aos moradores do Jardim Ibirapuera estado sanitario compativel com os foros de civilização da gente de São Paulo, ficam expressamente proibidas:
a) — Desvio de aguas servidas à rua;
b) — O uso de fossas negras;
c) — Construção de casas de madeira ou em desacordo com a Prefeitura.

11.º) — O promitente comprador terá a titulo precário a detenção do imovel possuindo-o em nome dos promitentes vendedores. É-lhe defeso porem, toda e qualquer obra ou exploração que prejudique a visinhança em sua tranquilidade ou saúde.

12.º) — Para que o promitente comprador possa cercar o terreno, introduzir benfeitorias no mesmo, deverá pedir aos promitentes vendedores a demarcação do terreno, apresentando o contrato no escritório destes a-fim-de nele serem registradas as datas do pedido e a demarcação do lote. Sem esta formalidade o promitente comprador ficará obrigado a demolir, a sua custa, cercas, muros, paredes, ou quaisquer benfeitorias, que por ventura haja fora dos limites.

13.º) — O promitente comprador se obriga, a partir do ano de 1.963 a critério dos promitentes vendedores a receber a escritura definitiva do lote ora compromissado.

14.º) — Caberá aos Promitentes vendedores mandar executar os serviços que se fizerem necessários á conservação de ruas e praças, debitando estes, no fim de cada mes, ao promitente comprador a quota que lhe couber. Quando os promitentes vendedores entenderem oportuno, mandarão colocar guias, sargetas e arborização nas ruas e praças e cujo preço será debitado ao promitente comprador, levando-se em conta os metros de frente do lote por ele compromissado, bem como uma quota parte das aréas comuns. isto é, praças e jardins.

15.º) — O promitente comprador, estando cumprindo todas as obrigações deste contrato, poderá transferi-lo a terceiros, com anuencia dos promitentes vendedores, mediante trespasse lançado no verso das duas vias, correndo todas, as despezas da transferencia por conta do promitente comprador. A transferencia feita sem anuencia dos promitentes vendedores torna o

promitente comprador solidario do terceiro adquirente nos direitos e obrigações deste contrato. Em caso de transferencia os promitentes vendedores cobrarão do promitente comprador a quantia de Cr$ ..... (.....) como taxa de expediente. Tambem os promitentes vendedores poderão transferir este contrato.

16.º) — Fica facultado aos promitentes vendedores onerarem o imovel acima compromissado pela forma que entenderem, obrigando-se porem, a entrega-lo, na terminação do presente contrato livre e desembaraçado de qualquer responsabilidade, nos termos do art. 1.o N.o V — 3.o do decreto-lei numero 58 (cinquenta e oito) de 10/12/37.

17.º) — Em caso de arrependimento de qualquer das partes, perderá a parte infratora em favor da parte inocente; se for do promitente comprador perderá este todas as importancias pagas; se for dos promitentes vendedores, perderão estes todas as importancias recebidas, em dobro.

18.º) — No caso de intervenção judicial, pagará a parte vencida as custas e mais 10% de multa sobre a importancia de condenação.

O presente contrato consta de 18 clausulas e condições acima estabelecidas. Assinam o presente contrato em 3 (tres) vias depois de lido e achado conforme em presença de duas testemunhas, sendo a primeira via selada com Cr$ ..... (.....) proporcionalmente ao valor do contrato que fica em poder do promitente comprador e a segunda via em poder dos promitentes vendedores.

ial do Registro de
da Capital
Paulo
CHAGAS

São Paulo, ... de ..... de 19.....

.....

.....

.....

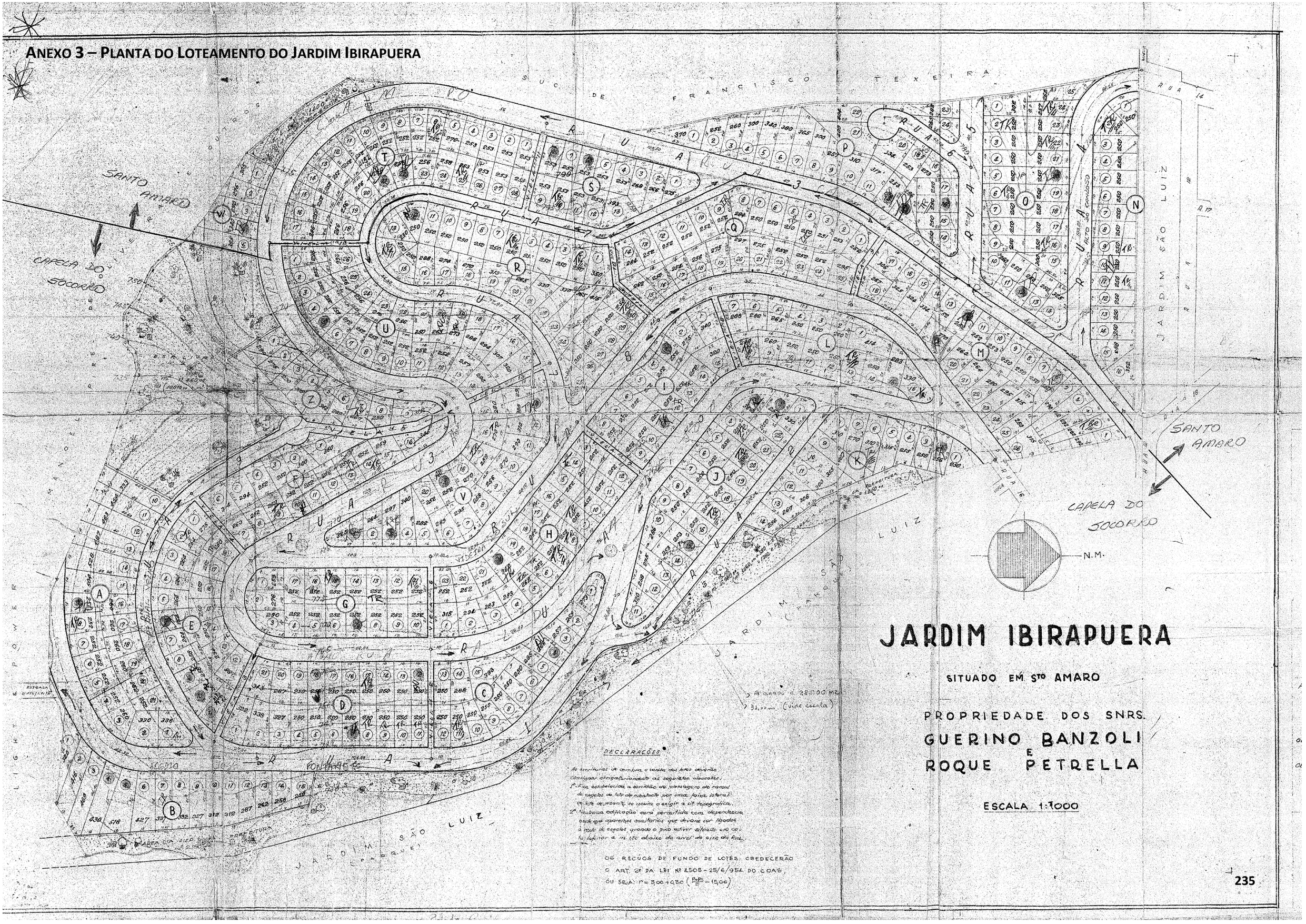
.....

TESTEMUNHAS:

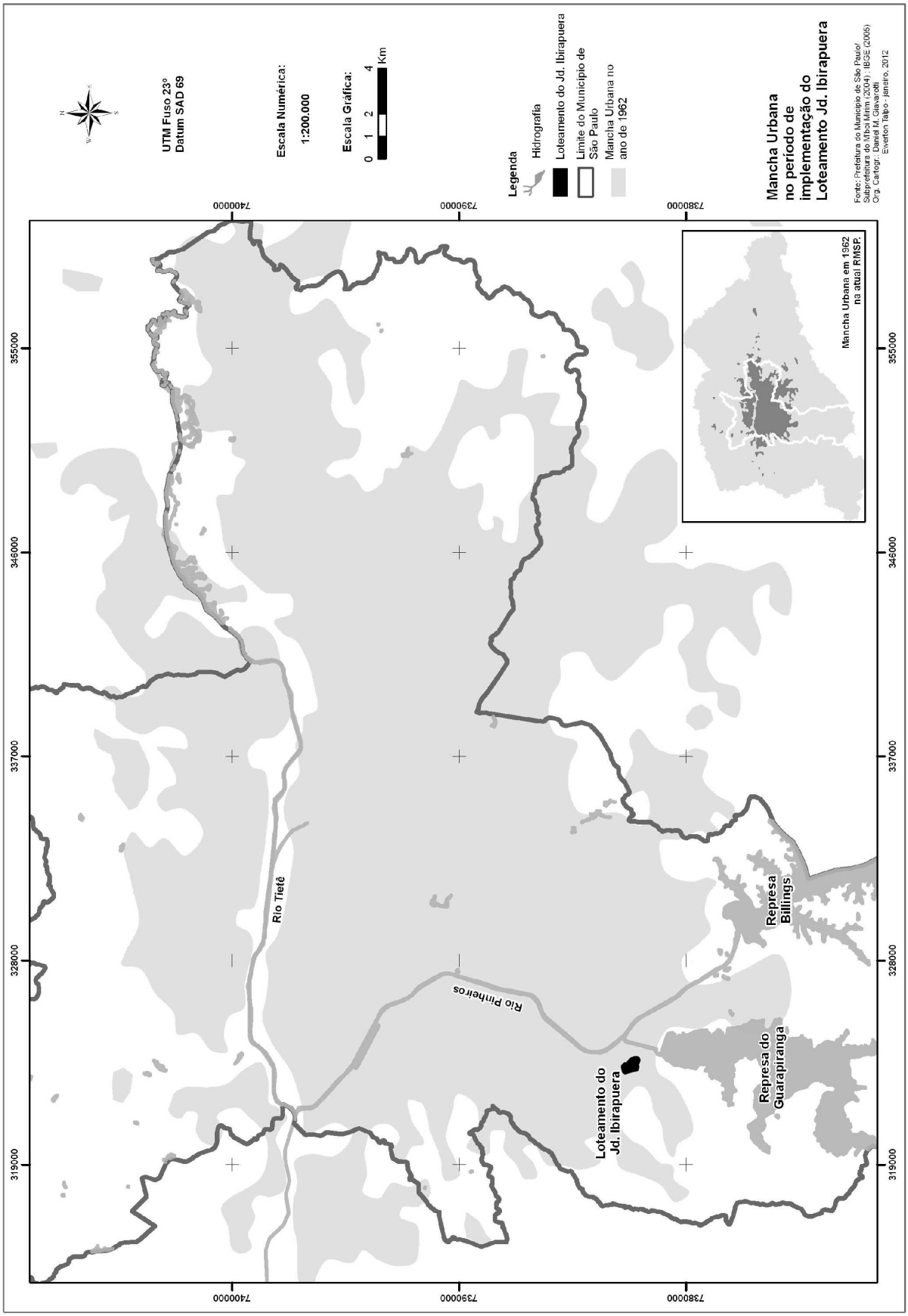
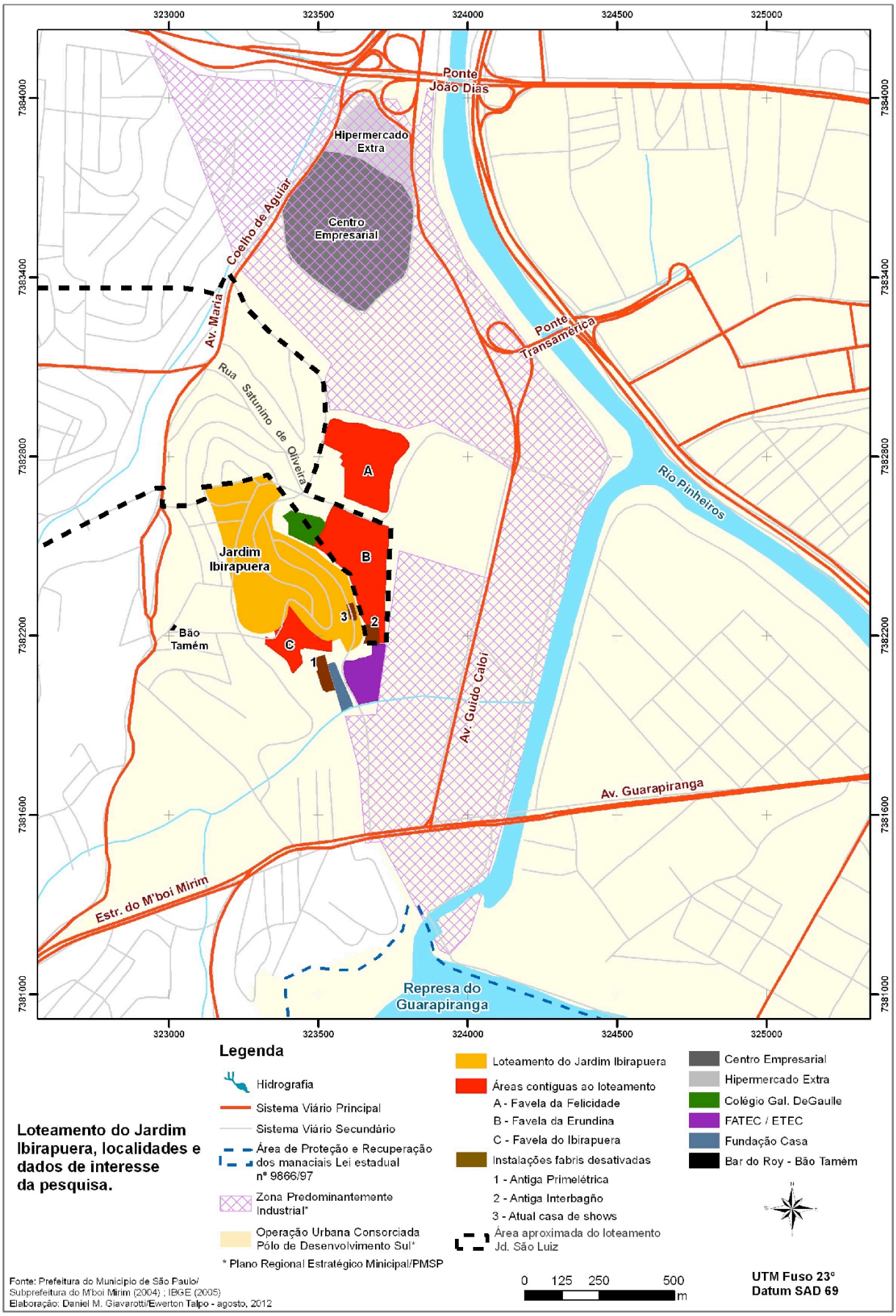
.....

.....

ANEXO 3 – PLANTA DO LOTEAMENTO DO JARDIM IBIRAPUERA



Anexo 4 – Mancha urbana no período de implantação do loteamento Jardim Ibirapuera



Anexo 5 – Loteamento do Jardim Ibirapuera, localidades e dados de interesse da pesquisa